

Sociedade e Estado

Volume 33 – Número 3

Copyright © 2018
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christiane Girard Ferreira Nunes

Chefe do Departamento de Sociologia: Joaze Bernardino-Costa

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Edson Silva de Farias

Editor responsável: Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão

Editores-adjuntos: Joaze Bernardino-Costa e Fabrício Monteiro Neves

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:

Edição, revisão e diagramação: F. K. Soudant

editor@editoraparelelo15.com.br

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: revistasol@unb.br

[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade.e.Estado)

Indexadores e bases de dados:

CLASE- citas latino-americanas de sociologia y economia; Directory of Open Access Journals (DOAJ); DATAINDICE- Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ; EBSCO Publishing; IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; SciELO- Scientific Electronic Library Online; SCOPUS (Elsevier); SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

Versões on-line: <http://www.scielo.br>

SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.bce.unb.br/>

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 33 – Número 3

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Lourdes M. Bandeira (UnB), Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB), Tânia Mara Campos de Almeida (UnB), Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Débora Messenberg Guimarães (UnB)
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ),
Gabriel Cohn (USP),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp),
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

Pareceristas do Volume:

Arthur Trindade Maranhão Costa, José Luiz de Amorim Ratton Júnior, Braulio Silva, Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, Mauro Guilherme Pinheiro Koury, Fabio Marvulle Bueno, Vladimir Puzone, Ângela Maria Alonso, José Irivaldo Alves Oliveira Silva, Cristiane Mansur de Moraes Souza, Edson Silva de Farias, Helga Gahyva, Davide Carbonai, Débora Cristina Rezende de Almeida, Remo Mutzenberg, Antonádia Monteiro Borges.

Apoio:



Sumário

Editorial

- A agenda sociológica em transformação 647
*Fabício Monteiro Neves, Joaze Bernardino-Costa
& Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão*

Artigos:

- Do estruturalismo ao culturalismo: 653
a filosofia das formas simbólicas de Ernest Cassirer
Frédéric Vandenberghe
- Centralidade de um cosmopolitismo periférico: 675
a “Coleção Grandes Cientistas Sociais” no espaço
das ciências sociais brasileiras (1978-1990)
Lidiane Soares Rodrigues
- Rearticulando narrativas sociológicas: 709
teoria social brasileira, diáspora africana
e a *desracialização* da experiência negra
Priscila Martins Medeiros
- Cícero Dias e o regionalismo pernambucano 727
Eduardo Dimitrov
- A generalização da precariedade: 755
trabalho e classes no capitalismo contemporâneo
Fabício Maciel

Espaço social e estrutura de classes em regiões metropolitanas brasileiras <i>Emerson Ferreira Rocha</i>	779
<i>La inseguridad como problema público desde un barrio del conurbano bonaerense</i> <i>María Cecilia Ferraudi Curto</i>	803
Desistência do crime <i>Marcos Rolim</i>	829
Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016 <i>Antonio Teixeira de Barros</i>	849
Análise socioambiental: Zona de Educação para Ecodesenvolvimento e Experiência Cooperativa de Mondragón <i>Liliane Cristine Schlemer Alcântara, Carlos Alberto Cioce Sampaio & Leire Uriarte Zabala</i>	887
Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização <i>Eduardo Georjão Fernandes & Alex Niche Teixeira</i>	915
Ensaio:	
Ler, escrever e publicar no mundo das ciências sociais <i>Eloísa Martín</i>	941
Homenagem:	
Elbio Neris Gonzales <i>Sadi Dal Rosso</i>	965

Resenhas:

Archer, Boltanski e Lahire: 973
partindo com a teoria social de Bourdieu
VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (Orgs.).
Além do habitus: teoria social pós-bourdieuiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.
Vittorio da Gamma Talone

A Armada e o Estado democrático 981
de direito na República do Congo
Tshiyembe, Mwayila. *O desafio da Armada republicana
na República Democrática do Congo*.
Luanda; Ramada: Edições Mulemba; Edições Pedagogo, 2016.
Ermelinda Liberato

Resumos 985

Normas 997

A agenda sociológica em transformação

Fabício Monteiro Neves*

Joaze Bernardino-Costa**

& Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão***

* Fabício Monteiro Neves é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. <fabriciomneves@gmail.com>.

** Joaze Bernardino-Costa é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. <joazebernardino@gmail.com>.

*** Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. <gusmao56@gmail.com>.

Este último número de 2018 da *Sociedade & Estado* traz novamente uma edição com artigos avulsos. O leitor poderá encontrar nas páginas seguintes uma variedade de perspectivas sociológicas e temas distintos que nos dão a ideia da complexidade alcançada pela disciplina entre nós. Mais que um exemplar de interesse para a disciplina – trazemos textos da agenda teórica, metodológica e do próprio artesanato da sociologia –, o número é perpassado por temas que expõem os desafios de nossa agenda social em um período de grandes transformações. Discutem-se eleições, juventude, raça, mobilização, mídia, ecodesenvolvimento, educação, desistência do crime, trabalho e classe. Esperamos, assim, uma boa leitura, na qual o leitor consiga combinar interesses disciplinares restritos com problemas sociais mais amplos.

O texto que abre a edição, “Do estruturalismo ao culturalismo: a filosofia das formas simbólicas de Ernest Cassirer”, de Frédéric Vandenberghe, analisa a antropologia filosófica de Ernest Cassirer, tendo como foco sua trajetória intelectual, seus distintos percursos, do conhecimento à cultura e da cultura à práxis. O texto explora a concepção relacional de ciência do autor, e sua concepção de cultura como práxis. Vandenberghe conclui reivindicando uma reorientação da sociologia, na qual deveria se afastar da razão pura em direção à razão prática, fundamentalmente relacional.

Em seguida, Lidiane Soares Rodrigues realiza investigação a respeito da circulação internacional dos saberes, tendo como objeto a “Coleção Grandes Cientistas Sociais”, publicada pela editora Ática entre 1978 e 1990. O texto “Centralidade de um cosmopolitismo periférico: a ‘Coleção Grandes Cientistas Sociais’ no espaço das ciências sociais brasileiras (1978-1990)” descreve as origens da editora, caracteriza o *modus operandi* da seleção autoral como resultado de um processo de negocia-

ção e situa os agentes principais da coleção no espaço das ciências sociais brasileiras, reconfigurado durante a década de 1970.

Em “Rearticulando narrativas sociológicas: teoria social brasileira, diáspora africana e a *desracialização* da experiência negra”, Priscila Martins Medeiros também se debruça sobre nossa produção bibliográfica, com ênfase em algumas abordagens da sociologia brasileira cujo tema são as relações étnico-raciais, buscando pontos de convergência com o debate transnacional sobre a diáspora africana e a crítica pós-colonial. Com isso, intenta compreender os processos históricos que racializaram a experiência negra no Brasil, apontando alguns limites analíticos de parte da interpretação sociológica brasileira sobre a nossa formação social.

No artigo seguinte, “Cícero Dias e o regionalismo pernambucano”, Eduardo Dimitrov analisa, com erudição e objetividade admiráveis, a polêmica em torno do verdadeiro significado da obra do pintor Cícero Dias: artista abstrato comprometido exclusivamente com as exigências estéticas da arte moderna produzida na Europa do século XX ou, para lá dessa inegável dívida estética, alguém que também expressa em sua arte e em suas cores uma realidade brasileira e regional? Dimitrov fornece ao seu leitor elementos suficientes para que ele possa tomar partido nessa polêmica estética, ainda hoje em curso, mas evita, com sabedoria, induzi-lo em qualquer direção.

A edição concentra-se então na discussão sobre classes sociais: primeiro, com o artigo “A generalização da precariedade: trabalho e classes no capitalismo contemporâneo”, de Fabrício Maciel. O artigo, dividido em quatro partes, explora a hipótese de que a generalização da precariedade do trabalho é a principal marca do capitalismo contemporâneo. Trabalha aspectos da globalidade da sociedade do trabalho e das classes, do conhecimento científico e tecnológico, mostrando como a relação entre trabalho e classe conforma a principal questão social atual e por que ela precisa ser tematizada. O autor busca uma síntese de como se estrutura atualmente o fenômeno da generalização da precariedade.

Na sequência, o artigo “Espaço social e estrutura de classes em regiões metropolitanas brasileiras”, de Emerson Ferreira Rocha, combina, de forma bastante feliz, a discussão teórica mais geral e abstrata sobre o conceito de classe social com a pesquisa sociológica empiricamente orientada. Rocha aborda a problemática, tão central nas teorias sociológicas clássica e contemporânea, da determinação classista das atitudes dos indivíduos na vida social, a partir de um estudo empírico das classes sociais no Brasil urbano de nossos dias. Os resultados dessa pesquisa, como o leitor poderá conferir, muito esclarecem acerca das características fundamentais da estrutura social brasileira.

María Cecilia Ferraudi Curto, em seu texto *“La inseguridad como problema público desde un barrio del conurbano bonaerense”*, investiga a questão da insegurança em um bairro periférico de Buenos Aires; em específico, busca compreender como tal tema emergiu como problema público neste contexto. Sua análise enfatiza o trabalho coletivo, contrariamente à análise acadêmica, que, em geral, destaca a centralidade dos meios de comunicação e as características peculiares das vítimas, reconhecidas como legítimas, para a construção da questão. Trabalha a articulação coletiva de três linguagens de mobilização: uma associada à figura da vítima, outra herdada de manifestações populares e uma terceira vinculada a modernas mediações tecnológicas.

Segue-se o texto *“Desistência do crime”*, de Marcos Rolim, no qual discute o tema da estabilidade e da mudança comportamental com o conceito da desistência criminal. O autor faz um apanhado de distintas teorias criminológicas para oferecer uma síntese das principais evidências encontradas em estudos longitudinais, os quais destacam a relevância do fator etário para a desistência. Discute os chamados *“pontos de virada”*, ocorrências especiais que se correlacionam com a desistência, como o casamento, o nascimento do primeiro filho, a conquista de um emprego formal, entre outros. Argumenta que o fenômeno da desistência pode ser estimulado mediante políticas públicas e a integração comunitária dos egressos do sistema prisional.

Antônio Teixeira de Barros analisa o comportamento político dos eleitores jovens perante as eleições municipais de 2016 no Brasil, no artigo *“Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016”*. O texto apresenta uma revisão bibliográfica sobre o comportamento político e os estudos que relacionam política e juventude. Na pesquisa empírica, trata de aspectos como a motivação para votar, as qualidades dos candidatos que são mais valorizadas, os votos branco e nulo, seu comportamento na campanha eleitoral – temas de maior interesse no debate eleitoral e fonte de informação política.

No artigo subsequente, de Liliane Cristine Schlemer Alcântara, Carlos Alberto Cioce Sampaio e Leire Uriarte Zabala, *“Análise socioambiental: Zona de Educação para Ecodesenvolvimento e Experiência Cooperativa de Mondragón”*, são avaliados os avanços e limites de duas experiências sobre a internalização da questão socioambiental, uma na Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE) do Rio Sagrado, Morretes (PR), Brasil, e, outra, a Experiência Cooperativa de Mondragón (ECM), Espanha (País Vasco). Concluem que, a seu modo, tais experiências despontam como alternativas ao capitalismo hegemônico, trabalhando preventivamente na transformação da comunidade local como protagonista de seu desenvolvimento.

No estudo metodológico de Eduardo Georjão Fernandes e Alex Niche Teixeira, “Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização”, os autores interrogam: como desenvolver um modelo analítico que garanta precisão conceitual e rigor metodológico para o estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização? No trabalho é discutido o conceito de enquadramento midiático de Erving Goffman e construído empiricamente um modelo analítico. Para isso, utilizam a cobertura de jornais de Porto Alegre (RS) sobre o ciclo de protestos de 2013 naquela cidade. Por fim, discutem os avanços teórico-metodológicos resultantes da utilização do modelo proposto.

Já na seção “Ensaio”, Eloísa Martín apresenta um quadro das principais transformações da escrita acadêmica e das dinâmicas de publicação nas revistas científicas na atualidade. Como guia, menciona os erros mais comuns no processo de redação, submissão e revisão em trabalhos acadêmicos, oferecendo algumas soluções possíveis para a escrita, especialmente nas áreas de ciências sociais.

Há ainda uma homenagem ao falecido sociólogo Elbio Neris Gonzales, de autoria de Sadi Dal Rosso.

Como de praxe, a edição é finalizada com resenhas. A primeira, “Archer, Boltanski e Lahire: partindo com a teoria social de Bourdieu”, Vittorio da Gamma Talone apresenta o livro organizado por Frédéric Vandenberghe e Jean-François Véran: *Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana*, lançado pela editora 7 Letras, em 2016. A outra, “O desafio da Armada republicana na República Democrática do Congo”, Ermelinda Liberato resenha o livro *O desafio da armada republicana na República Democrática do Congo*, de Mwayila Tshiyembe, publicado pelas Edições Mulemba e Pedago e lançado em 2016.

Obs.: Na edição publicada no site da revista (<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/index>), há ainda a tradicional seção “Resumos”, com as teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PGSOL).

Boa leitura!

Artigos

Do estruturalismo ao culturalismo: a filosofia das formas simbólicas de Ernest Cassirer*

Recebido: 03.06.18
Aprovado: 11.09.18

Frédéric Vandenberghe**

Resumo: Ao investigar as origens neokantianas do estruturalismo e do culturalismo, este artigo analisa o desenvolvimento do pensamento de Cassirer, seguindo sua trajetória intelectual do conhecimento à cultura e da cultura à práxis. Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira, o autor apresenta uma análise da concepção relacional do conhecimento de Cassirer. Na segunda, a crítica do conhecimento é suplantada por uma crítica da cultura. O autor analisa a filosofia antropológica das formas simbólicas e a compara criticamente com a teoria vitalista da cultura de Simmel. O artigo termina com a reivindicação por uma sociologia prática inspirada pelo retorno de Cassirer à filosofia prática de Kant.

Palavras-chave: Cassirer. Cultura. Neokantismo. Práxis. Pensamento relacional.

From structuralism to culturalism: Ernst Cassirer's philosophy of symbolic forms

Abstract: Investigating the neo-Kantian origins of structuralism and culturalism, this article analyzes the development of Cassirer's thought by following his intellectual progression from knowledge to culture, and from culture to praxis. The article is in two parts. In the first part, the author presents an analysis of Cassirer's relational conception of knowledge. In the second part, the critique of knowledge is superseded by a critique of culture. The author analyses Cassirer's anthropological philosophy of symbolic forms and critically compares it to Simmel's vitalist theory of culture. The article ends with a plea for a practical sociology inspired by Cassirer's return to Kant's practical philosophy.

Keywords: Cassirer. Culture. Neo-Kantianism. Praxis. Relational thinking.

Qual a relação entre Leibniz, Kant, Marx, Durkheim, Mauss, Lévi-Strauss, Bachelard, Cassirer, Mannheim, Elias, Bourdieu e Baskhar? O que eles têm em comum? Quais são as suas “semelhanças de família”? São todos estruturalistas de alguma ordem. Essa resposta parece surpreendente, mas se definimos o estruturalismo como “a visão filosófica de acordo com a qual a realidade dos objetos do homem ou das ciências sociais é relacional ao invés de substancial” (Caws, 1990: 1), podemos ver, e talvez mesmo apreciar, o fato de que, de um modo ou de outro, todos eles contribuíram para a emergência do paradigma do “realis-

* Gostaria de agradecer a Peter Halfpenny, Stephen Turner, Michael Lynch, Dick Pels, Kirsten Campbell e ao falecido Irving Velody por seus valiosos comentários. Agradeço a Diogo Corrêa pela tradução espontânea e a Rodolfo Amaro pela revisão competente e profissional. Mais uma vez, observamos que a ciência avança mais pela empolgação do que pelos interesses.

Tradução de Diogo Silva Corrêa, doutor pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj) e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess).

Revisão de Rodolfo Alves Amaro, doutor em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj).

** Frédéric Vandenberghe é professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Orcid n. 0000-

0003-0614-8420.
<frederic@iesp.uerj.
br>

1. Em outros trabalhos (Vandenberghe, 1996; 1999), explorei as contribuições de Simmel, Bachelard e Bourdieu a essa corrente de pensamento. Na mesma linha, Maso (1995) estudou a relação entre Cassirer e Elias.

2. Michel Freitag (1986) desenvolveu uma monumental e sistemática teoria social na qual a cultura é concebida como totalidade *a priori* que medeia dialeticamente e regula socialmente as práticas de significação que produzem e reproduzem a sociedade como totalidade. Para uma análise crítica mas amigável dessa grande teoria no estilo hegeliano, bem conhecida em Québec, mas não alhures, ver Vandenberghe (2006).

3. Epistemologicamente falando, o próprio Foucault é mais um pós-kantiano do que um neokantiano, mais próximo de Heidegger a esse respeito do que de Cassirer. Ao levar em conta que a sua historicização da filosofia transcendental reduz radicalmente os *a priori* universais da consciência de Kant à contingência

mo relacional” que caracteriza as abordagens estruturalistas nas ciências humanas. Neste artigo, pretendo explorar as contribuições de Ernst Cassirer (1874-1945) – o grande filósofo idealista e acadêmico erudito da cultura – para essa corrente de pensamento que é, sem dúvida, uma das principais da teoria social contemporânea¹. Entretanto, dado que Cassirer considera a ciência apenas como uma entre outras formas de cultura, a análise epistemológica das condições de possibilidade do conhecimento científico naturalmente leva e é seguida pela reconstrução da filosofia geral das formas culturais ou simbólicas, que é similar às teorias antropológicas da linguagem de Wilhelm von Humboldt, Benjamin Whorf e Edward Sapir e que inspirou de forma mais ou menos direta as teorias contemporâneas da cultura de Pierre Bourdieu (1978), Jürgen Habermas (1997) e Michel Freitag (1986)². Consequentemente, o artigo está dividido em duas partes. A Parte 1, mais epistemológica, explora a concepção relacional de ciência; a Parte 2, mais cultural, tem por objetivo repensar a cultura como práxis. O artigo conclui reivindicando uma reorientação da sociologia afastando-a da razão pura em direção à razão prática. Embora o argumento possa por vezes parecer longo demais, é importante ver que a progressão da ciência para a cultura e da cultura para a práxis não é apenas lógica, mas também normativa. Afinal, o que é a sociologia senão uma disciplina crítica a serviço de uma defesa fundamentada dos princípios da autonomia e da integridade do sujeito (Arato, 1974)?

As origens neokantianas da teoria estruturalista do conhecimento

O neokantismo

Há não muito tempo, dificilmente se podia ser um sociólogo sem ser um marxista ou, ao menos, um criptomarxista. Tempos mudaram e talvez devêssemos acreditar em Foucault (1994, 1: 546), “todos somos neokantianos hoje em dia, estejamos conscientes disso ou não”³. Para saber se essa frase é exagerada ou não, é preciso, com efeito, primeiro investigar o que o neokantismo propõe⁴. O neokantismo – ou neocriticismo, como foi frequentemente chamado no final do século XIX – é mais bem caracterizado não como uma filosofia, mas como um certo modo de filosofar pós-metafísico e resolutamente anti-hegeliano (Habermas, 1988: cap. 1; Schnädelbach, 1991: cap. 1) inspirado em Kant – cujo lema “precisamos voltar a Kant!” (“*Also muss auf Kant zurückgegangen werden!*”) fecha um dos capítulos do famoso livro de Otto Liebmann, *Kant und die Epigonen*. Qualquer enciclopédia de filosofia minimamente decente irá lhe dizer que o neokantismo precisa ser definido no plural. Ele se refere a um conjunto de movimentos puramente acadêmicos ou “sistemas professorais” (Lukács, 1955: 255) que existiram em algum lugar da Alemanha entre

1850 e 1930, quando sua influência repentinamente entrou em declínio depois da dura disputa em Davos, na Suíça, que opôs Cassirer e Heidegger, e aparentemente foi vencida por este último⁵.

Notórias por suas querelas, as diferentes frações do movimento neokantiano tiveram pouco em comum para além da forte e quase visceral reação contra os idealismos especulativos de Fichte, Schelling e Hegel, e da convicção de que a filosofia poderia e deveria ser uma ciência rigorosa (e não uma *Weltanschauung*). Isso apenas poderia vir a ser o caso, argumentou-se, se a filosofia se voltasse para o espírito e método de Kant, tal como escrito no prefácio da *Crítica da razão pura* (1781) (Kant, 1983) e no *Prolegômenos a toda metafísica futura que possa apresentar-se como ciência* (1793). Fiéis ao espírito do sábio de Königsberg, ainda que revisionistas quanto à letra, os neokantianos seguiram sua orientação de “substituir ontologias substancialistas por uma mera analítica do entendimento” (Kant, 1983: B 303), mas generalizaram e estenderam a investigação das condições de possibilidade da ciência para a cultura. Foram duas as características particulares do reavivamento kantiano do final do século XIX: a rejeição dos sistemas metafísicos do idealismo absoluto e a orientação em torno da ciência e da cultura, em uma tentativa de revelar suas condições de possibilidade.

Historiadores das ideias geralmente distinguem duas principais escolas do movimento neokantiano: a Escola Lógica de Marburgo, representada primeiro por Hermann Cohen e Paul Natorp (primeira geração) e, finalmente, por Ernst Cassirer (segunda e última geração); e a Escola Axiológica de Heidelberg, representada primeiro por Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert (primeira geração) e depois por Max Weber e Emil Lask (segunda geração). Essas duas escolas se dividem por duas propostas distintas: uma defende que o espírito da filosofia kantiana é mais bem desenvolvido pela investigação em torno da lógica e dos fundamentos das ciências naturais, tal como reivindicado pelos membros da Escola de Marburgo; já a outra sustenta que é pela investigação em torno da teoria do valor e dos fundamentos das ciências da cultura, tal como os membros da Escola de Heidelberg pareciam pensar.

Essa diferença entre as duas escolas não deve ser estilizada, contudo, como oposição entre ciência natural e ciência social. O desenvolvimento intelectual de Ernst Cassirer está aí para mostrar que a análise transcendental das ciências naturais pode ser estendida e generalizada para uma análise transcendental da cultura, entendida como sistema unitário, embora diversificado, que faz mundos (*world-making system*) (Goodman), no qual o acesso à realidade é mediado e constituído por símbolos. Principal aluno de Hermann Cohen e mais conhecido representante da escola

e facticidade das *epistemes* incomensuráveis, sua posição parece muito mais próxima de Nietzsche do que de Kant. Contudo, não podemos esquecer da filiação abertamente kantiana da fase arqueológica de Michel Foucault. Nesse aspecto, Foucault filia mesmo o seu projeto explicitamente a essa tradição neokantiana levada adiante por Cassirer. Em resenha publicada em função da edição francesa da *Filosofia do esclarecimento* de Cassirer, Foucault atribui ao autor da *Filosofia das formas simbólicas* o mérito de ter inventado um novo método, irredutível à sociologia do conhecimento e à história das ideias: “Cassirer procede segundo uma espécie de abstração fundadora: de um lado, ele apaga as motivações individuais, os acidentes biográficos e todas as figuras contingentes que povoam uma época; de outro lado, ele afasta ou ao menos deixa em suspenso as determinações econômicas ou sociais [...]. Ele isola de todas as outras histórias (a dos indivíduos, assim como a das sociedades) o espaço autônomo do teórico: e sob seus olhos se revela uma história até então muda.” (Foucault, 1994, 1:

547-548). Qualquer aproximação com as noções de *episteme* e de *a priori* histórico, tão caras ao percurso arqueológico de Michel Foucault, não é, portanto, mera coincidência. Agradeço a Marcelo de Oliveira pelas sugestões contidas nesta nota.

4. Para uma introdução ao neokantismo, consulte Kohnke (1986). Numa via neo-historicista, Kohnke acredita ter escrito a verdadeira história desse movimento intelectual. Porém, seu livro estranhamente termina no ponto onde geralmente se atribui o início do neokantismo, ou seja, na predominância intelectual de Heidelberg e das Escolas de Marburgo. Willey (1978) oferece uma boa visão geral, mas seu foco é bastante estreito, pois se limita sobretudo a um resumo das posições políticas e éticas dos neocríticos. Rose (1981: cap. 1) apresenta de forma convincente a origem neokantiana da tradição sociológica, mas o livro é demasiado denso, técnico e pesado para ser recomendado. Dadas as restrições desses livros, o livretinho de Öllig (1979) e a resenha crítica de Holzhey (1992) provavelmente representam a melhor relação custo-benefício.

lógica, Cassirer claramente pertence à Escola de Marburgo. Diferentemente de seu distinto professor, contudo, ele não se limitou à investigação dos fundamentos das ciências naturais, mas, partindo daí, desenvolveu a análise transcendental da lógica da ciência de Cohen na direção de uma teoria geral da cultura na qual a ciência é considerada como apenas uma entre outras formas de simbolização. A principal tese da filosofia lógico-transcendental de Cohen é que objetos, incluindo objetos da experiência, não são dados, mas “gerados” por uma subjetividade apriorística (Dussort, 1963). O pensamento não aceita nada como dado, mas descobre em cada dado uma geração (*Erzeugung*). Tomadas essas pistas a partir do estudo da história do cálculo diferencial, Cohen acaba sustentando que cada fato é gerado pelo pensamento e determinado por sua posição em um sistema logicamente necessário. A ideia da sobredeterminação funcional dos fatos pelo campo de relações conceituais nos quais eles foram gerados foi desenvolvida por Cassirer numa teoria relacional ou funcional do conceito.

Uma teoria relacional da ciência

Na discussão introdutória sobre o método de sua obra de quatro volumes a respeito do problema do conhecimento na filosofia moderna e nas ciências naturais, Cassirer (1906-1907/1971) não apenas observa a tendência das ciências modernas a simbolizar coisas e dissolver substâncias em relações, como também começa a esboçar os contornos de uma teoria da ciência pós-positivista e protoestruturalista que vai formar a base, como ver-se-á adiante, de uma virada da filosofia transcendental em direção à cultura e do conseqüente desenvolvimento de uma teoria antropológica das formas simbólicas, que o tornará famoso.

Apenas alguns anos depois de sua extensa história da filosofia e da ciência moderna (de Nicolau de Cusa a Leibniz e Kant e de Giordano Bruno a Newton), o jovem brilhante e esforçado filósofo, inspirado pela leitura leibniziana de Kant⁶, desenvolve uma sistemática teoria relacional do conceito elaborada para substituir o conceito aristotélico de substância que reinou por quase dois mil anos na filosofia e nas ciências. Em *Substanzbegriff und Funktionsbegriff (O conceito de substância e função)*, considerado o seu melhor livro, Cassirer (1910/1994) apresentou uma sólida crítica da tradicional teoria aristotélica do conceito. Essa teoria, que é parte da teoria aristotélica do silogismo, começa com a assunção de que a função do conceito consiste em revelar, através de um processo de abstração, a forma substancial das coisas. A realidade apresenta-se à mente do observador como uma multiplicidade discreta de coisas existentes. A atividade da mente consiste exclusivamente em determinar e isolar elementos qualitativos que são comuns à variedade de coisas existentes, unindo-as em classes e repetindo esse procedimento

tanto quanto possível. De acordo com Aristóteles, o objetivo final de tal processo classificatório é chegar ao conceito mais abstrato e compreensível, de tal modo que os particulares possam ser nele subsumidos. Essa teoria do conceito pressupõe a precedência da ontologia em relação à lógica; mais precisamente, pressupõe uma ontologia das formas substantivas.

De acordo com Cassirer, a teoria substancialista do conceito é necessariamente defeituosa. Seu defeito é duplo. De um lado, as características comuns que são isoladas pela abstração são tidas como correspondentes aos universais *in re*, mas em nenhum lugar entre as características de uma coisa vamos encontrar essa semelhança abstrata. Nós não formamos, como Lotze certa vez chamou atenção, “a classe de coisas avermelhadas, gostosas e comestíveis, na qual as cerejas e a carne vermelha devem estar subsumidas” (Lotze, apud Kaufmann, 1949: 189). Por outro lado, é claro que uma progressiva extensão do conceito acompanha uma progressiva redução de seu conteúdo, disso resultando que, no final do dia, o mais geral dos conceitos torna-se puramente analítico e quase totalmente vago.

Contra essa teoria tradicional das classes, o jovem filósofo contrapõe a lógica funcional das relações gerativas que ele encontra em operação não apenas na matemática moderna, mas também nas ciências naturais. A lógica das relações dissolve a junção entre as ciências e a ontologia das formas substantivas. Os conceitos básicos são obtidos não através de um processo de abstração, mas através de um integrado e sintético ato da mente que, oferecendo um esquema reconstrutivo dos conceitos inter-relacionados, constitui uma objetividade determinada. A função do conceito não é trazer o pensamento para um ainda maior grau de generalidade, mas trazê-lo para seu maior grau de determinação possível. O que une os elementos da percepção não é uma propriedade comum, mas uma função, isto é, uma lei geral de esquematização por meio da qual uma regra de progressão é estabelecida:

De fato, pode parecer como se o trabalho do pensamento fosse limitado a selecionar, entre uma série de percepções $aa, ab, ay...$, o elemento comum $a...$ [No entanto,] o que vincula a série de elementos da série $a, b, c...$ não é, em si mesmo, um novo elemento que, na verdade, está neles incutido, mas uma regra de progressão que permanece a mesma, não importando qual seja o membro representado. A função $f(a, b), f(b, c)...$ determina o tipo de dependência entre membros sucessivos (Cassirer, 1944/1972: 21-22).

A análise de Cassirer do conceito de função é direcionada para a elaboração de uma lógica transcendental na qual o objeto não é mais pressuposto pela lógica, mas, como Cohen costumava dizer, “gerada” por ela. Conceitos científicos não permane-

5. Os protocolos desse encontro, escritos por Bollnow e Ritter, foram publicados como apêndice da quarta edição do livro de Heidegger *Kant und das Problem der Metaphysik* (Cassirer, 1929/1973: 246-268). Ao opor a interpretação de Cassirer sobre a doutrina kantiana como uma teoria geral do conhecimento, mais particularmente como uma tentativa de dar uma base transcendental para o conhecimento científico, Heidegger reinterpretou Kant, principal e basicamente como tentativa de fundar a metafísica alicerçado em uma análise existencial da finitude do *Dasein*. O declínio do neokantismo está ligado, no nível intelectual, ao surgimento da fenomenologia existencial e, no plano histórico, ao exílio forçado e à repressão de seus representantes judeus.

6. Mesmo antes de seus estudos sobre a história da filosofia e das ciências naturais modernas, Cassirer já havia publicado um trabalho sobre Leibniz. Ele também produziu uma edição de três volumes de escritos filosóficos de Leibniz e uma edição de dez volumes da obra de Kant. Ambos os filósofos foram extremamente influentes para

Cassirer – a tal ponto que poderia ser descrito tanto como um neoleibniziano quanto como um neokantiano.

cem sem relação uns com os outros, mas encontram-se organizados em “campos” conceituais (Bourdieu), em “figurações” (Elias) ou em “redes” (Whyte), ou então, para utilizar a expressão preferida de Cassirer, em uma “regra de progressão” que revela e constitui uma região de realidade. O objeto particular não mais é subsumido no geral, mas, aparecendo nas interseções como a síntese de um feixe de relações, é conceituado como “um caso particular do possível” (Bachelard, 1991: 62). O real é, portanto, “relacional”, como diz Bourdieu (1994: 17), dando uma piscada de olho irônica para Hegel.

Nessa perspectiva racionalista e relacionista, na qual a teoria sistematicamente sobredetermina os fatos, as funções e as relações detêm prioridade sobre objetos e coisas. Como resultado,

o real é dissolvido em diferentes estruturas relacionais que são mutuamente interligadas por um sistema total de leis que mutuamente se condicionam (Cassirer, 1979: 288).

Ao enfatizar o caráter construtivo e sintético da ciência, Cassirer desenvolve uma teoria do conhecimento pós-positivista que rompe com todas as teorias da verdade como correspondência. Contra os positivistas e outros empiristas ingênuos, ele argumenta vigorosamente que a função da ciência não consiste em propor uma cópia ou um reflexo da realidade sensível (*exit Abbildtheory*):

Todo o nosso conhecimento, por mais bem-acabado que ele possa ser em si mesmo, nunca nos fornece diretamente os objetos, mas apenas signos desses objetos e de suas inter-relações mútuas (Cassirer, 1994: 402).

O pensamento, ao invés de voltar-se imediatamente para a realidade, constrói um sistema de signos e aprende a usar tais signos como representativos dos objetos (Cassirer, 1964, III: 53).

Os conceitos científicos aparecem não mais como imitações de coisas existentes, mas como símbolos que representam ordens e elos funcionais dentro da realidade... A realidade dos objetos dissolveu-se em um mundo de relações ideais, especificamente em relações matemáticas (Cassirer, 1971, I: 3).

O conhecimento científico, no mundo do sensível, substitui as impressões confusas e sempre cambiantes dos empiristas por um sistema simbólico de conceitos, leis e relações que não tanto refletem a realidade, mas conceitualmente a formam e geram. Portanto, ao colocar de lado as impressões dos sentidos, ao introduzir uma “ruptura epistemológica” com o realismo ingênuo e ao se deslocar “da substância para o substituto” (Bachelard, 1988: 59), a ciência constrói um mundo desmaterializado e simbólico. O que o mundo perde em termos de substâncias, ganha em ter-

mos de relações. O empírico enquanto tal não desaparece, mas reaparece como efeito teórico de um campo conceitual e, portanto, como um símbolo científico.

Cassirer emprega a distinção kantiana entre forma e conteúdo de um modo similar ao que Simmel – seu antigo professor, cujas aulas sobre Kant ele assistira em Berlim – fez em sua teoria vitalista da cultura (Simmel, 1996: 236-296): o símbolo é nada mais do que um conteúdo empírico sobredeterminado por uma forma cultural⁷. Aqui, onde nosso filósofo sublinha a influência formativa da mente, já se pode perceber que essa teoria da conceituação científica está inscrita em um quadro mais geral da teoria dos símbolos. De fato, à medida que a filosofia das formas simbólicas não apenas se preocupa com a ciência, mas também com o mito, a religião, a arte e a linguagem, à medida que ela passa de uma “crítica da razão pura” para uma mais geral “crítica da cultura”, ela pode ser mais bem descrita como um tipo de epistemologia comparativa.

7. Para uma comparação entre as filosofias da cultura de Cassirer e de Simmel, ver Ernst Orth (1991) e Willfried Gessner (1996).

Do estruturalismo ao culturalismo

A filosofia das formas simbólicas

Se eu tivesse que resumir as 1.200 páginas – ou algo em torno disso – da altamente erudita *Filosofia das formas simbólicas*, diria que se trata de uma obra de epistemologia comparada em que as formas da linguagem e do mito são tratadas como formas de conhecimento nos dois primeiros volumes e, no terceiro, são concebidas como funções específicas da consciência: a função expressiva (*Ausdrucksfunktion*) e a função de representativa (*Darstellungsfunktion*), as quais se tornam as bases para o desenvolvimento do conhecimento científico-teórico. Todo o projeto pode ser mais bem entendido como generalização da reformulação semiótica de Humboldt da filosofia transcendental de Kant: as realizações espontâneas da constituição do mundo são transpostas do sujeito transcendental para a função de constituinte do mundo das formas simbólicas, em geral, e da linguagem, em particular (Habermas, 1997: 22-28).

Ao mover-se para além da logocêntrica fixação de Kant no conhecimento científico, Cassirer passa de uma teoria do conhecimento para uma teoria do significado que procura revelar as categorias fundamentais da constituição da objetividade nas principais esferas da experiência humana: na ciência, é claro, mas também no mito, na religião, na arte, na ética, no direito, na história e na tecnologia. Amplia com isso a questão transcendental para muito além do domínio científico, “a crítica da razão se transforma em uma crítica da cultura” (Cassirer, 1923-1929/1964, I: 11; 1956: 228). Além disso, da mesma forma que o autor, em *Substância e função*, defendia a

8. Cassirer discute extensamente o trabalho de Humboldt no primeiro volume de sua obra principal (Cassirer, 1964, I). Humboldt introduz sua distinção entre *ergon* e *energeia*, que corresponde mais ou menos à distinção de Saussure entre *langue* e *parole*, à distinção de Panofsky entre *opus operantum* e *modus operandi* ou à distinção de Chomsky entre competência e performance, nos seguintes termos: “A linguagem, em si mesma, não é trabalho, ou seja, não é um trabalho (*ergon*), mas uma atividade (*energeia*). A sua verdadeira definição só pode, portanto, ser genética. Ela é, afinal, o contínuo esforço intelectual para fazer o som articulado ser capaz de expressar o pensamento” (Humboldt, 1963: 418).

primazia da função sobre a substância, em *A filosofia das formas simbólicas* advoga pela primazia da função sobre a forma, da produção sobre o produto, ou, nas palavras de Humboldt, da *energeia* sobre o *ergon*⁸.

A partir da multiplicidade factual dos sistemas do espírito objetivo que nos confrontam como produtos acabados, Cassirer investiga – ao modo kantiano – suas condições de possibilidade, e interpreta a ciência, o mito, a religião etc., como tantas objetivações, tantas maneiras de “fazer mundos” (Goodman), às quais os atos espontâneos específicos do sujeito correspondem. Assim, não obstante o fato de as formas da cultura aparecerem sempre no plural, elas ainda podem ser desveladas como a expressão ajustada ou a objetivação de uma única função, isto é, da função de simbolização. Neste sentido, pode-se dizer com Cassirer, que a objetivação é a função básica da mente e que ela implica sempre a mediação através de pelo menos uma das formas simbólicas.

Com as noções correlatas de “função simbólica” e “forma simbólica”, chegamos ao coração da filosofia da cultura de Cassirer. A ideia principal de sua teoria do símbolo – que é essencialmente uma reformulação da ideia de Kant sobre o esquema (Kant, 1983: B176 ff) – é radicalmente antiempírica e, assim, pós-positivista: um dado empírico nunca é simplesmente refletido na consciência, mas é sempre gerado e formado por um ato espontâneo da consciência. Nós nunca podemos ter acesso imediato ao conteúdo material do mundo como tal; sempre mediada por formas simbólicas, nossa experiência é, por definição, uma síntese do ideal e do sensual, do espiritual e do material. Tudo o que é, é dotado de significado, de acordo com Cassirer, precisamente porque só pode ser apreendido através de um ato sintético de formação simbólica que encontra sentido ou empresta significado ao empiricamente dado.

Para compreender a “maravilha” do fato de que o material sensório, simplesmente por ser presenciado, é dotado de significado; para compreender a conexão interna que existe entre a forma e o conteúdo, entre sentido e sensibilidade, Cassirer forja precisamente a noção de forma simbólica. Ele a define nos seguintes termos:

Por forma simbólica deve-se entender toda energia da mente através da qual um conteúdo mental de significado está relacionado a um signo concreto e sensível e que lhe é atribuído internamente (Cassirer, 1956: 175).

Com sua noção de forma simbólica, que corresponde mais ou menos à noção de forma cultural de Simmel, Cassirer se refere, portanto, ao ato sintético de formação simbólica pela mente humana de qualquer conteúdo material. O ideal só

existe na medida em que, de uma forma ou de outra, é incorporado ao sensível. Se o número de signos ou de conteúdos sensíveis é ilimitado, o número de formas simbólicas, por outro lado, é necessariamente limitado, uma vez que elas devem ser “aplicáveis a qualquer que seja o objeto” (Cassirer, 1946/1975: 34). O autor da *A filosofia das formas simbólicas* menciona a linguagem, o mito, a religião, a arte, a ciência, a ética, o direito, a história e a tecnologia, mas, na verdade, apenas as formações simbólicas da realidade por meio da linguagem, do mito e da ciência são plenamente desenvolvidas. As formas simbólicas são como janelas: são matrizes culturais que abrem uma compreensão do mundo; elas são “estruturas estruturantes” (Bourdieu, 1978) de formação do mundo; são formas de objetivação do mundo. O mundo, seja ele o mundo da ciência, do mito ou da linguagem, é sempre a cristalização modulada da função simbólica. Na verdade, poderíamos dizer que, da mesma forma que as diferentes linguagens distinguem-se umas das outras por meio de sua forma específica de olhar o mundo, o que é sempre uma forma de constituir o mundo⁹, as diferentes formas simbólicas, a começar pela própria linguagem (Humboldt), objetivam o mundo e medeiam o acesso a ele de diferentes modos. Talvez possamos traduzir os conteúdos de uma forma simbólica em outra, mas sempre nos movemos e permanecemos dentro de um mundo simbolicamente constituído. Sem formas simbólicas, e isso é certo, nós simplesmente não temos um mundo.

Para ilustrar o que ele quer dizer com formação simbólica, Cassirer propõe o seguinte experimento mental (Cassirer, 1956: 211 e ss; 1964, III: 191 ff; 1985: 5 ff): trace uma linha na areia ou em um pedaço de papel e considere o seu aspecto particular, a sua forma, as suas características espaciais e outros atributos. O que pode nos parecer um fenômeno estético com uma certa forma irregular ou corrente, aparece para um religioso da Nova Guiné como uma marca de significado mágico. E se um historiador da arte pode enxergá-la como uma ilustração de um estilo particular, para um matemático vai aparecer como uma expressão gráfica do desenvolvimento da função matemática de cosseno.

O animal simbolizante

Em seu *Ensaio sobre o homem*, Cassirer não só resume a sua filosofia das formas simbólicas para o público norte-americano, como também lhe aplica um enfoque antropológico. Embora ele pense que a definição clássica do homem como *animal rationale* permanece válida na medida em que exprime um imperativo moral fundamental, Cassirer prefere definir o homem como *animal symbolicum* (Cassirer, 1944/1972: 26). Na verdade, o que define o homem como homem, o que define o reino humano para além do animal não é tanto a “posição excêntrica” do homem,

9. “O pano de fundo do sistema linguístico (em outras palavras, a gramática) de cada língua não é apenas um mero sistema de reprodução de ideias vocais, mas é, ele próprio, um formatador de ideias, o programa e guia para a atividade mental do indivíduo, para sua análise de impressões, para a síntese de seus próprios recursos mentais” (Whorff, 1956: 121).

como Plessner pensava, nem a sua “imperfeição biológica”, como pensava Gehlen, mas a capacidade humana de “ideação simbólica”. O homem é aquele ser que tem acesso à realidade e a si mesmo apenas em e através de símbolos. Os seres humanos nunca são confrontados com a realidade imediata, mas apenas com uma realidade que é simbolicamente mediada. Ao contrário dos animais, os seres humanos não respondem imediatamente aos estímulos de seu ambiente, mas como Simmel e os pragmatistas já haviam notado bem antes de Cassirer, eles atrasam a sua resposta por estarem inseridos em um processo complexo da mente e dos instrumentos que lhes apresentam o mundo como vontade (instrumentos) e como representação (mente). Paradoxalmente, os seres humanos só podem ter acesso à realidade distanciando-se dela por intermédio da inserção de uma “rede de simbólica” ou de um “sistema simbólico” feito por eles mesmos, entre eles mesmos e seu ambiente:

Muito antes de sua entrada nessas formas, a vida é, em si mesma, orientada para determinados objetivos. Mas o conhecimento sempre implica uma ruptura com essa urgência da vida... Todo o conhecimento do mundo e todo o trabalho espiritual sobre o mundo exige que o eu adquira certa distância do mundo... Esta aquisição do “mundo como representação” é o objetivo e o produto das formas simbólicas – é o resultado da linguagem, do mito, da religião, da arte e do conhecimento teórico. Cada um constrói seu próprio domínio inteligível de significado interno que se desvincula de forma clara e aguda de todo o comportamento puramente intencional na esfera biológica (Cassirer, 1923-1929/1964, III: 322-3).

Assim, ao distanciar-se do mundo, o homem tem acesso ao mundo por meio de uma multiplicidade de formas simbólicas. Explicitamente, Cassirer identifica essa virada na direção da forma simbólica com a virada de Simmel da vida em direção à ideia (Cassirer, 1995: 13), mas ele se recusa a considerar o surgimento de formas culturais autônomas como tantas vias de mão única nas quais a vida aliena-se de si mesma. Em consonância com Kant, Cassirer nega que a tarefa da cultura seja eudemonística. A cultura não promete a felicidade, mas, gradativamente, torna possível a liberdade. Através da inserção da cultura como um domínio intermediário situado entre si mesmo e seu ambiente, o homem torna-se livre à medida que o “poder da sensação” conscientemente dá lugar ao “poder da expressão” (Cassirer, 1923-1929/1964, II: 31). Através da cultura, o homem torna-se consciente de sua própria influência formativa e, como Hegel, Cassirer está convencido que se tornar consciente é o alfa e o ômega da liberdade.

Cultura versus vida

Ao vincular cultura com liberdade de forma tão épica, Cassirer tem por objetivo explícito se contrapor à filosofia trágica da cultura e da vida de Georg Simmel (1986/1996; ver, também, Vandenberghe, 2000: cap. 6). Ao seguir Hegel, Simmel interpreta a cultura como um duplo processo de objetivação ou exteriorização da alma em formas objetivas (cultura objetiva) e, de modo inverso, de subjetivação ou introjeção de formas objetivas na alma (cultura subjetiva). A cultura objetiva, porém, não obedece às mesmas leis que a cultura subjetiva. De acordo com Simmel, o risco de alienação é inerente ao próprio processo de objetivação, pois tão logo os conteúdos culturais são objetivados, eles se tornam autônomos, juntam-se ao mundo das formas culturais (o “Mundo 3” de Popper), seguem suas próprias leis e, finalmente, alienam-se de sua origem, bem como de seu fim – seu fim porque, idealmente, a finalidade da cultura é cultivar o indivíduo. Mas a cultura cultiva a si mesma, por assim dizer, e a hipertrofia da cultura objetiva é proporcional à atrofia da cultura individual: quanto mais estamos rodeados de objetos culturais, mais somos tentados por eles. Contudo, é bem nítido para qualquer um que não há nenhuma maneira de podermos acompanhar e lidar com a enorme massa de cultura – que nos esmaga.

À primeira vista, parece que Simmel prolonga a crítica hegeliano-marxista da inversão alienante do sujeito e do objeto. Porém, enquanto, para Marx, os processos de alienação, fetichismo e reificação são processos econômicos historicamente determinados, para Simmel eles são processos metafísicos:

O valor fetichista que Marx atribui aos objetos econômicos na era da produção de mercadorias é apenas um caso particular e um pouco diferente deste destino universal dos conteúdos culturais. Esses conteúdos são vítimas do seguinte paradoxo: com certeza, eles são criados por indivíduos, mas na fase intermediária, quando eles tomam uma forma objetiva acima e abaixo dessas instâncias, evoluem de acordo com sua própria lógica imanente e, assim, alienam-se não só de suas origens, como também de seus fins (Simmel, 1986/1996: 408).

Ao reduzir o fetichismo da mercadoria a uma instância específica da tragédia universal da cultura, Simmel não apenas desistoriciza e desdialética a teoria da alienação de Marx, mas também transforma a oposição sócio-historicamente determinada e sócio-historicamente específica entre o sujeito e objeto em uma oposição metafísica entre a espontaneidade da vida – correspondente ao *élan vital* de Henri Bergson – e a rigidez das formas culturais: a vida só pode expressar-se ao passar pelo *medium*

das formas culturais, mas dado que essas formas são alienadas da vida e sufocam a sua expressão, a tragédia da cultura já se encontra inscrita na própria vida. Embora a vida possa, em princípio, reinvestir as formas e torná-las fluídas, Simmel, no entanto, traz a dialética entre a vida e a forma para um beco sem saída. Seduzido pelo *amor fati* de Nietzsche, ele estiliza a alienada autonomização das formas culturais como destino que vem das profundezas da própria vida.

É precisamente neste ponto que intervém Cassirer em sua crítica da filosofia da vida, de modo geral, e da teoria da tragédia da cultura de Simmel, de modo particular¹⁰. Embora os textos recém-publicados e os rascunhos para o quarto volume de *A filosofia das formas simbólicas* – que nunca foi concluída (Cassirer, 1995) – apresentem uma profunda admiração pela filosofia da cultura de Simmel, Cassirer estima que sua tonalidade trágica seja equivocada: a oposição entre a vida e as formas, entre cultura e alma, em que a análise de Simmel fundamentalmente repousa, é, em última análise, falsa. Essa visão talvez possa ser válida para a tecnologia (Cassirer, 1985: 39-91), mas não deve ser generalizada para outras formas culturais. Exatamente porque Simmel não desenvolveu uma filosofia da linguagem, ele não foi capaz de evitar certos erros metafísicos. Mais particularmente, Cassirer vê a tragédia da cultura como resultado triplo de uma forma de pensamento não dialética.

Em primeiro lugar, ao invés de inter-relacionar dialeticamente a vida e as formas mostrando que ambas se pressupõem mutuamente, Simmel tende a opô-las como se fossem duas substâncias, uma pertencendo à esfera subjetiva e outra à esfera objetiva. Como resultado, Simmel não só perdeu o que estava em jogo, mas, de acordo com Cassirer, recaiu em uma espécie de substancialismo que ele mesmo havia anteriormente superado.

Segundo – e mais importante –, Simmel trata as formas culturais como acabadas, tratando as entidades quase como coisas. Se, ao invés de considerarmos as formas como produtos acabados, generalizarmos a injunção de Humboldt para tratar a linguagem não como *ergon* mas como *energeia*, não como *opus operatum* mas como *modus operandi* (Panofsky), não como trabalho mas como práxis, então o problema imediatamente assume uma forma diferente. Não só as formas aparecem como a expressão do poder de criar formas, mas, uma vez que a cultura não pode ser entendida de forma indireta, nós também ganhamos acesso ao domínio da cultura a partir de dentro. E quando fazemos isso, quando ativamente entramos e participamos na formação do espírito objetivo, já não nos perdermos em um ato de alienação, mas sim nos encontramos, nós mesmos e nossos companheiros humanos, em um ato de participação. Parece então que nós não apenas reproduzimos

10. Para a crítica de Cassirer sobre a filosofia da vida, consulte Cassirer (1949: 857-880; 1961, cap. 5) e sobre Simmel, Cassirer (1964, I: 48 e ss; 1995: 1-32, 215-219).

formas culturais, mas também somos produzidos por elas. E, reproduzindo formas, que já estão sempre presentes como um legado de nossos antepassados, nós não apenas nos formamos, mas também ganhamos acesso a um mundo intersubjetivo e supraindividual de significados que compartilhamos com os nossos companheiros humanos. De fato, na medida em que a cultura aparece como a base comum dos seres humanos, podemos realmente dizer, com Cassirer, que a cultura, em geral, e a linguagem, em particular, fornecem “uma ponte de indivíduo para indivíduo” (Cassirer, 1929/1973: 264). Em resumo, Cassirer expressa suas ideias em uma bela passagem que não só nos faz lembrar de G. H. Mead, como antecipa a teoria da ação comunicativa de Habermas¹¹.

Seja como for, a cultura é um mundo “intersubjetivo”, um mundo que não existe no “mim” [me], mas que é acessível a todos os sujeitos e de que todos devem participar. Contudo, essa participação é completamente diferente da participação no mundo físico. Em vez de relacionarem-se com o mesmo cosmos espaço-temporal de coisas, os sujeitos encontram-se e unem-se em sua ação comum. E quando realizam isso uns com os outros, eles se reconhecem mutuamente e conhecem-se uns aos outros por meio das diferentes formas-mundos a partir das quais a cultura é construída... o Eu e o Tu não são dados prontos que, através dos efeitos que exercem uns sobre os outros, criam as formas de cultura. Ao contrário, parece sobretudo que é nessas formas e graças a elas, que as esferas do mundo do Eu e também do mundo do Tu são primeiramente constituídas... a verdadeira “síntese” é realizada, pela primeira vez, no intercâmbio ativo que vemos na forma típica presente em todo entendimento linguístico [*Verständigung*]. A constância de que necessitamos para isso é [...] a constância de significado (Cassirer, 1942/1961: 75, 50).

Em terceiro lugar – mas nem por isso menos importante –, Cassirer critica Simmel porque, tal como Weber no trato da burocratização e da rotinização do carisma, ele traz a dialética entre estruturas estruturadas (*forma formata*) e estruturas estruturantes (*forma formans*) para um beco sem saída (Cassirer, 1995: 19, 30). Se a cultura é um “poder criador de formas”, ao mesmo tempo ela é necessariamente e efetivamente um poder capaz “de romper e de destruir formas” (Cassirer, 1949: 879). Há, de fato, uma tensão entre a estabilização e a criação, entre uma tendência que leva na direção de formas estáveis e rígidas e outra que rompe essa rigidez, mas não é necessário assumir *a priori* que a cultura só pode funcionar como forma de violência simbólica que, por reproduzir o passado de modo não dialético, bloqueia o futuro.

11. Cassirer é muito influenciado pela filosofia da linguagem de Humboldt. Ao ler Cassirer, tive a sensação de que a principal intuição de Habermas (1987, I: 387), segundo a qual o *telos* do entendimento pertence à linguagem enquanto tal, já pode ser encontrada na filosofia da linguagem de Humboldt. Valeria a pena ver até que ponto a *Teoria do agir comunicativo* de Habermas toma emprestado e desenvolve sistematicamente as ideias anteriormente formuladas por Humboldt em sua famosa introdução ao “Kawiwork” (Humboldt, 1963).

A fenomenologia do espírito

Tem sido dito que Cassirer sempre foi um pouco “relutante em aceitar o negativo” (Kroise, 1987: 210). Isso é verdade, mas se ele minimiza a oposição trágica entre vida e forma, ele, no entanto, presta a devida atenção à oposição entre as próprias formas:

O verdadeiro lugar de combate se revela não apenas lá onde a mediação do espírito está lutando contra a urgência da vida, mas lá onde as missões do próprio espírito, na medida em que sempre se diferenciam mais e mais finamente, ao mesmo tempo alienam-se um do outro (Cassirer, 1985: 78).

Ao contrário de Simmel (1996), que enfatiza o conflito vertical entre a fluidez da vida e a fixidez das formas, mas tal como Weber (1966: 536-573), Cassirer salienta o potencial de um conflito horizontal entre as formas. Algumas formas podem – enquanto outras não – coexistir na mesma mente ou no mesmo ambiente cultural. A linguagem, por exemplo, convive pacificamente com a religião numa cooperação frutífera. O conhecimento científico e o tecnológico se complementam e tendem até mesmo a se fundir alegremente um no outro. Mas o conhecimento científico e o mito são incompatíveis entre si, e o mesmo talvez pudesse ser dito sobre a religião e a lei secular, ou sobre a tecnologia e a ética.

No segundo e, especialmente, no terceiro volume de *A filosofia das formas simbólicas*, Cassirer toma os conflitos internos às formas e entre elas como o ponto de partida de uma “fenomenologia do conhecimento” (Cassirer, 1923-1929/1964, III: vi) que considera a odisséia do espírito em termos de movimento progressivo de uma sempre crescente espiritualização (*Vergeistigung*) (Verene, 1969). Cassirer distingue três funções da mente. Ele as nomeia de “função expressiva”, “função de representação” e “função conceitual”. Lembremo-nos da *Fenomenologia do espírito* de Hegel: ele descreve essas funções como tantas etapas dialéticas no desenvolvimento da relação da mente com o seu objeto. A função expressiva, representada de modo mais puro pelo mito, é um estágio de unidade simples entre símbolo e objeto; nenhuma distinção genuína é feita entre símbolo e objeto. A função de representação, tal como expressa na linguagem, é um estágio de disjunção ou “descentralização” (Piaget) entre símbolo e objeto; o objeto é considerado como totalmente diferente do símbolo. O estágio conceitual, mais puramente expresso pela ciência, é um estágio em que a separação é superada; o objeto é visto como construção do símbolo, como um símbolo de uma ordem diferente.

Embora Cassirer critique severamente Hegel por suprimir a autonomia das formas simbólicas, ele é claramente influenciado pelo autor da *Fenomenologia do espírito*,

e isso a ponto de parecer ter sido tomado em um verdadeiro dilema kantiano-hegeliano (Knoppe, 1992: cap. 9). Por um lado, ele segue Kant e reconhece a diversidade qualitativa das formas simbólicas. As formas simbólicas são objetivações autossuficientes e autônomas do espírito, cada uma seguindo suas leis imanentes e nenhuma sendo redutível a outra. Por outro lado, ele segue Hegel e transmuta as formas para processos dialéticos e, por fim, acaba considerando as funções que expressam como tantos estágios do movimento contínuo na direção de uma maior espiritualização. É verdade que a dialetização de Cassirer do conflito entre as formas não termina em uma filosofia metafísica da história que substancializa e reifica uma das formas. Ele não evita a dupla tentação de transformar a função simbólica em uma substância, ou, o que talvez seja melhor, em um sujeito, e de conceber as diferentes formas como tantos modos de aparecimento do ser essencial desse sujeito. No entanto, ao enfatizar o dinamismo e considerar o desenvolvimento do espírito como uma sucessão de formas, a imanência e autonomia de cada forma são seriamente postas em xeque.

De acordo com Cassirer, algumas formas culturais têm uma tendência imanente à hegemonia. Em vez de coexistirem pacificamente umas com as outras e complementarem-se mutuamente, “como cores e sons” (Simmel, 1912: 8), em vez de aceitarem a sua posição relativa no conjunto, algumas das formas simulam validade absoluta e tentam subjugar as demais formas através da incorporação de seus conteúdos. Em *O mito do Estado*, Cassirer analisa a catástrofe fascista em termos de uma desdiferenciação ou fusão patológica e sistematicamente induzida das formas simbólicas autônomas. O que caracteriza o fascismo, segundo Cassirer, é a “dessimbolização repressiva”: os mitos não são mais um produto da livre imaginação, mas são “feitos de acordo com um plano” (Cassirer, 1946/1975: 282)¹². Os mitos políticos – como o mito de raça e o mito do *Führer* – são sistematicamente produzidos e difundidos para as massas através dos meios de comunicação. Como resultado, a vida é ritualizada, a comunidade racial é afetivamente catequizada, as emoções assumem precedência sobre a faculdade racional, e a autonomia do indivíduo é abolida. No fascismo, tecnologia e mito se fundem e, à medida que se tornam hegemônicos, paralisam o poder de oposição das outras formas. Consequentemente, nenhuma instância crítica permanece para poder regular e subjugar as formas hegemônicas. De acordo com Cassirer, é dever do filósofo e de todos os cidadãos contribuir para o desenvolvimento das forças críticas artísticas, científicas e éticas, de modo que os monstros míticos sejam continuamente checados e subjugado por forças superiores.

Cassirer é um pensador verdadeiramente cosmopolita. Ao tomar uma posição crítica, ele dá uma virada prática em sua filosofia das formas simbólicas, mudando assim

12. A noção de “dessimbolização repressiva” foi forjada por um acadêmico francês como um paralelo à noção de “sublimação repressiva” de Marcuse. Ver Gaubert (1996: 103, n. 132).

o seu pensamento de uma filosofia da representação para uma filosofia da ação. Desse modo, ele implicitamente encontra o primado da razão prática sobre a razão pura e coloca sua crítica da cultura em novas bases praxeológicas. Baseados em uma linguagem filosófica padrão, poderíamos dizer que, em seus escritos políticos, ele desenvolve uma crítica da razão prática, esta última sendo concebida como razão simbólica e como práxis política.

Conclusão: em direção a uma sociologia prática

Embora Ernst Cassirer possa ter influenciado significativamente as sociologias de Elias, Bourdieu, Habermas e Freitag, ele permanece muito mais como um filósofo, não tendo contribuído, diretamente, para a sociologia como disciplina. No entanto, sua filosofia das formas simbólicas, da qual sua filosofia da ciência é apenas uma parte, é importante para a sociologia por pelo menos três razões.

Em primeiro lugar, sua investigação sobre as condições de possibilidade da ciência significou um enfrentamento e rompimento com o “dogma da imaculada concepção” empirista (Nietzsche). Ao antecipar e contribuir para o esgotamento do positivismo e para o surgimento de filosofias pós-positivistas da ciência, ele demonstrou, de modo convincente, que os fatos empíricos são sempre sobredeterminados pela teoria e, por outro lado, que a teoria é sempre subdeterminada pelos fatos. Como diz Bourdieu, e sabemos até que ponto ele foi influenciado por Cassirer: “os fatos são conquistados, construídos e constatados” (Bourdieu *et alii*, 1973: 24, 81). Além disso, ao atacar as concepções substancialistas da tradição aristotélica e ao desenvolver uma concepção protoestruturalista ou funcionalista da realidade para então substituí-las, ele pôde ser visto como importante figura para o desenvolvimento do “realismo relacional”, que é, sem dúvida, um dos principais paradigmas nas ciências humanas.

Em segundo lugar, ao realizar uma virada cultural na filosofia transcendental, Cassirer passou, com sucesso, de uma crítica da razão para uma crítica da cultura. Sua filosofia das formas simbólicas nos lembra não só o fato de que estamos sempre já inseridos em um mundo dotado de significados, como também que este mundo da cultura é, literalmente, “nosso mundo”, pois aproveitando as formas simbólicas que medeiam nossa ação, dotamos o mundo de significado e, assim, o tornamos “nosso mundo”. De acordo com Cassirer, o principal objetivo de todas as formas culturais consiste na tarefa de construir um mundo comum de pensamentos e de sentimentos, um mundo de humanidade que simula ser um *koinon kosmon*. Ao se basear em Humboldt, Cassirer concebe a linguagem, conforme vimos, como o primeiro

e decisivo passo para esse mundo comum em direção ao qual a cultura caminha. A cultura, em geral, e a linguagem, em particular, fornecem uma base comum aos seres humanos, relacionando-os uns aos outros.

A cultura, no entanto, não é uma coisa ou uma substância, mas um processo praxeológico. Como tal, “exige um sistema de ações” (Cassirer, 1979: 65). A cultura só é possível se apropriada pelos indivíduos que, ao se apropriarem dela, reproduzem-na e transformam-na e, assim, idealmente, percebem a si mesmos. Com amparo no teorema da “dualidade da estrutura” de Anthony Giddens (1984: 25), poderíamos dizer que a cultura é tanto o meio quanto a consequência das práticas significativas dos indivíduos. A cultura conecta e, embora esteja sempre ligada a condições nacionais e até mesmo individuais, é potencialmente universal. Ela transcende comunidades particulares e proporciona uma base para a construção de um mundo comum. Este mundo comum, no entanto, não é um dado, mas uma ideia e um ideal. Como a razão, a cultura não é, portanto, um dado, mas uma tarefa. Neste sentido, a cultura realmente exige um sistema de ações – ações que atualizam o potencial da cultura e que tentam realizar as promessas da razão prática.

Em terceiro lugar, ao realizar uma guinada política na sua filosofia praxeológica da cultura, a crítica neokantiana da cultura transcende a si mesma em direção a uma teoria social crítica que é animada pelo “interesse emancipatório no conhecimento” (Habermas). De acordo com sua vocação final, Cassirer concebe a filosofia como o guia e o zelador da cultura e da razão. Seu dever é lembrar-nos que temos de lutar pelos ideais sobre os quais repousa a nossa cultura. “Na hora do perigo [fascista], o vigilante, que deveria nos vigiar, dormiu” (Schweitzer, apud Cassirer, 1979: 60). Hoje em dia, o fascismo se foi, mas reemerge continuamente sob diferentes disfarces (nacionalismo, fundamentalismo etc.). E a própria cultura é constantemente mercantilizada pelo mercado e instrumentalizada pela administração, tendo como resultado o fato de que o seu potencial emancipatório tende a ser sufocado (Habermas, 1987, II: cap. 8). Se não queremos que ela seja silenciada uma vez mais, temos que permanecer vigilantes. Gosto de pensar que, enquanto disciplina crítica, a sociologia tem o seu papel a desempenhar, como promover “o projeto inacabado do Iluminismo”. Isto pressupõe, no entanto, que nós coloquemos a sociologia de volta nos trilhos da filosofia prática.

Com demasiada frequência, a sociologia tem concebido a si mesma num espírito cientificista, como uma espécie de jovem herdeira ou de emuladora das ciências naturais. Sem explicitamente dizer, sem sabê-lo e talvez até mesmo sem querê-lo, ela tem se orientado na direção da primeira crítica de Kant. Na *Crítica da razão pura*, Kant lançou, como todos sabemos, uma investigação sobre as condições de

possibilidade do conhecimento científico. No entanto, sua crítica filosófica garante a possibilidade de conhecimento objetivo apenas na medida em que se refere ao domínio do mundo fenomênico; o domínio numênico da prática, entendido em sua dimensão moral irreduzível, não pode aspirar a um conhecimento objetivo ou positivo. Livre, a atividade prática pertence ao reino da liberdade e, para Kant, a liberdade está fora do âmbito da ciência. Aqui, quero argumentar que a sociologia escolheu o caminho errado e que, em vez de acatar as sugestões da primeira crítica, deveria orientar-se sistematicamente em direção da segunda crítica. Na *Crítica da razão prática*, Kant investiga as condições de possibilidade da ação autônoma, moral. A sociologia pertence às ciências morais. Seu objeto é o sujeito. É apenas abandonando de uma vez por todas a sua referência ao modelo ontoepistemológico, que não combina com o seu objeto, que ela poderá realizar sua promessa de ciência humana, como ciência do “homem” como agente livre e moral. É somente orientando-se na direção da *Crítica da razão prática* que a sociologia pode prosseguir com seu próprio projeto. Esse projeto é, ao mesmo tempo, moral e crítico. Destina-se a continuar o projeto do Iluminismo e a aumentar a autonomia do sujeito e da sociedade. Em suma: confrontada com a oposição kantiana entre o domínio dos fenômenos regidos por leis (que é objeto do conhecimento empírico) e o domínio numênico da liberdade ética e política (que é objeto da filosofia prática), a sociologia deve escolher, e, se de modo sério e reflexivo considerar o seu tema, ela não tem outra opção a não ser tornar-se uma sociologia prática.

Tanto para Kant quanto para Cassirer, toda a filosofia prática está intimamente relacionada à questão dos direitos inalienáveis. Na questão dos direitos humanos, eles encontram a realização da filosofia prática. No entanto, se a filosofia pretende realizar seus objetivos e aumentar a autonomia dos seres humanos e da sociedade, deve passar por cima de uma concepção escolástica e abraçar uma concepção mundana de filosofia (*concepto cosmicus* – Kant, 1983: B867). É claro, Kant e Cassirer pensam que o conhecimento puro, o conhecimento pelo conhecimento, é importante. Ainda assim, eles não estão satisfeitos com a compreensão da filosofia segundo a sua concepção puramente escolástica. A filosofia deve se relacionar com o mundo. Devidamente concebida, sua missão é conectar todos os conhecimentos para a finalidade essencial da própria razão humana. A razão não é um dado, mas é, como Fichte costumava dizer, uma tarefa. Gosto de pensar que também a sociologia tem um papel a aqui desempenhar. Temos que lutar não apenas para defender os ideais da razão, mas também para realizá-los.

Referências

ARATO, Andrew. The neo-idealist defense of subjectivity. *Telos*, v. 21, p. 108-161, 1974.

BACHELARD, Gaston. *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

———. *Philosophie du non*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1994.

———. Sur le pouvoir symbolique. *Annales E. S. C.*, v. 23, n. 3, p. 405-411, 1978.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton, 1973.

CASSIRER, Ernst. *Zur Metaphysik der symbolischen Formen*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1995.

———. *Substanzbegriff und Funktionsbegriff. Untersuchungen über die Grundfragen der Erkenntniskritik*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchhandlung, 1910/1994.

———. *Symbol, Technik, Sprache. Aufsätze aus den Jahren 1927-1933*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1985.

———. *Symbol, myth, and culture. Essays and lectures of Ernst Cassirer 1935-1945*. New Haven (CT): Yale University Press, 1979.

———. *The myth of the State*. New Haven (CT): Yale University Press, 1946/1975.

———. Davoser Disputation zwischen Ernst Cassirer und Martin Heidegger. In: VON HERRMANN, Friedrich-Wilhelm. *Martin Heidegger: Kant und das Problem der Metaphysik*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1929/1973.

———. *An essay on man*. New Haven (CT): Yale University Press, 1944/1972.

———. *Das Erkenntnisproblem in der Philosophie und Wissenschaft der neueren Zeit*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1906-1907/1971.

———. *Philosophie der symbolischen Formen. Die Sprache; II: Das Mythische Denken; III: Phänomenologie der Erkenntnis*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1923-1929/1964.

———. *Zur Logik der Kulturwissenschaften*. Fünf Studien. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1942/1961.

———. *Wesen und Wirkung des Symbolbegriffs*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1956.

———. Spirit and life in contemporary philosophy: In: SCHILPP, Paul (Ed.). *The philosophy of Ernst Cassirer*. Evanston (IL): Northwestern University Press, 1949.

CAWS, Peter. *Structuralism. A philosophy for the human sciences*. Atlantic Heights (NJ): Humanities Press, 1990.

DUSSORT, H. *L'école de Marbourg*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.

FOUCAULT, M. Une histoire restée muette. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits (1954-1969 1: 545-49)*. Paris: Gallimard, 1994.

FREITAG, M. *Dialectique et société*. 1: "Introduction à une théorie générale du symbolique"; 2: "Culture, pouvoir, contrôle. Les modes formels de reproduction de la société". Montréal (CA): Éditions Saint-Martin, 1986.

GAUBERT, Joël *La science politique d'Ernst Cassirer*. Paris: Éditions Kimé, 1996.

GESSNER, Willfried. Geld als symbolische Form. Simmel, Cassirer und die Objektivität der Kultur. *Simmel Newsletter*, v. 6, n. 1, p. 1-30, 1996.

GIDDENS, Anthony. *The constitution of society. outline of the theory of structuration*. Cambridge (UK): Polity Press, 1984.

HABERMAS, Jürgen. Die befreiende Kraft der symbolische Formgebung. Ernst Cassirer's humanistische Erbe und die Bibliothek Warburg. In: HABERMAS, Jürgen. *Vom sinnlichen Eindruck zum symbolischen Ausdruck*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.

———. *Nachmetaphysisches Denken. Philosophische Aufsätze*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988.

———. *Theorie des kommunikativen Handelns*. I: "Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung"; II: "Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft". Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987.

HOLZHEY, H. Der Neukantismus. In: HÜGLI, A.; LÜBCKE, P. (Eds.). *Philosophie im 20. Jahrhundert*, p. 19-51. Hamburg: Rowohlt, 1992.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Ueber die Verschiedenheit des menschliches Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts. In: HUMBOLDT, Wilhelm von. *Werke, III: Schriften zur Sprachphilosophie*, p. 368-756. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963.

KANT, Immanuel. *Kritik der reinen Vernunft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983.

KAUFMANN, Felix. Cassirer's theory of scientific knowledge. In: SCHILPP, Paul A. (Ed.). *The philosophy of Ernst Cassirer*. Evanston (IL): Northwestern University Press, 1949.

KNOPPE, Thomas. *Die theoretische Philosophie Ernst Cassirer's. Zu den Grundlagen transzendentaler Wissenschafts und Kulturtheorie*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1992.

KÖHNKE, Klaus Christian. *Entstehung und Aufstieg des Neukantianismus. Die deutsche Universitätsphilosophie zwischen Idealismus und Positivismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.

KROISE, John Michael. *Cassirer. Symbolic forms and history*. New Haven (CT): Yale University Press, 1987.

LUKÁCS, Georg. *Die Zerstörung der Vernunft*. Berlin: Aufbau Verlag, 1955.

MASO, Benjo. Elias and the neo-kantians: intellectual backgrounds of the civilizing process. *Theory, Culture & Society*, v. 12, p. 43-79, 1995.

ÖLLIG, Hans Ludwig. *Der Neukantianismus*. Stuttgart: Metzlersche Verlagsbuchhandlung, 1979.

ORTH, Ernst. Georg Simmel als Kulturphilosoph zwischen Lebensphilosophie und Neukantianismus. *Reports on Philosophy*, v. 14, p. 105-120, 1991.

ROSE, G. *Hegel contra Sociology*. London: Athlone Press, 1981.

SCHNÄDELBACH, Herbert. *Philosophie im Deutschland, 1831-1933*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

SIMMEL, Georg. Lebensanschauung. Vier metaphysische Kapitel. In: SIMMEL, Georg. *Gesamtausgabe*, 16. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1918/1999.

———. Der Begriff und die Tragödie der Kultur. In: SIMMEL, Georg. *Gesamtausgabe*, 14, p. 385-416. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986/1996.

———. *Die Religion*. Frankfurt am Main: Rütten und Loening, 1912.

VANDENBERGHE, Frédéric. L'École de Montréal : théorie critique ou critique théorique de l'asociété? *Société*, v. 26, p. 115-151, Montréal, 2006.

———. *La sociologie de Georg Simmel*. Paris: La Découverte, 2000.

———. "The real is relational". An epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. *Sociological Theory*, v. 17, n. 1, p. 32-67, 1999.

———. *Une histoire critique de la sociologie allemande. Aliénation et réification, 2: "Horkheimer, Adorno, Marcuse, Habermas"*. Paris: La Découverte, 1998.

———. *Une histoire critique de la sociologie allemande. Aliénation et réification, 1: "Marx, Weber, Simmel, Lukács"*. Paris: La Découverte, 1997.

———. Comparing neo-Kantians: Ernst Cassirer and Georg Simmel. *Occasional Papers in Sociology*, n. 49, Department of Sociology, University of Manchester, 1996.

VERENE, P. Kant, Hegel, and Cassirer: the origins of the philosophy of symbolic forms. *Journal of the History of Ideas*, v. 30, n. 1, p. 33-46, 1969.

WEBER, Max. Zwischenbetrachtung: Theorie der Stufen und Richtungen religiöser Weltablehnung. In: WEBER, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie, 1*, p. p. 536-573. Tübingen: Mohr, 1966.

WHORFF, Benjamin. *Language, thought and reality*. Cambridge (MA): MIT Press, 1956.

WILLEY, Thomas. *Back to Kant. The revival of kantianism in German social and historical thought, 1860-1914*. Detroit (MI): Wayne State University, 1978.



Centralidade de um cosmopolitismo periférico: a “Coleção Grandes Cientistas Sociais” no espaço das ciências sociais brasileiras (1978-1990)

Recebido: 19.01.17

Aprovado: 19.08.17

Lidiane Soares Rodrigues*

* Lidiane Soares Rodrigues é professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil. Orcid nº 0000-0003-2011-9888. <lidianesrgues@gmail.com>.

Resumo: A investigação a respeito da circulação internacional dos saberes tem mostrado que os países dominados no espaço econômico e político se inclinam à prática importação de bens dos países dominantes também no plano simbólico. Contudo, eles não o fazem, passiva ou aleatoriamente; mas segundo princípios estruturantes de seu próprio mercado cultural interno. Ao adotar esta perspectiva, o presente trabalho tratará da “Coleção Grandes Cientistas Sociais”, publicada pela editora Ática, entre 1978 e 1990, e coordenada pelo sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995). O artigo descreverá a coleção, fará uma sociogênese da editora, caracterizará as negociações prévias à escolha de autores para compô-la e, finalmente, situará os agentes envolvidos no espaço das ciências sociais brasileiras, reconfigurado durante a década de 1970.

Palavras-chave: Ciências sociais brasileiras. Circulação internacional. Florestan Fernandes. Coleções didáticas. Editoras.

The centrality of a peripheral cosmopolitanism: the “Collection of Great Social Scientists” in Brazilian social sciences (1978-1990)

Abstract: Research on the international circulation of knowledge has shown that countries dominated in the economic and political space are prone to the practice of importing goods from dominant countries also on a symbolic level. However, they do not do this, passively or randomly; but according to structuring principles of its own internal cultural market. Adopting this perspective, the present work will deal with the “Collection Great Social Scientists”, published by the “Ática” publisher, between 1978 and 1990, and coordinated by the sociologist Florestan Fernandes (1920-1995). The article will describe the collection, make a sociogenesis of the publisher, characterize the negotiations prior to the authors’ choice to compose it, and, finally, situate the agents involved in the space of Brazilian Social Sciences, reconfigured during the 1970s.

Keywords: Brazilian social sciences. International circulation. Florestan Fernandes. Didactic collections. Publishing.

Introdução

A circulação internacional de bens culturais reproduz as assimetrias geopolíticas entre os países, assumindo feições particulares, marcadas pelas especificidades das práticas simbólicas, irredutíveis a diferenças de riqueza econômica e poderes políticos (Sapiro, 2013; Wallerstein, 2009; Gingras, 2002; Heilbronn, 2008; Casanova, 2002). Se os países dominados no espaço global se inclinam à importação de bens, eles não o fazem passiva ou aleatoriamente. São os princípios estruturantes de seu mercado interno que orientam esta prática (Pontes, 1995; Peixoto, 1989). Neste sentido, o intercâmbio global é duplamente condicionado, e os critérios seletivos dos polos exportador-importador são indissociáveis das respectivas tradições culturais e científicas, assim como do valor das mesmas no campo global.

1. São numerosas as escolhas efetuadas pelos mediadores do processo que vai da introdução de um autor estrangeiro no mercado de leituras até sua – eventual – transformação em clássico:

a. seleção (de livros/excertos);

b. tradução linguística e cultural (cujo valor associa-se à reputação da casa editorial, do tradutor da língua, da relação dos comentador(es) com a obra/autor e o país estrangeiro;

c. demarcação classificatória disciplinar (ou trans/inter/multidisciplinar), por meio de vários tipos de paratextos, prefácios, resenhas (Genette, 2009);

d. negociação, a cada um dos passos anteriores, com os pares (aliados e concorrentes ativos na recepção) e clientela (de leitores) (Sapiro, 2014; Sora, 2014; Bourdieu, 2002b; Burke & Hsia, 2009).

Um tipo interessante de importação-exportação consiste na introdução de um autor em certo domínio do saber praticado em um país estrangeiro (Pinto, 2002; Boltanski, 1975). As tomadas de posição implicadas nas operações práticas deste processo são condicionadas pelas posições dos agentes, somente inteligíveis nos quadros nacionais em que trabalham¹. Ao adotar esta perspectiva, o presente trabalho tratará da “Coleção Grandes Cientistas Sociais” (doravante, CGCS), coordenada por Florestan Fernandes (1920-1995) e publicada entre 1978 e 1990 pela Ática, editora com sede na cidade de São Paulo e de circulação nacional. Após descrever a coleção, a análise retomará as origens da editora e, em seguida, caracterizará o *modus operandi* da seleção autoral que resulta em seus “Grandes Cientistas” – pois o “elenco de autores” ofertado ao público não corresponde apenas às predileções do coordenador, é resultado de um processo de negociação entre ele e seus colaboradores. Finalmente, situará os agentes principais da CGCS no espaço das ciências sociais brasileiras, reconfigurado durante a década de 1970.

A “Coleção Grandes Cientistas Sociais”: autodefinição e morfologia

A coleção é composta por 60 volumes, cada um dedicado a (58) “Autores” diferentes. Os livros são classificados em sete “disciplinas fundamentais”: sociologia (18 “Autores”/volumes), política (14), economia (8), história (7); antropologia (5), psicologia (5), geografia (3). O conteúdo dos livros apresenta duas frações: uma na qual o(s) “Autor(es)” são “focalizados através de introdução crítica e biobibliográfica”, assinada por “especialistas da universidade brasileira”; a segunda, a apresentar “uma coletânea dos textos mais representativos de cada autor” (isto é: selecionados pelo

referido “especialista”). No texto introdutório, o “especialista” versa sobre a vida e a obra do “Autor” que intitula o volume, justifica os critérios que nortearam sua seleção dos excertos e apresenta uma bibliografia complementar. Na contracapa, na primeira página e no *folder* de propaganda para difusão nacional, os paratextos seguem um modelo fixo e apresentam os atributos – dos “Autores”, do coordenador e dos “especialistas” (ver Anexo 1). A palavra “autor” é grafada com maiúscula nos paratextos de vários volumes; as “disciplinas fundamentais” consistem em zonas fluidas de classificação dos “Autores”-volumes: se alguns são fundadores delas (sociologia/Durkheim, v. 1); numerosos suscitam interesse porque “não se limitou ao campo (disciplinar)” (economia/Keynes, v. 6); “superou estreitos limites tradicionais” (antropologia/Godelier, v.21); “sobrepuja os limites dessas especializações” (sociologia/Bastide, v. 37)². A coleção conta um coordenador, 60 volumes, 58 “Autores”, 56 “especialistas”³.

QUADRO 1
DISTRIBUIÇÃO DOS LANÇAMENTOS DOS TÍTULOS

Grandes Cientistas Sociais: ritmo de publicação (coleção x disciplinas na coleção)							
Ano de lançamento	Sociologia	Política	Economia	História	Antropologia	Psicologia	Geografia
1978	☞☞	☞	☞	☞	☞	☞	
1979	☞☞☞			☞☞	☞	☞	
1980	☞		☞				
1981	☞	☞☞☞☞	☞		☞		
1982	☞	☞☞☞☞☞	☞☞	☞		☞	
1983	☞☞☞	☞☞	☞	☞	☞		
1984	☞	☞☞	☞	☞	☞		☞
1985	☞☞☞			☞			☞
1986	☞☞☞	☞☞			☞	☞	
1986-1989							
1990			☞				☞

O ritmo da publicação evidencia alguns traços comerciais. A primeira edição dos volumes foi constante e pode-se inferir que fossem preparados em blocos, posto que lançados conjuntamente. Trata-se de uma indução de princípio de mercado adequada ao perfil da coleção. Dificilmente seu consumidor se interessaria por todos os volumes, salvo casos mais raros de praticantes de “coleccionismo”. Manter o consumidor alerta à coleção supunha o lançamento contínuo de novos trabalhos. No entanto, a regularidade do lançamento da CGCS não corresponde ao das disciplinas

2. As citações deste parágrafo foram retiradas de paratextos da CGS. As aspas indicam não apenas as citações, mas os princípios de entendimento e classificação próprios à coleção, tomados enquanto categorias próprias constituídas e compartilhadas pelas/nas diversas trocas e interesses que caracterizam o entrelaçamento dos agentes envolvidos na CGCS. É neste sentido também que a naturalização e essencialização da classificação disciplinar pelo inconsciente acadêmico (Charle, 2006 apud Clément, 2016) é recusada neste trabalho, a favor de uma perspectiva relacional e histórica, na esteira de Abbott (2006), Heilbron (2003) Heilbron & Bokobza (2015).

3. O número de autores não coincide com o dos volumes, pois Karl Marx conta com três volumes (em sociologia, economia e história); e Friedrich Engels, com dois (em política e história, juntamente com Marx). O número de organizadores dos volumes também não coincide com 60, pois dez dentre eles preparam mais de um volume, cinco volumes são preparados por duplas, uma das quais organiza dois volumes.

no interior dela. A geografia é numericamente menos representada e foi inserida tardiamente; a política apresenta lançamentos acidentados: entre o primeiro e o segundo títulos, passaram-se quatro anos e, nesse ínterim, um bloco de lançamentos ocorreu sem sua presença. A volta à coleção é marcada por cinco volumes, de uma só vez, em 1982, ano em que são lançados dez títulos: façanha não realizada por qualquer outra área, sem, contudo, manter o ritmo. A sociologia é a mais numerosa e constante: não há um bloco de lançamentos em que ela não compareça com pelo menos um volume. Esta descrição sumária assinala o feito comercial da CGCS e também o quanto ela dependeu do capital social de Florestan Fernandes, acumulado na disciplina em que atuou institucionalmente por mais tempo e da qual seu nome é indissociável – a sociologia.

A gênese de um *ethos*: o curso da Editora Ática

4. A reconstituição que segue utiliza as aspas com intuito similar ao indicado acima. As informações foram retiradas das principais referências para a gênese da editora (Borelli, 1996; Paixão, 1996). Os termos classificatórios empregados por Fernando Paixão são particularmente significativos pois ele trabalhou na Ática entre 1972 e 2007, assim, seu entendimento se coaduna com o entrelaçamento aludido. Os grifos acima, e em todo o restante deste texto, são nossos; a notação “s/i” indica que não foram encontradas as informações.

5. Este trabalho empenha-se em desnaturalizar as categorias classificatórias dos agentes. A principal delas é precisamente “professor”. Eis o motivo de destacar a palavra com as aspas.

As origens da Editora Ática remontam à produção de apostilas escolares, com vistas ao barateamento de material didático e à facilitação da comunicação pedagógica entre professores e alunos com *handicap* cultural e escolar⁴. Em 1956, os irmãos Vasco Fernandes Dias (s/i) e Anderson Fernandes Dias (1932-1988), uniram-se a Antônio Narvaes Filho (s/i), colega do segundo na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP), e fundaram o “Curso Madureza Santa Inês”. Os cursos de madureza eram destinados a pessoas que haviam interrompido o percurso regular dos estudos, desejavam retomá-lo e concluí-lo rapidamente. Tais cursos foram regulamentados pelo Estado brasileiro apenas em 1961. E, a partir de 1970, foram denominados “supletivos”. O material usado no “Madureza Santa Inês” era elaborado pelos professores, que aproveitavam a preparação das próprias aulas, impresso num mimeógrafo a álcool e distribuído no formato “apostilas”. Elas eram gratuitas, reduzindo os gastos dos alunos com livros. O aumento acelerado da clientela levou a modificações: adquiriu-se mimeógrafos modernos e contratou-se funcionários para manuseá-los. Em 1962, os sócios fundaram a Sociedade Editora Santa Inês Ltda. (Sesil), com o objetivo de aprimorar a confecção das apostilas, cujo negócio insinuava-se mais lucrativo que o curso supletivo. Em agosto de 1965, os sócios do “Madureza Santa Inês” fundaram a Editora Ática (doravante, Ática), sediada no bairro da Liberdade (Borelli, 1996; Paixão, 1996).

Como ocorre com os empresários de economias em crescimento frenético, o salto para a fatura industrial é marcado por uma aposta de risco – de cujo sucesso ou fracasso permanece inercialmente refém, do ponto de vista material e simbólico. No caso em questão, tratou-se de lançar no mercado a edição do *Estudo dirigido de português*, do “professor” Reinaldo Mathias Ferreira⁵. O livro era dividido em

duas partes: uma dedicada a explicações (teóricas) de gramática, outra composta por exercícios (práticos) de aplicação das lições. A chancela da “Comissão para o Livro Didático do Estado de São Paulo” e o sucesso de vendas transformaram o livro numa obra de referência: entre professores, para o ensino de língua portuguesa; e entre as editoras do ramo didático, para a elaboração de outras séries de “estudos dirigidos”. Durante a década de 1970, outros modelos de livros didáticos e paradidáticos da Ática, também inovadores em termos de estratégias de ensino, tornam-se modelares (Borelli, 1996; Paixão, 1996).

A Ática atravessou as fases de sedimentação material e construção de uma identidade no mercado editorial em ritmo vertiginoso. A fase híbrida e de transição – na qual convivem a fatura artesanal e a produção industrial – foi sucedida por uma sobreposição desta àquela. A ascensão fulminante corresponde ao padrão típico do capitalismo tardio e da “modernização conservadora” brasileiros – tanto do ângulo da produção quanto do consumo (Novais & Cardoso de Mello, 1998). Ademais, a empresa consiste num segmento particular do processo mais amplo de estabelecimento da indústria cultural em escala nacional, observado em outros domínios da produção de bens simbólicos – como o televisivo, o cinematográfico, o jornalístico. Concomitantemente, o setor terciário expandia-se e demandava mão de obra qualificada, impactando o crescimento da população escolarizada. Essa expansão é verificada em todos os níveis do sistema escolar e foi conduzida em diversas frentes tanto pelo capital privado como pelo público, associado ao estrangeiro (Ortiz, 2001; Miceli, 1984; 2005; Arruda, 2015).

A expansão do ensino naquela década colaborou para que o negócio de livros didáticos se tornasse altamente promissor, mas não garantiu o sucesso de seus empresários. A sintonia com os problemas da nova clientela estudantil seria o trunfo dos empreendimentos no ramo. Efetivamente, torna-se uma platitude, no caso do setor didático, afirmar que o público consumidor seja o principal indutor dos catálogos (Chartier, 1999). As sondagens de que se dispõe para o período assinalam o ingresso, em todos os níveis do sistema de ensino, de camadas sociais duplamente destituídas – de capital econômico e de capital escolar (Souza, 2008). Os professores conhecem as especificidades das maneiras de aprender e a conduta ambivalente com relação à cultura legítima das primeiras gerações de estudantes oriundos de camadas sociais pouco letradas ou excluídas da formalização escolar e das práticas correlatas a ela (Bourdieu, 2002a; 2003). Por este motivo, são agentes privilegiados na elaboração de estratégias pedagógicas dirigidas à clientela. Eles e seu “saber-fazer” foram os aliados principais da Ática, que os incorporou astutamente. A capacidade da editora em satisfazer as demandas específicas da referida clientela resultou da aliança com professores, tanto no nível básico como no ensino superior⁶.

6. Sublinhe-se o ritmo acelerado da acumulação dos capitais (econômico e simbólico), para tentar desnaturalizar esta dinâmica (que tende a nos parecer “normal”, posto que os casos de ascensão fulminante caracterizam um certo padrão do capitalismo periférico) e colocar acento em seus efeitos sobre o conteúdo e os projetos editoriais – tal como o fez Bourdieu (1999) para o caso francês. Nele, o ritmo de acumulação dos capitais foi, na fase constitutiva do campo editorial, inversa à que se observa no caso brasileiro.

Já foi constatada a centralidade que a editora adquiriu no ramo didático (Borelli, 1996), e o benefício que tirou da expansão do ensino no período (Aurélio, 2014). Torna-se possível, então, perceber os efeitos simbólicos desses feitos materiais, indissociáveis da dependência dos níveis primário e secundário do sistema escolar, das demandas discentes, dos interesses dos “professores”. O lastro das primeiras conquistas comerciais constituiu um *ethos* escolar, didático e professoral às práticas e aos valores da editora – tangíveis tanto nas publicações, sejam autodenominadas ou não “didáticas”, quanto na arquitetura de sua sede e nas formas de tratamento interpessoal. Em seu edifício-sede, o destaque é a espaçosa “sala dos professores”. Anderson Fernandes Dias (1932-1988), o mentor da passagem do “curso” à “editora”, era tratado diligente e honrosamente por todos como “professor Anderson”, muito embora fosse médico (Paixão, 1996: 238) – profissão mais valorizada fora deste ambiente.

Tratou-se de uma tripla conversão originária:

- a. a do capital econômico, acumulado no negócio do curso supletivo, convertido em investimento no ramo editorial;
- b. a do trabalho de preparação de aulas em apostilas gratuitas; e
- c. a deste material didático em livros.

São transformações de trabalho e de valor, mantendo constante a clientela preferencial: os alunos com *handicap* escolar e a necessidade de avançar rapidamente na retomada dos estudos e seus professores. Estas metamorfoses são a “história feita corpo” da Ática (Bourdieu, 2012: 75-107).

Ao eleger como leitor-alvo “estudantes universitários, professores e público interessado” (ver o Anexo 1, *folder*), seus livros não fogem a este *ethos*, mas o seguem de modo específico, incorporando a bifurcação cultural da qual sua clientela é portadora. Ela é dotada de boa vontade cultural, mas não das disposições atitudinais de manejo natural com a cultura legítima. O produto da Ática conseguirá ganhá-la à condição de ser, de fato, para ela: “claro”, “simples”, “introdutório”. Entretanto, sob pena de perda do valor simbólico, e da não satisfação daquela boa vontade cultural, também é preciso parecer corresponder aos padrões elevados de sofisticação intelectual. A necessidade de manter cativo o público-alvo – simultaneamente submisso à hierarquia e relativamente descrente dela, demandando facilitação do acesso ao patrimônio cultural e satisfação simbólica – introduziu uma clivagem estruturante na fatura editorial. Os modos de produzir e fazer circular os livros – capas, tipo de

letra, propagandas, paratextos, apresentação/perfil dos autores e dos mediadores – compõem fartos indícios disso. Vale indicá-lo na CGCS. Por um lado, ambicionam ungar-se – assim como os consumidores – dos atributos de nobreza das posições simbolicamente superiores na hierarquia simbólica – majoritariamente associados aos “Autores” (ver Anexo 1, paratexto da contracapa, v. 34). Por outro, valorizam atitudes escolares, em geral associadas ao “especialista”: “introdução clara e didática”, para oferecer “parâmetros básicos”; expõe “de modo muito claro a evolução da fecunda carreira do (do “Autor”)”⁷ (ver Anexo 1, “Folder de divulgação nacional”). É de se assinalar: os atributos elevados associados aos “grandes cientistas sociais” e os rebaixados aos “especialistas das universidades brasileiras” é indissociável das posições dos mesmos no campo global e nacional da produção. De todo modo, a barganha na representação tenta contornar a assimetria do âmbito científico e do ensino universitário que tende a reduzir o valor simbólico do trabalho e dos materiais didáticos (Bourdieu, 2003: 260-265). É digna de nota.

A Ática e o “nível superior”

O primeiro empreendimento da Ática dirigido ao “3º grau de ensino” é a “Coleção Ensaios”, cujo projeto consistia em publicar teses universitárias. Para os autores, havia interesse em alargar a quantidade de leitores, espalhando-se dos especialistas aos “interessados em geral”; para a empresa, tratava-se de marcar presença num segmento ainda inexplorado (Paixão, 1996: 230), mas promissor. No quadro mais amplo de edições de “nível universitário”, o caminho havia sido aberto pela “Coleção Os Pensadores”, lançada pela Editora Abril em 1972, e que, à época, alcançou cifras surpreendentes (Pereira, 2005).

Os membros do conselho editorial de “Ensaios” trabalhavam em universidades paulistas como professores e orientadores de teses⁸. O articulador destes professores com a Ática foi José Adolfo de Granville Ponce (1933-2015), coordenador de “Ensaios”. Ele era jornalista, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN) – cisão liderada por Carlos Marighella (1911-1969), em 1967, com o intuito de resistir ao regime civil-militar por meio da luta armada (Borelli, 1996; Hallewell, 2012: 376)⁹. Em 1978, quando “Ensaios” alcança seu trigésimo volume, a CGCS é lançada (com sete livros). No decorrer da década de 1980, essas coleções continuam a ser publicadas e ensejam outras de “nível universitário” – “Série Princípios”, “Fundamentos” e “Temas”, ainda que de escopo notavelmente reduzido se comparadas a “Ensaios” e a CGCS¹⁰.

7. Qualificação extraída da contracapa do volume 17 (dedicado a Friedrich Engels, preparado por José Paulo Netto); e da contracapa do volume 4 (dedicado a Wolfgang Köhler, preparado por Arno Engelmann).

8. A saber: Azis Simão (1912-1990), Douglas Teixeira Monteiro (1926-1978) e Ruy Galvão de Andrada Coelho (1920-1990) lecionavam sociologia na Universidade de São Paulo (USP); Alfredo Bosi (1936) trabalhava no setor de literatura brasileira da USP; Flávio Vespasiano di Giorgi (1933-2012), da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP); Haquira Osakabe (1939-2008) e Rodolfo Ilari (s/i), do Instituto de Estudos Literários da Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp).

9. “Ensaios” estreia em 1974, com a tese de livre-docência da “professora” Walnice Nogueira Galvão, defendida no Departamento Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, dois anos antes, intitulada: *No calor da hora: estudo sobre a representação jornalística da guerra de Canudos – quarta expedição*.

10. Seria possível atinar mesmo para um circuito de movimentação dos acadêmicos envolvidos nesses empreendimentos. Tome-se apenas um exemplo: “Primeiros Passos”, coleção lançada pela Editora Brasiliense, em 1980, contou com a participação de muitos colaboradores da CGCS. Além disso, essas coleções, em diversos tons de intensidade, assumiam o apelo político à esquerda e oposicionista ao regime militar – dimensão que pontilhava a trajetória dos agentes e o conteúdo dos livros, no ritmo da ambígua censura ideológica mesclada ao estímulo à indústria cultural (Maués, 2005; Reimão, 1993; 2010).

11. É possível aventar que quanto mais necessário um “Autor” (dada a posição de clássico), e quanto menos valor conjuntural (Auguste Comte, Émile Durkheim), mais provável que o especialista estivesse movido por interesse econômico. É justamente o caso de Evaristo de Moraes Filho (que faz o volume Comte), para quem a atividade editorial já era uma fonte econômica suplementar. Outro tipo de interesse diria respeito à oportunidade de constituir uma rede de apoio profissional

Seleção negociada, negociadores seletos

Os interesses da editora, do coordenador e dos “especialistas” da CGCS convergem no que tange à conquista da clientela-leitora e divergem ao serem situados em relação a seus pares – na concorrência interna, entre editoras e entre acadêmicos. A ação da editora é irredutível à lógica exclusiva do ganho mercantil, ainda que ela represente o polo econômico do negócio. Em contrapartida, os acadêmicos não estão imunes a ele, ainda que correspondam ao polo cultural do empreendimento (Sapiro & Popa, 2008)¹¹. Importa esquadrihar a dupla face – econômica e simbólica – da atividade, pontilhando a ação do conjunto, caracterizando-os segundo clivagens e interesses conflitantes, assim como as múltiplas trocas – profissionais, interpessoais, afetivas – que o empreendimento coletivo demandou, por vezes como donatários, por outras como beneficiários¹².

Do ponto de vista dos acadêmicos, o interesse mais evidente consiste na oportunidade de vincular sua identidade ao nome de um “Autor”, seja construindo, seja reforçando um vínculo já existente – no caso de “especialistas da universidade” que são também “especialistas em Autor” – esse interesse corresponde a uma característica do espaço, decorrente de sua posição periférica no espaço global das trocas. Por se tratar de uma propriedade definidora da atividade simbólica – a construção de um nome (Bourdieu, 1984: 83) –, para fração expressiva dos cientistas sociais brasileiros ela se confunde com a *associação ao nome de uma sumidade*: numerosos conquistam visibilidade por serem gramscianos, foucaultianos, bourdieusianos (Rodrigues, 2011: 15-45; 2016b). O interesse em preparar um “Autor”-volume é indissociável desta dinâmica, animando frações de agentes do espaço. Portanto, se o autor fosse estrangeiro, era uma oportunidade única de associar-se *nacionalmente* a um (re)nome *internacional*, como também de tentar emplacar uma nova sumidade no mercado. A mixagem – professores universitários com autores estrangeiros – adquire mais valor num mercado em que os consumidores dispõem de boa vontade cultural numa voltagem tão alta quanto suas demandas simbólicas e estão submetidos à inércia da tradicional valorização do estrangeiro como “universal”¹³. Por este motivo, importa caracterizar, senão a trama episódica completa, os vetores que poderiam conduzir cada “especialista” a cada “Autor”¹⁴.

Cultura de professores

“[...] sinto-me realmente obrigado a prestar-lhe contas da incumbência com que o Senhor me honrou. [...], Professor, me seria fundamental a sua crítica: dura e rigorosa, como convém a toda crítica fraterna. Creia que o seu juízo sobre o material enviado à Editora Ática constitui para mim algo de muito importante” (José Paulo Netto, Lisboa, 12.12.1977).

A CGCS seria publicada pela editora Companhia Editora Nacional (CEN), de Octalles Marcondes Ferreira (1899-1972), editor já célebre pela maneira de publicar em coleções (Toledo, 2010), e a parceria daria continuidade a colaborações anteriores¹⁵. Contudo, seu falecimento e a subsequente estatização da editora impossibilitaram a realização dos planos iniciais. Florestan Fernandes era uma das personalidades de maior destaque entre os acadêmicos compulsoriamente aposentados pelo regime civil-militar, em 1969. A perseguição que sofreu foi indissociável da centralidade de seu projeto intelectual inovador e da posição institucional que angariou, entre 1954 e 1969, à frente da cátedra de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) (Blanco & Jackson, 2014; Pontes, 1998; Arruda, 1995). Esta posição era o culminar de uma ascensão social e profissional, concomitante à montagem meticulosa de uma equipe coesa e dedicada à investigação da passagem da sociedade escravista à sociedade de classes no Brasil (Rodrigues, 2011: 170). Nesses 15 anos, o sociólogo desempenhou duas atividades centrais: ensino e pesquisa – delegando parcialmente a política institucional para alunos com disposições mais afinadas com o tema (Rodrigues, 2011: 172). No período posterior à sua aposentadoria, em que coordena a CGCS, ele não se dedicou a novas pesquisas. Uma súmula de suas atividades elencaria:

a. escritos – ensaios interpretativos sobre a formação histórica do capitalismo no Brasil e na América Latina, análises de conjuntura e de ensaios autobiográficos, em que repetitivamente afirma sua origem de classe modesta e seu compromisso com o socialismo;

b. oral – palestras e atividade didática (no exterior e, durante a reabertura política, na PUC-SP, em que esteve entre os protegidos de Dom Evaristo Arns, e onde trabalhou com outros “especialistas” da CGCS); e

c. atividade editorial na Ática e na Hucitec – imprimindo, em todas elas, a marca da oposição ao regime civil-militar, e lançando-se na disputa por expoente de radicalidade política de modo voraz (Rodrigues, 2016a).

Portanto, estatizada e com vínculos estreitos com o regime, a CEN não comportaria o sociólogo. Para viabilizar a coleção, ele mobilizou sua rede de apoio e a dos colaboradores que tinha começado a reunir e os livros que já estavam em preparação foram adquiridos pela Ática (Hallewell, 2012: 376).

Florestan Fernandes convidava os “especialistas”, ofertando-lhes um “Autor”-volume do qual se ocupariam. O convidado aceitava ou titubeava a respeito do “Autor” encomendado, porém dificilmente declinava¹⁶. O coordenador insistia – de-

nucleada no âmbito editorial, com vistas seja a rendimentos econômicos (alguns tornam-se autores de livros didáticos e paradidáticos de ensino médio), seja à garantia de um canal de publicação (observa-se uma circulação de autores entre as coleções do nível superior: antes, depois ou concomitantemente ao trabalho na CGCS, alguns publicam suas teses na “Coleção Ensaíos”).

12. A correspondência documentou alguns pedidos dos “especialistas”: cartas de recomendação profissional (Leon Pomerantz); auxílio para publicação de artigos (Renato Ortiz); pedido de resenha (Evaristo de Moraes Filho). Não se subestime o encorajamento intelectual, para os “especialistas”, decorrente do peso de “estar com Florestan” (entre outros, José Paulo Netto, Francisco Iglésias). Ademais, as manifestações de afeto e apoio mútuo face aos desmandos do regime militar são constantes, enlaçando os agentes (forte e constante na missiva de Evaristo de Moraes Filho). (Anexo 2, “Dom e contra dom”).

13. A base material disso é histórica, morfológica e política e as referências

bibliográficas são inesgotáveis, envolvendo domínios múltiplos da produção simbólica – e não exclusivamente as ciências sociais. Uma súplica e uma formulação do problema encontra-se em Schwarcz (1987); outra, em Miceli (2003); e, com o escopo restrito à circulação dos cientistas sociais franceses e americanos, tem-se Peixoto (1989).

14. Encontra-se no “Fundo Florestan Fernandes”, entre as Coleções Especiais da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (Bco-UFSCar), a correspondência trocada entre alguns organizadores dos volumes da CGCS e Florestan Fernandes. Com peso maior do que as citações abaixo permitem supor, este material foi utilizado para vertebrar este trabalho. Conteúdo com auxílio dos pesquisadores Flamarion Maués e Mateus Pereira – aos quais exprimo meu agradecimento, assim como às bibliotecárias da Bco-UFSCar.

15. A primeira publicação idealizada por Florestan Fernandes como recurso didático foi organizada por Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, seus primeiro e segundo assistentes na antiga cadeira

fendendo o “Autor” encomendado ou defendendo a presença do “especialista” (e sugerindo que o convidado escolhesse seu “Autor”). Negociavam, em suma. Há dois episódios documentados que permitem afirmar que os “grandes cientistas sociais” que compõem a coleção não resultam exclusivamente dos critérios de Florestan Fernandes, tampouco da Ática, mas da barganha entre os “especialistas” e o “coordenador”¹⁷. O sociólogo Renato Ortiz foi convidado para cuidar do volume de Frantz Fanon e o historiador Francisco Iglésias para o de Marc Bloch. Ambos declinam os autores encomendados: com o sociólogo, Florestan Fernandes insiste pelo “Autor” (Fanon); com o historiador, teima pela participação de Iglésias. Puderam: o primeiro pertence à disciplina mais próxima da sua; o segundo é um nome consagrado em área vizinha. São as competências específicas dos campos disciplinares orientando a estratégia. Finalmente, depois de aventar cuidar do volume sobre Roger Bastide, Ortiz organiza o volume Pierre Bourdieu; e Iglésias, o volume Caio Prado Jr. Excetuando-se o caso de autores clássicos (Comte, Durkheim, Weber, Marx etc.), cuja presença na coleção seria óbvia, o conteúdo das negociações parece ter variado segundo:

- a. os capitais específicos que subsidiavam o convite: pertencimento disciplinar; domínio da obra e domínio linguístico para “Autores” estrangeiros; proximidade acadêmica – valoriza-se ter estudado no país de origem do “Autor” ou com seus discípulos;
- b. a capacidade do “especialista” convencer o “coordenador” a apostar no “Autor” novidade; e
- c. a posição do “especialista” na disciplina – que o inclina a estreitar os vínculos do seu nome com um clássico ou a construir o seu nome na garupa de uma incerteza.

A negociação do “Autor” implica também “apresentá-lo” ao público. Seria um ledor enganado supor que as introduções sejam meros recursos pedagógicos. Introduzir – o “Autor”, a coletânea – é construir uma posição diferencial: estrangeiro ou brasileiro, trata-se de discutir a presença do “Autor” no Brasil e situá-lo na tradição global da disciplina; destacar os atributos raros que lhe conferem valor e fisionomia inconfundível; estabelecer a urgência de sua incorporação na bibliografia usual, se for novidade; e de “retorno” a ele, se for um clássico. Portanto, autores já conhecidos são introduzidos segundo estratégias distintas daquelas necessárias para fazer valer novos autores (Sapiro & Santoro, 2017; Sapiro & Dumont, 2016; Boschetti, 2014) (Ver Anexo 3). As evidências dessa diferença são numerosas e um modo econômico de apresentá-las consiste na oposição entre a apresentação de autores clássicos, – como Auguste Comte e Max Weber – e autores pouco conhecidos à época da

publicação dos volumes a eles dedicados, como Jürgen Habermas e Pierre Bourdieu (Ortiz, 2013; Bortoluci, Jackson & Pinheiro Filho, 2015). O conteúdo destas “Introduções” é indissociável das posições e das disputas em que estão incrustados os “especialistas” que as elaboram (Blanco, 2006). A natureza pedagógica, didática, facilitadora do acesso aos “Grandes Cientistas Sociais” confere-lhes uma aura de objetividade e generosidade que trabalha em favor da sublimação social daqueles interesses de controle da leitura dos leitores. Por isso, são capazes de inculcar na clientela-leitora as categorias de apreciação e depreciação dos próprios organizadores – exportando, por meio dela, os princípios estruturantes do hermético espaço dos pares (tornando-se adepta ou crítica da classificação e hierarquização que o organizador do volume propõe)¹⁸.

A dupla destituição – econômica e simbólica – da clientela à qual deveu seus sucessos iniciais comandou duradouramente a Ática. Não surpreende que ela se oriente para o ensino superior na mesma toada das conversões de trabalho e valor e dentro do mesmo espírito pedagógico. Como no início do negócio, com as apostilas, “Ensaio” e CGCS, agregam as competências específicas, reorganizam o trabalho material dos professores e, ao reuni-lo(s), produz valor simbólico, então redistribuído para a identidade editora, em vias de acumulação de capital simbólico, e para os leitores/consumidores, ávidos por sua aquisição. Porém, diferentemente das apostilas gratuitas, as duas coleções publicam livros pagos. O valor simbólico delas se deve tanto à dupla natureza do artefato livro (Bourdieu, 1999) quanto à reunião dos capitais específicos dos agentes de sua produção cristalizados no objeto. No caso dos livros de “Ensaio”, a chancela do comitê editorial e os prefácios conferem legitimidade intelectual e política aos autores. No caso de CGCS, estas duas fontes de legitimidade encontram-se no convite de Florestan Fernandes.

Práticas e posições dos cientistas sociais brasileiros (1970-1990)

Delimitar a posição da prática docente/editorial em exame supõe caracterizar seu espaço. Desde meados dos anos 1970, um princípio de segmentação e hierarquização dos agentes e das instituições constitutivas do espaço em questão divide-os em dois polos opostos: docentes de um lado, pesquisadores de outro (Keinert, 2011). Concomitantemente, sobrepõe-se a ela outra oposição, cuja linha fronteira cinge duas modalidades de troca no espaço global. De um lado, aqueles que se apoiam em “grandes sumidades disciplinares”, em geral referidos à Europa; e, de outro, os beneficiários de “financiamento(s) em prol de instituições e projetos de pesquisa de ampla envergadura”, com suporte na liderança da Fundação Ford, e outros agentes filantrópicos (Miceli, 1990: 22). Naquela década ocorreu uma ampliação do espaço

de Sociologia I da USP, e veio a público pela CEN: *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral* inseria-se na “Biblioteca Universitária”, Série 2, Ciências Sociais, v. 5 – com edições em 1961, 1965 e em 1968 (revista) – nos 1970 e 1980, alcançou a 14 edições.

16. O *corpus* de correspondências utilizadas nesta pesquisa não documenta casos em que o convidado tenha declinado do convite.

17. Nas correspondências consultadas, não se encontrou negociação a respeito de excertos de textos, apenas em torno da escolha de autores para os volumes. Também não se encontrou reorientações dos planos em função de sucessos ou fracassos comerciais – embora seja factível supor que testes deste tipo ocorressem.

18. Ver: “O que faz quem introduz”, no Anexo 3; e Tabela 1 do Anexo 1, “O que faz quem introduz”.

das ciências sociais e sua reconfiguração é indissociável do tipo de insumos econômicos que a financiou e de alianças que a viabilizou.

A CGCS é atravessada pela diferenciação e assimetria oriundas das ciências sociais brasileiras no período, pois o novo leque de oportunidades não se abre igualmente a todos os seus praticantes. Eles vão se distribuindo segundo clivagens entre seus recursos e segundo gerações, disciplinas e regiões geográficas. Pelo menos três constelações se delimitam. Em primeiro lugar, as lideranças, gabaritadas intelectualmente e habilidosas no contorno das tensões entre o regime e seus pares de esquerda, além de dotadas de um pesado capital de relações no mundo acadêmico internacional. Eles agenciaram as alianças e negociações com o *staff* burocrático das agências estatais e internacionais, viabilizando a constituição de centros privados e Programas de Pós-Graduação (Garcia, 2008; Canêdo, 2009)¹⁹. Em segundo lugar, a fração mais juvenil, a beneficiar-se dos insumos econômicos e da expansão das instituições, agenciada por aquelas lideranças. São exemplos conspícuos os cientistas políticos Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman e Wanderley Guilherme dos Santos (Keinert, 2011). É o conjunto mais desvencilhado do padrão anterior, associado à herança europeia, francesa e catedrática; e mais sintonizado com o feito americano (em equipe, com métodos quantitativos, sem vínculo necessário com docência). Em terceiro lugar, identifica-se a fração de figurões envelhecidos pelo advento do novo perfil de profissionalização dos cientistas sociais, sem alocação nos novos arranjos institucionais – nem como as lideranças, da primeira constelação; tampouco dispondo dos capitais específicos e expertises dos mais jovens, da segunda constelação. O que lhes resta é também o que lhes excede. Em linhas gerais, são dotados de reconhecimento e visibilidade pela aura de radicalidade que a conjuntura do regime militar e suas condutas críticas auxiliaram a construir (de que os dois primeiros grupos, ainda que sejam de esquerda, não dispõem). Possuem, por isso, leitores e clientela cativos tanto no meio universitário quanto no “público mais amplo interessado” – tão convocado pela Ática, pela Abril, pela Brasiliense. Tornam-se, para o conjunto dos praticantes, faróis da referência doutrinário-ideológica e de legitimidade simbólica, ainda que suas alianças profissionais preferenciais, nesse período, oponham-nos às duas primeiras constelações (Rodrigues, 2011: 497). O caso típico é Florestan Fernandes. Trata-se de uma tripla segmentação geracional:

a. os líderes, negociadores e gestores dos centros e dos Programas de Pós-Graduação – poder temporal;

b. os jovens pesquisadores americanizados – competências e expertises; e

19. São os casos de Roberto Cardoso de Oliveira (Museu Nacional/ antropologia); Candido Mendes de Almeida (Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ)/ ciência política); Fernando Henrique Cardoso (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)/ multidisciplinar).

c. a fração envelhecida – poder espiritual (Bourdieu, 1984).

Enquanto os dois primeiros dividem tarefas do polo científico/pesquisa/produção/ inovação, os últimos situam-se no polo professoral/pedagógico/didático/reprodução, tornam-se mestres. As duas primeiras falam inglês. A CGCS, não²⁰.

Os “Grandes Cientistas Sociais” da coleção reúnem 18 países diferentes (ver. Tabela 2, Anexo 1). Na CGCS, a sociologia é alemã e francesa; a antropologia é britânica e francesa; a psicologia e a política apresentam uma dispersão de nacionalidades; a economia é britânica e polonesa; a geografia é francesa, a história é a única disciplina brasileira²¹. A forte presença alemã e francesa se repõe lendo a referida Tabela 2 (Anexo 1) na vertical: o único país a ter pelo menos um autor em todas as disciplinas é a França, seguida da Alemanha, que não possui autor em antropologia. O baixo índice da integração regional latino-americana é saliente: todos os autores dos países latino-americanos encontram-se na área de política, emparelhando-se com os russos e os do bloco socialista. Esta “disciplina fundamental” é a que apresenta maior dispersão linguística: em 14 volumes, 11 línguas. Trata-se da disciplina menos padronizada na CGCS, sucedida por economia – se considerarmos a regularidade das publicações, e a concentração linguística na fração total dos volumes. Ademais, ambas reúnem autores cuja produção intelectual não foi regrada pelo campo científico, mas pelas vicissitudes da vida política: são dirigentes políticos, líderes revolucionários ou quadros burocráticos de Estado – a saber: Lenin, Engels, Guevara, Trotski, Nabuco, Mariátegui, Deutscher, Stalin, Mao Tse-Tung, Sarmiento, Bolívar, Ho Chi Minh, Proudhon, Fidel Castro (compõem a coleção em política); Keynes, Kalecki, Lange, Malthus, Marx, Furtado, Quesnay, Bukharin (compõem a de economia). Se for correto afirmar que estas áreas apresentam uma heteronomia estruturante, isso não basta para explicar este aspecto do perfil dos autores – que é

Tempo de envelhecer, “professor-estudante”

“Este livro é composto de anotações, que serviram de base para as aulas [...] [na PUC-SP] [...]. Nunca tentara, antes, combinar a necessidade de dar aulas com a vontade de escrever um livro. [...] o professor não passa de um aluno pelo avesso. Os alunos vão e vem; a sua aprendizagem tem um ponto de partida e outro de chegada. Com o professor, tudo é diferente. Permanecemos em aprendizagem contínua. [...] como um permanente aluno mais velho [...] o professor nunca acaba de aprender e quando pensa que já domina um assunto, descobre que deveria começar de novo [...]” Florestan Fernandes. “Nota explicativa”. In: *Natureza sociológica da sociologia*. “Coleção Ensaios”, v. 65, p. 9–12. São Paulo: Ática, 1980.

Cinquenta dos 56 organizadores são identificados como “professores” e/ou com alguma variação semântica que o associe à autoridade pedagógica e à competência didática.

20. Cumpre ressaltar que é comum a expressão de reconhecimento a esta coleção, por parte dos pares. O melhor indicador disso consiste no fato de que dificilmente não suceda aos elogios a reclamação de que “seu Autor” não tenha sido contemplado – num indisfarçável impulso de se integrar à configuração. É o caso de Renato Janine Ribeiro, que afirma o interesse que teria a reedição da CGCS, e em seguida crítica a seleção, pois Thomas Hobbes não tem um volume dedicado a ele (Ribeiro, 1990).

21. Difícil seria se surpreender com isso. As disciplinas de Letras/Literatura, História e Geografia são estreitamente ligadas à constituição do Estado-Nação, é a antiguidade da área que se exprime neste número (Schwarcz, 1989). A densidade da área, acumulada no tempo, confere menos peso a autores estrangeiros, se comparada às áreas vizinhas.

valorizado na coleção: “são reconhecidos, tanto pelo vigor de suas ideias quanto pela prática destacada que tiveram no seu tempo” (*folder* de propaganda). A CGCS é lançada num período conhecido pela americanização de parâmetros do sistema escolar brasileiro, marcados pelos acordos do Ministério da Educação e da Cultura e do United States Agency for International Development (Acordos MEC-Usaid) (Cunha, 2007); e também das ciências sociais (Miceli, 1990; 1993). Como explicar então, considerando que a editora e a CGCS se afirmem em sintonia com a democratização do acesso ao patrimônio intelectual das disciplinas, que seja tão reduzido o número de autores estadunidenses: apenas dois autores – Charles Wright Mills (1916-1962), em sociologia, e Fred Simmons Keller (1899-1996), em psicologia? Menos que cancelar o acesso a um patrimônio irretocável, a coleção está tomando parte na disputa por sua delimitação. Ademais, as “disciplinas fundamentais”, na ponta de lança do processo de americanização aludido, são precisamente economia e política (Keinert, 2011; Forjaz, 1997; Loureiro, 1992). A ausência de língua inglesa e de americanos, assim como a presença de dirigentes políticos, são características que fazem destas disciplinas não apenas as menos padronizadas na coleção, aquelas que estão mais evidentemente *distantes* dos padrões em vias de se tornar predominantes nas respectivas áreas de *pesquisa*; e enalacradas na concorrência. Dito de outro modo, estão distantes do polo tendencialmente dominante, mas não incólumes a ele. Não casualmente, Florestan Fernandes não se cansa de criticar o novo padrão de profissionalização dos seus colegas, seu aburguesamento, além de se opor à presença da Fundação Ford (Rodrigues, 2010). Em suma, as duas disciplinas destacadas exprimem de modo mais nítido a *posição* da CGCS no espaço das ciências sociais brasileiras – nas demais áreas, esta posição é ofuscada pelo pertencimento dos “Autores” às disciplinas, enquanto “clássicos” (ver Tabela 2, Anexo 1).

Os segmentos acima diferenciados possuem distintas clientelas preferenciais. No que diga respeito ao cerne deste artigo, já se assinalou que a expansão do ensino superior, nos anos 1970, atrelou-se ao vertiginoso crescimento do setor terciário, que empregou diplomados em ciências sociais: imprensa, editoras, organizações não governamentais, ensino de segundo grau, agências de pesquisa de mercado, mídia e opinião, serviços de planejamento urbano etc. Ocupações importantes, particularmente para os excluídos do *cursus* da circulação internacional, tornada pré-requisito não formal de ingresso nas novas elites desse espaço (Bonelli, 1995) – e eles tendem a se concentrar nos setores da imprensa e do ramo editorial (Miceli, 1984, 2005; Ridenti, 2011: 112-119; Maués, 2005; Pereira, 2005). Ora, para aquela fração envelhecida, o trabalho nesses espaços consistiu em fonte de suprimento econômico e em modo de manter-se ativo no espaço científico e político. Ademais, esta fração de recém-chegados, excluída do percurso reservado às futuras elites e

aos “interessados em geral”, era mais sensível à mensagem doutrinário-ideológica, politicamente radical. Naquela configuração do espaço, a posição de Florestan Fernandes e a de sua clientela simbólica são homólogas e os efeitos disso são equivalentes aos observados por Pierre Bourdieu, ao analisar o Maio de 1968 francês: uma mútua, irresistível e quase mágica atração que orchestra os *habitus* (Bourdieu, 1984: 149-169).

Os segmentos diferenciados possuem também canais preferenciais distintos de veiculação: o polo docente se dirigiu à Ática, o da pesquisa, à Paz e Terra. A oposição estrutural do espaço das ciências sociais reproduz-se parcialmente entre as editoras, considerando a especificidade desse universo. O contraponto da gênese das duas editoras e dos livros publicados nos anos 1970 o comprovam.

A Paz e Terra foi fundada em 1966 pelos comunistas Ênio Silveira e Moacyr Félix. Em 1972, o empresário Fernando Gasparian, retornando ao Brasil de seu exílio em Londres, comprou-a e diversificou seu investimento, apostando também em periódicos: *Opinião*, *Cadernos de Opinião* e *Argumento*. Na “Coleção Estudos Sociais” dessa editora, publicaram Simon Schwartzman, Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier, numa coletânea, acompanhados de Fernando Henrique Cardoso, centro enérgico da constelação dos novos praticantes e amigo do empresário dono da editora desde os anos 1950²². Para além desses exemplos, o típico autor desta coleção é o cientista social americanizado, ex-militante, doutorado e reconvertido nos Estados Unidos, vinculado seja à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal); ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (de 1976), ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) ou ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) – emparelhando com historiadores americanos especialistas em Brasil (os “*brazilianists*”): Thomas Skidmore, Joseph Love, Peter Eisenberg, Warren Dean, Kenneth Maxwell – para mencionar os mais célebres. As publicações dirigem-se, como sempre, a “um público interessado em geral”; porém o conteúdo delas atrai preferencialmente pesquisadores e especialistas, posto que sejam trabalhos empíricos resultantes de pesquisas inéditas, recém-concluídas, seja para título universitário ou não. Em síntese, na gênese, é o oposto à tripla conversão da Ática (supracaracterizada); no perfil dos cientistas sociais, nada mais avesso ao estilo didático; no feitio dos livros, nada mais refratário à toada da leitura de “Autores” clássicos. A oposição se completa observando-se o capital econômico inicial e a rede de apoio político e social que viabilizam os negócios (ver Anexo 4). *Grosso modo*, o polo plebeu, didático, reproduzidor, numericamente mais expressivo e internacionalizado às periféricas Europa do Leste e América Latina localiza-se na Ática; o grã-fino, de pesquisa, inovador, mais diminuto numericamente e internacionalizado à americana, na Paz e Terra.

22. Respectivamente: *Tempos de Capanema* (1984); *Kantianas brasileiras* (1984); *Os partidos e as eleições no Brasil* (1975).

Considerações finais

Se a análise apresentada tem algo a dizer, talvez se deva a três apostas metodológicas pouco usuais. Em primeiro lugar, adotar um objeto rebaixado (Mollier, 2016). Esta escolha é rara entre pesquisadores brasileiros interessados na investigação do campo científico. Eles são mais inclinados a eleger casos de figura para reconstituição do conjunto das relações conflitivas entre os dominantes, além de isolarem preferencialmente uma disciplina em detrimento do conjunto delas. A posição inferior do livro didático obriga atentar para o perfil do público das ciências sociais, dimensão decisiva no todo, mas que pode ser ignorada por pesquisas que não atinem para as assimetrias do conjunto.

Em segundo lugar, articular o modelo centro-periferia das trocas linguísticas no sistema-mundo (De Swaan, 1993; Heilbron, 1999), a abordagem da “teoria dos campos” em perspectiva global (Sapiro, 2013, 2008; Bourdieu, 2002 b) e a noção de “mercado de bens simbólicos” (Bourdieu, 2003). A fatura da CGCS torna-se inteligível não apenas à luz de lances de mercado editorial, como sugeriria uma análise que não distinguisse motores especificamente culturais do empreendimento, e considerasse apenas a expansão numérica da população escolarizada (Aurelio, 2014). Ao contrário, é a composição do capital – econômico e cultural – desta população que esteve no coração da análise.

Por fim, uma terceira aposta consistiu em deixar momentaneamente em suspenso uma questão importante nas análises do campo científico: seu gradiente de autonomia. Em detrimento da busca mecânica por polos autônomos e heterônomos, que visa à aplicação de modelos explicativos, preferiu-se buscar princípios de segmentação do próprio espaço. O que se encontrou foi algo similar a outras experiências de reconfiguração e redistribuição dos agentes (Heilbron, 1991): os dois polos (docência/pesquisa) conferiram mais inteligibilidade à CGCS do que a dupla posição autonomia/heteronomia.

O propósito de “apresenta[r] os autores modernos e contemporâneos de maior destaque mundial” evidencia a localização da “Coleção Grandes Cientistas Sociais” numa posição duplamente periférica. Do ângulo do campo global, a grandeza “mundial” dos “autores” é dada pela métrica particular do campo nacional dominado – o que se evidencia pela quantidade reduzida de autores de sua própria língua. Em contrapartida, do ângulo das estruturas deste campo nacional, ela também ocupa uma posição inferior na hierarquia, posto que esteja no polo didático de um sistema que coloca no topo o da pesquisa. E, no entanto, é duplamente central, posto que o público atendido e satisfeito por ela corresponde à morfologia da clientela estu-

dantil e consumidora de ciências sociais, cujo ingresso massivo no sistema de ensino superior tem efeitos em todos os níveis (Bourdieu, 1984). A segmentação principal do espaço das práticas (ensino/pesquisa; reprodução/criação) e o valor dos capitais pressupostos no exercício delas (conforme a morfologia social dos praticantes) reveste-se de conteúdos simbólicos nobilitadores dos dominados e legitimadores dos dominantes seguindo critérios múltiplos – geopolíticos (Europa/América Latina/Oriente x Estados Unidos); doutrinários (esquerda convertida x radical); profissionais (“novo” alto clero x baixo clero). As tomadas de posição subversivas que conferiram identidade às coleções didáticas de nível superior da Ática tornam-se inteligíveis à luz da posição profissional objetiva dos envolvidos em sua concepção, homóloga à de sua clientela no espaço social mais amplo (Bourdieu, 2007: 412-434).

Por tudo o que foi demonstrado acima, a “Coleção Grandes Cientistas Sociais” cristaliza a dupla centralidade dos professores no espaço das ciências sociais e seu cosmopolitismo duplamente periférico.

Referências

ABBOTT, A. Le chaos des disciplines. In: BOUTIER, J. *et alii*. *Qu'est-ce qu'une discipline?* Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), 2006.

ARRUDA, M. A. N. *A embalagem do sistema*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

———. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “Escola paulista”. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995.

AURÉLIO, D. *Bibliografia básica: a “Coleção Grandes Cientistas Sociais” e a relação entre o mercado editorial e a expansão do ensino superior brasileiro nas décadas de 1970 e 1980*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2014.

BLANCO, A. *Razón y modernidad. Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006.

BLANCO, A.; JACKSON, L. C. *Sociologia no espelho*. São Paulo: Editora 34, 2014.

BOLTANSKI, L. Note sur les échanges philosophiques internationaux. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 5, 1975.

———. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et *habitus* de classe. *Revue Française de Sociologie*, v. 14, n. 1, 1973.

- BONELLI, M. G. No mundo das ciências sociais. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995.
- BORELLI, S. H. S. Editora Ática: padrão de mercado, modelo de qualidade? In: BORELLI, S. H. S. *Ação, suspense, emoção: literatura e cultura de massa no Brasil*. São Paulo: EdUSC; Fapesp, 1996.
- BORTOLUCI, J. H.; JACKSON, L. C.; PINHEIRO FILHO, F. Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 94, 2015.
- BOSCHETTI, A. Ismes. *Du réalisme au postmodernisme*. Paris: CNRS Éditions, 2014.
- . *L'espace culturel transnational*. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2010.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- . *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.
- . Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- . Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. *Escritos de educação*. São Paulo: Vozes, 2002a.
- . Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 145, 2002b.
- . Une révolution conservatrice dans l'édition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 126-127, 1999.
- . Un acte desintéressé est-il possible? [1988], In: *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- . *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- . La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 13, 1977.
- BURKE, P.; HSIA, P. C. (Orgs.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CANÊDO, L. B. Les boursiers de la Fondation Ford et la récomposition des sciences sociales brésiliennes: le cas de la science politique. *Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs*, v. 2, 2009.

- . Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pro-Posições*, v. 13, 2002.
- CASANOVA, P. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CHARLE, C. L'habitus scolastique et ses effets. À propos des classifications littéraires et historiques. In. CLÉMENT, F. *et alii. L'inconscient académique*. Zurich: Seismo, 2006.
- CHARTIER, R. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora UnB, 1999.
- CUNHA, L. A. *A universidade reformada*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- DE SWAAN, A. The emergent world language system. *International Political Science Review*, v. 14, 1993.
- FERNANDES, F. Nota explicativa. In. FERNANDES, F. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- FORJAZ, Maria Cecília S. A emergência da ciência política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.
- GARCIA, A. Elite's recomposition and state-building in contemporary Brazil (1920-1964). *Historical Social Research*, v. 33, n. 2, 2008.
- . Circulation internationale et formation d'une "école de pensée" latino-américaine (1945-200). *Social Science Information*, v. 44, p. 521, 2005. Disponível em: <<http://ssi.sagepub.com/content/44/2-3/521>>.
- . A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p. 297, 2004.
- GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- GINGRAS, Y. Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 141, 2002.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2012.
- HEILBRON, J. Qu'est-ce qu'une tradition nationale en sciences sociales?. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, n. 18, 2008
- . A regime of disciplines. Toward a historical sociology of disciplinary knowledge. In: CAMIC, C.; JOAS, H. *The dialogical turn. Roles for sociology in the post disciplinary age*. Lanham (MD): Rowman and Littlefield, 2003.

———. Towards a sociology of translation: book translations as a cultural world-system. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 4, 1999.

———. Pionniers par défaut ? Les débuts de la recherche au Centre d'études sociologiques (1946-1960). *Revue Française de Sociologie*, v. 32, n. 3, 1991.

HEILBRON, J. *et alii*. Internationalisation des sciences sociales: les leçons d'une histoire transnationale. In: SAPIRO, G. (Org.). *L'espace intellectuel en Europe*. Paris: La Découverte, 2009.

HEILBRON, J.; BOKOBZA. Transgresser les frontières en sciences humaines et sociales en France. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 210, 2015.

IGLÉSIAS, F. Correspondência de Francisco Iglesias para Florestan Fernandes. Belo Horizonte, 30 Ago. 1977.

KEINERT, F. *Cientistas sociais, entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2011.

LAMARÃO, S. Fernando Gasparian. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. CPDOC, 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-gasparian>>. Consultado em: 12 Dez. 2016.

LOUREIRO, M. R. Economistas e elites dirigentes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano VII, n. 20, 1992.

MAUÉS, F. O momento oportuno: Kairós, uma editora de oposição. *História*, v. 25, n. 2, 2006.

———. Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio: livros de oposição no regime militar, um estudo de caso. *Em Questão*, v. 11, n. 2, Jul./Dez. 2005.

MAUÉS, F. *et alii*. Alfa-Omega: o pensamento crítico em livro. *Intercom-RBCC*, v. 38, n. 1, Jan./Jun. 2015.

MICELI, S. Entre no ar em Belíndia – A indústria cultural hoje. In: MICELI, S. (Org.). *A noite da madrinha e outros ensaios sobre o éter nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

———. *Nacional estrangeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

——— (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995.

———. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré; Fapesp, 1993.

———. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Sumaré, 1990.

——— (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

———. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MOLLIER, J.-Y. Naissance et mutations d'un marché éditorial: les manuels du supérieur. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, n. 29, 2016.

MORAES FILHO, E. Correspondência de Evaristo de Moraes Filho para Florestan Fernandes. Rio de Janeiro, 26 Abr. 1975; cartão de natal enviado a Florestan Fernandes, s/d; cartão de natal enviado a Florestan Fernandes, 19 Dez. 1983.

NETTO, J. P. Correspondência de José Paulo Netto para Florestan Fernandes. Lisboa, 12 Dez. 1977.

NAPOLITANO, M. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro*. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2011.

NOVAIS, F.; CARDOSO DE MELLO, J. M. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ORTIZ, R. Notas sobre a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, 2013.

———. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

———. Correspondência de Renato Ortiz para Florestan Fernandes. 08 Nov. 1977; 16 Fev. 1978; 01 Maio 1978.

PAIXÃO, F. Editora Ática: uma editora para a modernidade. In: MIRA, M. (Coord.). *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

PEIXOTO, F. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

PEREIRA, M. H. F. A trajetória da Abril Cultural (1968-1982). *Em Questão*, v. 11, n. 2, Jul./Dez. 2005.

PINTO, L. (Re)traductions (Phénoménologie et “philosophie allemande” dans les années 1930). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 45, 2002.

POMERANTZ, L. Correspondência de Leon Pomerantz para Florestan Fernandes. Buenos Aires, 11 Abr. 1986.

PONTES, H. *Destinos mistos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

———. Brasil com Z: a produção estrangeira sobre o país, editada aqui sob a forma de livro, entre 1930 e 1988. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995.

REIMÃO, S. Ditadura militar e censura a livros: Brasil (1964-1985). In: BRAGANÇA, A. (Org.). *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

———. Brasil, anos 70: mercado editorial e literatura ficcional brasileira. *Comunicação e Sociedade*. São Paulo, Ano XI, n. 20, 1993.

RIBEIRO, R. J. O que precisaria ser reeditado. *Folha de S. Paulo*, 03 Nov. 1990.

RIDENTI, M. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

———. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. 5, “Partidos e organizações dos anos 20 aos 60”. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2002.

———. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

RODRIGUES, L. S. Marx em três tempos de Florestan. *Dois Pontos*, v. 13, n. 1, 2016a.

———. O que um hit-parede tem a dizer. *Anais do X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2016b. Disponível: <www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=24&impressao>. Consultado em: 18 Jan. 2017.

———. Leitores e leituras acadêmicas de Karl Marx (São Paulo, 1958-1964). *Intelligere*, n. 1, 2016c.

———. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2011.

———. *Florestan Fernandes: interlúdio*. São Paulo: Hucitec, 2010.

ROLLEMBERG, M. C. Um circo de letras: a Editora Brasiliense no contexto sócio-cultural dos anos 80. *Anais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Natal (RN), 02 a 06 Set. 2008.

SAPIRO, G. Quoi de neuf après la French Theory? Les traductions sur le marché du livre académique aux États-Unis. In: SAPIRO, G. (Dir.). *Sciences humaines en traduction. Les livres aux États-Unis, au Royaume-Uni et en Argentine*. Paris: Institut français, 2014.

———. Le champ, est-il national? *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 200, 2013.

———. Translation and the field of publishing. A commentary on Pierre Bourdieu's "A conservative revolution in publishing". *Translation studies*, v. 1, 2008.

———. Le savant et le littéraire. In: HEILBRON, J. et alii (Dirs.). *Pour une histoire des sciences sociales*. Paris: Fayard, 2004.

SAPIRO, G.; POPA, I. Traduire les sciences humaines et sociales: logiques éditoriales et enjeux scientifiques. In: SAPIRO, G. *Translatio. Le marché et la traduction en France à l'heure de la mondialisation*. Paris: CNRS Éditions, 2008.

SAPIRO, G.; DUMONT, L. La diffusion internationale du structuralisme: entre appropriation et rejet. In: BERT, J. F.; LAMY, J. *Résonances des structuralismes*. Paris : Éditions des Archives Contemporaines, 2016.

SAPIRO, G.; SANTORO, M. On the social life of ideas and the persistence of the author in the social and human sciences. *Sociologica. Italian Journal of Sociology on line*, n. 1, 2017.

SCHWARCZ, L. K. *Os guardiões da nossa história oficial*. São Paulo: Idesp, 1989.

———. Nacional por subtração. In: SCHWARCZ, L. K.. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, W. G. dos. Entrevista de Wanderley Guilherme dos Santos. Projeto CPDOC – Memória das Ciências Sociais, 2011a. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/cientistas-sociais/wanderleyguilhermedossantos>>. Consultado em: 18 Jan. 2017.

———. *Entrevista de Wanderley Guilherme dos Santos*. Projeto CPDOC – Memória das Ciências Sociais 2011b. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/cientistas-sociais/wanderleyguilhermedossantos>>. Consultado em: 18 Jan. 2017.

SORÁ, G. *et alii*. Une périphérie centrale. Traduction et édition en Argentine. In: SAPIRO, G. (Dir.). *Sciences Humaines en traduction. Les livres aux États-Unis, au Royaume-Uni et en Argentine*. Paris: Institut Français, 2014.

SOUZA, P. A Reforma Universitária Brasileira de 1968 e a expansão do ensino superior federal brasileiro. *Caderno de História da Educação*, n. 7, 2008.

TOLEDO, M. R. A. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções. In: BRAGANÇA, A. (Org.). *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

WALLERSTEIN, I. *Comprendre le monde*. Paris: La Découverte, 2009.

Capa, contracapa,
paratexto (v. 34)



Paratexto da contracapa (v. 34) – “SIMMEL Georg Simmel (1858-1918) construiu [...] um renome *internacional*. Os seus primeiros ensaios foram traduzidos e publicados diretamente nos *melhores* periódicos franceses e americanos de sociologia e filosofia. Viveu o período mais *exuberante* do novo pensamento alemão, com o neokantismo à frente, no qual pontificaram Dilthey, Windelband, Rickert, Tönnies, Troeltsch e Weber, de quem foi amigo pessoal e a quem influenciou. *De grande brilho intelectual*, [...], com grande divulgação e aceitação nas atuais correntes sociológicas americanas” (grifos nossos).



Paratexto do *folder* – “A Coleção Grandes Cientistas Sociais permite aos *estudantes universitários, professores* e ao público interessado entrar em contato com os *autores de importância fundamental* no desenvolvimento da sociologia, história, economia, psicologia, política e antropologia. Cada volume apresenta uma introdução crítica e biobibliográfica – *de cunho didático e assinada por um especialista da universidade brasileira* – seguida de uma seleção de textos que fornece uma *visão global* da obra do autor. Os *nomes* focalizados na coleção representam *momentos decisivos das ciências sociais* e são reconhecidos, *tanto pelo vigor de suas ideias quanto pela prática destacada que tiveram no seu tempo, como os maiores intérpretes* das transformações da sociedade. Sob a coordenação do *Professor Florestan Fernandes*, os *livros* da Grandes Cientistas Sociais se distinguem *pelo rigor e pela seriedade com que são preparados*. Constituem pois, *fonte de leitura indispensável para todos aqueles que desejam compreender nossa época*” (grifos nossos).

TABELA 1.
O QUE FAZ QUEM INTRODUZ?

"Autor"/volume	"Especialista"	Título da introdução	Princípios indutores*
Lucien Febvre, v. 2	Carlos Guilherme Mota	"Uma trajetória: Lucien Febvre"	a
Leopold Von Ranke, v. 8	Sérgio Buarque de Holanda	"O atual e o inatual em L. von Ranke"	d
Friedrich Engels, v. 17	José Paulo Netto	"F. Engels: subsídios para uma aproximação"	-
Gyorgy Lukács, v. 20	José Paulo Netto	"Lukács – Tempo e modo"	-
Nabuco, v. 23	Paula Beiguelman	"Joaquim Nabuco: teoria e práxis"	b
Thomas Robert Malthus, v. 24	Tamás Szmrecsányi	"A importância de Malthus na história do pensamento econômico"	a
Caio Prado Jr., v. 26	Francisco Iglésias	"Um historiador revolucionário"	a
José Carlos Mariátegui, v. 27	Manoel L. Bellotto, Anna Maria Martinez Corrêa	"Mariátegui: gênese de um pensamento latino-americano"	a,b
Isaac Deutscher, v. 28	Juarez Brandão Lopes	"Isaac Deutscher, militante e 'scholar'"	b
Joseph Stálin, v. 29	José Paulo Netto	"Stalin: Elementos para uma aproximação crítica".	b
Mao Tse-tung, v. 30	Eder Sader	"A cultura de uma revolução"	b
Karl Marx, v. 31	Paul Singer	"Karl Marx, como pensador econômico"	a
Melanie Klein, v. 32	Fábio A. Herrmann, Amazonas Alves Lima	"O pensamento Kleiniano: uma introdução crítica"	
Georg Simmel, v. 34	Evaristo de Moraes Filho	"Formalismo sociológico e teoria do conflito"	a
Domingos Faustino Sarmiento, v. 35	León Pomer	"Sarmiento ou a invenção de uma pátria"	b
Roger Bastide, v. 37	Maria Isaura Pereira de Queiroz	"Nostalgia do outro e do alhures: a obra sociológica de Roger Bastide"	b
Edmund Ronald Leach, v. 38	Roberto Da Matta	"Repensando E. R. Leach"	d
Pierre Bourdieu, v. 39	Renato Ortiz	"A procura de uma sociologia da prática"	a
Simón Bolívar, v. 40	Manoel Lelo Bellotto, Anna Maria Martinez Corrêa	"Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político"	b
Fred Simmons Keller, v. 41	Rachel Rodrigues Kerbauy	"Keller: o cientista ensina"	b
Ho Chi Minh, v. 42	Marta Elena Alvarez	"Os caminhos da montanha ou a revolução na alma do povo"	b
François Quesnay, v. 44	Rolf Kuntz	"François Quesnay e a fundação da economia moderna"	a
Euclides da Cunha, v. 45	Walnice Nogueira Galvão	"Euclides, elite modernizadora e enquadramento"	b
Maximilian Joseph Sorre, v. 46	Januário Francisco Megale	"A geografia torna-se uma ciência social"	a
Nicos Poulantzas, v. 47	Paulo Silveira	"Poulantzas e o marxismo"	a
Dieter Prokop, v. 53	Ciro Marcondes Filho	"A análise do produto cultural"	c
Theodor W. Adorno, v. 54	Gabriel Cohn	"Adorno e a teoria crítica da sociedade"	a, c
Pierre-Joseph Proudhon, v. 56	Paulo Edgar A. Resende, Edson Passetti	"Proudhon: aqui começa o anarquismo"	a
Fidel Castro, v. 57	Emir Sader	"A trajetória de um assalto ao céu"	b

* Notações: (a) situa numa tradição/classificação (global, nacional, disciplinar, ou política); (b) destaca os atributos raros que lhe conferem valor e fisionomia inconfundível; (c) estabelece os termos do "retorno" ao autor, se for um clássico disciplinar; ou da necessidade dele, se não for um nome indiscutivelmente clássico para os padrões do meio. As introduções sem título não constam da tabela.

TABELA 2
 PAÍSES DE NASCIMENTO DOS “GRANDES CIENTISTAS SOCIAIS”
 DAS SETE “DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS”

	Brasil	Alemanha	França	Grécia (FR)	Itália	Hungria	Estados Unidos	Grã-Bretanha	Áustria	Rússia	Estônia	Polónia	China	Vietnã	Cuba	Venezuela	Argentina	Peru	Total
Sociologia	1	7	4	1	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18
Política	1	1	1	-	-	-	-	-	-	3	-	1	1	1	1	1	2	1	14
Economia	1	1	1	-	-	-	-	2	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	8
História	4	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Antropologia	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5
Psicologia	-	1	1	-	-	-	1	-	1	1	*	-	-	-	-	-	-	-	5
Geografia	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Total	7	13	12	1	2	2	2	4	1	5	*	4	1	1	1	1	2	1	60

Anexo 2

Dom e contra dom

“Querido Florestan. Suas mensagens são sempre animadoras, de verdadeiro *amigo*. Não me esqueço nunca que, a 1º de setembro de 1969, 2ª feira, foi v. *dos primeiros* a me telefonar, quando da minha aposentadoria. Os canalhas [...] *nos feriram e prejudicaram financeira e culturalmente* (grifos nossos).

Evaristo de Moraes Filho.

Cartão de natal enviado a Florestan Fernandes, 19.12.1983.

“Em separado, estou-lhe enviando o meu *Medo à utopia*. Leia e goste, e, se possível diga pela *Folha*. V. conhece o silêncio da nossa pobre crítica”.

Evaristo de Moraes Filho.

Cartão de natal enviado a Florestan Fernandes, s/d.

“Caro Florestan Fernandes. Estou lhe enviando um trabalho para publicação na revista *Contexto*. Achei que o tema podia lhes interessar [...]. *Você faz parte do conselho editorial, não?*” (grifos nossos).

Correspondência de Renato Ortiz.

Belo Horizonte, 01.05.1978.

Como produzir o leitor para um autor

Clássicos, falecidos:
algumas estratégias

Convencer o leitor que o clássico vale a pena

“Muito lhe agradeço o convite para colaborar na coleção [...]. Desde já, fico com Comte, pretendendo *apresentá-lo mais apetitoso e atual aos jovens de hoje*. Há alguns textos nele bem interessantes, sem o costumeiro ranço dos seus áulicos” (grifos nossos).

Correspondência de Evaristo de Moraes Filho.

Rio de Janeiro, 22.11.1972.

O clássico incorporado pelos agentes basta a si próprio

WEBER – A *importância* de Max Weber (1864-1920) para o desenvolvimento das ciências sociais é *imensa*. As contribuições weberianas se estendem por todas as áreas das ciências sociais, com exceção da Antropologia. A Sociologia o reconhece como um dos seus mestres máximos, *e quase não há trabalho sociológico em que a presença de suas ideias não se faça sentir, explícita ou implicitamente* (e não raro a contragosto dos próprios autores). A presença muito forte de Weber no pensamento sociológico latino-americano foi facilitada pelo empreendimento pioneiro da edição mexicana de sua obra máxima, *Economia e sociedade*, já em 1944 (a edição integral norte-americana é de 1968, e a francesa se faz neste momento). Apontar a presença de Weber no Brasil *equivale praticamente a arrolar os principais autores e muitos dos trabalhos mais importantes publicado entre nós, ainda que raros entre eles se definam como “weberianos”* (grifos nossos).

Texto da contracapa do volume 13, Weber.

Contemporâneos, vivos: estratégias de introdução

*Uma escola, uma tradição, muitos interlocutores:
os bilhetes de ingresso para um autor “novidade”*

HABERMAS pode ser considerado o último representante da *Escola de Frankfurt*, com a morte de *Adorno, Horkheimer e Marcuse*. Não se limita, contudo, a *continuar a tradição* da teoria crítica. Influenciado pelo *pensamento anglo-saxônico bem como pelas grandes correntes da filosofia alemã*, tenta estabelecer uma ponte entre esses dois mundos aparentemente incomunicáveis. Assim, continuou a *crítica ao positivismo*, iniciada pelos *frankfurtianos*, através de uma leitura imanente dos *principais autores anglo-saxônicos*. Da mesma forma, prosseguiu a crítica da cultura. Mas em vez de limitar-se à denúncia à unidimensionalização e à indústria cultural, Habermas tentou inserir essa crítica no contexto mais geral de uma teoria do capitalismo tardio. A seleção de textos, ao mesmo tempo que elucida o pensamento de autores como *H. Arendt, Scholem, Adorno, Marcuse, Bloch e Benjamin*, situa-se *em relação a eles, num movimento reflexo pelo qual a temática habermasiana ilumina a reflexão desses pensadores, e estes, por sua vez, põem em evidência o pensamento de Habermas* (grifos nossos).

Texto da contracapa do volume 15, Habermas.

*Convencer o coordenador
de que o autor “novidade” vale a pena*

“A ideia de fazer uma coletânea sobre Fanon me parece interessante. Entretanto ela me coloca certos problemas. Primeiro *conheço muito pouco a obra de Fanon*, segundo praticamente *não tenho acesso a nenhum de seus textos*. Fica assim difícil responder de imediato se aceito ou não uma incumbência dessas. [...] Gostaria, entretanto, de colaborar com vocês, o que está faltando é um nome e a possibilidade de acesso à obra do autor. Não descarto absolutamente a possibilidade de trabalhar sobre Fanon, gostaria, entretanto, de obter novos elementos para poder me posicionar melhor face ao problema” (grifos nossos).

Correspondência de Renato Ortiz.

Belo Horizonte, 08.11.1977.

“A meu ver ele [Pierre Bourdieu] é mais importante que o de Georges Balandier (num certo sentido é claro), cuja obra tem sido traduzida em português de forma mais sistematizada. Por outro lado, a posição teórica de Bourdieu *é mais profunda*,

e creio mais atual. *Conheço “razoavelmente” seus trabalhos* mais importantes, *já fui aluno de Passeron*, com quem ele escreveu vários livros. Que eu saiba *existe de Bourdieu somente duas obras traduzidas*: “A reprodução”, “Economia das trocas simbólicas” (coletânea de artigos). Eu poderia, portanto, me ocupar deste autor. Caso minha proposta seja aceita, peço-lhe para me explicar melhor como se realizaria o trabalho para a coletânea: introdução e tradução dos textos. Poderei começar o trabalho de imediato. Por causa de sua insistência, andei lendo Fanon durante as férias. Gostaria de obter novos livros, mas você tem razão quando fala que seria importante abordar o problema da antropologia e da colonização. Por que não fazer uma coletânea sobre este tema? (grifos nossos).

Correspondência de Renato Ortiz.

Belo Horizonte, 16.02.1978.

*Uma posição e seu valor:
o bilhete de ingresso para um autor “novidade”*

BOURDIEU – Autor de uma vasta obra que se tornou conhecida no Brasil basicamente através de seus estudos sobre a educação, P. Bourdieu (1930-) *desfruta hoje uma posição privilegiada na sociologia francesa*. De maneira *arguta e fecunda* combina uma formação antropológica e sociológica, que se inicia com seus primeiros estudos sobre a Argélia e se estende até a seus últimos trabalhos sobre o campo cultural. Neste volume os textos selecionados sublinham aspectos teóricos de uma sociologia que *busca superar os impasses* entre o objetivismo e o subjetivismo. Pode-se perceber como o autor desenvolve uma teoria que *lhe é própria* e como procura aplicá-la à compreensão de uma realidade que é múltipla, como o campo científico, o gosto, a língua (grifos nossos).

Texto da contracapa do volume 39, Bourdieu.

Um ramo, dois negócios

Paz e Terra:

um perfil multiposicional de acumulação de capitais
(político, social, político) (Boltanski, 1973)

Fernando Gasparian (São Paulo, 1930-2006), filho de industrial com ascendência armênia, estudou Engenharia na Universidade Mackenzie (1948-1952), presidiu o centro acadêmico e a União Estadual do Estudantes. Trabalhou em empresas do setor têxtil e alimentos de sua família, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro e se aproximou dos jornalistas do *Jornal de Debates*; engajou-se na campanha “O petróleo é nosso” – na qual, Leônidas Cardoso, pai de Fernando Henrique, também se envolveu. Foi presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo e da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Não se inseriu no rearranjo dos quadros burocráticos operado pelos militares a partir de 1964, foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro. Exilou-se em Nova Iorque e Londres – alocando-se, por meio do auxílio da constelação de intelectuais com contatos internacionais entre os quais tinha larga circulação, respectivamente, no Centro de Estudos Internacionais e no St. Anthony’s College (de Oxford). Em seu retorno ao país, assumiu a Paz e Terra e tornou-se diretor da Sociedade Interamericana de Imprensa. Teve problemas com censura; filiou-se ao PMDB, em 1979. Em 1986, elegeu-se deputado constituinte, e tornou-se relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Durante a primeira Presidência de Fernando Henrique Cardoso fez crítica aos juros altos. Foi membro curador do memorial da América Latina e reintegrou-se à Fiesp (Lamarão, 2011).

Ática:

conversões genéticas estruturantes

O “professor” Reinaldo Mathias Ferreira Ferreira (s/i, Paraná), autor de *Estudo dirigido de português*, primeiro livro de sucesso da Ática, veio a São Paulo para oferecer os originais de seu livro, preparado a partir de suas aulas, à Ática. Foi recebido pelo então gerente da empresa, Adalberto Souto. A equipe da editora apreciou o “estudo dirigido” positivamente, sobretudo contrastando-o com os concorrentes, “chegava

a ser revolucionário” – isto é, era moderno e afinado com o princípio que animava a Ática, a “comunicação mais direta e informal” entre professores e alunos, entendida como sinônimo de “modernidade”. Mathias tornou-se um autor bem-sucedido de livros didáticos (vendeu cerca de 18 milhões de livros) (Paixão, 1996: 216).



Rearticulando narrativas sociológicas: teoria social brasileira, diáspora africana e a *desracialização* da experiência negra

Recebido: 07.12.17
Aprovado: 02.08.18

Priscila Martins Medeiros*

* Priscila Martins Medeiros é doutora em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestre em sociologia e bacharel em ciências sociais, ambos pela UFSCar. É professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil. <medeiros.ufscar@gmail.com>.

Resumo: Neste artigo apresento resultados da pesquisa “A sociologia brasileira e os estudos diaspóricos”, na qual analiso algumas abordagens da sociologia brasileira no tema das relações étnico-raciais e seus pontos de convergência com o debate transnacional sobre a diáspora africana e a crítica pós-colonial. O objetivo central deste artigo é, através da seleção de alguns textos brasileiros, compreender as proximidades entre o pensamento social brasileiro e a crítica pós-colonial e em que medida essa relação nos permite revisitar o que ficou conhecido como “sociologia das relações raciais” no Brasil. O artigo se estrutura através de dois aspectos gerais, quais sejam: *a.* as diferentes compreensões, por parte de alguns autores da sociologia brasileira, sobre a modernidade e o *ethos* nacional, e como que a crítica pós-colonial tensiona as bases gerais de compreensão da sociedade brasileira; *b.* a revisão das noções clássicas de resistência e política, através da estética e das expressões culturais da diáspora. Do nosso ponto de vista, esses aspectos nos ajudam a compreender os processos históricos que racializaram a experiência negra no Brasil, e nos apontam alguns limites analíticos de parte da interpretação sociológica brasileira sobre nossa formação social.

Palavras-chave: Sociologia brasileira. Estudos pós-coloniais. Diáspora africana. Modernidade. *Ethos* nacional.

Rearticulating sociological narratives: Brazilian social theory, African diaspora and disracialization of the black experience

Abstract: In this article I present results of the research “Brazilian sociology and diasporic studies”, in which I analyze some approaches of Brazilian sociology in the theme of ethnic-racial relations and their points of convergence with the transnational debate on the African diaspora and postcolonial criticism. The central objective of this article is to understand the proximity between Brazilian social thought and postcolonial criticism through the selection of some Brazilian texts and to what extent this relationship allows us to revisit what has become known as “Sociology of race relations” in the Brazil. The article is structured through two general aspects, namely: a. the different understandings by some authors of Brazilian sociology on modernity and the national ethos, and how postcolonial criticism stresses the general bases of understanding of the Brazilian society; b. the revision of the classical notions of resistance and politics, through the aesthetics and cultural expressions of the diaspora. From our point of view, these aspects help us to understand the historical processes that racialized the black experience in Brazil, and point out some analytical limits on the part of Brazilian sociological interpretation of our social formation.

Key Words: Brazilian sociology. Postcolonial studies. African diaspora. Modernity. Ethos national.

Introdução

Desde 2016 tenho realizado uma pesquisa na qual analiso as proximidades temáticas e conceituais entre a sociologia brasileira e a crítica pós-colonial e contempla essa relação que permite revisitar o que ficou conhecido como “sociologia das relações raciais” no Brasil. Também selecionei os trabalhos de alguns outros autores que não estão inseridos diretamente no campo da sociologia, mas que contribuem em outras áreas formadoras das chamadas ciências sociais.

É importante destacar que neste texto não tenho a intenção de caracterizar qualquer autor da sociologia brasileira enquanto representante do pensamento pós-colonial. Uma afirmação como essa seria, primeiramente, uma comparação forçosa e, em segundo lugar, não vejo necessidade disso. O que me interessa de fato é perceber em que medida alguns dos argumentos de renomados pensadores brasileiros — em diferentes intensidades — constitui uma importante linha de análise sobre os processos de *racialização* presentes na história do país. Temas como: a especificidade da experiência social do negro no Brasil; as diferentes formas de resistência e de atuação dessa população, seja através da atuação política “direta” ou de outras formas também políticas, como pela afirmação estética ou do corpo; ou ainda o dilema das narrativas de nação “sem povo”, na medida em que não questionam o local social de abjeto do negro no país, são alguns dos assuntos fomentados por autores brasileiros que, em alguma medida, se aproximam de críticas como as realizadas pelos estudos pós-coloniais. O que a pesquisa nos permite afirmar, portanto, são pontos de contato entre agendas teóricas, e não a inclusão de autores brasileiros naquilo que chamamos de estudos pós-coloniais.

Quando se fala em *racialização* faz-se referência aos processos históricos e sociais que estabelecem significados a determinados indivíduos e grupos. O que ocorre é uma biologização de ideologias racistas, cristalizando-as no corpo e na história dessas pessoas e transformando-as em “verdades” corporificadas. Esses processos ocorrem no interior das instituições, nas interações cotidianas, nas ações e nos silêncios. E, ao criarem “verdades”, são estabelecidos os respectivos “lugares sociais” para os grupos atingidos por esses processos; são criadas também as expectativas coletivas sobre como esses grupos devem agir, pensar e ser, ou melhor, nascem aí os “sujeitos típicos” para tais ideologias.

O que justifica o esforço em se buscar os pontos de contato entre a sociologia brasileira e os estudos pós-coloniais? Ao reexaminar alguns dos grandes trabalhos da sociologia brasileira, que abordaram o tema da escravidão e do racismo, percebe-se que a interpretação das relações sociais no Brasil se deu primordialmente para den-

tro dos limites “do nacional”. Um exemplo disso é que as questões raciais no Brasil não foram discutidas tendo como base a compreensão sobre os grupos africanos sequestrados para o Brasil, formadores da nossa história social. Ao invés disso, nossa sociologia se debruçou em torno de uma criação nacional: o “negro”. O negro, enquanto categoria, é uma espécie de filtro das diferenças étnicas, unificando-as em torno de um “novo sujeito”. E aqui utilizo o termo “novo sujeito” entre aspas para destacar seu significado limitado, pois ele nasce ao mesmo tempo em que um lugar social específico é para ele estabelecido: um lugar de não existência ou, nas palavras de Frantz Fanon, uma “zona de ser” (Fanon, 2008: 26). Se é um novo sujeito, seu passado é nebuloso, pouco compreensível e “borrado” aos nossos olhos. E então, os descendentes de africanos no Brasil são retratados sociologicamente em dois momentos: o escravo e o negro. A primeira transformação simbólica é a do Bantu (por exemplo) em africano, genericamente. Em seguida, o africano passa a significar escravo. Por último, o escravo torna-se negro, uma categoria que constringe toda uma população a uma nova condição simbólica, desconectada de sua história com o continente africano. Cabe salientar que a demanda por uma história brasileira conectada com a África não significa um movimento essencialista ou de retorno a uma África mítica a-histórica. Significa, isso sim, uma leitura da realidade brasileira que leve em consideração as dinâmicas sociais que a conformam, no passado e no presente.

Esse processo de unificação das diferenças em torno de uma categoria nacional é um exemplo de *racialização*, que criou os significados do “ser negro”, assim como o do “ser branco” e do “ser indígena” em nossa sociedade. Trata-se de uma produção discursiva, com impactos sobre as subjetividades e em como compreendemos e narramos nosso contexto social. Para compreendermos a complexidade de nossa sociedade e dos significados compartilhados, é necessário nos atentarmos aos processos de *racialização*. Mais do que isso, precisamos de leituras transnacionais – ou “supranacionais”, nas palavras de Joel Rufino dos Santos (1985: 301) – que ultrapassem as fronteiras do nacional e que, portanto, não se limitem às categorias que ignoram a presença da África em nossa história. Essa limitação é, no entanto, marcante na sociologia brasileira. O que pretendo neste trabalho é justamente mapear os momentos em que os sociólogos se desconectam dessa limitação analítica e se aproximam daquilo que os autores pós-coloniais realizam: a crítica ao processo colonial e aos resultados práticos, simbólicos e subjetivos da *racialização* que é inerente a tudo isso e reproduzido diariamente.

Logo ao iniciar os trabalhos de pesquisa, percebi que a compreensão das transformações teórico-conceituais na sociologia brasileira, com foco no tema étnico-racial, depende de pelo menos dois aspectos, quais sejam:

a. O debate em torno do *ethos* nacional, da modernidade e dos códigos culturais presentes no país. As avaliações dos autores variam desde a compreensão de um *ethos* marcado negativamente pela cordialidade, até as leituras sobre um código africano que emoldura nosso ser brasileiro.

b. A possibilidade de revisão das noções clássicas de resistência e política, através da estética e das expressões culturais da diáspora, demonstrando as relações entre cultura e política, para além das formas clássicas ou burocráticas do “fazer político”.

A modernidade e o progresso como projetos para o país, bem como os dilemas e os desafios para sua consolidação, são temas que atravessam toda a nossa literatura sociológica. E as diferentes compreensões sobre a “modernidade” (periférica, seletiva, revolução passiva, modernidade negra, entre outras leituras) nos trazem resultados muito díspares quanto à interpretação de nossas relações raciais e do processo de diáspora. A diáspora, mais do que um marco histórico iniciado pela dispersão forçada de africanos pelo mundo, significa a formação de rotas culturais criadas pela presença de africanos e de seus descendentes por todos os continentes, que originaram um circuito de expressões culturais, estruturas de sentimento, formas de sociabilidade e lugares de memória, hibridizadas e constantemente transformadas (Gilroy, 2001; Hall, 2006; Horowitz, 2005).

Ethos e modernidade: da *conciliação* freyriana aos códigos culturais da diáspora africana

Para atender aos meus objetivos, busco as articulações existentes entre os autores de nossa sociologia que nos auxiliem, primeiramente, a captar seus argumentos de base sobre a modernidade brasileira. Nesse sentido, é possível percebermos uma tendência comum entre dois dos maiores sociólogos brasileiros: tanto para Gilberto Freyre quanto para Sérgio Buarque de Holanda, o desenvolvimento do *ethos* brasileiro reside mais em comportamentos emocionais do que em arranjos racionais.

Gilberto Freyre localizou na questão racial um componente fundamental para se pensar a nação, explicada através do equilíbrio de antagonismos. Para o autor, a chave interpretativa sobre o desenvolvimento do *ethos* brasileiro reside justamente no equilíbrio entre os complexos *Casa-Grande & Senzala; Sobrados e Mucambos*;

Ordem & Progresso. Esses complexos seriam marcados por elementos nem sempre racionais de comportamento, como também não ortodoxos.

Gilberto Freyre, em 1933, informou-nos que seríamos, desde o início, uma sociedade *híbrida*. Híbrida – de acordo com Freyre – significava que o Brasil, entre todas as sociedades da América, seria aquela que se

[...] constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo da contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado (Freyre, 2006: 91).

A sociedade híbrida, característica considerada por Freyre como o caminho certo e seguro para a modernização do país, é aquela que teria tido a capacidade de operar uma síntese cultural não conflituosa. E é isso que teria permitido a permanência dos códigos sociais com o mínimo de rusgas. As marcas da sociabilidade brasileira seriam, portanto, a *acomodação* e a *conciliação*, que são resultados, em parte, da *assimilação cultural* pelo conjunto da sociedade; de usos, costumes e valores de diferentes referências culturais. Para Freyre, o elemento civilizador brasileiro é o africano que, através da alegria, da bondade dos usos e costumes de higiene e da alimentação, se mostrou o grupo social de maior plasticidade e adaptação entre os demais. Ainda que esse argumento seja absolutamente revolucionário para a época, Gilberto Freyre idealiza a tal ponto as relações entre brancos e negros que as deforma, apagando as tintas da brutal hierarquia racial e da violência.

Um dilema de caráter político-social estava posto no início do século XX: no pós-abolição, e com a presença do imigrante europeu, quais seriam as possibilidades de transformação do escravizado em trabalhador livre, estendendo efetivamente os direitos de cidadania à totalidade da população? Dito de outra forma, qual a viabilidade de um novo projeto social, pautado agora em direitos, na livre associação e no trabalho assalariado? Gilberto Freyre, ao lançar luz sobre a temática racial em outros termos, valorizando o mestiço, transformou o “problema” ou o “obstáculo” à integração nacional, em sua maior força. Freyre, através de uma leitura sofisticada da realidade brasileira, inverteu a chave sobre a miscigenação, tornando-a um dado a ser positivado no país. Na percepção de Élide Rugai Bastos (2006), esse movimento realizado por Freyre teria, para a sua época, equacionado o problema do povo brasileiro em outro patamar, distanciando-nos das concepções pessimistas ou fatalistas sobre as possibilidades de se estabelecer uma nação de fato. A autora salienta,

no entanto, que, em nome dessa suposta conciliação é que se negou, nas décadas seguintes, os direitos de cidadania à quase totalidade da população brasileira. Dessa maneira, a dominação se reitera pois se reveste de diversidade e esconde a desigualdade.

Leonardo Avritzer e Lilian Gomes (2013) observam que a obra de Freyre, em especial *Casa Grande & Senzala*, versa sobre a mestiçagem, a esfera privada e o trânsito cultural brasileiro, praticamente eximindo-se da dominação patriarcal. Ao fazê-lo, Freyre substitui essa dominação por uma espécie de teoria da democracia, que versaria sobre nossa suposta formação democrático-igualitária, privilegiando o ponto de vista da elite agrária brasileira. Para os autores é inegável a existência de forte trânsito entre índios, portugueses e negros na esfera da vida privada. O problema, no entanto, é que, ao assumirmos a linha argumentativa freyriana, podemos supor que a questão racial encontrará sua solução em tais trânsitos propiciados pela esfera privada, supostamente igualitária e democrática, o que é um engano (Avritzer & Gomes, 2013: 49).

Gilberto Freyre imaginou uma síntese cultural para o Brasil, entendida como a chave para a modernização do país. Entendo, porém, que a sociedade híbrida da explicação freyriana tem pouca semelhança com a noção de um espaço genuinamente heterogêneo e de negociação democrática agonística, ou seja, de um espaço de remodelação constante, sem solução final. Aqui faço uma primeira aproximação da sociologia brasileira com os estudos da diáspora, no caso, apontando uma dessemelhança: a sociedade híbrida só pode ser um espaço democrático se não se fechar em torno de uma identidade conservadora, e se nela for privilegiada a presença e a articulação da *différance*, nos termos de Jacques Derrida (1982).

De acordo com o Derrida, não é possível a compreensão de qualquer sujeito ou grupo social através de um ponto de vista essencialista ou que busque as suas imênias culturais. Isso porque, ainda de acordo com o autor, nunca há um momento em que o significado esteja completo ou totalizado. Ou seja, as palavras e os signos jamais dão conta de evocar exatamente o que eles significam, sempre adiando ou postergando seu significado, numa cadeia sem fim. Desse ponto de vista, Derrida compreende os sujeitos como absolutamente circunstanciais, enquanto narrativas em constante reconstrução, ou seja, jamais pré-existent, e sim feitos e compreensíveis através dos discursos e das representações sociais (Derrida, 1982).

Nos termos colocados por Stuart Hall (2006), é essencial que uma sociedade multicultural permaneça um espaço *heterogêneo* e *pluralístico*, resistindo ao ímpeto de serem integrados por um processo de equivalência formal, tanto no sentido as-

similacionista – como dita a concepção liberal de cidadania –, quanto do ponto de vista da radicalização das diferenças no sentido “do certo contra o errado”, do “bem contra o mal” (Hall, 2006: 83).

Sérgio Buarque de Holanda buscou analisar o encontro de civilizações no Brasil e as implicações disso tanto nos aspectos culturais como institucionais. Ao destacar a inegável influência ibérica entre nós, Holanda conclui que o *ethos* nacional brasileiro é fundamentado na cultura do personalismo, o que impediria a solidariedade e as formas de organização horizontais no país: “*em terra onde todos são barões, não é possível acordo coletivo durável*” (Holanda, 2007: 32). Ao se utilizar da teoria weberiana sobre a burocracia racional, o autor critica nossa formação patrimonialista e personalista e vê nos aspectos culturais brasileiros uma sensível falta de afinidade com o espírito do capitalismo e com os princípios básicos da modernidade.

Para o Holanda, a marca peculiar da vida brasileira no período colonial foi a convivência de valores como o afeto, a irracionalidade e os traços passionais. Esses valores teriam imperado sobre nossa administração e nossa economia, o que é, de acordo com ele, completamente contrário ao que se espera de uma população em vias de se organizar politicamente. Teríamos, portanto, um *ethos* muito distante do desejável para a consolidação de nossa modernidade, esta que exige planejamento, racionalidade e capacidade de pensamento abstrato. Nosso *ethos* personalista e patrimonialista seria marcado por uma motivação individual muito diferente daquele visto em outros países americanos: aqui, a ação individual é compreendida como uma espécie de dom – sorte ou acaso – e não como motivação que leve à solidariedade e à coesão. Antes disso, seríamos uma sociedade fundada em privilégios, e não no esforço. Nosso único princípio político, portanto, não poderia ser a democracia, e sim a obediência cega ao mais forte: um princípio de “mandos e desmandos” próprio de culturas medievais e feudais.

Ainda que as conclusões sejam distintas, tanto Gilberto Freyre quanto Sérgio Buarque de Holanda basearam suas análises na chave da modernização do país, o que acabou sendo uma forte marca da sociologia brasileira realizada ao longo de todo o século XX. Nessa perspectiva, o negro se encaixa de maneira desconfortável, pois não carrega consigo os traços clássicos esperados do sujeito moderno. Os problemas da base epistemológica da modernização estão no centro da argumentação crítica pós-colonial, conforme veremos ao longo deste texto.

Diferentemente de Freyre, que acreditava que o Brasil tinha uma dívida histórica para com a família patriarcal, instituição considerada como a base de nossa sociedade, Holanda a concebe como a principal fonte de nossos erros. A família patriarcal,

de acordo com o autor, carrega em si o principal elemento civilizacional do Brasil – a herança cultural lusitana, da qual ele não se orgulha – e teria sido nossa maior marca, ficando para segundo plano quaisquer outras contribuições culturais de outros grupos (Holanda, 2007: 40).

Logo, vejo duas leituras sobre a história social brasileira: de um lado, Freyre argumenta que nossas características civilizatórias não precisam ser superadas, pelo contrário, devemos valorizar nossa pretensa facilidade conciliatória e nosso “hibridismo”; de outro lado, Holanda visualiza a necessidade de superarmos nossa herança histórica personalista, processo esse que seria facilitado com a urbanização, que retiraria o peso rural, cedendo lugar à presença de massas populares e a novos protagonistas políticos.

Independentemente das diferenças de leituras, ambos os autores enfatizam a centralidade da chamada “família patriarcal” tanto na consolidação do *ethos* nacional, quanto na concessão de significado para todas as demais instituições brasileiras. Joel Rufino dos Santos (1985), estudioso do racismo no Brasil e leitor de críticos do processo colonial, descreve a família patriarcal brasileira como um círculo de relações em torno de um núcleo inabalável:

No centro, absoluto, o macho branco; à sua volta, em círculos concêntricos, e pela ordem: seus familiares de sangue, agregados brancos e mestiços e, por último, índios e negros. Como nos sistemas heliocêntricos da astronomia medieval, a estabilidade e a coesão dependiam do girar imutável dessas órbitas fixas (Santos, 1985: 302).

Em um de seus maiores *insights* sobre o assunto, Joel Rufino nos alerta que o pensamento social brasileiro, ao se fundamentar nessa máxima da família patriarcal, desconsidera o povo, afinal, os negros são, nessa leitura, antes de tudo brasileiros. Eles têm lugar assegurado nessa grande família desde que não ameacem a unidade e o equilíbrio. Portanto, de acordo com o autor, os estudos clássicos da sociologia e das ciências sociais brasileiras, que marcaram grande parte do século XX, acabam por sintetizar a imagem de uma nação sem povo (Santos, 1985: 306).

Mas então, não haveria uma leitura diferente dessa que marcou o pensamento social brasileiro? Na concepção de Joel Rufino sim, se passarmos a considerar as particularidades da experiência negra, incluindo o que toca à família. De acordo com o autor, nas famílias negras, a “tia” ocupa o centro das relações; as agregações são por adoção ou afinidade/necessidades e não por consanguinidade; a família é extensa e aberta, com poucos papéis sociais prévios e fixos (Santos, 1985: 306).

Essa crítica, ao meu ver, confronta muitos trabalhos clássicos do pensamento social brasileiro que, de maneiras diversas, tomaram a família patriarcal como pressuposto para as suas análises, o que desconsidera, ao fim e ao cabo, o povo. Nisso podemos citar Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Mesmo Florestan Fernandes não chegou a colocar em risco a ideia de família patriarcal como centro explicativo da realidade social brasileira.

Roger Bastide (1974) em sua obra *As Américas Negras: as civilizações africanas no Novo Mundo* (originalmente publicada em 1967), realiza um interessante debate acerca dos elementos culturais formadores do Brasil, o que o aproxima bastante das preocupações traçadas pelos intelectuais da diáspora africana. Na perspectiva de Bastide, no Brasil haveria características e complexos culturais africanos que teriam sobrevivido frente às relações econômicas e sociais adversas, dando origem a dois tipos de formação, quais sejam: as “comunidades africanas” e as “comunidades negras”. Tendo como ponto de partida o estudo clássico de antropologia cultural intitulado *The myth of the negro past*, de Melville J. Herskovits (1945)¹, Bastide aprofunda as pesquisas sobre as sobrevivências africanas nas Américas.

No primeiro caso, “os modelos africanos levam vantagem sobre a pressão do meio ambiente” (Bastide, 1974: 44), permanecendo como preponderantes na organização social, na vida econômica, nas instituições, nas tecnologias, na linguagem, na religião, na arte e no folclore. No segundo caso, as “comunidades negras” seriam formas de sociabilidade, com base em tipos de associativismo, nas quais os negros tiveram que inventar formas de conduzir a vida, sem referências explícitas às suas culturas de origem, ainda que tenham conservado características africanas. As sociedades do segundo tipo (negras) são “verdadeiras criações culturais originais, respondendo às novas circunstâncias de vida” (Bastide, 1974: 29) criadas como forma de reação ao contexto opressor da colônia, à imposição do cristianismo e à violenta mudança territorial que a escravidão impôs².

De acordo com Bastide, o “antigo” só pode reviver adaptando-se às novas condições de existência, e isso não significa uma ruptura com traços culturais africanos. Pelo contrário, a adaptação “é o símbolo mais tocante da fidelidade” (Bastide, 1974: 40). A sobrevivência de aspectos culturais pressupõe necessariamente a plasticidade. No contato entre diferentes referências culturais, o processo de adaptação é seletivo, ou seja,

empresta-se a outrem, ou então o que pode combinar com as normas ancestrais, o que se banha em um mesmo clima geral, místico ou de festa, ou ainda o que permite uma melhor adaptação, o que é útil (Bastide, 1974: 179).

1. Herskovits desenvolveu o conceito de “retenções” que, para alguns críticos, corresponde à noção de “raízes” culturais, mais estáticas do que dinâmicas. Essa leitura é bastante diferente da perspectiva empregada pelos teóricos pós-coloniais, que abordam as “rotas” e as complexas transformações históricas. É também nesse sentido de movimento e processo histórico que o termo “rizoma” é desenvolvido por Deleuze e Guattari (Mintz & Price, 2003). É interessante notar que a obra de Roger Bastide, inspirada em Herskovits, foi capaz de diluir os essencialismos e de promover a análise da experiência negra nas Américas de um ponto de vista radicalmente histórico e contextual.

2. Roger Bastide traz interessantes descrições sobre as famílias negras, a transmissão, por parte das mulheres mais velhas, da língua falada e também das adaptações que os adeptos das religiões dos orixás (Candomblés Nagô na Bahia, Xangô em Pernambuco e Alagoas e do Batuque do Rio Grande do Sul) precisaram realizar no Brasil, como forma de resistência.

Foi assim com as adaptações religiosas, com o calendário das festas religiosas, com a língua, a culinária entre outros aspectos.

O que essa perspectiva de Roger Bastide nos apresenta? Ele elenca aspectos da sociabilidade brasileira que estão subsumidos nas literaturas de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros aqui já citados. Ainda que Freyre tenha feito o elogio aos elementos culturais africanos, como marcas da nossa civilização, os mesmos perdem esse *status* para a “morenidade”. Já na literatura de Holanda, as contribuições culturais africanas seriam secundárias, na medida em que, de acordo com o autor, a herança ibérica seria nossa grande marca cultural. Afina – como já citamos através de Joel Rufino dos Santos –, temos um povo marcado por outras formas de sociabilidade, como, por exemplo, com a importância conferida às “tias” nas comunidades negras.

Clóvis Moura (1983), intelectual pouco lido nos cursos de ciências sociais, já havia salientado a característica associativa do negro no Brasil como forma de resistência ao processo de marginalização. O negro sempre se manteve organizado, seja em quilombos, irmandades, confrarias, em grupos religiosos como o candomblé, associações recreativas e artísticas, entre outros. Em *Américas Negras*, Bastide também salienta essa característica, focando sua análise nos terreiros de candomblé espalhados pelo país. De acordo com o autor, mais do que agrupamentos religiosos, esses espaços também têm a função de aproximar pessoas que sofrem discriminações diversas e que têm necessidades não atendidas pelo governo. Logo, os terreiros têm funções úteis e de solidariedade, por serem espaços de encontro longe da vigilância policial; de proteção à integridade física; de auxílio em assuntos cotidianos e ainda por serem lugares onde as pessoas se sintam reconhecidas em sua dignidade, pois oferecem “um meio de segurança contra os golpes da vida [...] um *status* de prestígio que não podem esperar alcançar na sociedade global” (Bastide, 1974: 117-118).

Logo, Bastide teve o cuidado de salientar que não se pode negar os aspectos social, político e econômico relacionados à religiosidade em geral e, no caso específico, na de matriz africana. Ao discutir a “dupla diáspora” (Bastide, 1974: 15), marcada pela presença simultânea de comunidades africanas e de comunidades negras nas Américas, Bastide demonstrou que as sobrevivências culturais de origem africana que, à princípio, parecem mais evidentes no universo místico da religião, estão, através da própria religião, pulverizadas em várias esferas da vida social.

Rita Segato (1998), em seu trabalho intitulado “The color-blind subject of myth; or, where to find Africa in the nation”, realiza uma discussão próxima ao debate

proposto por Bastide, ao descrever o que ela chama de “código africano”. O código é um conjunto de premissas de sociabilidade e de formas de organização social de referência africana que se mantém estáveis dentro da nação e que nos permite falar sobre uma etnicidade africana que marca nosso modo de vida (Segato, 1998: 143). A diferença nas argumentações de Bastide e Segato é que, enquanto o primeiro realiza uma análise que nega a nação enquanto base explicativa do Brasil, Segato, por sua vez, percebe fortes características socioculturais e organizacionais de origem africana que se encaixam dentro da lógica simbólica da nação. As leituras diaspóricas de ambos os autores, portanto, guardam diferenças entre si, ainda que as duas signifiquem um desvio na lógica clássica de explicação da sociabilidade brasileira.

O reconhecimento da existência, no Brasil e nas Américas, de um código africano aproxima-se do debate proposto por Joel Rufino, quando ele nos alerta sobre as particularidades das famílias negras no Brasil, que são orientadas por outras lógicas de sociabilidade que não aquelas destacadas nas descrições sobre a família patriarcal. O debate sobre código também nos aproxima de Paul Gilroy (2001) que, alçando o *Atlântico Negro* como metáfora da experiência diaspórica dos negros, demonstra como que os africanos escravizados recriaram práticas culturais de origem africana de uma maneira bastante original. O autor explica esse processo a partir do conceito de rizoma³, emprestado e adaptado do pós-estruturalismo de Deleuze e Guattari, e que, neste caso, significa um conjunto de sistemas culturais que se espalham como rotas nos contextos coloniais, funcionando como novas formas de resistência. A tese central de Gilroy é que a escravidão colonial e a diáspora africana são elementos viscerais da modernidade, suas constituintes, e não fenômenos que tenham ocorrido às suas margens. Portanto, podemos dizer que não haveria uma modernidade negra, mas sim uma modernidade, ponto. Com todas as crises, todos os antagonismos e as desumanidades inerentes a ela (Gilroy, 2001: 103-109).

3. Rizoma, no modelo analítico pós-estruturalista, é a figura metafórica de “hastes e filamentos que parecem raízes, ou, melhor ainda, que se conectam com elas penetrando no tronco, podendo fazê-las servir a novos e estranhos usos” (Deleuze & Guattari, 1995: 25).

Cultura e política nas rotas da diáspora africana

Paul Gilroy salienta que, no contexto da *plantation*, uma instituição tipicamente moderna, há perdas, silenciamentos e desumanização. Há também, apesar disso e por isso, o surgimento de elementos novos, de resistência. Se no contexto colonial e escravocrata não são permitidos aos negros a participação política, econômica, nem mesmo o reconhecimento jurídico de sua humanidade, é na estética, na corporeidade e no ritmo que são dadas as possibilidades de ação e de resistência. O autor chama esse processo de “política da transfiguração”:

Essa política enfatiza o surgimento de desejos, relações sociais e modos de associação qualitativamente novos no âmbito da comunidade racial de interpretação e resistência e também entre esse grupo e seus opressores do passado. Ela aponta especificamente para a formação de uma comunidade de necessidades e solidariedade, que é magicamente tornada audível na música em si e palpável nas relações sociais de sua utilidade e reprodução culturais (Gilroy, 2001: 96).

De acordo com a autora bell hooks (1995), no discurso colonial, o corpo colonizado foi sempre visto como corpo destituído de subjetividade, de voz, vontade e afirmação, estando sempre pronto para servir. Seria, de acordo com a autora, um corpo destituído de alma. E é exatamente por isso que muitos autores, incluindo a própria bell hooks, estabelecem a estética e o corpo como “lugares” contestatórios. O corpo negro é, por si só, um ato político, na medida em que sua existência desestabiliza os discursos predominantes. É o que hooks vem chamar de “*aesthetic of blackness*” (hooks, 1995: 72).

A reivindicação da experiência negra da estética e da corporeidade como campos políticos, algo que aparece, como vimos, em Gilroy e em hooks, tem raízes teóricas mais profundas, já nos escritos de Du Bois. Logo na abertura do livro *The souls of Black Folk*, de 1903, Du Bois chama de “estranha experiência” o fato de o negro habitar um corpo cingido pelo discurso colonial, que estabelece a esse sujeito o *status* de “problema” social. Para o autor, o deslocamento do negro da situação de problema depende, muitas vezes, mais da compreensão das práticas culturais do que do conhecimento profundo das práticas formalmente políticas, que acabam por ofuscar a visão dos observadores. Nesse sentido, *The souls of Black Folk* é um texto particularmente interessante por trazer um esforço de compreensão das culturas vernaculares que surgiram para mediar os efeitos do terror modernizante. Isso foi essencial para as elaborações posteriores de Paul Gilroy até este chegar ao argumento da política de transfiguração nos contextos marcados pela diáspora africana.

Que autor do pensamento social brasileiro teria elaborado, ainda em meados do século XX, uma crítica que passa pela compreensão da experiência negra perante o discurso *racializante*? Podemos dizer que Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) passa por esses aspectos ao discutir a criação pela sociedade brasileira de um número sem fim de estereótipos contra a população negra, com o uso da cor (corpo, portanto) como elemento de classificação e de exclusão (Fernandes, 1965, v. 1: 240-341).

Mas, ainda antes da publicação dessa obra de Florestan, Guerreiro Ramos, no texto “O problema do negro na sociologia brasileira” (1957)⁴, nos apresenta uma discus-

4. Publicado, em conjunto com outros textos, na coletânea *Introdução crítica à sociologia brasileira*, de 1957.

são muito interessante sobre o que ele chamou de “alienação estética do negro”. Para o autor, o cientista social que queira empreender o trabalho de superação definitiva do postulado teórico que coloca o negro como “problema”, deve passar pelo procedimento fenomenológico de se praticar “um ato de suspensão da brancura”, a fim de se demonstrar a precariedade das concepções racistas (e patológicas) criadas numa sociedade europeizada como a brasileira (Ramos, 1957: 194). Guerreiro Ramos aprofunda o debate ao fazer uma provocação de fundamento filosófico: “*niger sum*”, ou “negro sou”:

Sou negro, identifico como *meu o corpo* em que o meu eu está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser valorizada *esteticamente* e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal – eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil (Ramos, 1957: 15. Grifos meus.).

Há nessa concepção de Guerreiro Ramos uma evidente evocação da máxima “*Cogito ergo sum*” (“Penso logo existo”), do filósofo René Descartes. Mas, sua preocupação é a seguinte: a modernidade me diz que se eu penso, logo eu existo. Mas, ainda que eu (corpo negro) pense, eu não existo para essa sociedade. O fundamento prático do “eu penso” é, de acordo com Enrique Dussel (1977), o “eu conquisto”: “Penso, logo conquisto” (Dussel, 1977: 10). Ou seja, para conquistar é preciso antes de tudo ser. Na medida em que eu (corpo negro) não sou, não tenho existência para o outro, logo, estou passível de ser conquistado.

Todo esse debate nos lembra muito a discussão de Frantz Fanon (2008: 26) sobre o que ele chamou de “zona de não ser”, que citamos no início deste texto. A existência para o outro, de acordo com Fanon, passa também pela possibilidade da fala: “Falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2008: 33). A suposição de que Guerreiro Ramos teria sido influenciado pelas ideias de Fanon ainda carece de investigação (Faustino, 2015). Mas, é possível encontrarmos semelhanças nas preocupações com a subjetividade do ser negro, como vimos no debate em torno da ideia de “*niger sum*” que, antes de tudo, passa pela problematização da experiência negra num contexto racializado.

A fala – condição mínima de convivência respeitosa numa sociedade – depende, antes de tudo, do reconhecimento do corpo enquanto legítimo. Por isso que, na luta contra o racismo, é muito importante compreendermos a força política da linguagem, do corpo e da estética, e aqui voltamos à bell hooks (1995). Na medida em que o corpo é negado, a própria existência com afirmação estética é um ato político,

porque desestabiliza os discursos estabelecidos. Dito em outras palavras, a discussão sobre elementos culturais vernaculares de origem africana (estéticos, artísticos, refletidos na corporeidade) tem significado político.

A preocupação em não estabelecer uma cisão entre campo político e campo cultural está presente também em Joel Rufino dos Santos (1985: 300), ao atestar que essa distinção é, no mínimo, evolucionista e autoritária, na medida em que estabelece o “cultural” como desprovido de crítica e o “político” como lócus da ilustração, último estágio de amadurecimento intelectual. Ao afirmar o caráter político do cultural, Joel Rufino orienta os estudiosos da temática étnico-racial – e o próprio movimento negro – a estabelecer uma leitura da realidade brasileira com caráter supranacional, ou seja, liberta das ciladas impostas pelos limites nacionais (Santos, 1985: 301). Nesse sentido, considero o historiador e literato Joel Rufino dos Santos um autor fundamental para se realizar uma crítica construtiva para dentro da sociologia brasileira e das ciências sociais aqui realizadas.

Nesse mesmo sentido de crítica à dicotomia “cultura versus política”, o intelectual Clóvis Moura critica o que Eric Hobsbawm chamou de “pré-político”. Para Moura, o “descaso” com relação às manifestações culturais e às formas históricas de resistência negra, como o aquilombamento, é uma concepção elitista, eurocêntrica e que exclui os movimentos do Terceiro Mundo (Moura, 2000: 24). Ao propor o conceito de “Quilombagem”, Clóvis Moura foca as ações de resistência movidas pela população negra na história do Brasil. Em *Rebeliões da senzala*, Clóvis Moura (1959) segue um percurso similar ao dos estudos de outros intelectuais marxistas, também negros, como Cyril Lionel Robert James (1934) em *The black Jacobins* e o próprio Frantz Fanon (1952) em *Pele Negra, máscaras brancas*. Moura descortinava na revolução violenta contra os racistas – e não apenas nas compensações subjetivas de uma identidade afro-centrada – uma forma de integração política do negro na sociedade ocidental.

Guardadas as devidas particularidades teóricas e políticas entre Clóvis Moura, Guerreiro Ramos e Joel Rufino dos Santos⁵, compreendo que cada um deles nos oferece leituras alternativas àquelas que tendiam a enclausurar o negro à situação de “objeto de estudo”. Mais do que isso, são autores que nos possibilitam visualizar a agência do negro – entendida como ação, resistência e movimento – no contexto de um longo processo diaspórico que une Brasil e África.

5. Por exemplo, enquanto Clóvis Moura tinha forte atuação no Partido Comunista Brasileiro, realizando uma aproximação ao Movimento Negro apenas à partir na década de 1970, Guerreiro Ramos estava muito mais ligado ao Trabalhismo e ao legado Varguista, princípios que nortearam os intelectuais do Teatro Experimental do Negro, entre os quais Abdias do Nascimento.

Considerações finais

O que busquei salientar com todo este debate é a existência de alguns pontos de toque entre a sociologia brasileira e as leituras críticas do processo colonial. E um elo importante para a compreensão desses pontos de toque é justamente as noções de *ethos* nacional e de modernidade. Os trabalhos pioneiros de Guerreiro Ramos, Roger Bastide, Clóvis Moura e Joel Rufino dos Santos, por exemplo, permitem-nos abrir os horizontes interpretativos sobre a história social do Brasil, na medida em que não limitam sua análise à nação, trazendo o tempo todo as conexões com o movimento da diáspora africana. Conferir um caráter transnacional à análise da história social do Brasil não significa apenas se reportar à história cruzada entre África, Brasil e a todo o contexto da diáspora africana, significa ainda realizar a crítica à fixação dos sujeitos realizada pelo discurso nacional. Afinal, há uma construção discursiva que nos constrange à posição de “brasileiros”, quando, na verdade, somos tudo em nós mesmos, somos “viajantes” em significados, temos em nós muitas referências que nos impedem de nos fixarmos, a não ser provisoriamente. Aliás, o negro não é; tampouco o branco, porque, a única forma de materialização possível é no discurso (Fanon, 2008: 191).

Frente a tudo isso, o que significa “desracializar a experiência negra”, tal como anunciado no título deste trabalho? Adoto os termos “*racialização*” e “*experiência*” nos sentidos dados por Frantz Fanon. *Racialização* – como já foi dito anteriormente – é o processo pelo qual uma série de significados desumanizadores são projetados sobre determinado grupo social, reduzindo-o a uma “zona de não ser”, ou seja, a um lugar social de fragilidade ontológica, de sujeição. Essa é a experiência social vivenciada por negros da diáspora, dispersos pelo mundo e pelo Brasil, e que têm em comum a história da escravidão e os reflexos atuais (simbólicos, econômicos, políticos e culturais) do processo colonial. Eles também têm em comum uma longa história de resistências através de lutas diretas e também por outras estratégias políticas, como a estética e as artes.

Logo, um trabalho de revisão da sociologia brasileira na busca destes debates sobre a experiência de *racialização* nos faz emergir para fora do caudaloso discurso nacional homogeneizante. Esse discurso, absorvido e amplamente trabalhado pela sociologia brasileira, acabou por limitar a caracterização de negros a “descendentes de escravos” ou a eternos aspirantes à condição de sujeitos modernos na sociedade de classes. Eternamente aspirantes pois se caracterizariam antes como problema social, um desencaixe, ou ainda, enquanto seres distantes da desejada racionalidade.

Revisitar alguns dos trabalhos da sociologia brasileira do ponto de vista da crítica colonial é uma oportunidade de se perceber elementos que inserem a história da população negra dentro de um processo colonial mais amplo que, se de um lado os desumanizou, por outro, e contraditoriamente, fez emergir infinitas formas de resistência e de ressignificação. Nesse sentido, e pelo menos do ponto de vista teórico, a releitura da sociologia brasileira buscando nela as caracterizações desse processo, nos coloca a possibilidade de encararmos outras narrativas, desracionalizadoras.

Referências

AVRITZER, Leonardo; GOMES, Lilian Cristina B. Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil. *Dados*, v. 56, n. 1, p. 39-68, 2013.

BASTIDE, Roger. *As Américas Negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: EdUSP, 1974.

BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. L. B. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Margins of philosophy*. Chicago (IL): The University of Chicago Press, 1982.

DU BOIS, William Edward. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda editores, 1999.

DUSSEL, Enrique D. *Filosofia da Libertação na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Loyola; Unimep, 1977.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

———. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *Por que Fanon? Por que Agora? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*, v. I e II. São Paulo: Editora Global, 5. ed., 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

———. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora 34; Universidade Cândido Mendes/Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

———. Race, articulation, and societies structured in dominance. *Sociological theories: race and colonialism*. Paris: Unesco, 1980.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOOKS, bell. An aesthetic of blackness: strange and oppositional. *Lenox Avenue: A Journal of Inter-arts Inquiry*, v. 1, p. 65-72, 1995.

HOROWITZ, Maryanne Cline. *New dictionary of the history of ideas*. New York: Charles Scribner's Sons, 2005.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; Universidade Candido Mendes, 2003.

MOURA, Clóvis. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

———. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

———. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global Editora, 1983.

———. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Editora Zumbi, 1959.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário; SOARES, Sergei; JACCOUD, Luciana de Barros; OSÓRIO, Rafael Guerreiro (Orgs.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

PORTELA JR., Aristeu. Democracia no Brasil: Florestan Fernandes e a transição. *Áskesis - Revista dos Discentes do PPGS/UFSCar*, v. 1, n. 2, p. 10-22, 2012.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda., 1957.

SALES JR., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2016.

SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro e a crise brasileira. *Política e Administração*, v. 2, Jul./Set. 1985.

SEGATO, Rita. The color-blind subject of myth; or, where to find Africa in the nation. *Annu. Rev. Anthrop.*, v. 27, p. 129-151, 1998.



Cícero Dias e o regionalismo pernambucano*

Recebido: 02.06.18
Aprovado: 28.09.18

Eduardo Dimitrov**

Resumo: Em 1948, o pintor Cícero Dias já estava vivendo em Paris há quase dez anos e passava a fazer pintura abstrata. Parte da intelectualidade recifense enxergava menos Pernambuco nessa sua nova fase e, portanto, menos interesse. Em reação, um grupo próximo ao pintor, dentre eles Gilberto Freyre e Mário Pedrosa, atuou em sua defesa.

A análise da recepção das obras de Cícero auxilia na compreensão do funcionamento do modernismo brasileiro para além do eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Sempre lembrado em retrospectivas da arte nacional, Cícero Dias ocupa uma posição dúbia no cenário das artes pernambucanas na medida em que sua pernambucanidade é posta em questão pelo uso da abstração. Ao recuperar esse debate, pode-se vislumbrar quais eram as possibilidades e as restrições impostas aos artistas que pretendiam fazer suas carreiras na periferia do sistema cultural brasileiro.

Palavras-chave: Cícero Dias. Regionalismo. Modernismo. Pernambuco. Sociologia da arte.

Cícero Dias and the Regionalism in Pernambuco

Abstract: In 1948, the painter Cícero Dias was already living in Paris for almost ten years and began to make abstract painting. Part of the Recife's intellectuals saw less Pernambuco in its new phase and, therefore, less interest. In reaction, a group close to the painter, among them Gilberto Freyre and Mário Pedrosa, acted in his defense.

The analysis of the reception of Cícero Dias works of assists in the understanding of the Brazilian modernism beyond the Rio de Janeiro - São Paulo axis. Always remembered in retrospectives of the national art, Cícero Dias occupies a dubious position in the scene of the Pernambuco arts because his identity is put in question by the use of the abstraction. Recovering this debate, one can glimpse what were the possibilities and the constraints imposed on the artists who wanted to make their careers in the periphery of the Brazilian cultural system.

Keywords: Cícero Dias. Regionalism. Modernism. Pernambuco. Sociology of art.

* Este artigo é uma versão com algumas alterações do capítulo "Ser Cícero em Paris e Diás no Recife" da tese de doutorado *Regional como opção, regional como prisão: trajetórias artísticas no modernismo pernambucano* defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 2014 e que contou com os auxílios da Fapesp entre 2009-2014 e da Capes/PDEE entre 2011 e 2012.

** Eduardo Dimitrov é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília (DF), Brasil. Últimas publicações: Lula Cardoso Ayres: modernista em Pernambuco, folclórico em São Paulo. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 483-517, 2018; Vicente do Rego Monteiro: de expoente modernista a integralista esquecido. *Novos Estudos Cebrap*, v. 34, n. 103, p. 193-208, 2015. <eduardodimitrov@unb.br>

É notável, porém, que um Cícero Dias, depois de vinte anos de Paris (onde vem sendo considerado por mestre Picasso um artista de notáveis recursos), conserve sua fidelidade a um verde tropical que só se define na sua plenitude iluminado pelo sol ou pela luz de Pernambuco. Luz por um cientista alemão – Konrad Guenther – considerada diferente não só das luzes da Europa como de outras luzes dos trópicos (Freyre, 2010a: 171).

Este artigo pretende seguir o movimento pendular entre o geral e o particular na trajetória de Cícero Dias. Por vezes, mostrar-se um pintor regional parecia necessário para garantir a recepção de suas telas; em outros momentos, procurava desvincular-se dessa chave de leitura para mostrar-se como pintor moderno, livre de adjetivos. Essa dicotomia, regional e universal; popular e moderno etc., assumiu diferentes feições no modernismo brasileiro. O caso de Cícero exemplifica como artistas pernambucanos lidaram com estereótipos vagos de popular e regional na tentativa de encontrarem um lugar autoral na arte brasileira.

1. A primeira exposição de Cícero Dias no município de Escada ocorreu em 1928; a segunda, em 1929.

2. Lê-se na última folha: “Cardápio do almoço no engenho ‘Jundyá’; Iscas de bacalhau; Pitús a Escadense; Sarapatel; Ragout de Mouton aux pommes; Entrecote de porc; Grillé d’Agneau; Arroz timbauense; doces de bosque; Pé de Moleque; Bolo de rolo; Canjica; Wiskey Queen Anne; Madeira Isidro e Veiga; Cognac Hennessy; Aguardente velha riachão; Vinhos: Lusitanos, Verde e Maduro. É notável a tensão expressa no próprio cardápio, misturando pratos “regionais” com receitas (ou ao menos denominações) francesas.

Para explorar essa trajetória, retoma-se as exposições de 1948, em Pernambuco, e sua repercussão na imprensa local. Em seguida, passa-se por outras exposições de Cícero e novas chaves de leitura feitas fora do contexto pernambucano – sobretudo parisiense – para então retornar a Recife e pensar nas implicações que o nativismo pernambucano imprimia sobre o artista.

Genealogia de um desgarrado

Um pequeno folheto de nove páginas com capa impressa em papel azul anuncia, em 1948, a “exposição de um único quadro medindo 15 x 2ms” no que seria a “III Exposição Cícero Dias na Escada (Engenho Jundiá)”, terra natal do pintor (Figura 2 da Iconografia)¹. Curioso folheto: não especifica os dias e o local da exposição – apenas Escada, 1948. Apesar de composto por quatro fotografias e uma gravura, não há nenhuma reprodução do “único quadro medindo 15 x 2ms”. Nem mesmo o título da obra é mencionado. Tratava-se do já então famoso, “Eu vi o mundo... Ele começava no Recife” (Figura 1).

O folheto, com impressão simples, não é propriamente um catálogo. Com um cardápio na última folha, parece mais um convite ao banquete que ocorreria no Engenho “Jundyá”². Na verdade, assemelha-se também a uma peça de memória familiar

destinada a um público específico. É um instrumento performático de criação, ou a atualização de uma identidade ancorada numa genealogia. Define, de maneira indireta, quem é Cícero Dias. Torna clara ao leitor a posição social do artista por meio da rememoração de biografias de parentes. As experiências vividas pelos ancestrais num tempo remoto apresentam-se como semelhantes aos percalços da vida de Cícero Dias no tempo presente. Como se verá, as histórias acionadas no folheto, lidas no contexto da exposição em Escada, funcionam, para os atores, como mitos que, pela analogia entre as narrativas e situação prática, dão inteligibilidade à interação social.

Na primeira página foi estampado um retrato do artista com um ano de idade (Figura 3), de camisolão e pés descalços. Com dificuldade, equilibra-se, segurando um parapeito. Apesar de a foto mostrá-lo de frente para a câmera – lembrando as fotografias de estúdio do início do século XX –, tudo indica que teria sido feita no próprio Engenho Jundiá³. Seus olhos não miram a objetiva. Estão levemente desviados para a esquerda do fotógrafo, focados, provavelmente, em algum parente que, de pé, estaria acompanhando a execução do retrato. A foto é seguida do texto “A presença de Cícero Dias”, escrito por Gilberto Freyre⁴.

Outras três fotografias apresentam parentes do pintor. O retrato de corpo inteiro do coronel Manuel Antônio do Santos Dias é seguido de uma nota biográfica que o qualifica como “um brasileiro que honra o seu país e a sua terra natal – Pernambuco, onde a agricultura lhe deve grandes serviços, e onde fundou a Usina de Santa Filonila”. A pequena nota, retirada de “um jornal do fim do século” (sem especificar com precisão a referência), enaltece o bom coração do usineiro: “O coronel Santos Dias é um filantropo, querido de todos os portugueses pobres do Recife, para os quais a sua bolsa está sempre aberta”. Foi ele quem, em 1895, fundou o município de Escada.

O segundo retrato é o de José Pereira de Araújo Filho, conhecido socialmente e identificado no livreto apenas como Doutorzinho. Em suas memórias, Cícero Dias a ele se refere como um dos donos de Escada, tal como Tobias Barreto e o barão de Suassuna. Prefeito em 1928, quando Cícero levou sua primeira exposição ao município, foi ele o anfitrião, oferecendo um banquete a convidados. Para Cícero, “Gilberto Freyre e Doutorzinho foram os donos da exposição” (Dias & Dias, 2011: 75)⁵. O retrato é acompanhado de um bilhete destinado ao “Cícero – querido primo e amigo”, no qual desdenha a opinião de críticos “ranzinzas” e “moralistas”. A falta de elementos faz com que um leitor, fora daquele círculo de sociabilidade, não consiga identificar com precisão de quem e de qual exposição se falava. De toda maneira, descrevia-se a oposição entre um artista ousado – tal como Cícero

3. Uma boa reprodução da foto pode ser vista em Assis Filho (2002: 22), que traz a legenda “Cícero Dias, com um ano de idade. Engenho de Jundiá, Pernambuco, 1908”. Essas informações estão ausentes do livreto.

4. Esse texto também foi publicado no “Suplemento Literário” do *Diário de Pernambuco*, em 15 de agosto de 1948.

5. Ascenso Ferreira dedica a Doutorzinho “Filosofia”, poema originalmente publicado em 1939 no livro *Cana caiana*.

Dias que representava nus numa linguagem nova – e um público moralista escandalizado (do mesmo modo como se comportou em outras exposições do artista de Jundiá). O paralelo é imediato.

O último retrato é o de José Cláudio, outro parente de Cícero Dias. Um texto de José Lins do Rego, “extraído do *Diário de Pernambuco*”, lamentava a morte do amigo.

Cícero Dias, o seu primo, me dizia sempre: “José Cláudio é uma flor.” E através de Cícero, vim a querer-lhe um bem muito ligado à terra e à gente de Pernambuco. Era ele de fato um pernambucano da gema, daqueles que se criaram com o mel de engenho dos avós Pontual, com cheiro doce das bagaceiras, com os banhos no rio, com todas as histórias de trancoso. E pernambucano que nem a vida social e nem os tempos de separação da província distante fizeram perder as marcas da origem. Aquele era um Pontual que não enganava. E lá estava na sala do velório, a terra pernambucana bem à frente do corpo coberto de rosas, o quadro lírico do primo Cícero, o pastoril que a imaginação do artista de gênio transformara num “balé” grotesco e humaníssimo.

Não é difícil relacionar a descrição de José Cláudio, feita por José Lins do Rego, com a situação vivida por Dias, que, em 1948, já morava, havia quase dez anos, na Europa. Cícero Dias praticamente não teve uma trajetória pernambucana. Pela ótica nativista predominante na intelectualidade pernambucana, seu cosmopolitismo era uma ameaça. Migrou para o Rio de Janeiro, em 1920, aos treze anos, para cursar o ensino ginásial no colégio interno do Mosteiro de São Bento. Voltou para Recife apenas em 1932, depois de já ter estudado na Escola Nacional de Belas Artes e participado do grupo modernista de São Paulo e Rio de Janeiro – muito próximo, por um lado, de Graça Aranha e, por outro, de Oswald de Andrade, colaborando com a *Revista de Antropofagia*. Chocara a crítica no Salão Revolucionário, em 1931, com o mesmo painel que apresentava agora em Escada.

Se em 1932 ele retorna ao Recife, já em 1939 zarpa para a Europa para nunca mais fixar residência na, assim chamada, Veneza brasileira. Seu cosmopolitismo – seja na trajetória de vida seja nas referências pictóricas – era tão evidente e ameaçador, que armas discursivas foram manejadas para reforçar os laços telúricos do artista.

Os textos desse pequeno livreto promovem, de alguma forma, a ligadura entre o artista parisiense e o menino natural de Escada. Sua foto, com trajes típicos das crianças nordestinas do início do século XX, e seu parentesco com o coronel Manuel Antônio do Santos Dias garantem a filiação àquele torrão. Os ataques proferidos por Doutorzinho contra os críticos “ranzinzas” e “moralistas”, de certa forma,

podem ser compreendidos como uma defesa às reações adversas que as pinturas de Dias causavam, ao serem expostas em Pernambuco. As palavras de José Lins do Rego, referindo-se a José Cláudio, insistem no fato de que, mesmo à distância, o indivíduo continuaria fiel às suas origens; as marcas criadas pelo mel dos engenhos, pelo cheiro da bagaceira, pelos banhos de rio não seriam desbotadas pela vida social e pela separação da província. Assim também, na sala do velório, o quadro de Cícero Dias pendurado na frente do morto tornava presente a “terra pernambucana”.

Recepção pernambucana à obra de Cícero

Esses discursos – um tanto figurados –, que fazem parte das poucas páginas do livro, são enquadrados pelo texto de Gilberto Freyre que, de forma assertiva e com toda sua autoridade, defende a universalidade e a regionalidade de Cícero Dias. Em 1948, ninguém duvidaria das fortes ligações telúricas ou da pernambucanidade do autor de *Casa-grande & Senzala* e líder do movimento regionalista tradicionalista. A proximidade a Freyre é, portanto, explorada. Funcionava como uma evidência da ligação de Dias com Pernambuco, mesmo que suas pinturas fossem constantemente associadas ao surrealismo, e que, em 1948, já rumassem para a abstração.

Creio ter contribuído naqueles anos já distantes – 1927, 1925, 1923 – para que dois dos meus melhores companheiros de geração – Cícero Dias e José Lins do Rego – em vez de sôfrega e superficialmente “universalistas” desde seus primeiros dias de aventura artística, tivessem encontrado em suas fundas experiências de meninos de engenho a base para a arte, que se poderia chamar de “tipologia construtiva”, em que vêm se tornando mestres; ou de que já são hoje mestres através de uma simbolização de experiências particulares que os torna tão compreensíveis aos olhos de um inglês, de um francês, de um americano, de um chinês, quanto aos de um brasileiro do Nordeste, nascido, como eles, à sombra de velhos engenhos de açúcar. E o mesmo talvez pudesse dizer de dois outros pernambucanos, meus amigos; Luis Jardim e Lula Cardoso Ayres (Freyre, 1948: 3-4)⁶.

Ressalta-se, nesse trecho, a estratégia de Freyre de mostrar-se amigo de Dias e orientador de seus trabalhos. Segundo o pintor, foi apenas no final dos anos 1920 que conheceu Gilberto Freyre, na ocasião da sua primeira exposição em Escada, no ano de 1928. Manuel Bandeira (o poeta) o teria recomendado ao amigo de Apipucos por meio de uma carta de apresentação. Em seu livro de memórias, Cícero conta:

6. Cabe ressaltar aqui que Freyre não menciona Vicente do Rego Monteiro, que residia em Paris nesse período e já tinha criado um distanciamento deste círculo de sociabilidade por conta de suas convicções políticas. Esse afastamento será tratado no próximo item.

[numa primeira conversa] “o sociólogo, como dizem, entregava os pontos. O que eu achava de fulano? O que achava disto e daquilo? Os troncos familiares? Os engenhos? Questionou o tempo todo”. E depois da visita ao seu atelier, Freyre teria dito: “Esta sua pintura parece ter sido feita para mim” (Dias & Dias, 2011: 68).

A parceria mostrou-se frutífera para ambas as partes. Freyre enxergava, nos quadros de Dias, o seu ideal regionalista. Dias, que experimentava soluções pictóricas comparáveis àquelas praticadas em outros países, tinha, por sua vez, um trunfo discursivo para valorizar o aspecto regionais de seus quadros, mesmo quando assumiam a abstração mais geometrizarante dos anos 1950.

Já Mário de Andrade, em 1929, fazia outra leitura dos quadros de Cícero Dias. Pouco lhe chamava atenção o “verde da cana e do mar do Recife” ou qualquer ligação telúrica. Mesmo que esses elementos estivessem presentes e permitissem a Freyre acioná-los posteriormente, não eram o foco de atenção do poeta paulista. Impressionava-o mais as “paisagens interiores mais profundas” apresentadas pelo pintor. Segundo Mário, muitos considerariam os desenhos incompreensíveis.

Mas Cícero não é maluco não, somente prefere, em vez de representar pelo lápis e pela cor, os raciocínios fáceis da inteligência dele, campear no meio das suas paisagens interiores mais profundas, o que o irrita ou lhe faz bem. São gritos sem nenhuma lógica fácil (Andrade, 1972: 169).

Ao reforçar a leitura com viés psicanalítico, adiante, o autor de Macunaíma afirma:

Cícero Dias é uma acuidade exacerbada. Ele conta essas coisas interiores, esses apelos, sonhos, sublimações, sequestros. Os desenhos dele formam por isso um “outro mundo” (Andrade, 1972: 172)⁷.

Mas esse “outro mundo”, para pernambucanos podia ser bem perigoso. Podia ser sinônimo de pouca relação com os naturais da terra. Não é à toa que as influências do surrealismo, do cubismo de Picasso e, já na década de 1950, do abstracionismo geométrico, tornam-se, nas palavras de Freyre, “simbolização de experiências particulares” inteligível até mesmo para um chinês. Ainda no folheto da exposição de 1948 em Escada, Freyre menciona a dedicatória que Picasso fez a Cícero Dias⁸.

[Sua volta a Paris era] necessária – interpreto eu – para que o artista pernambucano se torne de tal modo simbólico na sua pintura que seus canais não precisem de ser geograficamente canais

7. Publicado originalmente no *Diário Nacional*: “Táxi” São Paulo, 2 Jul. 1929.

8. Em dedicatória no exemplar de sua peça de teatro, *Le plaisir attrapé par la queue*, Picasso teria escrito: “Para Dias, cuja presença em Paris é necessária”. Transformada em “apelo de Picasso”, a dedicatória é reiteradamente usada tanto por Cícero Dias como pela crítica para explicar o motivo de seu retorno a Paris em 1945, depois de ter sido liberado pelos alemães em Baden-Baden e se instalado em Lisboa.

mas apenas símbolos, com sugestões de beleza e de drama que qualquer indivíduo capaz de emoção artística venha a compreender. Necessária, para que um criador de símbolos tão impregnado da experiência, do drama e das cores dos canaviais e das águas de Pernambuco como Cícero Dias acrescenta à pintura suprarregional, supranacional, universal, que tem seu ponto de concentração em Paris, valores que só ele, Cícero, hoje comanda, domina e é capaz de exprimir de modo a ser universalmente compreendido. Valores regionais. Valores brasileiros. Valores pernambucanos suscetíveis de universalização (Freyre, 1948: 4).

Era a terceira vez que Cícero expunha em Escada. Já fazia quase uma década que seus quadros não eram exibidos em Pernambuco. Desde a primeira exposição, em 1928, a reação da crítica não vinha se mostrando das mais receptivas. Sobretudo quanto ao uso do nu, ou do que Gilberto Freyre – atribuindo a Gamaliel Le Moine em carta a Manuel Bandeira – chamou, no catálogo da II Exposição em Escada, em 1929, de “*sur-nudisme*”.

Escada deve sentir uma alegria imensa em acolher mais uma vez o seu grande filho – cada vez mais seu e menos do Recife oficial e requintado que não quer saber de azuis e encarnados berrantes. Cícero é o grande pintor dos azuis e encarnados puros. Dos verdes e dos amarelos vivos. O pintor do *sur-nudisme*, um *sur-nudisme* que não é a repercussão de nenhum *sur-realisme* da Europa, já conhecido dos japoneses, mas coisa própria e pessoal. Um nu além do nu (Freyre, 1972: 169).

As representações eróticas e as cores não foram, porém, lidas anteriormente da mesma maneira, ao menos pelos psiquiatras de Pernambuco. Em 1933, Gonçalves Fernandes⁹, então estudante da Faculdade de Medicina do Recife e funcionário da Liga de Higiene Mental de Pernambuco, publica o artigo “Surrealismo e esquizofrenia (contribuição sucinta ao estudo da arte na psiquiatria)” nos *Arquivos da Assistência a Psicopatas*¹⁰. Nele, o autor explora a relação entre aspectos formais da arte surrealista e os desenhos produzidos por doente mentais e as patologias psíquicas.

Essa relação não diferia do que já vinha sendo interpretado em outras partes do mundo. A arte moderna muito cedo foi associada à arte dos loucos. Em 1928, o próprio Cícero Dias fez a sua primeira exposição de aquarelas no Rio de Janeiro no Salão da Policlínica, durante um congresso internacional de psicanálise. No entanto, a diferença no caso pernambucano seria o ataque ao único pintor ousado do ponto de vista formal e temático. Reproduções de telas de Cícero Dias ilustravam o artigo, ao lado de “desenhos espontâneos” feitos por doentes mentais. E o autor afirmava:

9. Nascido no Recife em 1909, em 1937 formou-se em medicina pela Universidade de Pernambuco. Era psiquiatra, antropólogo, folclorista e escritor especializado em superstições e religiosidade popular. Foi diretor da Fundação Joaquim Nabuco, professor na Faculdade de Ciências Médicas do Recife, na Faculdade de Direito do Recife e na Universidade do Brasil. Faleceu também no Recife em 1986.

10. Devo a José Bezerra de Brito Neto a revelação e a disponibilização de reproduções desta fonte.

A infantilidade de uma tela de Cícero ninguém pode negar. Que ele é sincero na sua arte nós o sabemos. Sabemos, também, que é um esquizoide (Fernandes, 1933: 148).

As cores que, segundo a interpretação de Gilberto Freyre, eram a prova da regionalidade das pinturas de Cícero Dias; para o psiquiatra, representavam justamente um indício de insanidade. Dizia Gonçalves Fernandes:

[...] com a psicanálise aprofundamos a observação, e revelamos os complexos mascarados nos símbolos, no colorido rico de vermelho, azul e verde, sentimos ainda mais se intrincarmos os pontos de contato, e não mais podemos distinguir surrealistas e esquizofrênicos alienados (Fernandes, 1933: 145).

O folheto da “III Exposição Cícero Dias na Escada (Engenho Jundiá)”, de alguma maneira, buscava ancorar Cícero Dias e seus trabalhos num terreno mais seguro. Uma espécie de rito de separação tal como “você sabe com quem está falando?”¹¹ direcionado ao público recifense para que o debate em torno das obras se desse em outra chave de leitura. Na interação entre artista e público, as posições sociais do neto do barão de Contendas e amigo de Picasso estavam sendo explicitadas para evitar mal-entendidos em suas posições estéticas (e até mesmo para atestar sua sanidade mental).

A exposição “de um único quadro medindo 15 x 2ms”, em 1948, foi acompanhada de outra, na Faculdade de Direito do Recife, na qual Cícero Dias apresentou 126 trabalhos. O crítico, Mário Pedrosa, um dos presentes, comenta-a no artigo “Pernambuco, Cícero Dias e Paris”, publicado na *Revista Região*, de dezembro de 1948¹². Afirma o caráter retrospectivo da mostra contendo

[...] desde seus primeiros desenhos, ainda incertos, em que dominavam os temas e assuntos pitorescos ou poéticos, às últimas produções parisienses, de caráter já rigorosamente abstrato.

A reações de parte da elite pernambucana às ousadias de Cícero Dias foram registradas por Pedrosa:

Recife reagiu com vigor à experiência de Cícero. Um ilustre polígrafo da terra, o Sr. Mário Melo, encabeçou a reação. Seus artigos diários encontravam eco por toda parte. As famílias burguesas perderam o sossego; homens sisudos e pequenos burgueses moralistas não compreendiam como é que se havia aberto o salão nobre da Faculdade de Direito, tão vetusta, guardiã das mais respeitáveis tradições, àquelas garatujas e monstros. Para a boa gente, Cícero era um pernambucano endiabrado, que se perdera em Paris em más companhias (Pedrosa, 1948: 8).

11. Pensado aqui nos termos de Roberto DaMatta (1997).

12. Convidados pelo Diretório Acadêmico de Direito e pela Diretoria de Documentação e Cultura, Mário Pedrosa, Aníbal Machado, Rubem Braga e Orígenes Lessa viajaram ao Recife para acompanhar a exposição. O artigo de Pedrosa encontra-se reproduzido no catálogo da exposição *Zona Tórrida* (Herkenhoff; Diniz, 2012). A Raquel Czarneski Borges devo a reprodução fotográfica da *Revista Região* que muito me auxiliou na redação deste item.

Cícero Dias, em suas memórias, atribui a reação de Mário Melo a um mal-entendido ocorrido na exposição de Escada em 1928. Naquela ocasião, arregimentou-se um “valentão” no engenho da família como segurança durante a exposição de arte. Cumprindo as instruções para sua nova atribuição, o tal “valentão” chamou a atenção de Mário Melo que se aproximava demais dos quadros. O jornalista, indignado com a abordagem do vigia, teria escrito críticas violentas contra Cícero e sua “exposição guardada por um cangaceiro” (Dias & Dias, 2011: 71).

Não é difícil imaginar a pequena abertura que Dias teve com os seus novos quadros: uma de suas demandas a Gilberto Freyre para essa exposição, em 1928, foi que interviesse junto à diretoria do conservador Teatro Santa Isabel, solicitando a permissão para o uso do espaço. A recusa direcionou Cícero a fazer, então, a exposição em Escada¹³. Em 1948, o Teatro Santa Isabel também não foi utilizado, mas sim a Faculdade de Direito que tinha, tanto em seu diretório acadêmico, quanto no corpo discente, um grupo de jovens dinâmicos e interessados em arte moderna¹⁴.

Lucilo Varejão, fazendo um balanço das artes plásticas no ano de 1948, em Recife, reconstitui o que foi a exposição de Cícero Dias e os motivos que levaram o público a rejeitá-la.

O pintor pernambucano Cícero Dias, há tanto tempo distante de sua terra, expôs na Faculdade de Direito.

A reação do meio à sua pintura abstracionista, era justa e razoável. Estamos na infância da compreensão e só percebemos e entendemos aquilo que cai com certa lógica sob nosso ângulo de visão.

Cícero é um pintor mais para ser sentido do que interpretado. Seu instinto panteísta – um panteísmo regionalíssimo – e que ele possui evidentemente, não tem uma relação sensível com a natureza. Pelo menos para os nossos olhos ainda muito adstritos às formas aparentes das coisas.

Por outro lado, a rigidez dos seus bonecos e sempre tratados em duas dimensões, choca o olho do espectador pouco avisado.

De modo que essas interpretações subjetivas um tanto insolentes que nos trouxe o pintor pernambucano não podiam agradar, como não agradaram.

Ainda assim é justo que lhe respeitemos as intenções, dignas de apreço como as de qualquer outra compreensão de arte (Varejão, 1949: s/n).

Lucilo Varejão identifica um descompasso entre as expectativas do público, que só entende aquilo que “cai com certa lógica sob o seu ângulo de visão”, e a rigidez bidi-

13. Em suas memórias, Cícero Dias escreve: “No Brasil, nenhuma comunicação telefônica era possível por volta de 1928. Assim esperávamos um telegrama pela Western ou carta. E nessa lentidão ia preparando minha exposição no Recife. Já tinha obtido uma resposta negativa: ‘Não contar com o hall do Teatro Santa Isabel’. Uma grande injustiça. Um caso puramente pessoal. Minha obra, um fantasma que amedrontava. Contrariaria o bom gosto da antiga província, daria insônia, má digestão, atacava as cabeças. Lamentável. Tivemos que optar pelo Hotel Central, recentemente construído no Recife. No meu íntimo, o que eu desejava mesmo era uma exposição no interior do Estado, na cidade de Escada. Uma mostra onde o povo visitasse, onde o povo se pronunciasse (Dias & Dias, 2011: 63).

14. Entre eles estavam Ariano Suassuna, Aloísio Magalhães, Hermilo Borba Filho, Gastão de Holanda, Joel Pontes, entre outros. Foi nessa mesma época, final dos anos 1940, que se fundou o Teatro dos Estudantes de Pernambuco, que dinamizou a vida cultural da Faculdade. Para

detalhes, ver Pontes (1990), Carvalheira (1986), entre outros.

mensional dos bonecos de Cícero Dias. O subjetivismo foi lido por Varejão como insolência. Ao mesmo tempo, seu comentário um tanto obscuro e contraditório a respeito do “instinto panteísta – um panteísmo regionalíssimo – e que ele [Cícero Dias] possui evidentemente, não tem uma relação sensível com a natureza”, talvez esteja contradizendo a tese discursiva de Freyre a respeito do regionalismo de Cícero Dias.

A incompreensão da obra foi vista como “justa e razoável”, dado que Recife estaria na “infância da compreensão”. Pedrosa, decerto, compartilha desse diagnóstico, mas procura convencer o leitor das qualidades de Cícero Dias, algo que Varejão não intenciona. Para Pedrosa, a falta de referenciais modernos e o excesso de critérios acadêmicos para avaliação das obras transformaram o debate em torno das telas numa questão de definição dos títulos dúbios. Afinal, tratava-se de um mamoeiro ou de um dançarino? De um abacaxi ou de um galo (Figuras 4 e 5)? Pedrosa comenta o fato, dirigindo-se aos leitores paulistas ou cariocas:

Ninguém deve rir-se de tais ingenuidades. A mesma coisa podia acontecer aqui. O Público de Pernambuco é tão culto quanto o do Rio. O problema não é de cultura, de preparo intelectual, que é o que geralmente se entende por cultura. A concepção artística do público letrado de Pernambuco é a mesma do nosso público carioca ou paulista.

Província ou metrópole, o público de lá ou de cá está ainda em grande parte impermeável à arte, precisamente pela cultura adquirida e não pela ausência dela. No domínio estético, essa cultura está anacrônica de três séculos. Ela se rege ainda pelos cânones da Renascença, consagrados à glorificação dos sentidos imediatos, do materialismo burguês triunfante. [...] São os preceitos intelectualistas e acadêmicos que levam um escritor, um ministro, um cientista a admirar a contrafação pictórica de um Osvaldo Teixeira ou de um Manoel Santiago, e a torcer a cara para uma tela de Pancetti ou de Portinari (Pedrosa, 1948: 8-9).

Os argumentos, tanto de Mário Pedrosa quanto de Lucilo Varejão, para justificar a pouca adesão do público recifense à obra de Cícero Dias estão baseados no descompasso entre as referências do público e as intenções do artista. A falta de formação estética além dos “cânones da Renascença” faria o público culto de Recife aprovar apenas uma arte que fazia eco às suas concepções prévias do que seria a boa arte. É nesse sentido que Pedrosa define a relação estabelecida entre público e arte mediada pelo “academismo”:

Na pintura, os cânones estéticos adquiridos em sedimentação secular fecharam os espíritos às inovações. O academismo é o congelamento das receitas artísticas em vigor na Renascença. Através

desse congelamento, essas receitas constituem até hoje o aprendizado artesanal de uma corporação de indivíduos, cuja missão consiste em reproduzir ou imitar fielmente os objetos externos ou o real convencional.

Se essas receitas não forem mais válidas, a corporação perderá sua última razão de ser. Eis porque o academismo é o maior obstáculo à verdadeira iniciação artística do povo. Eis também porque o Sr. Mário Melo e correligionários podiam afirmar falar em nome da maioria do público pernambucano. Daí também a questão que faziam de saber se tal ou qual quadro de Cícero “representava” uma castanha de Caju ou uma cabeça de moça. Sem esta preliminar, ia-se o critério pelo qual estavam acostumados a aferir da boa ou má qualidade de uma pintura. Se a tela representava um caju, então tinha de ser bem direitinho; pois caju é caju, e moça é moça (Pedrosa, 1948: 8).

De fato, até 1948, a pintura “acadêmica” era proporcionalmente muito forte em Recife. A única instituição artística funcionando era a Escola de Belas Artes de Pernambuco. O outro grupo de artistas mais voltados à arte moderna, o chamado Grupo dos Independentes, teve existência efêmera enquanto grupo e, com a ascensão do Estado Novo, a maior parte dos artistas dispersou-se. De todo modo, nenhum deles explorava a abstração ou o esquematismo de maneira tão contundente como Cícero Dias. Assim, o público recifense estava pouco – ou nada – habituado com a arte dinamizada pelas vanguardas do início do século XX. A reação à abstração ou aos esquematismos ocorreu também em 1930, quando Vicente do Rego Monteiro trouxe ao Recife (posteriormente para São Paulo e Rio de Janeiro) a exposição de pintores da Escola de Paris.

Como mostram o crítico Moacir dos Anjos Jr. e o sociólogo Jorge Ventura Moraes (1998), os momentos que antecederam a exposição em 1930 foram de grande alvoroço no Recife. Todos estavam orgulhosos de a cidade acolher a arte moderna parisiense. A abertura da exposição no Teatro Santa Isabel foi um grande evento que contou com a presença de personalidades da sociedade pernambucana, entre elas o prefeito da cidade e o governador do estado.

No entanto, a exposição acabou resultando num fracasso de público. Os autores mostram como ela foi pouco lembrada pela crítica pernambucana posterior; nem a edição especial da *Revista Contraponto*, que rememorava os grandes eventos ocorridos no Teatro Santa Isabel ao longo de seus cem anos, mencionava a presença de obras de Picasso, Braque, Léger, Miró em seu salão. Vicente do Rego Monteiro também teria se queixado da pouca receptividade dos recifenses às novidades estéticas.

Anjos Jr. e Moraes, para elucidar o fracasso da exposição, apostaram também na tese do descompasso entre público e artistas, assim como Pedrosa e Varejão o fizeram na exposição de Cícero Dias em 1948. Nos anos 1930, o público pouco compreendeu as inovações pictóricas expressas naquelas telas vanguardistas.

De fato, esta interpretação parece pertinente. Afinal, se as artes plásticas de Recife estivessem compassadas com as de Paris, a exposição teria tido maior repercussão. A despeito de Tarsila do Amaral ter afirmado que fora um dos eventos mais importantes do ano, os próprios autores ressaltam que Rego Monteiro considerou também um fracasso de público a temporada em São Paulo, o que corrobora o argumento de Mário Pedrosa a respeito da semelhança entre públicos da metrópole e da província.

Se, por um lado, o público da metrópole era relativamente semelhante ao da província, no que se referia à preferência de um Osvaldo Teixeira ou de um Manoel Santiago a um Pancetti ou a um Portinari, como afirma Pedrosa, por outro, deve-se perguntar por que Recife produziu poucos artistas não vinculados, em sua arte ou no discurso em torno de sua arte, à realidade mais imediata da região. Talvez um dos elementos que expliquem este fato seja o nativismo pernambucano.

Os defensores pernambucanos de Cícero Dias não pregavam a autonomia do campo artístico; a ruptura entre representação e realidade; ou novos critérios de avaliação que considerassem predominantemente fatores artísticos. O movimento foi justamente o oposto. Como demonstrado pelo folheto da exposição de Escada, toda a argumentação em defesa de Dias se deu na chave Freyriana de equilibrar os antagonismos. Buscou-se provar a ligação de sua arte mais ousada e abstrata com o que havia de mais concreto e enraizado: a genealogia pernambucana, a infância no engenho, a luz dos trópicos a que se aferrou com firmeza. Como dizia Freyre, Cícero Dias era um “criador de símbolos” impregnado da experiência, do drama e das cores dos canaviais e das águas de Pernambuco, o que conferia a qualquer produção sua a qualidade de, naturalmente, portar elementos regionais.

Num texto de 1942, Freyre já descrevia Cícero Dias como alguém que não respeitava as “receitas rígidas das escolas”.

Entretanto há ainda quem suponha Cícero Dias um indivíduo apenas engraçado, cujos borrões divertem a vista quando cansada da pintura séria, sensata, gramatical. Ignoram que ele é da classe do Walt Disney, anima-o igual poder poético e igual coragem de sobrepor-se à seriedade, ao bom senso e à gramática da pintura. Seu pincel é quase uma vassoura de bruxo. Suas cores são outras

tantas coisas de bruxaria. Seus azuis e encarnados são exclusivamente dele e do povo e do folclore e não das receitas certas e rígidas das escolas.

O chamado filisteu costuma dizer diante das pinturas de Cícero Dias: “mas isto não tem senso nenhum!”. E não tem. Nenhum senso convencional. Raras as suas pinturas que se deixam caracterizar por um arremedo sequer de título como Dia de juízo dos usineiros e Família de luto. Quase todas são sugestões às vezes contraditórias. E sugestões em torno do mistério brasileiro do qual Cícero Dias não se desprende (Freyre, 2010b: 185-186).

Para Freyre, o que pode parecer apenas divertimento é, na verdade, “coragem de sobrepor-se à seriedade, ao bom senso e à gramática da pintura”. Ou seja, a personalidade do pintor é mais presente do que as receitas rígidas. Sua personalidade, representada expressivamente pelos “seus azuis e encarnados” é dele, mas é também do “povo e do folclore”, o que eliminaria qualquer paralelo com o “colorido rico de vermelho, azul e verde” dos esquizofrênicos de Gonçalves Fernandes. Há, portanto, uma continuidade direta entre o povo, a experiência do artista e a ousadia expressiva. A quebra da rigidez na pintura se dá menos pelo debate das regras de composição no universo da arte, e mais pela ligação direta entre “povo” – ou “folclore” – e arte. Mesmo sem nenhum senso aparente, todas as telas, segundo Freyre, estão repletas de “sugestões em torno do mistério brasileiro do qual Cícero Dias não se desprende”. Assim, o sentido não seria decodificado pelo espectador a partir de regras intrínsecas à arte, mas pelas transposições dos “mistérios brasileiros”.

Nesse ponto, Freyre e Pedrosa aproximam-se. No já citado artigo de 1948, Pedrosa afirma:

Quando Cícero Dias fez uma exposição em Jundiá, na Escada, ele queria precisamente varar essa crosta de prejuízos dos homens cultos da capital, para atingir a instintividade popular de modestas aglomerações da roça, afastada das pugnas e deformações ideológicas ou intelectuais dos grandes centros. É fato conhecido que um jovem vaqueiro ou pastor analfabeto, mas dotado de sensibilidade plástica inconsciente, pode sentir melhor um quadro moderno que um estudante culto de qualquer das nossas faculdades superiores. Eis o que os letrados tanto custam a compreender (Pedrosa, 1948: 9).

Ora, a compreensão de um jovem vaqueiro ou pastor analfabeto seria possível porque a pintura de Cícero Dias traria por si só “sugestões do mistério brasileiro” do qual tanto artista como vaqueiro compartilham. Só não entenderiam as obras aquelas que utilizassem regras alienígenas para interpretá-las.

Aqui, novamente, ressurgiu o nativismo. O valor de Cícero Dias, seguindo o argumento de seus defensores pernambucanos, não está em seus diálogos com vanguardas europeias, mas em sua capacidade de fazer figurar a realidade local ou, ao menos, a cor local: tons de azul, verde e encarnado. Seus detratores, por outro lado, não se convencem de que os trabalhos do pintor de Escada tenham algo além de “interpretações subjetivas um tanto insolentes”, como caracterizou Lucilo Varejão.

Em Paris, a pintura

Em 1994, 46 anos após as exposições de Escada e da Faculdade de Direito, que geraram tantos debates, a galeria Marwan Hoss, de Paris, fez uma exposição retrospectiva das aquarelas de Cícero Dias, dos anos 1920. A fase considerada, de maneira unânime pelos críticos brasileiros, como a mais repleta de símbolos regionais ou nacionais – e a mais bem avaliada –, era mostrada em Paris com a apresentação do catálogo, escrita pelo normaliano¹⁵ e recém-doutor em história da arte, Philippe Dagen. Reveladores são os seus comentários:

15. Assim eram chamados os formados pela École Normale Supérieure, uma das escolas de elite, de grande *status* intelectual, em que se ingressa após dois anos de preparação, seguida de um concurso. Para uma análise dos egressos dessas escolas, ver Bourdieu (1989).

16. Esta citação foi publicada originalmente no catálogo *Cícero Dias: Images au centre du songe: aquarelles et dessins des années 20*. Galerie Marwan Hoss; Dagen (1994).

Dias nasceu em Pernambuco. Vive e trabalha no Rio, no centro de um grupo composto de poetas e pintores brasileiros. Interessa-se pelos trabalhos do Congresso Afro-Brasileiro de 34, cujo propósito já se revela no título. Poderia ser aquele que conclui a aliança entre a arte moderna e uma cultura tradicional, ainda mais fértil por se abastecer dos dois lados do Atlântico Sul. Poderia – mas não é. Primitivismo na obra de Dias, reminiscências da África ou da Amazônia, alusões arcaicas ou arcaizantes? Nem sombra. Do Brasil, as aquarelas conservam apenas sinais esparsos e ligeiramente pitorescos: palmeiras, baías, costas, linhas serpentinadas de algumas montanhas com perfil de dunas. E elas aparecem menos ainda que as balastradas de pedra, os automóveis, os transatlânticos, as guirlandas de lâmpadas e os fios elétricos – sinais de uma vida citadina e moderna, cujos encantos Dias experimentava então sem restrições. Brasil ou Europa? Rio ou Paris? Um Brasil sonhando ser europeu, um Rio sonhando tornar-se parisiense. Sonhos mesclados, sem nada de típico e de indubitavelmente local (Dagen, 2004: 83)¹⁶.

As palavras de Dagen são clarividentes não do verdadeiro significado das imagens produzidas por Dias, mas, ao contrário, de como esses significados são produzidos socialmente pela interação do público e da crítica. Para o francês, não havia nenhum traço de primitivismo, “reminiscências da África ou da Amazônia, de alusões arcaicas ou arcaizantes”. Elas trariam apenas signos esparsos do Brasil. Os elementos que para os espectadores pernambucanos eram sinais de regionalismo – a balastrada

das casas do Recife antigo, o mar de Pernambuco, as cores utilizadas... –, para Dagen eram apenas sonhos misturados, sem nada, neles mesmos, de “típico e de indubitavelmente local”.

Dagen traz um discurso mais formal das imagens de Cícero Dias. Em sua apresentação, o autor busca convencer o leitor de que Dias não conhecia o surrealismo russo, antes de pintar essas aquarelas. Não conhecia Malevitch ou Larionov. “Cubismo, suprematismo, futurismo, vorticismo, abstrações” seriam ignorados ou mal conhecidos no Brasil, o que não permitiria criar uma genealogia entre movimentos artísticos europeus e a produção do pernambucano (Galerie Marwan Hoss; Dagen, 1994). Independentemente da exatidão (ou da não exatidão) desses dados, sua linha argumentativa fundamenta-se no processo criativo livre do contexto imediato da vida do artista. As possíveis referências estéticas são válidas e dignas de serem colocadas em questão, mas não as referências telúricas inscritas nas imagens.

Pode-se imaginar que Dagen não conhecesse suficientemente o Brasil para vislumbrar tais relações telúricas ou referências estéticas do grupo modernista brasileiro. De fato, seus textos demonstram, no mínimo, um olhar eurocêntrico do país, quando afirma que em Dias não há vestígios da Amazônia, região com a qual Cícero Dias nunca estabeleceu um diálogo; ou pela suposição do isolamento e completo desconhecimento das vanguardas europeias em terras tropicais. Por outro lado, parece plausível que Dagen estivesse tentando fazer o público parisiense não enxergar apenas exotismo nas obras de um pintor brasileiro e, nessa intenção, a linha de seu argumento busca compreender a pintura de Dias tal como pintura, e não como manifestação do “mistério brasileiro”.

As aquarelas são demasiado complexas, suas composições demasiado estudadas, as dissonâncias cromáticas demasiado bem distribuídas na folha, de modo a formar realces em toda sua superfície, para que se aceite uma tese tão elementar. Talvez, de tempos em tempos, uma construção louca, uma quimera devam um pouco de sua estranheza a essas experiências – não mais (Dagen, 2004: 83)¹⁷.

Essas aquarelas, que impressionaram o crítico francês, foram as mesmas tomadas como sintoma de esquizofrenia, e peças legítimas de pintura regionalista. Nesse ponto é possível retomar a potência da ação catequética que Gilberto Freyre teve na criação de uma leitura hegemônica no Brasil para os trabalhos do artista, reforçando seu caráter pernambucano. Por diversas vezes o pintor afirma, com alguma variação em suas memórias e em outros depoimentos espalhados pela sua fortuna crítica:

17. Esta citação foi publicada originalmente no catálogo *Cícero Dias: Images au centre du songe: aquarelles et dessins des années 20* (Galerie Marwan Hoss; Dagen, 1994: s/n).

Quem primeiro me disse, quando eu cheguei com os quadros do Rio de Janeiro em 1928, que meu verde era o verde do mato de Pernambuco, foi Gilberto Freyre, eu mesmo não sabia. Estava pintando isso sem saber. Tinha vindo dos engenhos, portanto nunca podia ter esquecido daquele verde do canavial [...] (Dias & Jucá, 1980).

A leitura de Freyre foi interessada. Ela ampliava a inserção de seu movimento regionalista tradicionalista nas artes visuais, aglutinando – sob seu crivo – nomes com cada vez mais peso e reconhecimento. Com Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres, Luis Jardim e Manoel Bandeira, o intelectual garantia um repertório imagético que servia para ilustrar suas ideias de equilíbrio entre tradição e modernidade, regional e universal. A interpretação de Dagen, no entanto, matiza as de Freyre. Se o francês foi capaz de ter alguma fruição dos quadros de Cícero Dias, ela não se deveu aos verdes da cana ou dos mares de Pernambuco.

Na mesma linha argumentativa está o catálogo de outra exposição parisiense de Cícero Dias. No final de 1987 e início de 1988, a galeria Denise René executou uma retrospectiva das pinturas de sua fase abstrata e geométrica – a exemplo da composição apresentada na Figura 6 – feitas entre 1950 e 1965. Pierre Descargues, renomado crítico de arte, assina o texto curatorial e escreve nas primeiras linhas:

18. Segue citação original: “*Abstrait, donc, du genre sans dégoulinure, sans tache, sans giclée. Abstrait parce que la création est devenue, pour lui, un acte de raison et qu’il ne veut pas livrer aux regards des propositions incontrôlées*”.

Abstrato, então, do gênero sem *dripping* (gotejamento), sem mancha, sem jato (*giclée*). Abstrato porque a criação tornou-se, para ele, um ato de razão e que ele não quer deixar aos cuidados de proposições incontroladas (Descargues, 1988: s/n, tradução nossa)¹⁸.

Abstração como fruto da razão soa muito diferente de abstração como simplificação ou simbolização de elementos telúricos. Já quase na conclusão do texto, Descargues afirma:

19. Segue citação original: “*Quelques angles, quelques traits suffisent à créer une organisation très complexe, devant laquelle on s’interroge. On perçoit les ressources infinies de ce qui n’est pas la géométrie, mais les rêves (ou la méditation) sur le rapprochement et l’éloignement des surfaces, sur la divergence des parallèles*”.

Alguns ângulos, alguns traços são suficientes para criar uma organização muito complexa, diante da qual se interroga. Percebem-se os recursos infinitos daquilo que não é a geometria, mas os sonhos (ou a meditação) sobre a aproximação e o distanciamento das superfícies, sobre a divergência das paralelas (Descargues, 1988, p. s/n, tradução nossa)¹⁹.

Ora, a interrogação que o espectador imaginado por Pierre Descargues se faz, diante de uma tela geométrica de Dias, não é a respeito de como ele sublimou o “mistério brasileiro”, ou de como o verde da cana e dos mares de Pernambuco estão representados em paralelogramos equilibrados. As questões suscitadas pela galerista

são próprias daquelas julgadas pertinentes à arte abstrata geométrica: proporções, relações entre planos, cores e linhas... Ainda no catálogo, depoimentos do artista guiam a leitura das telas na mesma direção. Cícero Dias comenta a relação entre arte, ciência e técnica; a vantagem da arte abstrata para execução de murais; a reação positiva de um público popular em face da arte abstrata. Defende, do início ao fim, com pequenos depoimentos, a arte abstrata sem fazer qualquer menção às supostas raízes telúricas de sua obra.

A leitura de Gilberto Freyre e os limites da recepção nacional de Cícero Dias

As exposições de Paris oferecem uma análise diametralmente inversa às propostas de leitura de Freyre que, de alguma forma, reverberaram em críticos brasileiros posteriores, como em Mário Hélio, autor dos textos do mais completo catálogo da obra de Cícero Dias:

Quem olhar para essas pinturas inaugurais [refere-se às obras dos anos 1920] concordará que há, realmente, uma afirmação regional dentro de uma linguagem, por assim dizer, surrealista (Mário Hélio apud Assis Filho, 2002: 31).

Ou ainda Ricardo Fabbrini, professor de estética da Universidade de São Paulo, que afirma:

Por ora, o importante é perceber que o artista constituiu, em oito décadas, uma linguagem moderna a partir de simbolizações de experiências particulares. Buscou, com o engenho de artista maduro, universalizar, na forma de pintura, valores do tempo de menino de engenho. Pode-se dizer que Pernambuco para o artista é sintaxe: luz das cores, leveza de formas, placidez nos motivos, certa distensão na composição – a suposta “leseira brasileira”, como dizia, em fina ironia, Manuel Bandeira (Fabbrini, 2008: 51).

Celita Procópio de Carvalho, presidenta do Conselho de Curadores, escreveu no catálogo da exposição *Cícero Dias décadas de 20 e 30*:

Figura fundamental dos tempos do nosso Modernismo, Cícero Dias saiu de Recife em 1925 com destino ao Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes. Desenhista e pintor nato, logo abandonou os projetos de se tornar arquiteto para se dedicar integralmente a seu pendor original. Segundo suas próprias palavras, trouxe consigo o verde dos canaviais e do mar do Recife. Seu traço tinha a espontaneidade

dos improvisos dos repentistas regionais. Suas imagens traduziam tanto o universo rural como o das cidades brasileiras do Nordeste (Carvalho, 2004: 8).

Ou ainda por meio dos jargões da história da arte, Angela Grando reconhece que as abstrações de Cícero Dias não são independentes de uma memória do menino de engenho.

[...] uma singularidade da obra de Cícero Dias reside *na presença intencional do espaço profundo da memória submetido às verdades universais do vocabulário construtivo. Sua pintura sinalizava um extraordinário amadurecimento formal, aguçava uma vocação construtiva e tratava de relativizar a ortodoxia concreta. O grande momento da síntese, da “antropofagia”, ocorre no final da década de 1940. Sem abdicar totalmente da memória narrativa a premissa da bidimensionalidade se acentua: a obra distende a estruturação linear da superfície, os alinhamentos dos mastros das embarcações do porto de Recife transformavam-se em verticais, as velas latinas em paralelogramos e o alinhamento serial e ritmado dos elementos submerge entre as veladuras de verde profundo e a luz branca tropical. Tal assimilação de premissas construtivas era mais que uma referência afetiva à tradição popular pernambucana, tratava-se tanto de extrair todas as possibilidades formais de uma rica constelação de imagens que aportava uma memória afetiva, como de articular uma visão do mundo que se faz rigorosamente na transmutação pela abstração* (Grando, 2010: 1143, grifos nossos).

Uma “referência afetiva à tradição popular pernambucana” seria capaz de tencio-nar as “verdades universais do vocabulário construtivo”. Desse modo, o manejo da linguagem “universal” e a “tradição popular pernambucana”²⁰ passam ser atributos intrínsecos à obra do pintor.

A associação com os estereótipos nordestinos é cada vez mais forte. Há aqueles relacionados à geografia: a luminosidade dos trópicos, as cores do mar e das matas; os incrustados na memória do menino de engenho, que marcam sua origem social, o verde da cana, o ambiente mágico/onírico dos engenhos, a nostalgia de um passado em decadência; os elementos que relacionam Cícero a um ambiente popular, dos repentistas, da religiosidade, do vaqueiro sem instrução.

Cícero também oscila entre dois polos. Se o conjunto de seus pequenos depoimentos no catálogo de sua exposição na Galeria Denise René mostram a abstração pura como objetivo, em carta para Gilberto Freyre o pintor procura adequar suas formulações:

20. Chama a atenção ainda o fato de a ideia de popular ser associada a um pintor que de origem popular não tem absolutamente nada. O simples fato de ser pernambucano já autorizaria os comentadores a vinculá-lo ao nebuloso “universo popular”.

Há dias passados falei pelo rádio sobre pintura. [...] Quero enormemente falar sobre um francês que passou pelo Recife e ficou admirado pelas cores das casas, principalmente das casas de mulheres, infelizmente uma boa parte dos meus livros ficaram por aí. Também fiz aqui uma outra conferência pelo rádio sobre a pintura da América, mostrando como está se ligando demasiado no lado etnográfico e social, descuidando-se da pintura em si, eu não estou nada de acordo com a pintura pura, ao contrário, mas a pintura na América é demasiadamente anedótica, não acredito que este seja o meio de se chegar a ter uma pintura digamos pernambucana, há elementos picturais de primeira ordem para se ter um estilo de Pernambuco, em cores e em formas, estou mesmo certo de que somente Pernambuco dará pintura. Cada vez tenho mais horror à pintura pintura, ao contrário, até pela pintura mal pintada, mas sou pela pintura sincera e não por esta pintura que às vezes quer ser argentina, [...] lá vem um quadro sobre o “morro”, se é no Rio de Janeiro ou um quadro sobre a Bahia ou baianos, ora isto aí não estou nada de acordo, a arte será brasileira no dia que se criar um estilo brasileiro (Dias apud Assis Filho, 2002: 146, 152).

Essa ambiguidade foi cômoda para Cícero Dias. Sem fazer carreira em Pernambuco, estava sempre, aos olhos dos pernambucanos, mais sincronizado com as vanguardas europeias do que com a “realidade local”. Por outro lado, para os pernambucanos, emitia um discurso nativista, que lhe garantia algum grau de respeito. Para os franceses, que já possuíam a tendência de considerar exóticos os “não ocidentais”, os textos dos catálogos, tanto dos críticos como do artista, enfatizavam o caráter “puro” e “abstrato” de sua pintura. A ideia de “ser sincero” aparece como coringa para qualquer situação. Ora significa “ser sincero” com valores regionais que o formaram enquanto pessoa, ora se refere a “ser sincero” com sua pintura, respeitando seus impulsos mais íntimos. De todo modo, naturaliza, transporta para o plano da intimidade, uma produção social e culturalmente engendrada.

Para o público pernambucano, e mesmo para os de outros estados brasileiros, a estratégia adotada por Gilberto Freyre e Cícero Dias foi capaz de criar uma relação entre as cores e a região. Esse discurso enredou produções pictóricas muito diversas em torno de um mesmo denominador comum. Não importa se figurativo ou abstrato, se composição geométrica ou surrealista de traços livres, se desenho ou pintura. A luminosidade e as cores pernambucanas seriam sempre um trunfo presente para defender-se de um possível cosmopolitismo descaracterizador.

Para alguns, esse discurso fazia sentido. Sérgio Milliet escreveu para a exposição de Dias no Rio de Janeiro, em 1948:

Mas Cícero Dias tem a coragem das cores tropicais, azedas, duras, festivas, dos ritmos sincopados, das expressividades ingênuas. É uma canção bem da terra, mais sensual do que sensível (Milliet apud Amaral, 2006: 115).

Flávio de Aquino proclamou empolgado, no catálogo da exposição de 1952 do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro:

A cor violenta e explosiva das telas de Cícero Dias não resulta apenas do desejo de reproduzir as manifestações decorativas da natureza; são mais do que isso, são elementos primordiais da nossa terra, da nossa vida, da nossa maneira de ser e de reagir ante o ambiente que nos cerca. Vem daí que Cícero Dias, antes de pertencer à Escola de Paris e, apesar do aspecto “não figurativo” da sua arte, é um pintor estritamente brasileiro. Não necessitou ele do “assunto”, do pitoresco anedótico, para criar uma arte autóctone; bastou-lhe a emoção pura que transcende das nossas qualidades brasileiras e o emprego sistemático de certos ritmos formais e a escolha de determinadas relações cromáticas. Prova, desta maneira, que, assim como o estilo, o caráter autóctone de uma obra de arte independente do “motivo” (Museu de Arte Moderna do Rio De Janeiro, 1952).

Mas nem todos enxergavam tantos nexos entre a pintura abstrata de Cícero Dias e os elementos identitários do povo pernambucano. Manuel Bandeira, o poeta, em seu poema “Saudações a Murilo Mendes” lamenta que o amigo tivesse caído no abstracionismo:

Saudemos Murilo
Grande amigo das Belas-Artes
Descobridor do falecido Cícero
(Hoje reencarnado num pintor abstracionista que vive em Paris
onde o chamam Diás).

A conversão teria sido tamanha, que nem seu nome soaria mais da forma original.

Os artistas atuantes no Recife também não viam tantas relações entre a pintura abstrata de Dias e a realidade local. Ascenso Ferreira escreveu, em 1953:

Cícero realizava em cores a síntese da minha poética, que nascida das tradições de nosso Nordeste, descrevia, como ainda descreve, uma parábola em busca do infinito.

Porém Cícero se foi para Paris e Paris “dente de ouro”, “boca de tubarão”, “passou nos peitos” o cândido intérprete de meus poemas.

E Cícero hoje é um simples pintor abstracionista como inúmeros outros, embora realizando a sua nova pintura com incontestável valor (Ferreira, 1953).

Segundo José Cláudio, os artistas integrantes do Atelier Coletivo, dirigido por Abelardo da Hora, na década de 1950, lamentavam que Cícero Dias tivesse se “deturpado e caído no abstracionismo [...] igual a sarjeta” (Cláudio, 1961)²¹.

Francisco Brennand, em depoimento bem posterior ao calor da hora, afirmou:

Cícero Dias começou a ter influência de Picasso. Depois passou a ter influência da arte abstrata propriamente dita. Abstrato mesmo, de ser linha e coisas absolutamente planas, quer dizer uma contradição profunda. Mas quando ele chegou aqui [no Recife, em 1948] ele estava apenas iniciando essa grande aventura da pintura local, que estava sediada em Paris. Quando eu estava em Paris, em 1951, tinha um sujeito teórico chamado Leon Degand que era um teórico do abstracionismo e que convencia aqueles jovens pintores todos a entrar no caminho da abstração. E Cícero entrou, justificando que os verdes eram os verdes dos canais. Conversa mole. Ele deixou de lado. Agora, curiosamente, ele nunca deixou de pintar figurativo e mandar para o Brasil [...], quadros da mesma época em que ele pintava o abstrato mais rigoroso e ortodoxo eu diria apenas com cores um pouco diferente dos quadros europeus. É como comparar bandeira da Alemanha com a bandeira de um país africano onde tem verde, vermelho, amarelo, ou mesmo a bandeira brasileira. Cícero ainda ousava cores orgânicas, o que não era muito comum ao abstrato no seu rigor. Mas ele foi um pintor abstrato como outro qualquer. Com a habilidade de um pintor abstrato perfeitamente correto: aquelas linhas, aquelas cores encostavam umas nas outras de maneira perfeita como se tivessem sido traçadas com régua (Brennand & Dimitrov, 2011).

O abstracionismo, na visão de Brennand, era um movimento local parisiense. Como movimento local, pouco ou nada tinha a acrescentar à pintura pernambucana apesar do esforço intelectual em associar o verde aos canais. A abstração seria, portanto, uma contradição na produção de Cícero Dias.

Essa resistência à abstração geométrica pelos artistas e críticos pernambucanos por volta dos anos 1950 pode ser vista como uma manifestação local para o clima de beligerância entre abstracionismo e figurativismo iniciado em todo o país a partir da primeira exposição do Museu de Arte Moderna de São Paulo e das bienais. Há, porém, algumas particularidades. A primeira delas, como já foi apontado, está no fato de que mesmo os críticos apoiadores da abstração de Cícero Dias, o primei-

21. Em texto mais recente, José Cláudio parece abandonar essa opinião e adere à leitura Freyriana das telas de Cícero Dias. Em sua apresentação do livro *Artistas de Pernambuco*, em meio a uma citação direta de Oliveira Lima, Cláudio insere uma opinião entre colchetes. Segue o trecho citado de Oliveira Lima com tal inserção: “Data daí uma nada insignificante superioridade de Pernambuco, neste particular, dentro do conjunto brasileiro, em importante setor cultural: o das artes plásticas. Superioridade que, pode-se sugerir, vem sendo favorecida por aquela luz de Pernambuco, não só celebrada, em páginas entusiásticas, por Joaquim Nabuco, como, do ponto de vista científico, destacada por ilustre naturalista alemão Konrad Guenther, como uma das mais belas expressões de luminosidade [luminosidade dos quadros de Cícero Dias, desde paisagens mais explícitas de mar e canais ao abstrato geométrico, insiro eu aqui], dentre as por ele conhecidas e admiradas em espaços tropicais” (Cláudio, 1982: s/n). Em outro texto, José Cláudio diz: “Nessa sua última época, além de considerações formais, plásticas, vejo um apelo [de

Cícero Dias] a que não abandonemos o Brasil, nossa terra, nossa gente, que não troquemos a nossa primogenitura pelo prato de lentilhas, que não abdiquemos de ser brasileiros, de ser a gente mesmo” (Cláudio, 2008: 25).

ro, e durante alguns anos o único pernambucano a fazer arte abstrata de maneira sistemática, defendiam-no criando ligações textuais entre as telas e a região. Não havia uma argumentação, tal como houve no Rio de Janeiro ou em São Paulo, em defesa da arte abstrata em termos unicamente artísticos ou formais. Pernambucanos baseavam-se na explicitação de figurações “da terra” nas formas geométricas coloridas criadas pelo artista. Tentavam, desse modo, provar que mesmo triângulos e paralelogramos eram figurações. Quando essas relações não convenciam, agenciava-se a genealogia do artista para provar sua real ligação com os “naturais da terra”.

O abstracionismo parecia, aos olhos dos pernambucanos, alienígena demais. Não permitia associar, de maneira direta, a realidade local à linguagem pictórica, de modo que se tornava uma submissão do artista a uma moda estrangeira. Soava, então, o alarme nativista: todos os críticos posicionavam-se contra tal submissão. Mesmo Freyre, defensor do amigo Cícero Dias, reiterou que o pintor era “um natural da terra” e, portanto, tudo o que fizesse seria expressão de sua região.

Exposições recentes: à guisa de conclusão

O argumento de defesa mobilizado por Freyre não convenceu a todos. Principalmente porque Cícero estava entranhado na importação da vertente abstracionista em terras tropicais. Ao se estabelecer em Paris, o neto do barão de Contendas tornou-se adido cultural da embaixada brasileira, permitindo-lhe visibilidade e suporte institucional para sua atuação na França. Paralelamente, aproximava-se cada vez mais da abstração ligando-se ao grupo Espace, composto por artistas vinculados à Galeria Denise René, e ao crítico de arte defensor e teórico da abstração, Leon Degand.

Em 1947, Francisco Matarazzo, em viagem à Europa, contata Cícero Dias. A partir de então, o artista de Escada colabora sistematicamente com a organização da exposição de inauguração do Museu de Arte Moderna de São Paulo, *Do figurativismo ao abstracionismo*, em 1949, e em 1951 com as bienais. Foi por indicação de Cícero Dias que Leon Degand torna-se o primeiro diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo (ver Barros, 2002).

Em 1948, quando Degand veio ao Brasil, antes de chegar a São Paulo parou no Recife para encontrar-se com Dias (Cf. Amaral, 2006: 116). E não é à toa que Cícero é um dos três brasileiros – ao lado de Samson Flexor e Waldemar Cordeiro – que figuram nesta exposição composta basicamente por quadros de artistas representados pelas

galerias parisienses René Drouin (abstracionismo informal) e Denise René (abstracionismo geométrico).

Para os artistas pernambucanos, o abstracionismo de Cícero repercutiu como traição – uma estratégia utilizada para assegurar uma carreira fora de Pernambuco –, que sacrificou os valores nativos. Ao mesmo tempo, sua circulação fora do Recife e do Brasil garantiram-lhe uma legitimidade desfrutada por poucos pintores pernambucanos. Talvez apenas Vicente do Rego Monteiro tenha adquirido um reconhecimento nacional tão patente como o de Cícero. Os dois são os únicos pintores pernambucanos que figuram com frequência em grandes exposições sobre o modernismo brasileiro, tanto em terras tropicais como no exterior.

Ainda nessa direção, em exposições recentes voltadas a apresentar o modernismo brasileiro no exterior – como no Festival Europalia.Brasil, na Bélgica, nos anos 2011/2012 –, tanto as telas selecionadas de Cícero, quanto as de Vicente do Rego Monteiro não foram as mais abstratas, e sim aquelas mais figurativas e com forte apelo a um regionalismo ou a uma ideia difusa de brasilidade. De Vicente do Rego Monteiro, a comissão do Europalia.Brasil escolheu os quadros com motivos indígenas marajoara, tais como as ilustrações de *Légendes, croyances et talismans des indiens de l'Amazonie* (Figuras 7 e 8) e telas como *Baigneuses* (Figura 9), de 1924. Já entre os de Cícero Dias, figurou o mesmo painel de 15 x 2 m exposto em Escada em 1948 e nenhuma abstração geométrica.

Referências

AMARAL, A. A. Surgimento da abstração geométrica no Brasil. In: AMARAL, A. A. *Textos do Trópico de Capricórnio: artigos e ensaios (1980 - 2005)*, p. 100-118. São Paulo: Editora 34, 2006.

ANDRADE, M. de. Cícero Dias. In: BATISTA, M. R.; LOPES, T. P. A.; LIMA, Y. S. DE (Eds.). *Brasil, primeiro tempo modernista, 1917/29 documentação*, p. 169-173. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

ANJOS JR., M. dos; MORAIS, J. V. Picasso “visita” o Recife: a exposição da Escola de Paris em março de 1930. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 34, p. 313-335, 1998.

ASSIS FILHO, W. S. de. *Cícero Dias: uma vida pela pintura*. Curitiba: Simões de Assis Galeria de Arte, 2002.

BARROS, R. T. de. *Revisão de uma história a criação do Museu de Arte “Moderna” de São Paulo 1946-1949*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

BOURDIEU, P. *La noblesse d'État: les Grandes Écoles et l'esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BRENNAND, F.; DIMITROV, E. Entrevista com Francisco Brennand. Recife, 2011, mimeo.

CARVALHEIRA, L. M. B. *Por um teatro do povo e da terra: Hermilo Borba Filho e o Teatro do Estudante de Pernambuco*. Recife: Governo de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes; Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Diretoria de Assuntos Culturais, 1986.

CARVALHO, C. P. de. Cícero Dias – décadas de 1920 e 30. In: RIBEIRO, M. I. B. (Ed.). *Cícero Dias - décadas de 1920 e 30*. São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), 2004.

CLÁUDIO, J. O que não se vê em Cícero Dias. In: MELLO, K.; TENÓRIO, P. (Eds.). *Quatro faces de um encontro: Cícero Dias*. "Coleção Signos", p. 19-25. Rio de Janeiro: Calibán Editora, 2008.

———. *Artistas de Pernambuco*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1982.

———. A respeito de Wellington. *Diário da Noite*, 13 Abr. 1961.

DAGEN, P. Enigmas de uma visão. In: RIBEIRO, M. I. B. (Ed.). *Cícero Dias: décadas de 20 e 30*. São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), 2004.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

DESCARGUES, P. Cícero Dias: *Peintures 1950/1965, Exposition de décembre 1987 à janvier 1988*. Paris: Galerie Denise René, 1988.

DIAS, C.; DIAS, R. *Eu vi o mundo*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

DIAS, C.; JUCÁ, J. *Entrevista com Cícero Dias*. Recife: Centro de Estudos da História Brasileira (Cehibra); Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), 1980.

FABBRINI, R. O engenho moderno de Cícero Dias. In: MELLO, K.; TENÓRIO, P. (Eds.). *Quatro faces de um encontro: Cícero Dias*. "Coleção Signos", p. 43-52. Rio de Janeiro: Calibán Editora, 2008.

FERNANDES, G. Surrealismo e esquizofrenia: contribuição sucinta ao estudo da arte na psiquiatria. *Arquivos da Assistência a Psicopatas*, 1933.

FERREIRA, A. Augusto Rodrigues: o “bicho-foiará” da pintura nacional. *Diário da Noite*, 3 Set. 1953.

FREYRE, G. A propósito de pintores e das suas relações com a luz regional. In: FREYRE, G. *Vida, forma e cor*, p. 171-175. Recife: É Realizações Editora, 2010a.

———. Cícero Dias e seu non sense. In: DINIZ C.; HEITOR, G., *Gilberto Freyre*. “Coleção Pensamento Crítico”. Rio de Janeiro: Funarte, 2010b.

———. Cícero Dias, seu azul e encarnado, seu “sur-nudisme”. In: BATISTA, M. R.; LOPES, T. P. A.; LIMA, Y. S. DE (Eds.). *Brasil, primeiro tempo modernista, 1917/29 documentação*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

———. A presença de Cícero Dias. In: DIAS, C. (Ed.). *III Exposição Cícero Dias na Escada (Engenho Jundyá)*. Recife: Autor; Tipographia Oséias Lima, 1948.

GALERIE MARWAN HOSS; DAGEN, P. *Cícero Dias: Images au centre du songe, aquarelles et dessins des années 20* [exposition 8 mars - 7 mai 1994]. Paris: Galerie Marwan Hoss, 1994.

GRANDO, A. Por uma abstração construída: fluxos da obra (1948/1952). In: CONDU-RU, R.; SIQUEIRA (Eds.) *Anais do XXX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro; Petrópolis: Museu Nacional de Belas Artes; Museu Imperial, 19 Out. 2010.

HERKENHOFF, P.; DINIZ, C. (Eds.). *Zona tórrida: certa pintura do Nordeste*. Recife: Santander Cultural, 2012.

INSTITUTO ITAÚ CULTURAL. *Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais*. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm>. Acesso em: 20 Nov. 2013.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO (MAM). *Cícero Dias*. Rio de Janeiro: MAM, 1952.

PEDROSA, M. Pernambuco, Cícero Dias e Paris. *Revista Região*, p. 8-9, Dez. 1948.

PONTES, J. *O teatro moderno em Pernambuco*. 2. ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Fundarpe); Companhia Editora de Pernambuco, 1990.

VAREJÃO, L. A Pintura, em 1948, no Recife. *Contraponto*, Ano III, n. 10, Abr. 1949.

ZANINI, W. *Vicente do Rego Monteiro artista e poeta*. São Paulo: Empresa das Artes Marigo Editora, 1997.

Iconografia



Figura 1: Cícero Dias. *Eu vi o mundo e ele começava no Recife*, 1926-1929, técnicas mistas sobre papel, 197 x 1180 cm, coleção privada. Reprodução desconhecida.

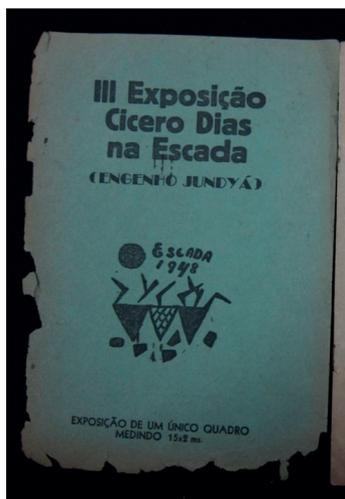


Figura 2: Cícero Dias. Capa do folheto da "III Exposição Cícero Dias na Escada (Engenho Jundiá)". Coleção Fundação Joaquim Nabuco. Reprodução: Eduardo Dimitrov.



Figura 3: Cícero Dias. Primeira página do folheto da "III Exposição Cícero Dias na Escada (Engenho Jundiá)". Coleção Fundação Joaquim Nabuco. Reprodução: Eduardo Dimitrov.



Figura 4: Cícero Dias. *Mamoeiro ou dançarino*, 1940 (d.a.), O.S.T., 128 x 96,5 cm. Coleção Particular, São Paulo. Reproduzido em Assis Filho (2002: 125).

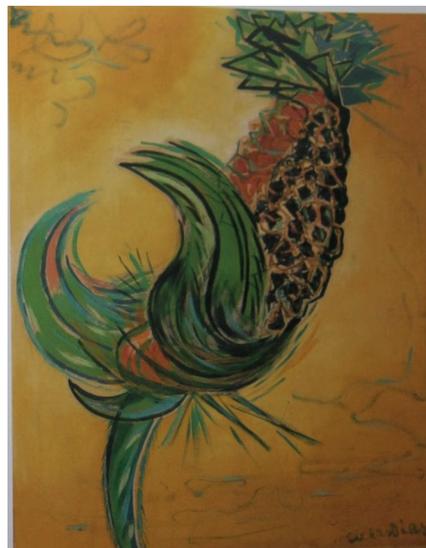


Figura 5: Cícero Dias. *Galo ou abacaxi*; 1940 (d.a.), O.S.T., 100 x 80 cm. Coleção Ivo Pitanguy, Rio de Janeiro. Reproduzido em Assis Filho (2002: 123).

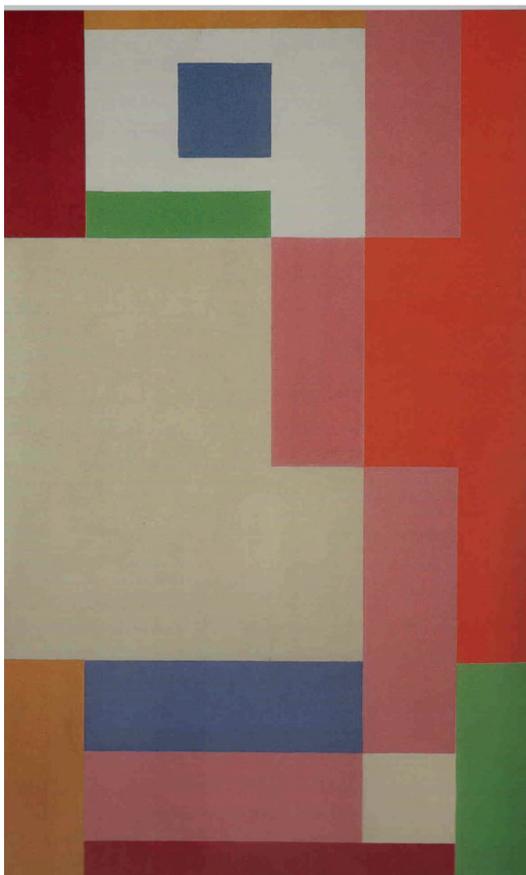


Figura 6: Cícero Dias. *Composition deux*, 1951, O.S.T., 116 x 73 cm. Coleção do Artista. Reproduzida em Assis Filho (2002: 169).



Figura 7: Vicente do Rego Monteiro. *O boto*, ilustração de *Légendes, croyances et talismans des indiens de L'Amazone*. Paris, 1923. Reproduzido em Zanini (1997: 144).



Figura 8: Vicente do Rego Monteiro. Página de *Légendes, croyances et talismans des indiens de l'amazonie*. Paris, 1923. Reproduzido em Zanini (1997: 142).



Figura 9: Vicente do Rego Monteiro. *Baigneuses*, 1924, O.S.T., 80 x 90 cm. Coleção Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Reproduzido na Enciclopédia Virtual do Instituto Itaú Cultural (2013).



A generalização da precariedade: trabalho e classes no capitalismo contemporâneo*

Recebido: 22.08.17

Aprovado: 09.03.18

Fabrizio Maciel**

Resumo: Este artigo explora a hipótese de que a generalização da precariedade é a principal marca do capitalismo contemporâneo. Compreende-se como precariedade o fenômeno contemporâneo de padecimento das relações e das condições de trabalho. O texto é dividido em quatro partes. Primeiro, verifica a condição de globalidade alcançada atualmente pela sociedade do trabalho e das classes. Na sequência, investiga como o conhecimento especializado, científico e tecnológico se torna ao mesmo tempo uma nova força produtiva central e uma ideologia do capitalismo contemporâneo. Depois, procura mostrar como a relação entre trabalho e classe conforma a principal questão social atual e por que ela precisa ser tematizada. Por fim, busca-se uma síntese de como se estrutura atualmente o fenômeno da generalização da precariedade. Com isso, o artigo sugere uma nova tematização da relação entre trabalho e classe, enquanto conceitos e realidades empíricas, no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Precariedade. Trabalho. Classes sociais. Capitalismo. Conhecimento.

The generalization of precariousness: work and classes in the contemporary capitalism

Abstract: This paper examines the hypothesis that the generalization of precariousness is the main characteristic of contemporary capitalism. It is understood that precariousness is the contemporary process of suffering of the relations and conditions of work. The text is divided into four parts. First, it is verified the global condition reached by work and class society nowadays. Next, it investigates how specialized, scientific and technological knowledge turns into a new central productive force and an ideology of contemporary capitalism at the same time. Then, the paper intends to show what the main social question of the globalized work society is and why it needs to be object of study. Lastly, we tried to synthesize how the phenomenon of the generalization of precariousness structures today. Thus, the article suggests a new approach of the relation between work and class as concepts and empirical realities of contemporary capitalism.

Keywords: Precariousness. Work. Social classes. Capitalism. Knowledge.

O tema da precariedade das relações e das condições de trabalho conforma um dos mais urgentes debates das ciências sociais contemporâneas, tanto no cenário global como no brasileiro. No primeiro plano, a obra de Robert Castel, na França, destaca-se por sua tematização da “institucionalização do preca-

* Este artigo é resultado de minha estadia de pós-doutorado na Universidade Humboldt, de Berlim, Alemanha, entre 2014 e 2015. Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Deutscher Akademischer Austauschdienst (Daad) pela concessão de uma bolsa no escopo de um projeto no âmbito do Programa Brasil-Alemanha (Probral), sem a qual eu não teria realizado este trabalho.

Agradeço aos pareceristas anônimos da *Sociedade e Estado* que prestaram valiosas contribuições à versão final deste texto.

** Fabrizio Maciel realizou o pós-doutorado em sociologia na Universidade Humboldt de Berlim; é doutor em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor adjunto na Universidade Federal Fluminense

(UFF), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil, e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Rio de Janeiro, Brasil. Orcid n°: 0000-0003-4553-6223. <macielfabricio@gmail.com>.

riado” (Castel, 2011), que ele articulará em sua tentativa de compreender os novos processos de exclusão social no cenário francês e europeu, através do que chama de “desfiliação social”, ou seja, o fenômeno no qual o mercado expulsa um número cada vez maior de trabalhadores de seus postos seguros de trabalho, sem criar novas condições para sua reinserção, imergindo-os permanentemente na condição de “sobrantes” (Castel, 1998; 2011).

Na Alemanha, a obra tardia de Ulrich Beck debruça-se atentamente sobre a preocupação com a precarização do trabalho na Europa, especialmente depois de, nos anos de 1990, o sociólogo alemão ter visitado o Brasil e ficado impressionado com aquilo que ele veio a definir como o futuro do padrão do trabalho na Europa, ou seja, a desregulação como regra, que ficará conhecida com sua famosa tese sobre a “brasileirização do Ocidente” (Beck, 2007). Para Beck, o elo entre Estado, economia e sociedade civil, essencial para a democracia, é rompido quando não há mais a garantia de emprego para a grande maioria dos membros de uma sociedade, privilégio este vivido por países como Alemanha, França e Inglaterra, no período dourado do *welfare State* europeu, entre os anos de 1950 e início dos anos de 1970. Klaus Dörre (2006) é outro sociólogo alemão contemporâneo que também se ocupou do tema, procurando relacionar precariedade, integração social e subjetividade como base para a construção social da condição daqueles que ele denominou como “descartáveis”.

Outra obra incisiva nesta direção é a do economista britânico Guy Standing (2014). Ele tem sido recentemente um dos autores de maior destaque na definição da formação de um precariado global. Para ele, ganha forma atualmente uma estrutura de classes profundamente diferente daquelas que predominaram em períodos anteriores do capitalismo. Nesta, surge uma nova classe, o precariado, que se caracteriza especialmente pela incerteza e insegurança crônicas. Para Standing, o capitalismo industrial nacional se propôs a habituar o núcleo do proletariado a um trabalho e a uma vida de estabilidade, enquanto o capital global atual pretende habituar o precariado a um trabalho e a uma vida de instabilidade. Em sua definição, “o precariado” hoje seria a classe situada logo abaixo do velho proletariado, coincidindo com a definição dos “sobrantes” de Robert Castel (2011) e dos trabalhadores precários na “zona cinzenta” da qual fala Ulrich Beck (1999). O precariado, para Standing, seria a classe “perigosa”, por causa de sua desvinculação com a estrutura econômica e psicológica do capitalismo contemporâneo, sendo esta exatamente a razão que a permitiria tornar-se uma “classe para si” (Standing, 2014).

No Brasil, atualmente, a obra de Ruy Braga ganha visibilidade com sua tentativa de tematização do processo histórico de formação do que seria o nosso precariado. Como ponto de partida, realiza uma crítica das obras de Castel e Standing, e passa

a definir o precariado como o “proletariado precarizado”, ou seja, uma parte precarizada do proletariado (Braga, 2012). Para ele, sua definição seria mais precisa do que as de Castel e Standing, basicamente, por três razões. Primeiro, ela permitiria localizar o precariado no coração do próprio modo de produção capitalista e não meramente como subproduto da crise do desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, enfatizaria a dimensão histórica e relacional do precariado como parte integrante da classe trabalhadora, e não simplesmente como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Por fim, segundo Braga, sua definição de precariado, em vez de retirar arbitrariamente a condição de insegurança diretamente da relação salarial, possibilita tratar a precariedade como dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho (Braga, 2012).

Ao voltar um pouco no tempo, a obra de André Gorz, desde os anos de 1980, a partir de seu clássico *Adeus ao proletariado* (Gorz, 1980), é um divisor de águas na interpretação sobre as sociedades do trabalho e das classes. Para Gorz, o capitalismo entra em profunda crise no período posterior à Segunda Guerra Mundial, considerando que o desenvolvimento das contradições de classe não acompanhou o desenvolvimento das forças produtivas. O fracasso da classe trabalhadora europeia, enquanto movimento social, seria o principal elemento empírico que confirmaria, segundo ele, um erro teórico de Marx, ou seja, o de que o proletariado poderia e deveria se tornar uma classe para si.

Este desdobramento imprevisível da história do capitalismo leva Gorz (2005) a declarar que “teríamos saído de uma sociedade do trabalho sem colocar nada em seu lugar”. A ruptura histórica da simbiose entre trabalho e classe, nesta direção, essencial para se compreender a precariedade contemporânea, faz com que o autor procure uma definição alternativa à ideia de sociedade do trabalho, o que o leva ao desenvolvimento de uma teoria sobre a “sociedade do conhecimento”, ou do “imaterial”, como ele definiria posteriormente (Gorz, 2004; 2005; Silva, 2008). Nesta nova sociedade, que começaria a se desdobrar a partir da crise estrutural do capitalismo após a Segunda Guerra, o conhecimento científico, especializado e tecnológico se torna a principal força produtiva, no lugar do trabalho. A crise estrutural do capitalismo industrial, nesta direção, significa a não convergência entre o desdobramento das forças produtivas e o correspondente desdobramento das contradições de classe que viriam a superar o sistema industrial burguês. Em resumo, ao invés de fomentar a autossuperação da lógica autodestrutiva do capital, o sistema global do capital aniquilou, fragmentou e cooptou a classe trabalhadora (Gorz, 2004). Esta análise servirá de base para sua incisiva afirmação de que agora, no período pós-fordista, “somos todos precários” (Gorz, 2004)¹.

1. Aqui, vale ressaltar que, o que a teoria social, depois de 1945, compreendeu como trabalho não corresponde exatamente às várias noções de trabalho encontradas na obra de Marx, e isso especialmente pensando na obra de Gorz, mesmo porque a realidade presenciada neste novo contexto é totalmente diferente daquela vivenciada por Marx. Especialmente a obra de Gorz não ignora a relação entre trabalho e produção de valor, mas procura atualizá-la diante do novo paradigma do conhecimento. Isso é nítido e central em todos os livros de sua fase madura.

Essas mudanças empíricas – visíveis principalmente na história da classe trabalhadora europeia – criam o contexto para o conhecido questionamento de Claus Offe (1994), sobre se o trabalho ainda seria uma categoria sociológica-chave. Para ele, o crescimento do setor de serviços operou duas mudanças estruturais no capitalismo industrial: ele fragmenta o mercado de trabalho em atividades produtivas e informais, de um lado, e, conseqüentemente, fragmenta e hierarquiza internamente a classe trabalhadora. Neste aspecto, sua interpretação é semelhante à de André Gorz, ao perceber o enfraquecimento do proletariado e a perda paulatina e gradativa de sua simbiose com o trabalho enquanto atividade humana fundamental. Esta ruptura estrutural e existencial entre mercado de trabalho e classe trabalhadora faz com que o autor passe a apostar no “mundo da vida” como fonte de sentido, em lugar da “esfera do trabalho” (Offe, 1994).

Ulrich Beck também se posicionou contrário ao paradigma clássico da sociedade do trabalho e das classes. Enquanto Gorz e Offe sustentam argumentos específicos para a desconstrução de uma ideia de sociedade do trabalho, Beck apresenta uma perspectiva mais específica sobre a perda de validade do conceito de classe, que para ele se torna, no contexto dos anos de 1980, um conceito “zumbi”, meramente descritivo (Beck, 1984). As perspectivas dos três autores se complementam e apresentam como ponto central comum o fato de construírem teoricamente o fim da sociedade do trabalho e das classes. Para Ulrich Beck, o individualismo, derivado da fragmentação crescente do trabalho formal e assalariado e do enfraquecimento dos laços familiares seria um conceito muito mais apropriado do que o de classe, para se compreender o período atual do capitalismo, que ele nomeia como “modernidade reflexiva” (Beck, 1984). Desta forma os três autores, em conjunto, representam uma perspectiva de interpretação da modernidade e do capitalismo que poderíamos definir como “pós-materialista”.

Neste artigo, pretendo pavimentar, através de uma revisão bibliográfica, um caminho de rearticulação entre os conceitos de trabalho e de classe, que foram desarticulados pelo pensamento pós-materialista, de modo a explorar uma hipótese central: a relação teórica entre trabalho e classe, bem como sua correspondente realidade empírica, pode ser definida atualmente através de um processo de “generalização da precariedade”, tanto no centro como na periferia do capitalismo. Compreendo como precariedade o fenômeno contemporâneo de padecimento das condições e das relações de trabalho. Este exercício não precisa se restringir a um retorno direto aos clássicos fundadores da sociologia. O pensamento pós-materialista sobre o trabalho e as classes sociais colocou questões cruciais ao pensamento sociológico clássico, questões estas que não puderam ser vistas em sua totalidade por Marx ou por qualquer outro grande teórico da modernidade clássica.

Desta maneira, uma reconstrução teórica que rearticule os conceitos de trabalho e classe – enquanto indissociáveis e centrais para qualquer teoria crítica do capitalismo e da modernidade contemporânea – precisa enfrentar algumas questões centrais, referentes a mudanças empíricas do capitalismo contemporâneo, e procurarei apresentá-la na sequência. Desta maneira, talvez seja possível a reconstrução de uma ideia atualizada de sociedade do trabalho e das classes, como sinônimo de capitalismo e modernidade, não desconsiderando o que ainda há de válido na contribuição dos clássicos da sociologia, mas também articulando o que há de novo em uma perspectiva teórica contemporânea.

Nesta direção, o primeiro aspecto que precisa ser considerado trata da condição de globalidade alcançada atualmente pela sociedade do trabalho e das classes. É o que explorarei na próxima seção. Na sequência, discutirei como o conhecimento especializado, científico e tecnológico se torna ao mesmo tempo uma nova força produtiva central e uma ideologia do capitalismo contemporâneo. Em seguida, procuro mostrar como a relação entre trabalho e classe conforma uma questão social central hoje e porque ela precisa ser tematizada. Por fim, busco uma síntese de como se estrutura atualmente o fenômeno da generalização da precariedade.

A globalidade da sociedade do trabalho e das classes

O primeiro aspecto essencial para se pensar em reconciliação entre os conceitos de trabalho e classe, bem como de suas correspondentes realidades empíricas, após o seu divórcio realizado pelo pós-materialismo, é pensar a dimensão atual da sociedade do trabalho e das classes em sua globalidade. Este aspecto da realidade atual é fundamental para a compreensão da produção global da precariedade. Nesta tentativa, deparamo-nos com uma diferença fundamental entre a perspectiva clássica e a perspectiva contemporânea. Para os clássicos da sociologia, a sociedade do trabalho e das classes era sinônimo de sociedade burguesa e nacional. Minha perspectiva nesta direção é que o enfoque nas histórias nacionais, o que significa em grande medida a história dos Estados nacionais e de seus correspondentes mitos nacionais, se torna hoje mais difícil de sustentar teórica e empiricamente. Para Guy Standing (2014), a estruturação de uma sociedade global das classes pode ser vista na própria condição global do precariado.

Nesta direção, um primeiro dado empírico inegável é a globalização da economia. Há uma vasta literatura sobre o tema como, por exemplo, as obras de Ulrich Beck e, no Brasil, Paul Singer e Otávio Ianni (Beck, 1997; Singer, 1998; Ianni, 1994). Para este último, em sua obra tardia e pouco difundida, a globalização deveria ser

o novo paradigma das ciências sociais. Em grande medida ele estava certo, pois critérios objetivos de análise, como a internacionalização crescente da economia e das classes sociais, a formação de forças políticas e sociais supranacionais, bem como a padronização da produção do mercado em escala global, através da força crescente da tecnologia, são dados inegáveis. Entretanto, é preciso tematizar em que medida a ideia de globalização pode ser um conceito válido para uma teoria crítica da sociedade contemporânea e em que medida pode se tornar facilmente uma ideologia liberal de negação da validade normativa e da função política dos Estados nacionais.

No geral, os teóricos da globalização parecem concordar em alguns pontos essenciais:

1. a globalização da economia parece ser o principal aspecto essencial, em comparação com as outras dimensões da vida social;
2. a globalização aumenta a exclusão social nas dimensões nacionais e regionais-locais;
3. os Estados-nacionais perdem força relativa diante do capital financeiro e de novos agentes políticos e sociais internacionais, articulados ao mundo da vida, como as organizações não governamentais.

Não podemos negar que a globalização se coloca como paradigma que precisa ser enfrentado e criticado. Na prática, o conceito se remete à atual fase do capitalismo financeiro, na qual as forças produtivas desenvolveram e especializaram sua condição de internacionalização e de padronização dos critérios de produção.

Um observador atento do mundo corporativo contemporâneo, por exemplo, poderia confirmar que não há diferença essencial entre as formas de organização produtiva e os valores que as legitimam nos Estados Unidos, na Europa, no Mundo Árabe ou na América Latina (Sennett, 2006; 2015). As diferenças encontradas por pesquisas estatísticas são muito mais de ordem quantitativa do que qualitativa. As diferenças encontram-se também muito mais nas tentativas dominantes de definição da realidade do que na realidade empírica propriamente dita. No geral, podemos dizer que a forma de organização produtiva que se universalizou no capitalismo — e por isso mesmo é dominante — é aquela que André Gorz (2004) define como “pós-fordismo”, ou seja, uma produção induzida que calcula exatamente o que vai produzir a partir de pesquisas encomendadas sobre as demandas específicas de cada setor do mercado. No Brasil, Ruy Braga (2012) chama de pós-fordismo financeirizado o período atual, que substitui o nosso fordismo periférico e cria um novo contexto de transformação de parte do proletariado em precariado.

Na dimensão dos valores, o princípio da “flexibilidade”, como tematizado por Richard Sennett (2006), Luc Boltanski e Ève Chiapello (2006), impõe-se de duas formas: primeiro, nas relações interpessoais dentro do mundo corporativo; segundo, na flexibilidade do caráter e da subjetividade, no mundo da vida, como consequência. Esta realidade é universal e pode ser constatada em estudos empíricos sobre o “mundo do trabalho” tanto na Europa como no Brasil (Vester, 2007; Antunes, 2000; Ramalho & Santana, 2006). Nesta direção, David Harvey (1992) procurou compreender a relação entre a ascensão de formas culturais que ele define como pós-modernas e a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital, bem como de um novo ciclo de compressão do tempo e do espaço na organização do capitalismo.

A realidade do mundo corporativo e seus efeitos normativos na sociedade como um todo hoje é globalizada, de modo que a tentativa de articulação contemporânea entre os conceitos de trabalho e classe não deve desconsiderá-la. Isso nos remete à necessidade de questionamento sobre a relação teórica dominante no século XX entre as ideias de sociedades nacionais e sociedades do trabalho e da classe, o que não deve naturalmente desconsiderar que as sociedades nacionais ainda existem, sob o regimento de seus respectivos Estados – mesmo se com certa força em decadência – e de seus respectivos mitos nacionais. A questão mais importante neste sentido é que as sociedades nacionais não podem mais ser a principal unidade analítica de explicação do capitalismo contemporâneo.

Nesta direção, a crítica de Ulrich Beck (2008) ao que ele define como “nacionalismo metodológico” parece bastante valiosa. O que se apresenta como fundamental em sua crítica é sua percepção de que quase toda a sociologia sobre a desigualdade dominante no século XX é direcionada por categorias políticas e cognitivas das histórias nacionais. Neste sentido, a sociologia da desigualdade inclui as fragmentadas sociologias do trabalho e das classes, em suas variadas vertentes. A percepção do autor sugere que um reducionismo epistemológico e teórico dominou a sociologia da desigualdade durante um século. Uma das principais edições da realidade operadas pelo nacionalismo metodológico é que ele naturaliza as desigualdades sociais como se fossem desigualdades nacionais (Beck, 2008).

Naturalmente, é possível e necessário que se identifiquem as desigualdades sociais em sua dimensão histórico-nacional. Não é outra coisa o que orienta a construção sistemática de parâmetros para a elaboração de políticas sociais e para o seu implemento efetivo pelo Estado nacional. Entretanto, a questão mais fundamental que pode e deve ser levantada e perseguida é em que dimensão, principalmente, se produz a desigualdade social contemporânea. Nesta direção, a desigualdade social

pode ser hipoteticamente considerada como sinônimo de desigualdade de classe, o que pressupõe lugares desiguais em uma hierarquia social e moral do trabalho.

As sociedades nacionais burguesas – cuja gênese histórica foi explicada por clássicos como Karl Marx (2007), Werner Sombart (1983) e Norbert Elias (1981) – apresentam algumas características essenciais que podem ser recuperadas na busca por uma resposta satisfatória para a questão colocada acima. Para defender o pressuposto de que a sociedade burguesa industrial era sinônimo de uma sociedade de classes, regida pelo trabalho, um bom caminho pode ser considerar qual é a mudança na hierarquia social que se encontra em sua gênese, ou seja, qual é a hierarquia social específica que a estrutura. Para teóricos como Elias (1981) e Sombart (1983), a ascensão da sociedade burguesa, em contrapartida à sociedade de corte, responde a boa parte desta pergunta. Para Marx (2007), o conflito de classes no qual o proletariado deveria adquirir um papel de protagonista também indica uma pista fundamental para se decifrar a questão. O aspecto essencial com o qual podemos aprender a partir da gênese das sociedades nacionais, para se pensar em uma sociedade do trabalho e das classes de dimensões globais atualmente, entretanto, é que só se define uma sociedade como algo novo e peculiar quando se tem clareza acerca da especificidade de sua hierarquia social.

Assim sendo, se quisermos definir a sociedade do trabalho e das classes contemporânea em sua dimensão global é preciso identificar nesta dimensão qual é a sua hierarquia social. Isto pressupõe que continuemos considerando esta sociedade como moderna em sua essência, e não como pós-moderna ou de qualquer outra natureza. Neste sentido, não deixamos de ser uma sociedade moderna enquanto sinônimo de sociedade de classes regida pelo trabalho, porém deixamos de ser um conjunto de sociedades nacionais divididas em continentes ou blocos centrais ou periféricos para adquirir uma dimensão de globalidade. Uma evidência fundamental desta condição de globalidade é a existência de uma estrutura de classes internacional, ou seja, a existência de uma hierarquia social que não mais se restringe às características das sociedades nacionais. A compreensão desta estrutura é fundamental para o entendimento da generalização da precariedade, como veremos ao final.

No topo da hierarquia social contemporânea encontra-se uma elite global, tematizada por vários autores contemporâneos, ainda que de forma fragmentada e problemática. Uma destas definições se encontra no livro *Muitas globalizações*, derivado de uma pesquisa internacional organizada por Samuel Huntington e Peter Berger (2004). Um dos principais resultados empíricos encontrados em todos os continentes foi a existência de uma elite global. Também Ulrich Beck (1997) – em seu livro específico sobre o tema, *Was ist Globalisierung?* – defende a existência de uma elite

global, detentora do capital financeiro que organiza o mundo e de um poder político de influência e decisão que se impõe acima dos Estados nacionais.

Por fim, um consistente livro nesta direção é o de Richard Münch (2008) – intitulado *Globale Elite, lokale Autoritäten* –, no qual investiga com pesquisa empírica as mudanças nos padrões da *bildung* alemã hoje, como resultado da influência internacional de um padrão de ensino reducionista voltado exclusivamente para a inserção imediata no mercado. Ainda que sua definição de elite global seja problemática – ao identificar esta apenas como uma elite do conhecimento e ignorar a parte da elite global diretamente beneficiária do capital financeiro –, o que interessa destacar aqui é a existência empírica de uma elite supranacional com características econômicas e identitárias que nada tem a ver com o pertencimento a alguma sociedade nacional.

Outra evidência empírica da existência de uma estrutura de classes internacional é a identificação de uma classe média transnacional e cosmopolita. Como mostrou Jesé Souza (2006), a forma mais frágil e imprecisa de se identificar e definir uma classe social é a sua redução ao parâmetro da renda. Logo, a percepção da existência de uma classe média internacional hoje pode ser possível tanto pela observação de seu estilo de vida cosmopolita como pela renda. Qualquer observador atento pode notar, em qualquer megalópole global – seja no Brasil, na Europa ou no Oriente –, o expressivo volume de turistas que por ali circulam todos os dias do ano. Nas grandes cidades europeias, o trânsito constante de uma juventude, cuja língua comum é o inglês, praticamente a primeira língua desta classe média, acima dos idiomas nacionais, é outro dado empírico facilmente visto, só para tomar dois exemplos.

Por fim, o surgimento de uma nova classe trabalhadora, informalizada e precarizada pelo critério produtivo e normativo da flexibilidade do capitalismo financeiro, é identificável tanto no Brasil como na Índia ou na França. Independentemente das diferenças, evidentemente importantes, em termos de segurança e condições de trabalho, que em países como a Alemanha no geral ainda são melhores do que em países como o Brasil, a questão de fundo é que os critérios objetivos de flexibilização e precarização das condições e das relações de trabalho são os mesmos tanto no centro como na periferia do capitalismo (Sennett, 2006; Vester, 2007; Antunes, 2000; Ramalho & Santana, 2006). Também as migrações de trabalhadores em todo o mundo – sejam estas de toda a América Latina para o Brasil, ou do Leste Europeu para países como Alemanha e França, bem como a constante migração para os Estados Unidos – mostram que frações tanto tradicionais quanto novas da classe trabalhadora não necessariamente pertencem a territórios e a identidades nacionais, mesmo que suas possibilidades de circulação sejam bem mais restritas e precárias do que aquelas vivenciadas pela classe média e pela elite.

Deste modo, a identificação de uma hierarquia social e de uma estrutura de classes internacional é um aspecto decisivo para se pensar na dimensão global da sociedade de classes e do trabalho, bem como em sua precariedade. Outro aspecto necessário para esta reconstrução teórica depende da articulação das características inerentes a cada classe com as formas de trabalho essenciais que elas exercem. No caso da elite global, trata-se de uma classe que não trabalha – se tomarmos aqui o sentido humano do trabalho em Marx –, mas vive da herança ou dos rendimentos de volumosos patrimônios materiais e imateriais, administrados pelo serviço de consultores muito bem pagos (outra elite: a do conhecimento, sendo esta a fração abaixo da elite global).

No caso da classe média, esta ainda se divide entre as tradicionais profissões liberais e a crescente atividade de consultorias, nas quais vendem seus nomes e títulos simbolicamente. Quanto à classe trabalhadora, esta se divide entre ocupações por vínculos tradicionais do sistema industrial, também globalizado em sua lógica produtiva e em sua legitimação, e, por outro lado, no cada vez mais crescente mercado de trabalho precário e informalizado. No caso da “ralé”, estrutural na periferia (Souza, 2009) e agora crescente no centro, sua relação com o trabalho é negativa, pois ela é a classe impossibilitada socialmente de exercer qualquer trabalho considerado produtivo e digno em qualquer lugar do mundo.

Deste modo, podemos perceber a existência de uma estrutura de classes internacional, bem como a relação diferencial de cada classe com a categoria empírica do trabalho, percepção esta fundamental para a teorização crítica de uma sociedade globalizada e precarizada, na qual trabalho e classe são categorias teóricas e empíricas indissociáveis. Na próxima seção, investigaremos a segunda característica fundamental desta sociedade, ou seja, em que medida a tecnologia e o conhecimento especializado são de fato uma força produtiva estruturante do capitalismo contemporâneo e em que medida podem se tornar uma ideologia legitimadora de sua reprodução e da conseqüente radicalização de sua desigualdade de classe.

A ambigüidade da “sociedade do conhecimento”

A importância do conhecimento para a organização da produção capitalista, bem como o significado de seu intermédio nas relações de produção, já era um tema importante na obra de Marx. No pensamento contemporâneo pós-materialista, no entanto, existe uma alteração fundamental na relação teórica entre conhecimento, trabalho e classes sociais. O conhecimento, enquanto conceito e realidade empírica, passa a competir com o trabalho na função de principal categoria analítica das

sociedades contemporâneas. Na teoria marxista, o conhecimento é apenas uma categoria dentre outras, subjugada a centralidade do trabalho enquanto elemento essencial da ação humana. No pensamento pós-materialista, o conhecimento alcança o *status* de categoria central.

Para André Gorz (1980) – um dos principais teóricos da sociedade do conhecimento, a partir da publicação de seu livro *Adeus ao proletariado* – o conhecimento se torna a principal força produtiva do capitalismo contemporâneo, que deixa de ser uma sociedade industrial e passa a ser uma sociedade “imaterial” (Gorz, 2004; 2005). Dois dados históricos autorizam Gorz a declarar a sociedade do trabalho no sentido marxista como esgotada em si mesma. O primeiro é a própria crise estrutural do capitalismo, na qual a automação não consegue cumprir sua promessa de autossuperação sistêmica e geração de empregos. Como consequência e articulado a este fenômeno o autor se remete ao fracasso do proletariado em cumprir com sua função histórica delineada por Marx, ou seja, desenvolver sua força ontológica e agir como protagonista na superação do sistema.

A obra de Gorz é ambígua e produtiva para os objetivos da reconstrução teórica deste debate. Sua análise do pós-fordismo é uma das mais brilhantes sobre a compreensão do processo histórico de transição de um capitalismo nacional e europeu – simbolizado pelo mito do *welfare State* – para um capitalismo globalizado e precarizado em suas bases mais profundas, tanto em termos de seu funcionamento prático, quanto na dimensão de seus valores e de sua legitimação. Esta análise tardia de Gorz (2004) se completa com suas intuições anteriores, ainda na década de 1980, sobre a perda de sentido histórico da classe trabalhadora (em termos empíricos e, principalmente, europeus). A ruína do capitalismo clássico coincide com a própria ruína da classe trabalhadora, agora mais precarizada e dominada pelo capital, impossibilitada de qualquer organização social e tomada de consciência, apartada de qualquer possibilidade de reencontro com sua subjetividade. Esta mudança nos rumos do capitalismo seria, para o autor, empiricamente suficiente para a descaracterização da ideia de sociedade do trabalho e o desenvolvimento da ideia de sociedade do conhecimento.

Entretanto, existe algo bastante problemático nesta perspectiva, em sua própria base filosófica mais profunda. O abandono de Marx e de sua sociedade do trabalho (e das classes, como sinônimos) só é possível se aceitamos a definição de sociedade do trabalho de Marx como a única possível. Logo, quando o seu esquema teórico não mais encontra fundamentos empíricos e correspondência histórica, a única saída é o abandono imediato da ideia de sociedade do trabalho. Entretanto, a questão não é tão simples. O argumento da sociedade do conhecimento, em Gorz, bem

2. Uma leitura atenta das obras de Sennett, Boltanski e Chiapello, sobre o capitalismo atual reforça esta percepção.

como a ideia de fim da centralidade do trabalho, em Claus Offe, e a substituição do paradigma da classe pelo do individualismo de Ulrich Beck colocam questões fundamentais que vão direto ao cerne da teoria marxista.

No caso de Gorz, a questão central mais importante nesta direção é que a revolução tecnológica altera radicalmente a capacidade de produção e de dominação do capitalismo. O aspecto crítico nesta direção é que o capital se especializou em sua função de dominação, minando as forças organizativas da classe trabalhadora de forma ainda mais sutil e impessoal do que no fordismo². Esta mudança no “topo” do capitalismo, onde entra o conhecimento científico, tecnológico e especializado como “produtor da produção”, pode ser um elemento teórico fundamental para uma reconstrução crítica de uma teoria do capitalismo contemporâneo. O conhecimento tecnológico e especializado permite, no topo do mundo corporativo por exemplo, uma administração mais enxuta, pragmática e direcionada, enquanto, nas suas bases, opera uma seletividade ainda mais precisa e radical, atuando como o principal critério meritocrático, sob o signo cada vez mais vago e ambíguo da “qualificação”, que se apresenta como individual, mas é sempre social, definida desde o ponto de partida da origem de classe.

Um aspecto essencial da transição do capitalismo nacional fordista para o pós-fordismo pode ser visto através do crescimento do setor de serviços. Em boa medida, ele é a informalização do capitalismo, sua reorganização e reestruturação. A análise de Gorz neste sentido também é fundamental, ao mostrar como o pós-fordismo se desdobra através de um processo de “terceirização em cascata”, no qual os trabalhadores mais qualificados permanecem nas “empresas mães”, enquanto aqueles que não acompanham os novos altos níveis de qualificação vão para o setor de serviços, flexibilizados em seus contratos e na proteção salarial e seguridade social do trabalhador (Gorz, 2004). A lógica do sistema é intrinsecamente excludente, pois, ainda que todos os trabalhadores se qualifiquem da mesma maneira, não será possível a inserção de todos nos melhores postos, o que desmente o mito da meritocracia. A análise de Claus Offe (1994) também é importante nesta direção, ao mostrar como o setor de serviços é ao mesmo tempo uma fragmentação (ou seja, precarização) do mercado e da classe trabalhadora.

A qualidade destas análises poderia muito bem ter levado os autores a uma reconstrução crítica da ideia de sociedade do trabalho e das classes, mas não é o que acontece. Por isso, seria possível e necessário usar este “pós-materialismo” para contribuir a um objetivo contrário ao proposto, ou seja, a reconstrução do casamento entre trabalho e classe, sendo o conhecimento compreendido como novo media-

dor precarizante desta relação. Assim, um primeiro aspecto a ser considerado é que o pós-materialismo de autores como Gorz, Offe e Beck apresenta uma perspectiva em parte crítica. No caso de Gorz, compreendemos que o conhecimento altera profundamente a capacidade de organização da produção, ou seja, o advento de um sistema do capital mais perfeito e desenvolvido em suas formas de dominação, o que só é possível com a revolução tecnológica.

A grande lacuna nesta direção – como também pode ser visto em toda a obra de Offe e Beck – é a ausência completa de tematização e definição de uma hierarquia social precisa, histórica, típica do novo capitalismo em questão. Naturalmente, esta lacuna escapa aos interesses teóricos e político-ideológicos destes autores, uma vez que a definição teórica e empírica crítica de uma hierarquia social só é possível se voltarmos à questão mais fundamental, ou seja, ao fato de que capitalismo é sinônimo de sociedade do trabalho e de classes, ou, de outra maneira, de uma sociedade de classes regida, estruturada e significada pelo trabalho enquanto categoria histórica e humana fundamental.

O pós-materialismo nesta direção abandona em sua essência a ideia de sociedade de classes e do trabalho, o que objetivamente o impede de perceber a hierarquia social de classes específica do capitalismo globalizado. Entretanto, sua análise da força do conhecimento, se não for transformada em ideologia, bem como sua percepção do que significa em termos concretos o setor de serviços, podem ser aliados importantes de uma nova teoria crítica do capitalismo contemporâneo.

Neste sentido, uma reconstrução crítica e histórica da relação teórica e empírica entre trabalho e classe, na dimensão do capitalismo globalizado, deve realizar uma síntese entre a tradição dos clássicos e o pós-materialismo. Da primeira, o aspecto essencial do qual uma teoria crítica não pode abrir mão é a consideração do capitalismo como sinônimo de sociedade do trabalho e das classes. Da segunda, as interpretações acerca do papel do conhecimento nas sociedades modernas, do advento do setor de serviços e da radicalização do individualismo. Uma contribuição decisiva para uma teorização acerca da relação contemporânea entre trabalho e classe, evitando-se ainda uma perspectiva ideológica.

No caso do conhecimento, a grande ideologia a ser evitada é a que reconhece ser ele um elemento democratizante das sociedades contemporâneas, no sentido de ampliar o acesso das classes populares ao trabalho digno, na hierarquia social do trabalho. Na análise de Gorz (2004), há uma importante distinção entre “conhecimento” e “saber”, sendo o primeiro o conhecimento especializado e o segundo todo o saber mais profundo da humanidade, não científico e não tecnológico. Esta

distinção é importante para pensarmos a relação diferencial entre os tipos de conhecimento e as diferentes classes sociais hoje.

Desta maneira, a relação objetiva entre conhecimento, trabalho e classes sociais, no capitalismo globalizado, apresenta-se com a valorização do conhecimento especializado agindo como fator estrutural que amplia a distância entre origem social de classe e inserção qualificada e digna no mercado de trabalho. Em contrapartida, o saber popular é desvalorizado, o que dificulta a ascensão social de pessoas das classes populares, algo que a ideologia do mérito e da qualificação, articulada à ideologia da democratização do ensino e da tecnologia, sistematicamente esconde. Com isso, a ideia de sociedade do conhecimento, válida por perceber a importância da força da tecnologia como fator precarizante de condições e de relações de trabalho apresenta-se como uma meia verdade da sociedade do trabalho contemporânea, na medida em que se transformou rapidamente na ideologia da democratização do acesso das classes populares a lugares privilegiados na hierarquia social do trabalho.

Vimos, até agora, dois aspectos essenciais da nova sociedade do trabalho e das classes:

1. a globalidade de sua reprodução e de sua hierarquia social; e
2. a função precarizante do conhecimento especializado e tecnológico em sua produção.

Vejam, agora, um terceiro aspecto fundamental desta sociedade:

3. como e por que ela apresenta uma questão social central que precisa ser identificada e como esta adquire uma condição de globalidade.

A nova questão social global

A tentativa de rearticulação teórica entre os conceitos de trabalho e classe, bem como de suas correspondentes realidades empíricas, não pode se furtar do desafio de considerar a existência de uma questão social contemporânea que adquire dimensões de globalidade. Neste aspecto, a obra de Robert Castel (1998) é incisiva. Para ele, uma “questão social” pode ser definida como um problema essencial, a partir do qual uma sociedade se questiona sobre seus fundamentos e seu sentido mais profundo, sobre sua coesão social ou sobre sua desintegração. Se aceitarmos a hipótese de que vivemos em uma sociedade do trabalho e das classes sociais que hoje é globalizada, como vimos nos tópicos anteriores, precisamos então nos

perguntar qual é a sua questão social, que nos mostra quais são os seus dilemas e o seu significado.

Nesta direção, a hipótese que gostaria de explorar agora é que a principal questão social da sociedade do trabalho e das classes em sua dimensão global é a generalização, inédita na história, da precarização das condições e das relações de trabalho, tanto no centro como na periferia do capitalismo. Naturalmente, a identificação de uma questão social global não deve negar as questões sociais em outras dimensões da realidade contemporânea, dentre as quais a dimensão das sociedades nacionais, que ainda existem. Se, por exemplo, considerarmos outro recorte metodológico, as diferenças históricas entre o centro e a periferia do capitalismo não podem ser desconsideradas, a questão da desigualdade social relacionada à segurança pública sempre foi mais importante em países periféricos como Brasil e México do que em países como Inglaterra ou Alemanha.

Ainda que haja mais de uma questão social relevante, o que está em jogo aqui, ao se identificar uma questão social importante, no sentido de Castel, é compreender que só se percebe e, conseqüentemente, se explica o sentido mais profundo de uma sociedade quando se identifica os seus problemas centrais, do qual depende toda a mudança social. Nessa direção, o importante livro de Robert Castel (1998) – *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* – apresenta uma incisiva análise crítica sobre a mudança estrutural pela qual passa o capitalismo contemporâneo. Castel identifica, no caso europeu francês – um caso clássico da modernidade “central” – qual é a principal questão social que explica a “grande transformação”, como em Karl Polanyi, da sociedade do trabalho e das classes atual. Sua análise do caso francês é fundamental para os objetivos de uma reconstrução crítica entre os conceitos de trabalho e classe, uma vez que aponta aspectos essenciais de uma mudança estrutural que hoje é universal e não apenas francesa ou brasileira. O ponto mais importante que deve ser ressaltado nesta direção é que hoje podemos identificar aspectos essenciais da mudança capitalista que podem ser vistos tanto em um caso da modernidade central como no caso da modernidade periférica brasileira.

Para Castel, a singularidade do fenômeno — que ele define como “desfiliação social” — seria a principal marca da sociedade francesa atual. Com este conceito, o autor procura definir um fenômeno novo que hoje é o maior indício do fracasso do capitalismo em todo o mundo: trata-se do processo sistemático e institucionalizado da produção de “sobrantes”, ou seja, um número crescente de pessoas sadias e aptas para trabalhar que não encontram lugar no mercado produtivo ou que são expulsas deste sem nenhuma possibilidade de retorno (Castel, 1998). Para tanto, desenvolve uma análise sobre a fase do capitalismo geralmente definida como so-

cidade industrial, que ele prefere definir como “sociedade salarial”, uma vez que a institucionalização do trabalho com vínculos fixos e com seguridade social encontra no salário o elo de ligação entre todos os indivíduos e a sociedade e assim se apresenta como o seu fundamento ontológico mais profundo.

Nesta direção, Castel percebe uma diferença essencial entre o capitalismo comercial e a sociedade salarial. No primeiro, já existiam os sobrantes, ou seja, os “vagabundos”, mendigos e errantes, que não apresentavam condições físicas e sociais para se enquadrar no que na época era considerado como trabalho digno e produtivo como, por exemplo, as corporações de artesãos reconhecidas pelo Estado como realizadoras de trabalho (Castel, 1998). Entretanto, estes sobrantes “pré-modernos” não eram considerados pela sociedade como o outro negativo do trabalho, o que significa que vagabundo e mendigo não eram sinônimos de desempregado, preguiçoso e derrotado no mercado de trabalho, como percebemos hoje.

A construção social do estigma do vagabundo, como alguém que não trabalha simplesmente por que não quer trabalhar, é um produto, neste sentido, específico da sociedade salarial. Esta construção só é possível na medida em que a sociedade salarial (dominante no século XX europeu e cujo ápice histórico é o *welfare State*) define, sistematicamente, com toda a clareza, legitimada por suas principais instituições, a começar por Estado e mercado, dois aspectos essenciais desta sociedade: o que é o trabalho digno e, ao mesmo tempo, o fato de que este é o principal elo para o pertencimento e o reconhecimento social. Nesta direção, trabalho digno é sinônimo de trabalho assalariado, uma vez que o salário é o signo concreto de reconhecimento do ser produtivo pelo Estado e pelo mercado, na medida em que oferece ao indivíduo objetivamente a possibilidade de se provar produtivo e merecedor da condição de consumidor.

Esta noção de indivíduo produtivo, ancorada institucionalmente, generaliza-se no século XX em todos os países do capitalismo industrial. É a partir dela que as histórias dos capitalismos nacionais vão operar sua própria “modernização seletiva” (Souza, 2000), através de um desencaixe entre os valores e a definição do ser produtivo das modernidades centrais e as condições históricas objetivas encontradas pela expansão capitalista em cada caso específico de modernidade periférica.

A perspectiva de Castel, sobre o caso contemporâneo da modernidade central, permite-nos perceber como o desencaixe entre o ideal de ser produtivo e as realidades empíricas das situações objetivas de trabalho (fundamental para a definição das conformações históricas de classe) é *universal* no capitalismo e não inerente a alguma história nacional específica. Isso nos conduz a um segundo passo fun-

damental para uma reconstrução teórica sobre a realidade empírica do trabalho e das classes sociais no capitalismo contemporâneo: a hipótese sustentada nesta direção é que, enquanto a sociedade salarial (nacional e principalmente a europeia) apresenta como marca central a generalização do trabalho digno (estrutural no centro e incompleta na periferia), a principal marca do capitalismo globalizado é a generalização da precariedade (ainda que conjuntural no centro e estrutural na periferia).

A sustentação inicial desta hipótese precisa articular os três aspectos fundamentais da realidade social contemporânea, vistos acima, de modo a se efetuar um casamento crítico entre os conceitos de trabalho e classe e suas respectivas realidades empíricas:

1. o capitalismo globalizado possui uma hierarquia social do trabalho e uma estrutura de classes que transcende as dimensões nacionais de análise;
2. o conhecimento especializado e tecnológico, enquanto força produtiva central, opera uma reorganização e ressignificação da hierarquia social do trabalho e da estrutura de classes transnacional, sistematizando uma forma de exclusão e precarização social própria deste novo capitalismo;
3. o novo capitalismo globalizado, enquanto sinônimo de sociedade mundial do trabalho e das classes, tem como sua principal questão social a generalização da precariedade do trabalho (além da produção do desemprego, sempre inerente ao capitalismo) e, conseqüentemente, a radicalização da desigualdade de classe.

Isso é o que procuraremos articular agora no tópico final.

A generalização da precariedade

Dois dados contemporâneos – um sobre o centro, outro sobre a periferia –, quando articulados conformam a principal evidência da existência de um novo capitalismo globalizado, com uma hierarquia social do trabalho e uma estrutura de classes específica, diferente daquelas pertencentes às histórias nacionais: trata-se do advento sem precedentes do trabalho precário na Europa “lado a”, ou seja, economias estabelecidas como Inglaterra, França e Alemanha, articulando a crise europeia e a crise da zona do Euro, de um lado; e a ascensão de uma suposta nova classe média em países da modernidade periférica, da qual os Brics parecem ser a principal

representação, de outro. A articulação destes dois dados parece fundamental para a tematização da sociedade global atual. O primeiro passo nesta direção deve ser o questionamento acerca da condição de meias verdades destes dados, o que significa que eles são ao mesmo tempo uma redução da realidade social contemporânea e também pistas fundamentais para uma conciliação teórica entre trabalho e classe.

No caso da periferia, podemos tomar o Brasil como exemplo emblemático. Um dos principais debates recentes na academia brasileira é sobre a ascensão de uma suposta nova classe média e o seu significado para a sociedade brasileira contemporânea. Os livros de Bolívar Lamounier (2009) e Marcelo Néri (2012) apontam para o surgimento de uma nova classe média no Brasil. Em contrapartida, Márcio Pochmann (2012) e Jessé Souza (2010) percebem o novo fenômeno como uma nova classe trabalhadora.

A existência da nova classe e a sua importância para a interpretação do Brasil contemporâneo parece um fato inegável. Por um lado, a conformação desta nova classe, tendo a informalidade e a flexibilidade, bem como a posse de um saber popular como alguns de seus traços essenciais, que se explica, em grande medida, pela reorganização tecnológica do capitalismo financeiro. Isso é fundamental para a percepção de um fenômeno que pode ser definido como a “estabilização conjuntural do trabalho” na periferia do capitalismo contemporâneo³.

3. Este texto foi escrito antes do *impeachment* de Dilma Rousseff e da aprovação da reforma trabalhista atualmente em curso no Brasil. No atual cenário de rápidas mudanças políticas e econômicas, já presenciamos o início de um processo de desestabilização conjuntural do trabalho no Brasil.

Nesta direção, a ascensão contingente da nova classe trabalhadora, informal, flexível e precarizada é um episódio novo na história da relação entre trabalho e classe no Brasil, cuja principal característica é a “precarização estrutural do trabalho”, típica da formação histórica das modernidades periféricas. Desta maneira, o surgimento de uma nova classe trabalhadora na periferia, pós-fordista, não mais vinculada diretamente à indústria, é um dos principais signos da nova sociedade global do trabalho e das classes. Entretanto, o fenômeno já se tornou rapidamente um mito das sociedades periféricas; sua condição de meia verdade precisa ser criticada.

A dimensão mitológica do fenômeno da nova classe trabalhadora e da sociedade que a vivencia sugere que ela proporciona uma evolução social em sua totalidade e no combate de sua desigualdade. A meia verdade aqui reside no fato de que a ascensão desta nova classe é em parte uma forma de progresso e desenvolvimento, mas não uma evolução social da sociedade brasileira em sua totalidade, que ainda possui uma parte significativa de suas classes populares estagnada em sua condição de desfiliação social, ou seja, em sua condição estrutural de sobrantes do mercado de trabalho e de não participação nos privilégios, no consumo e no reconhecimento da sociedade de classes.

No caso da modernidade central – como na Inglaterra, França ou Alemanha – o principal discurso contemporâneo que as define em grande parte envolve a suposta crise europeia. Neste caso também reside uma meia verdade que precisa ser articulada, de modo a se perceber a relação entre trabalho e classe na Europa hoje e o que ela tem a ver com uma nova hierarquia social do trabalho e uma nova estrutura de classes internacional. O discurso da crise europeia está diretamente relacionado ao contexto europeu pós-*welfare State*, ou seja, o fim do bem-estar social, no qual pleno emprego, segurança e seguridade social, bem como democracia plena, foi um ideal histórico (Castel, 1998). A principal característica deste novo contexto é o advento sem precedentes do trabalho precário na história europeia moderna, ou seja, o trabalho sem vínculos formais, sem seguridade social e segurança ontológica, bem como, articulado a isso, o simples aumento gradativo do número de desempregados e de beneficiários de assistência social.

Neste caso, a meia verdade reside no fato de que apenas alguns países como, Espanha e Grécia, são realmente prejudicados pela suposta crise econômica. Ademais, se considerarmos a qualidade de vida e os índices de segurança pública e de níveis de educação e saúde, bem como de qualidade de serviços e infraestrutura de países como Alemanha ou França, ainda hoje, podemos perceber que estes ainda são nitidamente melhores do que na América Latina como um todo. Deste modo, é preciso perceber que a suposta crise europeia não explica (ainda que possa contribuir nesta direção) o fenômeno da precarização conjuntural do trabalho na Europa. Este se explica muito mais através da condição de globalidade adquirida pela sociedade contemporânea, com a reorganização de sua hierarquia social através da revolução tecnológica, transformando o conhecimento científico, tecnológico e especializado em uma força produtiva central.

Resguardado o exagero do alarde apocalíptico de autores pós-materialistas como Beck (2007) e Offe (1994), acerca do ocaso da história europeia, o que parece restar de concreto é o fato de que a Europa vivencia hoje, e isso de forma diferenciada entre seus países, uma “precarização conjuntural do trabalho”, que com o tempo pode se tornar estrutural, mas ainda não é o caso (Maciel, 2014). Esta precarização conjuntural significa que apenas uma pequena parcela da população europeia é afetada seriamente pelo desemprego e pelo trabalho precário, de modo que isso ainda não ameaça seriamente a coesão social destas sociedades. A precarização conjuntural – que pode sim conduzir a um futuro não muito promissor (daí o medo dos teóricos europeus e sua preocupação com o retorno de um Estado social) – é apenas um processo parcial na reprodução contemporânea destas sociedades e que pode ameaçar a generalização do trabalho digno, ou seja, a estabilização estrutural do trabalho, realizada pelas histórias nacionais da modernidade central.

No geral, é preciso perceber como a precarização conjuntural contemporânea do centro do capitalismo se articula com a estabilização conjuntural na periferia, na conformação de uma nova sociedade global do trabalho e das classes. Nesta direção, a contribuição pós-materialista pode ser de grande valia, se resguardado o seu teor ideológico, como no caso da teoria da sociedade do conhecimento. O aspecto essencial que dela podemos retirar é a compreensão do fato de que a tecnologia permite hoje uma organização e uma padronização da produção em escala global, em um processo que pode ser denominado como de reestruturação tecnológica. De resto, a lógica do capitalismo financeiro só permite a uma elite global a acumulação de riquezas por um caminho diferente daquele das burguesias nacionais, exatamente pela posse de um conhecimento científico e tecnológico de alguns *milieux* de uma elite do conhecimento que trabalha para os grandes investidores. É neste sentido que a sociedade do trabalho e das classes é produzida em escala global e não mais sob a égide dos Estados nacionais e de seus respectivos mitos, ainda que estes possam exercer algum papel na reprodução de uma hierarquia social do trabalho e de uma estrutura de classes produzidas em escala global.

Por fim, esta nova produção global da desigualdade ainda apresenta outro aspecto, fundamental para a compreensão da generalização da precariedade. Na medida em que a nova organização tecnológica do sistema produtivo se especializa na produção de uma hierarquia social do trabalho e de uma estrutura de classes em escala global, ela tende a radicalizar as desigualdades sociais em todo o mundo. Nesta direção, é possível observar em países da periferia do capitalismo de hoje – como o Brasil – um novo fenômeno que poderíamos chamar de “dupla precarização do trabalho”, ou seja, a radicalização da precarização estrutural produzida historicamente pelas sociedades nacionais, na medida em que o sistema mundial produz uma generalização da precariedade tanto no centro quanto na periferia.

Esta afirmação tende a se confirmar na medida em que observamos que o fenômeno da estabilização conjuntural do trabalho, ou seja, a ascensão de uma nova classe trabalhadora em países da periferia como o Brasil, significa uma mudança social apenas para uma parte da sociedade, deixando ainda excluída uma boa parte das classes populares. A despeito de todas as celebrações acerca dos “emergentes”, nossa classe de excluídos se encontra duplamente precarizada, primeiro historicamente, sendo desde sempre o sobranje da modernização seletiva na periferia; e agora também conjuntamente, na medida em que os novos critérios de avaliação do ser produtivo, orientados pelo princípio da flexibilidade do capitalismo financeiro e pelas novas exigências de qualificação e de aquisição do conhecimento formal e especializado, aumentam ainda mais a distância entre as condições existenciais desta classe e as possibilidades objetivas de alcance de lugares dignos e privilegiados na hierarquia social do trabalho.

Esta dupla precarização da classe de excluídos na periferia, adicionada ao seu surgimento crescente também no centro do capitalismo, é o que caracteriza o que nós podemos chamar de uma “generalização da precariedade”, sendo esta a principal característica estrutural e normativa da sociedade do trabalho e das classes em sua dimensão global, contrariando empiricamente as meias verdades da sociedade do conhecimento, da crise europeia e dos emergentes da periferia. É nesta direção que uma reconstrução teórica acerca da relação contemporânea entre os conceitos de trabalho e classe, bem como de suas correspondentes realidades empíricas precisa avançar, de modo a contribuir para uma nova teoria crítica do capitalismo contemporâneo em sua totalidade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

BECK, Ulrich. *Die Neuvermessung der Ungleichheit unter den Menschen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.

———. *Schöne neue Arbeitswelt*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.

———. *Was ist Globalisierung?* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.

———. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.

BERGER, Peter; HUNTINGTON, Samuel. *Muitas globalizações. Diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *The new spirit of capitalism*. 2. ed. New York: Verso, 2005.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTEL, Robert. *Die Krise der Arbeit. Neue Unsicherheiten und die Zukunft des Individuums*. Hamburg: Hamburger Edition HIS, 2011.

———. *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

DÖRRE, Klaus. Prekäre Arbeit. Unsichere Beschäftigungsverhältnisse und ihre sozialen Folgen. *Arbeit*, v. 1, n. 15, p. 181-193, 2006.

- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins fontes, 2008.
- ELIAS, Norbert. *Über den Prozess der Zivilisation. Soziogenetische und psychogene-tische Untersuchungen. Erster Band. Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.
- GORZ, André. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- . *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- . *Abschied vom Proletariat. Jenseits des Sozialismus*. Frankfurt am Main: Eu-ropäische Verlagsanstalt, 1980.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- IANNI, Octávio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. *Estudos avança-dos*, v. 8, n. 21, p. 147-163, Maio-Ago. 1994.
- LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury. *A classe média brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo: Campus, 2009.
- MACIEL, Fabrício. *A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?* São Paulo: Annablume, 2014.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Rio de janeiro: Record, 2007.
- MÜNCH, Richard. *Globale Eliten, lokale Autoritäten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média. O lado brilhante da base da pirâmide*. São Pau-lo: Saraiva, 2012.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Flexibilidade à francesa. Traba-lhadores na Peugeot Citroën brasileira. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n 1, p. 115-132, 2006
- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2015.

- . *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Josué Pereira da. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.
- . *André Gorz: trabalho e política*. São Paulo: Annablume, 2002.
- SIMMEL, Georg. Der Begriff und die Tragödie der Kultur. In: SIMMEL, Georg. *Philosophische Kultur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006 [1911].
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOMBART, Werner. *Liebe, Luxus und Kapitalismus. Über die Entstehung der modernen Welt aus dem Geist der Verschwendung*. Berlin: Verlag Klaus Wagenbach, 1983.
- . *Die Ordnung des wirtschaftslebens*. Berlin: Springer, 1927.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- . *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- . *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- . *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; IUPERJ, 2003.
- . *A modernização seletiva*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, p. 9-24, Maio 2014.
- VESTER, Michael; TEIWES-KÜGLER, Christel; LANGE-VESTER, Andrea. *Die neuen Arbeitnehmer. Zunehmende Kompetenzen - wachsende Unsicherheit*. Hamburg: VSA-Verlag, 2007.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



Espaço social e estrutura de classes em regiões metropolitanas brasileiras

Recebido: 20.06.18
Aprovado: 05.10.18

Emerson Ferreira Rocha*

* Emerson Ferreira Rocha é professor adjunto no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília (DF), Brasil. <erochedo@gmail.com>.

Resumo: Esse artigo traz um estudo exploratório sobre a relação entre atitudes e classes sociais no Brasil. Procura-se identificar as classes sociais, definidas com base no exercício de direitos e poderes sobre recursos produtivos, a partir de seu posicionamento no espaço social definido por atitudes referentes ao trabalho, à vida familiar, à vida comunitária, a práticas de consumo cultural, e a posturas políticas. Os dados utilizados são originais, provenientes da pesquisa *Radiografia do Brasil contemporâneo*, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), durante os anos de 2015 e 2016, com pessoas residentes em regiões metropolitanas brasileiras. Os métodos utilizados partem de Análise de Componentes Principais. Os resultados mostram que três dimensões definem um espaço social de atitudes no Brasil, sendo que a principal se relaciona ao que será chamado de autoconfiança produtiva. A posição das classes sociais ao longo dessa dimensão está intimamente relacionada à posse de recursos produtivos.

Palavras-chave: Desigualdade. Espaço social. Classes sociais. Atitudes. *Habitus*.

Social space and class structure in Brazilian metropolitan regions

Abstract: This article presents an exploratory study about the relationship between attitudes and social classes in Brazil. It is sought to identify how social classes, defined on the basis of rights and powers over productive resources, are distributed in a social space defined by attitudes regarding work, family, community, cultural consumption, and politics. The data are from an original qualitative survey conducted by the Institute for Applied Economic Research (Ipea), during the years of 2015 and 2016, with people residing in Brazilian metropolitan regions. The methodology applied in this analysis is based on Principal Component Analysis. The results show that three dimensions define a social space of attitudes in Brazil, and that the main dimension is related to productive self-confidence. The position of social classes across this dimension is closely related to the possession of productive resources.

Keywords: Inequality. Social space. Social classes. Attitudes. Habitus.

Introdução

A relação entre a posição socioeconômica de pessoas e grupos, por um lado, e suas atitudes, por outro, constitui importante tema de investigação. A partir das definições de classe social baseadas em critérios como posse de ativos, exercício de autoridade e qualificação acadêmica, diferentes pesquisadores

têm investigado como esse tipo de constructo pode explicar atitudes e comportamentos prováveis em diferentes esferas de sentido e de ação – especialmente a política –, mas também em outros domínios como o do consumo cultural. Diante dessas ambições teóricas e no contexto de aceleradas transformações no mundo do trabalho e nas relações entre Estado e sociedade, alguns pesquisadores argumentaram pela perda no poder explicativo do conceito de classe (Clark, Lipset & Rempel, 1993), enquanto outros procuraram afirmar a sua persistência (Hout, Brooks & Manza, 1993). Outros, ainda, lançaram o argumento de que, para se resguardar a validade do conceito, seria necessário utilizar esquemas de classificação menos abstratos e com menor nível de agregação, com o que as classes sociais, assim definidas, se relacionariam mais de perto com as dinâmicas reais de interação, formação de interesses e de solidariedades na vida social (Grusky & Sørensen, 1998).

Passando um pouco ao largo da tradição de estudos sobre estratificação social representada por autores como Wright (2009) e Goldthorpe (2004), Bourdieu (1979) propõe uma renovação do debate a partir de uma definição holística de classe. Nessa definição, o próprio conceito de classe conteria em si dimensões diversas como posse de capitais, padrões de consumo, atitudes políticas, além de outras. Ao invés de um conjunto discreto e parcimonioso de eixos de classificação e de regras para combiná-los, o mapeamento das posições de classe deveria ter como base a análise exploratória da variação conjunta desse conjunto amplo de variáveis. Com isso, o conceito de classe tornar-se-ia uma poderosa ferramenta para compreender como as condições de existência das pessoas se relacionam com dinâmicas sociais de grande escala, sobretudo do ponto de vista da reprodução de estruturas de desigualdade. Do ponto de vista analítico, o custo de tal proposta é um conceito de classe excessivamente endógeno, que contém, em sua própria definição, um excesso de informações sobre eventos e práticas que ele pretende explicar.

Este artigo se baliza pelo intuito de mobilizar algumas ideias do argumento de Bourdieu, sobretudo no que concerne à ideia de um espaço de distâncias e de proximidades sociais. Contudo, a proposta procura evitar o referido problema de endogeneidade, estabelecendo-se uma diferença entre as dimensões definidoras da posição de classe, por um lado, e as dimensões definidoras da posição no espaço social, por outro. Trabalha-se, assim, com um conceito de classe mais estritamente socioeconômico e então procura-se mapear a posição dessas classes em um espaço social definido por atitudes referentes ao trabalho, à vida familiar, à vida comunitária, a práticas de consumo cultural e a posturas políticas. A próxima seção apresenta com mais vagar essa orientação teórica. A seção seguinte apresenta a metodologia e os dados. Na sequência, uma seção discute o resultado. Finalmente, a conclusão traz alguns apontamentos gerais.

Classes e espaço social das atitudes

Bourdieu (1979) propõe a noção de espaço social a partir de uma crítica aos estudos quantitativos que, partindo de uma definição mais estritamente econômica de classe social, passam a analisar, de um lado, os efeitos da classe sobre desfechos como consumo e atitudes políticas e, de outro, a investigar a posição de classe como efeito de fatores como a escolaridade e a origem social. Tal crítica radica na rejeição das metodologias calcadas na identificação de efeitos parciais, particularmente análises de regressão. No lugar dessas técnicas, o autor advoga por métodos de análise exploratória de dados, fundados na redução dimensional. Enquanto a primeira abordagem tem o intuito de analisar – no sentido estrito de separar – os efeitos mensuráveis de determinado fator, na situação – real ou hipotética – de outros fatores mantidos constantes, as segundas procuram inspecionar a variação conjunta de um “sistema de variáveis” (Bourdieu, 1979: 113), extraindo um número reduzido de dimensões que responde por porções consideráveis daquela variação conjunta. Do ponto de vista substantivo, esse número reduzido de dimensões constituiria um conjunto de eixos definidores de distâncias e de proximidades sociais.

É importante notar que esses eixos, extraídos mediante análise exploratória de um conjunto de variáveis, são definidores do espaço social num sentido heurístico, e não teórico-constitutivo. A definição de um espaço social definido pelo volume global de capitais econômico, cultural e social e pela estrutura de distribuição relativa dos capitais econômico e cultural não constitui um enunciado geral, mas a conclusão de uma análise de dados específica. Embora, em vários momentos, Bourdieu extrapola essa conclusão em um modelo de possível generalização¹, isto é, feito num nível de teorização de médio alcance. A definição propriamente abstrata e geral do espaço social se refere a um conjunto de “propriedades pertinentes”, dentre as quais se diferencia, por princípio, uma “propriedade fundamental”, concernente à posição profissional², de um amplo espectro de “propriedades secundárias” (Bourdieu, 1979: 118). Nesse nível de abstração, as classes sociais são definidas pela “intrincada rede de relações” entre as “variáveis pertinentes”, sendo forçoso que se considere tanto a variável fundamental como as secundárias (Bourdieu, 1979: 119). É no sentido das diferentes configurações assumidas por essa rede de relações que o autor fala das classes sociais como “classes de condição de existência” (Bourdieu, 1979: 128). A posição de classe deveria, assim, ser determinada simultaneamente pela profissão, renda, escolaridade, idade, extração social, pelo sexo, lugar de moradia e pelas mais diversas práticas de consumo cultural³. A metodologia de análise exploratória de dados seria o meio para determinar empiricamente, em cada caso, a configuração da rede de relações entre

1. Ver, por exemplo, a discussão de Bourdieu (1996) sobre espaço social e classes em *Razões práticas*.

2. O autor fala de “propriedade fundamental”, no contexto de uma crítica que se pode presumir endereçada à abordagem neomarxista, donde se pode levantar dúvidas sobre se a disjuntiva entre propriedades fundamentais e secundárias integra a sua própria definição teórica de classes sociais. Contudo, o uso reiterado do termo “propriedades secundárias” ou “características auxiliares” (Bourdieu, 1979: 113-116), no contexto de suas próprias proposições acerca do que constitui o espaço das classes sociais, mostra que o autor considera, por princípio, a posição profissional como a mais importante das propriedades pertinentes.

3. A rigor, a definição abstrata não específica, *a priori*, o conjunto das propriedades que podem ser consideradas pertinentes.

essas diferentes propriedades pertinentes. As possibilidades de generalização de um resultado específico, como as dimensões extraídas a partir de levantamentos realizados durante a década de 1960, na França, constituem questão aberta à pesquisa empírica. Em outras palavras, a definição mais geral de classes e de espaço social, em Bourdieu, se refere a uma noção não apenas multidimensional, mas holística de classe social, assim como à ideia de espaço social enquanto estado dinâmico, produto do comportamento conjunto dessas múltiplas dimensões no estabelecimento de proximidades e de distâncias sociais.

A perspectiva apresentada neste trabalho faz referência a essa proposta, mas se distancia dela justamente em um aspecto fundamental. Ao invés de se adotar uma noção holística de classe para mapear um espaço social, adota-se uma definição de classe mais estritamente econômica e considera-se, como outro constructo, o espaço social das atitudes. Rejeita-se, portanto, a ideia de que as classes sociais devam ser concebidas como condições de existência no sentido mais abrangente possível, adotando-se, antes, uma definição de classes sociais mais centrada no arranjo de distribuição de direitos e de poderes sobre os recursos produtivos. A capacidade elucidativa da noção de classe ainda está fortemente atrelada às condições gerais de existência de pessoas e de grupos, mas estritamente na medida em que essas condições são afetadas pela posição das pessoas e dos grupos na distribuição daqueles direitos e poderes específicos.

Nessa acepção, a estrutura de classes passa a ser definida em relação à distribuição de recursos intrinsecamente econômicos (ativos de capital), recursos com realização econômica, como qualificações escassas, ou ainda recursos organizacionais, como o exercício de autoridade na ocupação profissional (Goldthorpe, 2004; Wright, 2009). A aquisição, a posse e, em alguns casos, o exercício de controle, por delegação, sobre esses recursos produz, por assimetrias, relações de poder. No nível teórico, a estrutura de classes consiste na configuração global dessas relações de poder. No nível operacional, em estudos empíricos que adotam indivíduos como unidades de análise, ela é representada por um conjunto de grupos discretos, que ocupam posições especificadas com base em indicadores mensuráveis.

Há diferentes propostas de operacionalização desse tipo de conceito de classe no Brasil, quer dirigidas ao estudo de fenômenos como a mobilidade social (Ferreira, 2001; Ribeiro, 2006), quer identificando os efeitos condicionais da discriminação (Santos, 2005a), quer, ainda, direcionando os estudos mais estritamente à validação de esquemas de classificação para o contexto brasileiro (Carvalhoes, 2015; Scalón, 1998). Embora as propostas variem de acordo com os objetivos e métodos de pesquisa adotados – que impõem, por exemplo, a necessidade de esquemas de

classificação mais ou menos parcimoniosos –, com a qualidade dos dados utilizados e com diferenças de ênfase teórica (mais neoweberiana ou mais neomarxista, por exemplo), os pesquisadores tendem a concordar que o exercício de poder e de direitos sobre recursos produtivos, assim como a natureza das relações de emprego são dimensões fundamentais para identificar posições de classe no Brasil. No presente estudo, utiliza-se o esquema proposto por Santos (2005b). Essa proposta concede centralidade às dimensões analíticas já salientadas, considerando, ao mesmo tempo, divisões mais próprias ao mundo do trabalho brasileiro, especialmente no que referem aos contextos do autoemprego e a situações de extrema despossessão.

Quanto ao espaço social, ele passa a ser definido a partir de um conjunto de escalas, adotado com o objetivo de investigar atitudes referentes ao trabalho, à família, à comunidade, a práticas de lazer e de consumo cultural e, também, com relação à política. As escalas foram construídas no contexto da pesquisa *Radiografia do Brasil contemporâneo*, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre os anos de 2015 e 2016, e toma como referência estudos exploratórios em países com padrões de desenvolvimento econômico e trajetórias histórico-culturais diversas, como Alemanha e Laos. Assim, ao mesmo tempo em que pressupõe um contexto de economia de mercado, especialmente com um mercado de trabalho impessoal constituído, o instrumento está adaptado ao trato com contextos culturais distintos⁴. No nível mais abstrato, o conjunto das 17 escalas utilizadas foi construído num esforço para conjugar a investigação sobre disposições estéticas e posturas políticas, em seus efeitos de distinção social, com a investigação sobre a formação de disposições morais referentes à autoconfiança e ao lócus de controle como princípio de formação de hierarquias sociais (Souza, 2009).

Metodologia e dados

No Brasil, especialmente, são raras as pesquisas sobre o espaço social das atitudes. Como a definição de estrutura de classes se refere a variáveis mais tangíveis, sua investigação tem sido possível a partir de bases de dados de natureza demográfica. Já a noção de espaço social, embora teoricamente influente sobre cientistas sociais brasileiros, tem tido poucas oportunidades de tratamento operacional a partir de levantamentos empíricos. A pesquisa *Radiografia do Brasil contemporâneo*, realizada entre os anos de 2015 e 2016 pelo Ipea, oferece possibilidades para uma investigação exploratória sobre esse tema. O levantamento qualitativo em larga escala, compreendendo sete regiões metropolitanas brasileiras⁵, traz, para uma subamostra de 304 indivíduos⁶, 17 escalas de atitudes, construídas para a identificação de estilos de vida em regiões com economias de mercado. As escalas variam de -5 (cinco ne-

4. Ver B. Rehbein, (2016).

5. Regiões metropolitanas das cinco macrorregiões brasileiras: Belém (PA), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS).

6. A amostragem não é probabilística, mas intencional, contemplando pessoas residentes em localidades com índices de desenvolvimento humano variados, com o objetivo de abranger amplo espectro de condições sociais nos contextos metropolitanos brasileiros. A amostra reflete aproximadamente a distribuição da população segundo fatores como região, sexo e raça e conta com uma sobre-representação de pessoas com nível superior de ensino, grupo de especial interesse para a pesquisa e que contaria com poucas observações caso se buscasse refletir, na amostra, sua proporção na população. Os resultados devem ser considerados tendo em conta essas questões de validade externa. Embora embasadas em análise exploratória de dados, todas as generalizações nesse contexto são de natureza eminentemente teórica.

gativo) a 5 (cinco positivo) e os valores foram atribuídos, a cada entrevistado, por três pesquisadores diferentes, todos com treinamento em nível de pós-graduação em ciências sociais. Tais atribuições foram feitas com base na leitura completa das entrevistas e tiveram sua consistência checada por coeficientes de correlação intra-classe (ICC), que são apresentados na seção de resultados.

Adicionalmente, a pesquisa traz três escalas que indicam a origem social dos indivíduos. A primeira escala diz respeito ao capital econômico (ICC = 0,87) e procura indicar, a partir das narrativas de trajetória de vida, não apenas a renda como também o patrimônio dos responsáveis e demais residentes nos domicílios dos entrevistados durante sua infância. A segunda escala é similar, porém se referindo aos níveis de capital cultural, incluindo escolarização formal (ICC = 0,89). Por último, há uma escala referente ao ambiente social na infância, que opera simultaneamente aos níveis de capital econômico e cultural, permeando os círculos de convívio social nos âmbitos da família extensa e da comunidade (ICC = 0,81). As escalas variam de 1 (um) a 5 (cinco); o primeiro valor significa acesso muito baixo a recursos materiais e de conhecimento e o valor mais alto, por seu turno, significa amplo acesso a esses mesmos recursos. Computou-se a média aritmética dessas três escalas para produzir um indicador sintético de origem social para cada indivíduo, que também varia de um a cinco, a ser utilizado nesse estudo.

Quanto às classes sociais, um questionário fechado aplicado a cada entrevistado, em conjunto com o protocolo de entrevista, traz informações sobre ocupações e situação de emprego baseadas nos instrumentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitindo operacionalizar o esquema de classificação proposto e validado por Santos (2005b). O esquema se baseia nos seguintes eixos de classificação:

- a.* a contratação – ou a não contratação – de mão de obra e a correlata posse e volume de ativos de capital;
- b.* qualificações escassas;
- c.* exercício de autoridade;
- d.* segmentação rural/urbana; e
- e.* diferenciação entre atividades manuais e não manuais.

A proposta se baseia em uma teoria centrada nos poderes e direitos sobre recursos produtivos como definidores de localizações de classe (Wright, 2005). As três primeiras dimensões mencionadas são diretamente derivadas dessa proposta neo-marxista. As duas últimas procuram dar conta da diversificação interna no inflado

segmento dos autoempregados no Brasil, assim como da precarização que afeta as classes mais populares de maneira geral.

O presente estudo modifica levemente a proposta de Santos (2005 b), ao agregar trabalhadores e empregados qualificados. Os supervisores, que a princípio, fariam parte dessa classe trabalhadora ampliada (Santos, 2005b: 42), foram mantidos como categoria desagregada, dado o comportamento particular que essa classe apresentou no que diz respeito à sua posição no espaço social das atitudes. Presentes em reduzido número na amostra em estudo (cinco casos), os supervisores se aproximam mais das classes médias do que das trabalhadoras, o que pode indicar que esses poucos casos cobrem situações de profissionais com maior poder relativo, por comparação aos supervisores de maneira geral, em termos de qualificações escassas e exercício de autoridade. Inclui-se também uma categoria para os inativos que, a princípio, refere-se estritamente aos trabalhadores excedentes, mas acaba por contemplar situações especialmente precárias e instáveis de atividade laboral. O esquema, assim como a distribuição dos indivíduos pelas classes na amostra são expostas na Tabela 1:

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DAS CLASSES SOCIOECONÔMICAS NA AMOSTRA

Classes socioeconômicas	Frequência	Proporção (%)
Conta própria	5	1.6
Conta própria precário	58	19.1
Empregados domésticos	3	1.0
Empregados especialistas	80	26.3
Especialistas autoempregados	26	8.6
Gerentes	11	3.6
Grandes empregadores	14	4.6
Inativos	14	4.6
Pequenos empregadores	17	5.6
Supervisores	5	1.6
Trabalhadores	54	17.8
Trabalhadores elementares	17	5.6
Total	304	100.0

Fonte: *Radiografia do Brasil contemporâneo*, Ipea, 2016. Elaboração própria.

A análise dos dados é realizada em duas etapas. A primeira consiste em inspecionar as 17 escalas de atitude, no objetivo de identificar se sua distribuição conjunta aponta para a existência de um certo número de dimensões que mapeiem um espaço social das atitudes. Ao elegeo o tratamento das escalas em nível de mensuração de intervalo, as pontuações dos entrevistados foram submetidas a um estudo explo-

ratório simples, mediante Análise de Componentes Principais (PCA). Basicamente, a técnica transpõe a variação conjunta das escalas para uma base de dimensões ortogonais, ou seja, independentes entre si. Essas dimensões ortogonais respondem por proporções distintas da variação das escalas. Essa proporção significa, basicamente, o quanto as escalas de atitude se distribuem naquela direção. Quanto maior essa proporção, mais importante é a dimensão, a princípio.

É importante dizer “a princípio” porque, em aplicações como essa, o significado das dimensões deve ser apreciado por seus méritos interpretativos, acessados por sua correlação com as escalas de atitude originais. Basicamente: aquilo que uma dimensão representa depende de quais atitudes estão mais associadas a ela. Como será visto na próxima seção, os resultados mostram três dimensões principais que, respondendo por 55% da variação total, parecem constituir eixos definidores de um espaço social em termos de autoconfiança produtiva, estilos de vida e enquadramento competitivo.

A segunda etapa da análise tem como objetivo articular o plano das classes sociais ou das atitudes. O caminho escolhido para isso foi o de posicionar as classes socioeconômicas no espaço social. Extraídas as três dimensões principais de interesse substantivo, cada indivíduo na amostra tem uma pontuação nessas dimensões. A pontuação média dos indivíduos de determinada classe socioeconômica pode então ser considerada a coordenada que localiza aquela classe socioeconômica na respectiva dimensão. Com essas coordenadas, é possível construir mapas bidimensionais que dispõem as classes no espaço social. Como são três as dimensões consideradas, são construídos três mapas, dispondo todas as suas combinações, par a par. As classes dos trabalhadores por conta própria, dos empregados domésticos e dos supervisores devem ser consideradas com especial cautela, dado o baixo número de casos com que contam na amostra. No entanto, mantêm-se essas classes desagregadas posto que sua disposição no espaço social parece consistente do ponto de vista interpretativo.

Finalmente, a questão da origem social será incluída na análise de maneira semelhante. Computou-se a média das pontuações nessa escala para todos os indivíduos de cada classe. Essas médias variam entre 1,33 (classe dos inativos) e 3,27 (especialistas autoempregados). Esses valores são considerados em termos de três intervalos. De 0 a 1,99 considera-se uma origem social precária; de 2 a 2,99, origem social mediana; igual ou superior a 3, origem social próspera. As classes com essas condições típicas de origem são representadas, respectivamente, por esferas de cor: azul escura, azul clara e dourada. As pontuações exatas de cada classe social, assim como do total de 304 indivíduos, são apresentadas no Anexo 1.

Discussão dos resultados

As dimensões do espaço social das atitudes

Antes de considerar como as classes sociais se distribuem no espaço social, é preciso firmar a interpretação das três dimensões retidas para estudo⁷. A Tabela 2 mostra os resultados da Análise de Componentes Principais, atendo-se a essas dimensões. As colunas dispõem a associação entre cada dimensão e as atitudes analisadas. As associações que dão base à interpretação de cada dimensão são destacadas. Na última coluna, mostra-se a medida da consistência de cada item de escala⁸. Note-se que as escalas têm um sentido dicotômico. Os sinais ao lado dos nomes indicam quais polos foram representados por valores negativos e quais foram representados por valores positivos.

TABELA 2
AS TRÊS DIMENSÕES PRINCIPAIS OBTIDAS PELA APLICAÇÃO DE ACP

Atitude	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3	Consistência
Insegurança (-) ou autoconfiança (+)	0.3627	0.0490	0.0618	0.67
Coletivismo (-) ou individualismo (+)	-0.1101	0.0286	0.5080	0.43
Heteronomia (-) ou autonomia (+)	0.3466	0.0605	0.1076	0.48
Pessimismo (-) ou otimismo (+)	0.3168	0.0888	-0.0539	0.60
Passividade (-) ou atividade (+)	0.3644	0.0029	0.0360	0.60
Ascetismo (-) ou hedonismo (+)	-0.0200	0.4034	-0.0115	0.61
Idealismo (-) ou pragmatismo (+)	0.0822	-0.2497	0.1434	0.49
Atividade intelectual (-) ou física (+)	-0.2480	-0.1932	-0.1303	0.74
Experimentalismo (-) ou tradicionalismo (+)	-0.0104	-0.4582	-0.0462	0.54
Orientação a família (-) ou a si mesmo (+)	-0.0347	0.3099	0.3807	0.68
Insatisfação (-) ou satisfação (+)	0.3091	0.3091	0.0691	0.79
Orientação a objetivos (-) ou dispersão (+)	-0.3406	0.0547	-0.0925	0.70
Indisciplina (-) ou disciplina (+)	0.3373	-0.1764	-0.0059	0.68
Frac (-) ou forte (+) <i>ethos</i> do trabalho	0.3013	-0.2555	-0.1562	0.64
Meritocracia (-) ou igualitarismo (+)	0.0283	0.3642	-0.4740	0.80
A favor (-) ou contra (+) intervenção estatal	-0.0271	0.0319	0.5209	0.67
Autoritarismo (-) ou libertarismo (+)	0.1245	0.4261	-0.0618	0.86
	Valor próprio	Diferença	Proporção (%)	Cumulativo (%)
Dimensão 1	5.24082	2.71435	30,8	30,8
Dimensão 2	2.52647	0.99768	14,9	45,7
Dimensão 3	1.52879	0.36482	9,0	54,7
Número de observações				304

Fonte: *Radiografia do Brasil contemporâneo*, Ipea, 2016. Elaboração própria.

7. A questão sobre quantas componentes extraídas por PCA importa considerar para a análise não está sujeita a uma resposta unívoca. Há uma indicação geral de se considerar todas as dimensões relacionadas a um valor próprio superior a um. Essa convenção, contudo, deve ser avaliada no contexto de cada aplicação específica, considerando os interesses de pesquisa que envolvem a análise exploratória de dados. Na presente aplicação, a quarta e a quinta componentes apresentaram valores próprios de 1,1639 e 1,0354, respectivamente. Contudo, pela inspeção de sua relação com as escalas originais não se observou nelas qualquer valor interpretativo. As correlações das atitudes com a lista completa de 17 dimensões extraídas pela análise consta no Anexo 2.

8. Como já notado, cada entrevistado foi pontuado nas escalas por três pesquisadores diferentes. Uma medida de correlação foi então utilizada para medir a consistência entre essas atribuições. Valores inferiores a 0.60 (destacados em vermelho na Tabela 2), indicam baixa consistência, devendo o respectivo

item ser considerado com cautela. Nesse estudo, as correlações desses itens com as dimensões principais são eventualmente levadas em conta quando, do ponto de vista interpretativo, se comportam coerentemente com relação a outros itens, mais consistentes.

9. Sobre os efeitos estratégicos objetivos de práticas subjetivamente desinteressadas, ver Bourdieu (1979).

A primeira dimensão se destaca ao responder, sozinha, por quase um terço da variação conjunta de todas as atitudes. Ela identifica o que pode ser chamado de *autoconfiança produtiva*. Está relacionada às sensações de autoconfiança e de autonomia individual. Note-se que, no instrumento de pesquisa adotado, *ethos* do trabalho não se refere ao ascetismo vocacional e sim ao papel da experiência laboral na construção da autoestima. Assim, na dimensão da autoconfiança produtiva, a esfera do trabalho constitui um espaço de autorrealização em que se sustenta uma postura ativa e prospectiva com relação à vida (orientação a objetivos). Essa postura ganha sustentação emocional na satisfação com o estado presente e em expectativa otimista com relação ao futuro. A relevância de uma dimensão como essa em sociedades modernas já foi teoricamente discutida por Souza (2009), com base em uma reconstrução do conceito de dignidade. Por sua vez, Rehbein (2016), explorando versões preliminares dos mesmos dados aqui utilizados, encontrou também indícios sobre a relevância de uma dimensão como essa.

A segunda dimensão identifica um *experimentalismo expressivo*. A forte ênfase na fruição (hedonismo) e os hábitos acentuadamente experimentais de consumo cultural definem uma estilização da vida pautada pela expressão idiossincrática (orientação a si mesmo). A relação negativa com o *ethos* do trabalho, assim como o idealismo, apontam para a busca da realização pessoal e da satisfação em outras esferas de valor, que relevem atividades “desinteressadas”⁹ e menos convencionais. A aproximação de valores igualitários e libertários exprime a inclinação humanista do *ethos* romântico de autorrealização expressiva. Essa dimensão também foi discutida por Souza (2009) e identificada por Rehbein (2016), no mesmo estudo preliminar no contexto dessa pesquisa. Contudo, quanto a esse aspecto, os resultados apresentados aqui sugerem uma diferença sensível de interpretação.

Souza (2009) argumenta que o expressivismo constitui uma dimensão secundária (por relação à dimensão primária da dignidade) de autorrealização das pessoas em sociedades modernas. Em sua construção, a contraface da estilização expressiva da vida constitui, residualmente, uma ausência de expressivismo. Ao adotar essa orientação, Rehbein (2016: 21) entende que essa dimensão opera como patamar hierárquico separando classes médias estabelecidas, familiares a esse tipo de estilização da vida, de outros segmentos sociais intermediários, como a pequena burguesia e os trabalhadores.

Já os resultados apresentados aqui sugerem que a contraface do experimentalismo expressivo não deve ser concebida de maneira residual, configurando antes o que se pode chamar de *convencionalismo pragmático*. A forte ênfase sobre o ascetismo e o pendor a hábitos mais convencionais de consumo cultural (tradicionalismo) não

indicam uma simples ausência de expressão e de estilização da vida, mas sim um tipo de estilização específico, que busca expressar os valores da sobriedade, objetividade, dedicação e compromisso (pragmatismo, orientação à família e *ethos* do trabalho). A orientação potencialmente autoritária e a ênfase na meritocracia coroam um tipo de valorização da agência individual que não vai na direção da autoexpressão idiossincrática, mas, outrossim, reforça o Eu como lócus de controle, ao mesmo tempo em que o ata a projetos de vida convencionais¹⁰. Essa oposição entre uma estilização da vida idiossincrática e outra mais tradicional não opera, contudo, como fronteira hierárquica. O expressivismo parece ser característico apenas a classes intermediárias, especialmente àquelas sobremaneira assentadas sobre altos níveis de qualificações escassas. No entanto, e é isso que se quer frisar aqui, essa dimensão traça mais uma diferenciação horizontal entre classes médias do que uma fronteira hierárquica as separando de classes mais baixas.

Por fim, a terceira dimensão estabelece uma distinção entre *individualismo engajado* e *individualismo radical*. Embora a saliência das atitudes referentes à meritocracia e à intervenção estatal sugira que essa dimensão se refere a orientações ideológicas, esse não é propriamente o caso pois o teor das falas dos entrevistados mostra que é pouco comum, entre eles, a orientação consistente por um quadro programático definido, o que vai ao encontro de resultados obtidos por pesquisas sobre ideologias políticas no Brasil (Ames & Smith, 2010; Carreirão, 2002; Oliveira & Turgeon, 2015; Rennó & Turgeon, 2016). Daí a opção por falar em termos desses diferentes modos de compreender o individual em competição, e não de orientações ideológicas propriamente ditas¹¹.

No individualismo engajado, os projetos de vida individual estão assentados nas relações com outros significativos, tendendo a formar projetos conjuntos (orientação à família). Embora o item coletivismo tenha apresentado pouca consistência, ele indica a prevalência de rotinas de trabalho e práticas de lazer e consumo de caráter coletivo. Além disso, o desempenho individual é concebido sob a ótica de um enquadramento estrutural¹² e se considera o Estado uma instância de mediação das relações de mercado e de criação de redes de proteção social. Já o individualismo radical enfatiza a capacidade de autodeterminação. Não que o envolvimento em laços familiares e comunitários seja negado. É que, embora atravessados por tais laços, os projetos de vida têm como eixo norteador a trajetória individual. O primado da autodeterminação se projeta sobre o mundo como princípio geral, tendendo-se assim a avaliar a extensão das realizações das pessoas pelo critério exclusivo do mérito. O plano factual das ações, em que as redes sociais de apoio (familiares e comunitárias) são sistematicamente mobilizadas, coexiste com o plano ideacional em que o Eu se projeta desembaraçado dessas redes.

10. As pesquisas quantitativas sobre ideologias políticas entre os brasileiros detectam, de maneira geral, baixo nível de consistência ideológica, acompanhado da prevalente tendência a um conservadorismo difuso (Oliveira & Turgeon, 2015). Essa tendência a posicionamentos mais conservadores que não assumem, contudo, a forma de uma orientação ideológica coesa, pode constituir na verdade uma expressão do convencionalismo pragmático que, como será visto adiante, parece ser predominante na maior parte dos segmentos sociais.

11. As modalidades de individualismo podem tornar determinadas ideologias mais pertinentes ou atraentes, mas não se pode esperar uma relação de um para um. Esses padrões atitudinais podem ter afinidade com diferentes plataformas. As circunstâncias históricas mais amplas e o horizonte de opções oferecidas pela esfera política funcionalmente diferenciada definirão o curso concreto dessas afinidades possíveis. O individualismo comunitário, por exemplo, pode se afinar tanto com plataformas de orientação social-

democrática quanto com plataformas autoritárias. Já o individualismo liberal tem afinidade com o liberalismo democrático, mas a rigidez do individualismo econômico torna palatáveis ações repressivas do Estado sobre a sociedade civil.

12. Nessa pesquisa, o igualitarismo não significa a minoração do argumento do mérito individual, mas antes uma modulação específica desse argumento. A definição operacional dessa escala, constante no material de instrução da pesquisa, traz o seguinte: “Todos nós vivemos em uma sociedade em que o valor do mérito individual, através do esforço e do talento, está institucionalizado. Portanto, o que tratamos aqui por igualitarismo não é uma concepção totalmente contraposta a argumentos meritocráticos. Na verdade, a meritocracia não é apenas uma fonte de legitimação da desigualdade, mas também um ideal regulador que pode ser mobilizado para condenar vários tipos de iniquidade. No discurso de uma pessoa, a meritocracia pode surgir sempre para justificar o fato de que uns ganham mais do que outros, têm mais prestígio do que

Como se observa, as três dimensões que compõem o espaço social das atitudes, conforme esse pôde ser observado pelos instrumentos de pesquisa adotados, têm *status* teórico distintos. A primeira relaciona-se diretamente com a economia enquanto esfera de sentido, com o mundo do trabalho e da produção enquanto ambiente de realização da autoconfiança e da dignidade. A segunda refere-se a estilos de vida, dirigindo-se mais diretamente aos hábitos de consumo como meios para a expressão de valores estéticos. A terceira dimensão, por sua vez, tem a ver com a maneira pela qual as pessoas concebem seu engajamento ou desprendimento com relação a redes (familiares, comunitárias e sociais)¹³ de apoio, sobretudo no que se refere ao seu despenho na competição econômica, culminando, assim, em formas diferentes de compreender a ideia de mérito individual.

As classes sociais no espaço social das atitudes

Uma vez identificadas as dimensões que estruturam o espaço social, pode-se investigar a sua relação com a estrutura de classes. Mais especificamente, será averiguada agora a maneira como as classes socioeconômicas se distribuem no espaço social. Como já dito, essas classes são definidas de acordo com o esquema de classificação proposto e validado por Santos (2005b)¹⁴. Para determinar as posições das classes no espaço social, optou-se pela pontuação média em cada dimensão. Note-se que a PCA opera uma transformação de variáveis. As dimensões extraídas são variáveis criadas a partir da distribuição conjunta das escalas de atitude, de modo que a cada indivíduo na base de dados corresponde um valor em cada componente extraído. Ao calcular a pontuação média dos indivíduos de uma classe em determinada dimensão, obtém-se a coordenada que localiza a respectiva classe no espaço social. O Gráfico 1 mostra a disposição das classes no espaço definido pelas duas primeiras dimensões. Como já exposto na seção de metodologia, as três diferentes cores das esferas indicam a pontuação média das classes na escala de origem social.

No que diz respeito à autoconfiança produtiva, as classes sociais parecem estar posicionadas, hierarquicamente, em função dos ativos de capital, dos recursos organizacionais e das qualificações escassas. No topo aparecem os grandes empregadores, classe que se destaca pela posse de ativos. Em seguida, vêm os especialistas autoempregados, com altos níveis de qualificação e grande autonomia. Logo abaixo, gerentes e supervisores, posições de classe centradas no controle sobre recursos organizacionais. A classe dos pequenos empregadores ocupa, no que diz respeito à autoconfiança produtiva, posição bem próxima e, mais abaixo, colocam-se os trabalhadores por conta própria, que são menos capitalizados. Os empregados especialistas compõem a última classe com pontuação média positiva em autoconfiança produtiva. Sua posição pode estar relacionada ao caráter mais intelectual do

GRÁFICO 1
ESPAÇO DA AUTOCONFIANÇA PRODUTIVA E DOS ESTILOS DE VIDA



Fonte: Radiografia do Brasil contemporâneo, Ipea, 2016. Elaboração própria.

trabalho que, ao mesmo tempo, sobreleva a autonomia sobre a própria atividade e reduz a tangibilidade da produção e dos resultados, implicando formas mais flexíveis de controle sobre a produção. Essas características fazem desses trabalhadores assalariados uma classe diferente das demais classes trabalhadoras. Ao analisar o espectro negativo da autoconfiança produtiva, vê-se, primeiramente, os trabalhadores, cuja pontuação não chega a ser destacadamente baixa. Por um lado, a vulnerabilidade nas relações de produção tende a reduzir a autoconfiança e, também, a sensação de autonomia individual vinculadas à atividade produtiva. Por outro lado, contudo, o fato de contar com essas proteções atenua a sensação de fragilidade. Mais abaixo, vêm os trabalhadores elementares, cujas atividades incorporam menores qualificações. Em seguida, empregados domésticos. Na base do espaço social, os trabalhadores por conta própria em situação precária e os inativos. Os primeiros são destituídos de capitais e de recursos organizacionais, além de exercerem atividades vinculadas a baixíssimos níveis de qualificação.

A origem social típica em cada classe é consistente com a hierarquia da autoconfiança produtiva e com a distribuição de poderes entre as classes. As classes definidas por maiores ativos de capital, por mais qualificações escassas e por mais recursos organizacionais são aquelas em que é mais comum a origem privilegiada. Observa-se que as classes dos supervisores, dos pequenos empregadores e dos trabalhadores por conta própria são mais permeáveis socialmente, incluindo um maior número de pessoas com origem social intermediária. O mesmo é verdade no que diz respeito aos trabalhadores. Na base, os membros das classes sociais mais destituídas de recursos produtivos e menos autoconfiantes apresentam, geralmente, origem social precária.

outros etc. Outra pessoa, contudo, pode mobilizar a ideia de meritocracia mais para criticar as desigualdades existentes: questionar a desigualdade de oportunidades, de pontos de partida, denunciar discriminações por gênero ou raça, que imprimem desvantagens a despeito do mérito, enfim. O que chamamos de igualitário comporta essa última vertente do argumento meritocrático, quer dizer, pessoas que mobilizam a meritocracia como argumento de crítica. O que rotulamos de 'meritocracia' corresponde à primeira vertente, mais voltada à legitimação das desigualdades existentes, ou seja, discursos em que a meritocracia surge mais como uma explicação para o atual estado de coisas".

13. Ver, na tabela 2, a associação da terceira dimensão com as escalas de orientação à família, de coletivismo e de apoio à intervenção estatal.

14. A presente aplicação faz duas adaptações da proposta original de Santos (2005b), agregando as categorias trabalhadores e trabalhadores qualificados e incluindo a categoria inativos.

No que diz respeito aos estilos de vida, nota-se a prevalência do convencionalismo pragmático entre classes sociais com os mais diversos níveis de *status* socioeconômico. Observa-se uma classe média expressiva, em que se destacam os especialistas autoempregados e os empregados especialistas. Ambas as classes se definem por um alto investimento em capital cultural e por uma atuação profissional que explora esse recurso incorporado com algum grau de dinamismo, enfatizando valores como a criatividade. Quanto aos pequenos empregadores, deve-se observar que, na amostra, essa classe social conta com grande presença de pessoas com formação superior e mesmo com pós-graduação em suas áreas de atuação no mercado, o que pode, em semelhança às classes já mencionadas, favorecer um tipo de estilização da vida mais pautado pela expressão idiossincrática. A classe dos gerentes também é muito marcada pela formação superior e mesmo pela pós-graduação, mas aqui, a ocupação de elevada posição na cadeia de comando de burocracias empresariais mantém mais afinidade com a estilização convencional pragmática, visando à expressão dos valores de sobriedade, comprometimento e objetividade. Esse tipo de estilização da vida também se mostra mais afim a outras classes médias (supervisores e trabalhadores por conta própria) e, também, à classe dos grandes empregadores.

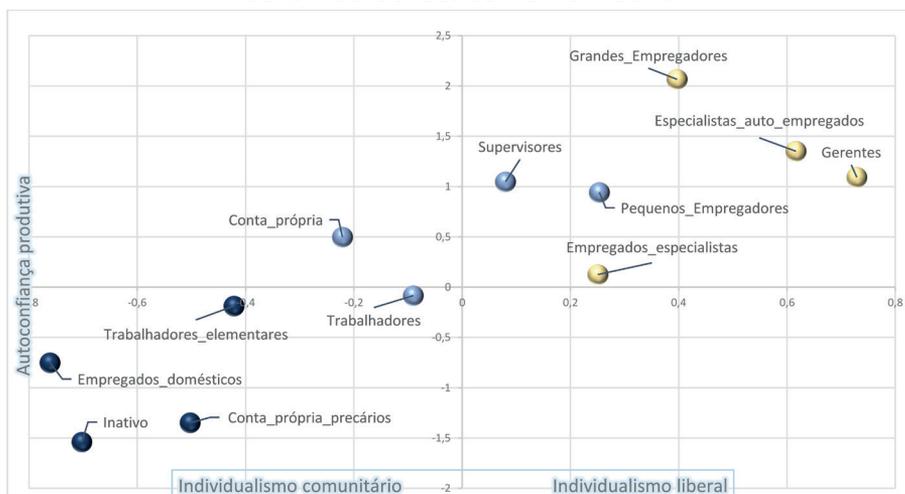
Se é verdade que, entre classes médias e altas, o convencionalismo pragmático performa valores como sobriedade, comprometimento e objetividade, isso não deve ser menos verdade para as classes trabalhadoras e populares. No entanto, situações de classe tão distintas devem ter implicações. Sem a concomitância com o exercício de autoridade no mundo do trabalho, o convencionalismo pragmático pode estar relacionado, entre as classes mais populares, a certo senso de objetividade perante à vida, que se impõe àqueles cuja luta econômica pela existência não pode ser dada por vencida. Por outro lado, o convencionalismo pragmático pode expressar também valores lúdicos e estéticos que não buscam referência a uma esfera de sentido francamente diferenciada.

Com efeito, Max Weber (1982) destaca a ideia de que a esfera estética, enquanto funcionalmente diferenciada, opera com um tipo de argumento transcendente, sob a ótica de um antagonismo com o domínio “mundano”, de maneira geral representado como o império das necessidades. As escalas de hedonismo e, especialmente, de experimentalismo utilizadas no instrumento estão fortemente orientadas por essa ideia de experiência estética e, por consequência, o experimentalismo expressivo captado pela redução dimensional. Sugere-se que, com isso, o convencionalismo pragmático capte também valores estéticos que não contam com essa mesma orientação intelectualista mas que, antes, são dirigidos por sensibilidades que valorizam uma “ritualística mundana” (Farias, 2016), pautada não pelo antago-

nismo entre espírito e necessidade, mas por um tipo de transfiguração do imanente que ocorre quando se soergue a própria satisfação das necessidades ao *status* existencial de uma celebração. Para esse tipo de sensibilidade, a fruição estética não ocorre para além do reino das necessidades, mas está vinculada a ele. Dada a orientação teórica das escalas utilizadas nessa pesquisa, tal sensibilidade estética ficaria subsumida no convencionalismo pragmático, por oposição ao experimentalismo expressivo, que é intelectualista.

O Gráfico 2 mostra a disposição das classes socioeconômicas no espaço social, considerando a autoconfiança produtiva como eixo vertical e a modalidades de individualismo como eixo horizontal.

GRÁFICO 2
ESPAÇO DA AUTOCONFIANÇA PRODUTIVA
E DAS MODALIDADES DE INDIVIDUALISMO



Fonte: Radiografia do Brasil contemporâneo, Ipea, 2016. Elaboração própria.

A distribuição das classes pelo quadrante inferior esquerdo e pelo superior direito mostra um padrão muito nítido. O individualismo liberal é mais comum entre as classes com melhores condições socioeconômicas, em que é maior a autoconfiança produtiva. Já o individualismo comunitário é a marca das classes menos favorecidas¹⁵. É sintomático que as classes dos gerentes e dos especialistas autoempregados sejam as de mais destacado individualismo liberal. As duas estão calcadas em altos níveis de qualificações escassas e no controle sobre os recursos organizacionais. A situação, em ambas, é marcada não apenas pelo alto investimento em credenciais, como também pelo exercício de funções estritamente dependentes dos conhecimentos práticos e do *status* profissional vinculados a essas credenciais. Ao ocupar

15. É importante notar que a distribuição das classes nos gráficos não pode ser interpretada em termos de correlação entre as dimensões que definem o espaço social. As dimensões, extraídas por PCA, são, por definição, ortogonais, independentes entre si. O que os gráficos mostram é como as classes se posicionam, simultaneamente, em pares dessas dimensões independentes.

posições relacionadas a uma trajetória de grandes investimentos materiais, afetivos e cognitivos, em ambientes institucionais altamente competitivos, torna-se forte o sentimento de autorrealização individual, além da tendência, autolegitimadora, de acreditar, sobretudo, na virtude das regras do jogo que venceram. Com isso, o jogo da competição no mundo do trabalho tende a ser visto como depurado de suas contradições e ambiguidades, como encerrando, exclusivamente, um conjunto de mecanismos, transparentes e justos, de distribuição de sanções e de recompensas econômicas.

É notável que esse tipo de individualismo não seja tão radical entre os empregadores. Pode ser que a condição de propriamente capitalista ou de pequeno capitalista imponha uma visão mais realista sobre a natureza das relações de competição no mundo do trabalho. Talvez por estarem à frente da, por assim dizer, *realpolitik* do mercado, esses indivíduos estejam menos inclinados a acreditar em uma visão desse mesmo mercado que seja por demais depurada de aspectos que, objetivamente, o caracterizam. Claro que gerentes e especialistas também tomam a frente em decisões estratégicas, mas suas trajetórias estão alicerçadas, antes de tudo, em ambientes de competição altamente regulada mediante dispositivos de mensuração explícita de desempenho: da graduação à pós-graduação, daí ao ambiente dos exames e das avaliações no trabalho. Tudo isso favorece uma ideia de desempenho muito mais estritamente vinculada às competências do indivíduo. O individualismo radical dessas classes teria a ver então com o próprio destaque das competências técnicas na estruturação dessas posições. A posição de classe do capitalista, por sua vez, talvez tenda a deixar mais claro, para o indivíduo, o quanto e como o desempenho econômico efetivo depende, além de competências, também de contingências.

No que diz respeito à origem social, é visível que a crença na autodeterminação radical é mais intensa nas classes com origem social caracteristicamente mais privilegiada, ou seja, justamente entre aqueles que contaram com maior apoio de suas famílias e redes sociais ao longo de suas trajetórias econômicas. Nas entrevistas que compõem a base de dados aqui utilizada, há um padrão narrativo recorrente em entrevistas com pessoas de classes como especialistas autoempregados, gerentes e empregadores. Imediatamente após descreverem o papel crucial exercido, em suas carreiras, pelo acesso a uma rede por onde circulam cuidados e recursos (a herança, um parente colateral que facilitou a entrada em uma empresa ou um sogro que abriu as portas de um influente escritório de advocacia), os entrevistados são capazes de, sem o uso de quaisquer conectores adversativos, afirmarem que os sucessos de suas carreiras são devidos exclusivamente ao seu empenho individual. Isso não ocorre de má fé articulada por parte dessas pessoas, e sim porque as redes de apoio atuam exatamente no sentido de garantir uma

posição de classe que incute as sensações de autonomia e de autodeterminação radical. Ao concorrerem para carreiras nessas classes sociais e ao investirem na produção de uma narrativa de conquista individual, as famílias e as redes mais extensas de cuidado e suporte criam as próprias condições para o “esquecimento” de seu papel decisivo.

No espectro do individualismo engajado, a classe econômica dos trabalhadores é a que ocupa posição mais moderada. Algo do que se disse sobre especialistas e gerentes pode se aplicar, de maneira muito mais atenuada, aos membros dessa classe. Suas posições estão relacionadas à qualificação técnica, ainda que de nível médio e não superior. Isso fortalece a diligência coordenada entre sistema escolar e mundo do trabalho, da percepção de um forte vínculo entre realizações econômicas e desempenho individual. Por outro lado, o trabalho tende a se concentrar em atividades de rotina realizadas em equipe, fortalecendo, sobretudo, o coletivismo. No caso dos trabalhadores elementares, esta última tendência se intensifica enquanto a primeira arrefece, ditando um padrão mais acentuado de individualismo engajado. Por sua vez, os trabalhadores por conta própria precários, os empregados domésticos e os inativos, por sua situação especialmente frágil quanto à posse de recursos produtivos, tendem a não alimentar um sentido particularmente forte de autodeterminação individual a partir da esfera econômica.

Algo que se depreende de algumas narrativas de membros dessas últimas classes é uma certa tensão entre a fraca sensação de terem capacidade de autodeterminação e, ao mesmo tempo, uma tendência à autorresponsabilização pela situação socioeconômica. Há uma fraca sensação, entre essas pessoas, de que elas poderiam alterar o curso de suas próprias vidas, ao mesmo tempo em que há um sentimento de culpa por não a terem alterado. Esse sentimento de culpa costuma estar vinculado a estigmas sobre a pobreza, como a falta de competência – especialmente intelectual – e a dependência com relação ao Estado, no caso de beneficiários de auxílios sociais ou proteções sociais como pensões. Essa mistura entre os sentimentos de impotência e de culpa assume, por vezes, a forma de uma revolta difusa.

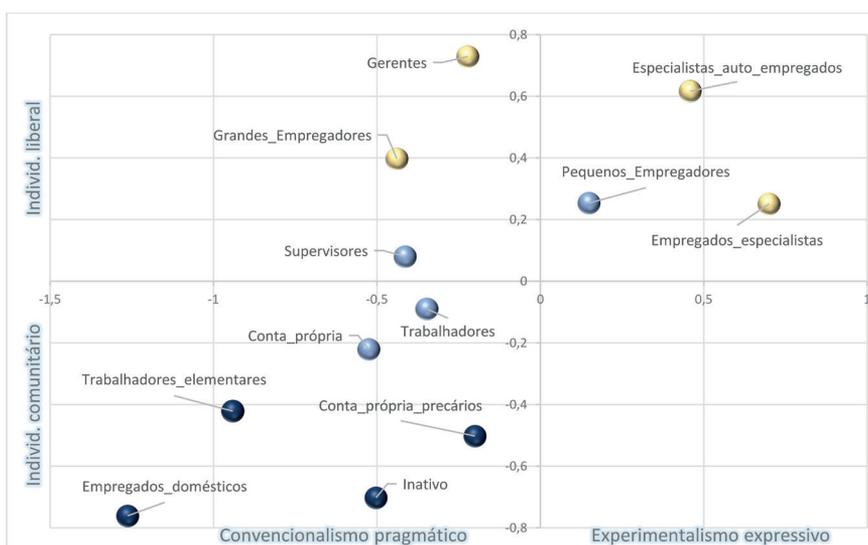
Por fim, os trabalhadores por conta própria encerram um caso especial. Trata-se da única classe econômica que combina autoconfiança produtiva com individualismo engajado. Para eles, a inserção enérgica no mercado como via de emancipação parece ser tal que passa a não incutir fortemente autoconcepções egoicas. Antes, pode-se pensar que, comumente, essa empreitada lança suas condições em redes de apoio mútuo, quer familiares, quer mais ampliadas, que não operam apenas como suporte, mas que são, antes, constitutivas da própria empreitada, como no caso arquetípico do empreendimento familiar. Assim, as conquistas não se projetam

no plano simbólico de uma realização individualíssima, de uma autodeterminação radical, mas sim no plano de uma trajetória cooperada de vida.

No que diz respeito à origem social, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores se destacam como únicas classes com origem social tipicamente intermediária que se situam no espectro do individualismo engajado. Além deles, as classes com origem menos favorecida manifestam fortemente esse tipo de individualismo. Diferentemente das condições mais privilegiadas de origem, que permitem simplesmente tomar o engajamento em redes de apoio como pressuposto e projetar sobre o mundo uma representação de si mesmo como um Eu desembaraçado desses laços, as condições de origem mais desfavorecidas explicitam tais laços, quer pela necessidade sistemática de afirmá-los, de fortalecê-los ou de recompô-los, quer pelas ausências que se impõem.

O Gráfico 3 mostra as posições das classes no espaço social definido pelas dimensões do estilo de vida e das modalidades de individualismo.

GRÁFICO 3
ESPAÇO DAS MODALIDADES
DE INDIVIDUALISMO E DOS ESTILOS DE VIDA



Fonte: Radiografia do Brasil contemporâneo, Ipea, 2016. Elaboração própria.

A rigor, o gráfico não traz informações novas, já que ambas as dimensões já foram abordadas, mas permite melhor visão da sua distribuição conjunta. Fica clara a existência de dois segmentos de classes médias e altas, ambos com uma orienta-

ção individualista radical, porém distintos em termos de estilos de vida: uma mais expressiva idiossincrática, outra mais convencional pragmática. De outro lado, as classes trabalhadoras e populares tendem, simultaneamente, ao individualismo comunitário e ao convencionalismo pragmático. O experimentalismo expressivo não funciona propriamente como fronteira hierárquica no espaço social, constituindo antes um traço distintivo de classes médias e médias-altas com forte investimento em qualificações escassas. Por sua vez, às classes trabalhadoras e populares, o convencionalismo pragmático parece estar sempre em afinidade com o individualismo engajado, do que se pode depreender uma visão global de mundo especialmente realista. A ideia de um indivíduo plenamente autodeterminado tem menos apelo que a percepção da sua imersão em laços de dependência mútua. O ideal de uma expressão idiossincrática e transcendente atrai menos que o de uma fruição estética que segue o pulso da vida comum e mundana.

Conclusão

Os resultados desse trabalho confirmam que uma dimensão fundamental, referente à distribuição de autoconfiança produtiva, hierarquiza fortemente a sociedade brasileira. Por outro lado, essa hierarquia parece ter relação discernível com posições de classe definidas em termos de poderes e direitos sobre ativos de capital, de qualificações escassas e de poderes organizacionais (Santos, 2005b), coadunando-se com reflexões mais canônicas sobre classes sociais (Wright, 2009). À estrutura de distribuição de direitos e poderes sobre recursos produtivos, relaciona-se uma estruturação hierárquica da dignidade, compreendida não no sentido normativo, como atributo inerentemente humano, mas no sentido sociológico empírico, como classificação social baseada na distribuição objetiva de capacidades e de atribuições de estima (Souza, 2009). Mais que uma mera repercussão subjetiva da desigualdade entre as classes, a distribuição da autoconfiança produtiva deve ser compreendida como algo a reproduzir essa desigualdade, dado o seu potencial de operar como fator de legitimação e de acomodação. Por outro lado, contudo, embora haja essa reprodução, há também contingência na relação entre o plano das posições de classe e o plano das atitudes. A autoconfiança produtiva encontra-se, ainda que relativamente menos, em segmentos de classes trabalhadoras e populares. Nesse sentido, ela pode operar como disposição para a transformação, como impulso para a inserção produtiva. Há de se lembrar também dos limites na validade externa do levantamento utilizado nesse estudo. Embora se possa assumir que os dados permitem traçar uma imagem verossímil do espaço social de regiões metropolitanas brasileiras, uma amostra estatisticamente representativa e de maior tamanho tenderia a apurar a imagem das classes trabalhadoras e populares, além de permitir exercícios com maiores desagregações, que talvez revelariam segmentos de classes populares com maior autoconfiança produtiva.

Referências

- AMES, B.; SMITH, A. E. Knowing left from right: ideological identification in Brazil, 2002-2006. *Journal of Politics in Latin America*, v. 2, n. 3, p. 3-38, Dez. 2010.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- . *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- CARREIRÃO, Y. DE S. Identificação ideológica e voto para presidente. *Opinião Pública*, v. 8, n. 1, 2002.
- CARVALHAES, F. A. de O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 3, p. 673-703, Dez. 2015.
- CLARK, T. N.; LIPSET, S. M.; REMPEL, M. The declining political significance of social class. *International Sociology*, v. 8, n. 3, p. 293-316, Set. 1993.
- FARIAS, E. S. DE. Transitividades nos circuitos e cenários das festas espetáculos populares. *Latitude*, v. 10, n. 1, Set. 2016.
- FERREIRA, M. C. Permeável, *ma non troppo*: a mobilidade social em setores de elites, Brasil-1996. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, p. 141-160, 2001.
- GOLDTHORPE, J. H. *The economic basis of social class*. London: London School of Economics and Political Science, 2004.
- GRUSKY, D. B.; SØRENSEN, J. B. Can class analysis be salvaged? *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 5, p. 1187-1234, Mar. 1998.
- HOUT, M.; BROOKS, C.; MANZA, J. The persistent of classes in post-industrial societies. *International Sociology*, v. 8, n. 3, p. 259-277, Set. 1993.
- OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, v. 21, n. 3, 2015.
- RENNÓ, L.; TURGEON, M. A Psicologia política das classes sociais no brasil: atributos das atitudes políticas por estratificação e mobilidade social. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 59, n. 1, p. 11-52, Mar. 2016.
- REHBEIN, B. *Classes and milieus in contemporary Brazil*. Washington; Brasília: BID Report; Ipea, 2016.

RIBEIRO, C. A. C. Class, race, and social mobility in Brazil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.

SANTOS, J. A. F. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 1, 2005a.

———. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005b.

SCALON, M. C. Mapeando estratos: critérios para escolha de uma classificação. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 41, n. 2, p. 337-375, 1998.

SOUZA, J. A. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

WRIGHT, E. O. Understanding class: towards an integrated analytical approach. *New Left Review*, v. 60, p. 101-116, Nov./Dec. 2009.

———. *Approaches to class analysis*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2005.

ANEXO 1
 CLASSES SOCIAIS E SUAS PONTUAÇÕES MÉDIAS
 NA ESCALA DE ORIGEM SOCIAL

Classe social	Frequência	Média em origem social
Conta própria	5	2.13
Conta própria precário	58	1.69
Empregados domésticos	3	1.67
Empregados especialistas	80	3.13
Especialistas autoempregados	26	3.27
Gerentes	11	3.17
Grandes empregadores	14	3.05
Inativo	14	1.33
Pequenos empregadores	17	2.98
Supervisores	5	2.33
Trabalhadores	54	2.23
Trabalhadores elementares	17	1.93
Total	304	2.50

ANEXO 2
 RESULTADOS PARA TODAS AS DIMENSÕES
 DA ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS (ACP)

Atitude	Cop1	Cop2	Cop3	Cop4	Cop5	Cop6	Cop7	Cop8	Cop9
Insegurança (-) ou autoconfiança (+)	0.36	0.05	0.06	0.04	0.02	0.02	-0.03	-0.13	-0.15
Coletivismo (-) ou individualismo (+)	-0.11	0.03	0.51	-0.37	0.39	0.06	0.38	-0.17	-0.23
Heteronomia (-) ou autonomia (+)	0.35	0.06	0.11	0.17	0.18	-0.07	-0.15	-0.26	0.07
Pessimismo (-) ou otimismo (+)	0.32	0.09	-0.05	0.12	0.00	0.30	0.50	0.14	0.08
Passividade (-) ou atividade (+)	0.36	0.00	0.04	0.20	0.16	-0.02	-0.16	-0.23	-0.09
Ascetismo (-) ou hedonismo (+)	-0.02	0.40	-0.01	0.45	0.10	0.28	-0.27	-0.05	-0.41
Idealismo (-) ou pragmatismo (+)	0.08	-0.25	0.14	0.42	0.36	-0.52	0.19	0.42	-0.17
Atividade intelectual (-) ou física (+)	-0.25	-0.19	-0.13	0.40	0.23	0.11	0.32	-0.35	0.24
Experimentalismo (-) ou tradicionalismo (+)	-0.01	-0.46	-0.05	-0.11	0.28	0.18	-0.27	0.23	-0.04
Orientação a família (-) ou a si mesmo (+)	-0.03	0.31	0.38	-0.05	0.39	0.19	-0.33	0.28	0.51
Insatisfação (-) ou satisfação (+)	0.31	0.05	0.07	0.05	-0.17	0.42	0.32	0.37	0.06
Orientação a objetivos (-) ou dispersão (+)	-0.34	0.05	-0.09	0.24	0.09	0.10	0.09	-0.06	0.34
Indisciplina (-) ou disciplina (+)	0.34	-0.18	-0.01	-0.17	-0.08	-0.15	-0.07	0.03	0.21
Fraco (-) ou forte (+) <i>ethos</i> do trabalho	0.30	-0.26	-0.16	0.01	0.11	0.06	-0.07	-0.26	0.36
Meritocracia (-) ou igualitarismo (+)	0.03	0.36	-0.47	-0.04	0.14	-0.25	0.04	0.34	0.13
A favor (-) ou contra (+) intervenção estatal	-0.03	0.03	0.52	0.31	-0.51	-0.25	-0.02	0.02	0.25
Autoritarismo (-) ou liberalismo (+)	0.12	0.43	-0.06	-0.20	0.14	-0.37	0.21	-0.25	0.13

Atitude	Cop10	Cop11	Cop12	Cop13	Cop14	Cop15	Cop16	Cop17
Insegurança (-) ou autoconfiança (+)	0.27	-0.31	-0.19	0.17	0.61	0.36	0.29	-0.05
Coletivismo (-) ou individualismo (+)	0.10	0.05	0.24	0.29	-0.19	0.18	0.01	0.02
Heteronomia (-) ou autonomia (+)	0.24	-0.20	-0.15	0.28	-0.23	-0.46	-0.30	-0.38
Pessimismo (-) ou otimismo (+)	0.08	-0.13	0.21	-0.42	0.06	0.16	-0.46	-0.14
Passividade (-) ou atividade (+)	0.01	-0.21	0.18	-0.24	-0.33	-0.02	0.16	0.67
Ascetismo (-) ou hedonismo (+)	-0.07	0.46	0.15	0.13	0.07	0.14	-0.13	-0.06
Idealismo (-) ou pragmatismo (+)	-0.18	0.07	-0.20	-0.02	0.00	0.09	-0.01	-0.03
Atividade intelectual (-) ou física (+)	-0.08	0.01	0.31	0.06	0.31	-0.31	0.27	-0.02
Experimentalismo (-) ou tradicionalismo (+)	0.61	0.30	0.12	-0.20	0.10	-0.10	0.00	0.01
Orientação a família (-) ou a si mesmo (+)	-0.22	-0.13	0.01	-0.15	0.16	-0.02	0.08	-0.03
Insatisfação (-) ou satisfação (+)	0.02	0.23	-0.26	0.28	-0.14	-0.28	0.37	0.15
Orientação a objetivos (-) ou dispersão (+)	0.31	-0.03	-0.40	0.26	-0.09	0.30	-0.32	0.38
Indisciplina (-) ou disciplina (+)	-0.23	0.25	0.27	0.40	0.35	-0.05	-0.41	0.33
Fraco (-) ou forte (+) <i>ethos</i> do trabalho	-0.17	0.30	-0.03	0.02	-0.31	0.49	0.20	-0.31
Meritocracia (-) ou igualitarismo (+)	0.25	-0.14	0.43	0.28	-0.16	0.09	0.18	-0.06
A favor (-) ou contra (+) intervenção estatal	0.33	0.13	0.29	-0.04	-0.06	0.10	0.10	-0.06
Autoritarismo (-) ou liberalismo (+)	0.18	0.48	-0.24	-0.32	0.16	-0.16	0.07	0.09



La inseguridad como problema público desde un barrio del conurbano bonaerense*

Recibido: 02.10.17

Aprovado: 14.05.18

María Cecilia Ferraudi Curto**

Resumen: En este artículo, me propongo analizar cómo la cuestión de la inseguridad ha emergido como problema público desde un barrio periférico de Buenos Aires. Si los análisis académicos suelen destacar la centralidad de los medios de comunicación en la construcción de la cuestión y ciertos rasgos peculiares de las víctimas reconocidas como legítimas, aquí me interesa explorar el trabajo colectivo por ser incorporado en ese canon (y desafiar sus límites). Para ello, seguiré la articulación colectiva de tres lenguajes de movilización: uno asociado a la figura de la víctima, otro heredado de las manifestaciones populares y un tercero vinculado a mediaciones tecnológicas recientes.

Palabras clave: Inseguridad. Problema público. Barrio. Gran Buenos Aires.

Insecurity as a public problem from a neighborhood in the Buenos Aires suburbs

Abstract: *In this paper, I pretend to analyze how insecurity has emerged as a public problem in a peripheral neighborhood of Buenos Aires. While academic researches usually emphasize the role of media in the construction of insecurity and the specific features of victims recognized as legitimate, here I am interested in exploring the collective work of being included in the canon (and challenge its limits). In order to achieve my goals, I will focus on the collective articulation of three languages of mobilization: one linked to the image of the victim, another one inherited from popular protests and a third one connected to current technological devices.*

Key words: *Insecurity. Public issue. Neighborhood. Great Buenos Aires.*

Introducción

A l charlar con diferentes habitantes de Villa Constructora¹ hoy, el tema de la “inseguridad” en el barrio suele aparecer como una preocupación central. Muchos refieren algún acontecimiento cercano para dar cuenta del fenómeno (ya sean robos o violencia callejera). Ante mi interés, todos evocan “las muertes” ocurridas en 2013. Algunos hablan de cinco, otros de seis o siete, pero todos resaltan que “salieron en todos los medios” como amonestación a mi pretendido desconocimiento. Aquí me propongo analizar cómo la cuestión de la inseguridad ha emergido como problema público desde este barrio del conurbano bonaerense.

* Esta investigación ha sido financiada con un subsidio de la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica, PICT 2013-1572. Versiones previas de este artículo han sido discutidas en un GT coordinado por Gabriel Nardacchione y Ornela Boix, y en un grupo de estudios coordinado por Brenda Focás y quien suscribe. También recibí la lectura generosa de Débora Gorbán y de evaluadores por parte de la revista. Agradezco a todos ellos por sus comentarios.

** María Cecilia Ferraudi Curto es doctora en ciencias sociales (Instituto de Desarrollo Económico y Social – Universidad Nacional de General Sarmiento). Investigadora adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Docente Instituto de Altos Estudios Sociales – Universidad Nacional de San Martín, San Martín, Argentina. <mceciliafc@hotmail.com>.

1. Aunque he preservado la confidencialidad de los testimonios etnográficos

modificando el nombre de mis interlocutores, he respetado el nombre original del barrio, de las víctimas y de sus familiares porque son figuras públicas y refiero a notas periodísticas donde son mencionados.

En principio, esta pregunta podría resultar banal. Dos argumentos son usados para anular-la. Para algunos, dichas muertes ya explicarían el problema. Se trataría de una cuestión objetiva. Aquí intentaré mostrar que la misma constitución de la serie como “ola” requirió trabajos de interpretación de los hechos, de coordinación de las acciones colectivas y de legitimación pública del reclamo. En este proceso, no sólo la categoría de familiar sino especialmente la categoría de barrio fue central para la movilización.

Otros, aún reconociendo la dimensión subjetiva del problema, podrían considerar superflua la pregunta porque la cuestión de la inseguridad ya está instalada en Argentina desde hace tiempo. De hecho, las movilizaciones masivas encabezadas por el padre de Axel Blumberg luego de su secuestro y asesinato en 2004 resultaron claves en la reconfiguración del campo de conflictividad social posterior a la crisis de diciembre de 2001 (Calzado, 2006; 2015; Martínez, 2005; Murillo, 2008). A la vez, las noticias policiales han adquirido creciente protagonismo en los medios de comunicación desde fines de los noventa: se desplazaron de la prensa sensacionalista a la de mayor tirada y fueron rotuladas como “inseguridad” a inicios de siglo (Focás, 2013). Aquí, la cuestión radica en la escala de análisis: los procesos locales resultan reducidos por una explicación generalista (que olvida su propia localización). Como señala Kessler (2009), la inseguridad tomó centralidad como problema público en Argentina cuando afectó a los varones de clase media y alta si bien mucho antes los barrios populares ya mostraban tasas altas de delito y violencia callejera. A la vez, Kessler da cuenta de concepciones de la inseguridad diferentes según las clases sociales y las “culturas locales”. Dentro de este marco, los agentes locales periféricos enfrentan un desafío mayúsculo para amplificar sus voces para ser objeto de políticas específicas. Si los análisis académicos suelen destacar la centralidad de los medios en la construcción de la cuestión y ciertos rasgos peculiares de las víctimas reconocidas como legítimas, aquí me interesa explorar el trabajo colectivo por ser incorporado en ese canon (y desafiar sus límites). Para ello, seguiré la articulación colectiva de tres lenguajes de movilización: uno asociado a la figura de la víctima, otro heredado de las manifestaciones populares y un tercero vinculado a las mediaciones tecnológicas recientes.

En este sentido, esta investigación se inscribe dentro de un amplio campo bibliográfico que apunta a enriquecer las visiones más amplias sobre la “cultura del control” (Garland, 2005), a partir de analizar empíricamente experiencias y concepciones específicas sobre el riesgo, el crimen y la inseguridad en diferentes latitudes, atendiendo a la relación entre malestar privado y problema público (Hope y Sparks, 2000). Dentro de Argentina, mi intento de relativizar la perspectiva dominante ha consistido en centrar la mirada en la periferia. Puntualmente, aquí me pregunto:

¿cómo se configura el reclamo por inseguridad en un barrio del conurbano bonaerense?, ¿cómo se legitima públicamente? En este artículo, recurro al análisis etnográfico y a las fuentes periodísticas para construir mi argumento².

Un típico barrio del conurbano

Mi investigación se desarrolla en el municipio de La Matanza. Se trata del distrito más extenso y poblado del conurbano bonaerense, situado al oeste de la Capital Federal argentina. Su configuración actual puede entenderse como sedimentación de un pasado industrial. Luego de su apogeo a mediados del siglo XX, ha sufrido un fuerte deterioro en las últimas décadas (y cierta reactivación post-2001). Si bien suele ser caracterizado por la pobreza, La Matanza es un distrito socialmente heterogéneo en el que se distinguen tres zonas según su distancia relativa de la Capital (Molina Derteano, Dávalos y Diú, 2014). Villa Constructora está situado en el límite entre la primera zona y la segunda, en la localidad de San Justo (cabecera del distrito). En ese sentido, esta investigación intenta horadar una imagen simplificada del conurbano bonaerense, que resalta la polarización social centrando la atención en villas o *countries* (Carman, 2015). Aquí se trata de observar un fragmento invisibilizado comprendido en esa amplia franja intermedia.

En términos políticos, el municipio ha sido gobernado por el Partido Justicialista (PJ) desde el retorno de la democracia en 1983. Pero la continuidad del PJ en el poder municipal no debe opacar ni los conflictos entre diferentes fracciones partidarias a lo largo del tiempo ni la existencia de alternativas políticas populares más o menos distantes del mismo según las coyunturas históricas (Rocca Rivarola, 2006). En 2013, la intendencia estaba a cargo de Fernando Espinoza, heredero de Alberto Balestrini en el distrito. Aunque la situación del intendente se había debilitado desde que Balestrini sufriera un ACV en 2010, una relación aceiteada con el gobierno nacional contribuía a sostener una gestión continuamente comprometida por múltiples focos de conflicto social. La Matanza suele ser considerada como territorio electoral clave para el gobierno nacional kirchnerista (2003-2015), y suele ser elegida como lugar de cierre de las campañas. A la vez, es vista como terreno privilegiado para los desafíos políticos dada la complejidad de su situación social y la escasez de recursos propios. Como decía un funcionario, vivían “apagando incendios”.

Dentro de este contexto, me centro en un barrio de la cabecera distrital lindante con una villa recientemente urbanizada³. En la página web local⁴, el mismo es presentado como un “típico barrio del conurbano bonaerense” de “casas bajas, algunas muy antiguas, árboles y espacios verdes”. En su descripción, se suele resaltar la antigüedad del poblamiento así como los orígenes inmigrantes de sus habitantes:

2. El trabajo de campo se desarrolló entre octubre de 2013 y diciembre de 2016, con posterioridad a las movilizaciones. Comprendió visitas regulares a diferentes habitantes del barrio, observación de eventos (misas en conmemoración, marchas, mateadas en la plaza, toma del colegio barrial, etc.), entrevistas y charlas informales con habitantes y comerciantes, y seguimiento de diferentes grupos de Facebook. Para este artículo, consulté también la prensa local y nacional de los meses de abril, mayo y junio de 2013.

3. En Argentina, el término “villa” es usado para referir a los barrios informales, conocidos como “favelas” en Brasil o “callampas” en Chile. A diferencia de estos países, sin embargo, el mismo término forma parte de la denominación de barrios formales alejados del centro, como Villa Constructora.

4. Consulte <www.villaconstructora.com.ar>. Consultado en Mayo 2015.

“italianos, españoles, portugueses, franceses, polacos, eslovenos, árabes y turcos, quienes junto a provincianos argentinos, empezaron la tarea de concebir un barrio” a partir del loteo de una serie de quintas desde la década de 1920. Es decir, a la vez que aparecen las dos grandes olas migratorias de Buenos Aires, se agiganta el peso de la inmigración europea (usualmente asociada a la formación de la clase media). Más aún, se subraya la larga historia desde la llegada de los primeros pobladores y un horizonte de progreso basado en el trabajo. Según se explica allí, su nombre está asociado a esos inicios de “crecimiento febril”: Villa Constructora. En definitiva, los habitantes de Villa Constructora no pueden ser catalogados fácilmente como “clases medias” o “clases populares”. Más bien, se trata de posiciones más o menos heterogéneas atravesadas por una situación de inestabilidad que se reconocen en la idea de barrio constituido positivamente en relación a los valores de la antigüedad, de la inmigración, del trabajo y de la buena convivencia, y negativamente por diferenciación (relativa) de la villa lindante (de allí el desafío que la urbanización implicaba). Ante este contexto, este artículo intenta seguir dos preguntas: ¿cómo se configura el reclamo por inseguridad en este “típico barrio del conurbano”?, ¿cómo se legitima públicamente?

Un grupo de amigos

Quienes empezaron a organizar las movilizaciones en Villa Constructora se definen como “un grupo de amigos”: cuatro parejas de alrededor de 35 años de edad que en su mayoría habían crecido en el barrio y allí continuaban criando a sus hijos, que se conocían desde chicos y solían reunirse semanalmente a comer un asado. Un día cancelaron su encuentro porque en la madrugada habían matado a un vecino al intentar robarle el auto, a la vuelta de la casa de uno de ellos. La noticia fue tapa de *Clarín* (el diario de mayor tirada en Argentina): “Fue padre hace 22 días y ayer lo asesinaron”. Como señalaban los periódicos entonces, se trataba de un “joven de 29 años” que trabajaba como “repartidor de frutas” y acababa de ser padre. Diego fue al velatorio junto con su hermano. Allí se encontró con Roberto, otro de los integrantes del grupo. “Esto no da para más. Tenemos que hacer algo”. Mientras tanto, la esposa de Roberto miraba las fotos del muchacho fallecido por Facebook. “Sin saber lo que ellos estaban hablando, también pensaba qué podíamos hacer”.

Según dicen, ninguno tenía experiencia política previa. Diego trabajaba en una fábrica de plásticos, donde se había incorporado hacía poco y esperaba la efectivización. Natalia, su mujer, se ocupaba de la casa y vendía *souvenirs*. Tenían dos hijos adolescentes. El mayor trabajaba en la carpintería de Roberto. El negocio estaba debajo de su casa, en el terreno de sus suegros. Él se había casado un año antes con Micaela, aunque se conocían de toda la vida. Tenían una beba de pocos meses cuando fue

la muerte de Nicolás. Ella, además, tenía una hija adolescente. En consonancia con Natalia, Micaela hacía *catering* para cumpleaños.

Luego de hablar entre ellos, decidieron organizar una marcha para reclamar por la “inseguridad en el barrio”. La primera tarea fue buscar el “acompañamiento de los familiares” de Nicolás Rodríguez, el muchacho fallecido. Fueron a su casa y hablaron con el padre. La familia encabezaría la manifestación. Aunque enseguida los diarios publicaron la detención de un sospechoso, el reclamo se mantuvo en pie. Ellos invitaban a los “vecinos del barrio” a participar.

Según cuentan, convocaron a una reunión para armar un petitorio. “La gente se sorprendía de que no estuviera todo ya armado”. Entre los presentes, discutieron adónde lo llevarían: si al municipio o a la dependencia policial. Finalmente, imprimieron una copia dirigida a cada uno. Allí se presentaban como “vecinos de Villa Constructora” y reclamaban por “libertad, seguridad y justicia”: denunciaban las “juntas” en las esquinas y la “corrupción” policial; pedían que los “menores sean juzgados como delincuentes y no como niños” y que se sancione realmente a los policías ineficaces; finalmente, los “puntos a reclamar” eran cinco.

- Presencia de Gendarmería Nacional
- Puestos de Vigilancia y mayor patrullaje
- Mayor control callejero dentro del barrio
- Cámaras de seguridad en el barrio y/o arterias principales
- Más operativos Antidrogas.

Las mujeres se dividieron las zonas del barrio para convocar a los pobladores a la marcha. A Micaela le tocaron los alrededores de su propia casa, donde siempre había vivido. A Natalia le asignaron la zona céntrica, donde se había criado. Era importante que “los vecinos las conocieran”, justifican. Repartieron copias del petitorio entre sus allegados. “Juntamos 2.500 firmas”, cuentan orgullosas. También contactaron al gestor del Facebook barrial para que difundiera la marcha. Se presentaban como “amigos de Nicolás”, aunque apenas lo conocían. “Si no, nadie iba a entender por qué lo hacíamos”, aclaran siempre.

Unos días antes de la manifestación, un policía de la custodia presidencial fue asesinado en otro distrito céntrico de La Matanza (Villa Luzuriaga) en un intento de robo de auto. Cristina Fernández de Kirchner se refirió al tema en un discurso. Según la tapa de *Clarín*, era la primera vez que la Presidenta reconocía el “drama

social” de la inseguridad (si bien la misma nota citaba una referencia previa durante la apertura de sesiones del Congreso). A la vez, el problema aparecía como primero entre las preocupaciones de los habitantes del AMBA según una encuesta citada por el periódico. El tema ocupaba un lugar secundario en la tapa del matutino. Por su parte, la prensa local reproducía el llamado a marchar como reclamo “vecinal” por la “inseguridad”, aunque difería al referir a los convocantes así como a los lugares de reunión. En los hechos, todos coincidieron en la plaza de San Justo (el centro distrital).

Según cuenta el grupo de amigos, la marcha salió de la esquina donde había muerto Nicolás, recorrieron el barrio para atraer gente, cortaron la ruta tres y avanzaron hasta la plaza central del distrito. Según muestran los noticiarios, ya llevaban los carteles que vi un año más tarde: Villa Constructora (San Justo o La Matanza) zona liberada; y fotos de las víctimas con el pedido de justicia y el nombre debajo. También había un pasacalle con el lema: Basta de inseguridad. En la plaza, se encontraron con otros grupos de manifestantes, especialmente los “vecinos” movilizadas después de la muerte del policía. Posteriormente la prensa zonal aseveraba que la principal columna había salido de Villa Constructora.

Una vez allí, la meta era entregar el petitorio a las autoridades. Algunos organizadores fueron recibidos por el intendente de La Matanza, quien prometió incrementar los patrullajes y los pedidos de identificación en Villa Constructora. En la nota televisiva (emitida por *TN*⁵), sólo tres personas accedieron al micrófono: el marido de una víctima asesinada a puñaladas en una localidad del segundo cordón unas semanas antes, el hermano del policía muerto en Luzuriaga y el padre de Nicolás. La nota se cerraba con unas palabras de Sergio Rodríguez: “¿Vieron las películas del Far West? Bueno, acá es igual”⁶. Si bien la organización de la movilización había recaído en diversos actores, los familiares de víctimas llevaban la voz mediática del reclamo.

Al término de la primera marcha, los organizadores fijaron fecha para la segunda. Sería un mes más tarde, si las autoridades no cumplían con el petitorio. Se trataba de una fecha clave para la familia de Nicolás: su cumpleaños. Al relatar el proceso, el grupo de amigos resalta las tareas de organización que emprendieron. Hicieron mapas para repartirse el barrio y avisar casa por casa. También consideraron que necesitaban bombos y organizaron una choripaneada en el centro de jubilados de la esquina de lo de Nicolás para juntar fondos. “Era del Frente para la Victoria [partido gobernante]. Nadie entendía qué hacíamos ahí”. Armaron carteles. Un comerciante del barrio les ofreció hacer pasacalles. A la vez, continuaban difundiendo las actividades por “Nosotros de Villa Constructora, San Justo” (el Facebook barrial), que multiplicaba la cantidad de miembros a medida que el reclamo se ampliaba. Su

5. *TN* es el canal de noticias del multimedio *Clarín*.

6. La relación entre el problema de la inseguridad y el punitivismo penal como respuesta es tema central del debate académico sobre la cuestión (Garland, 2004; Krysten, 2014; Rodríguez Alzueta, 2014; Wacquant, 2010). Si bien constituye una cuestión relevante, aquí no profundizaré al respecto.

administrador, un diseñador gráfico del barrio que había emigrado a Italia, propuso darle un logo al reclamo. Se estamparon remeras con el mismo:



En la narración, el grupo de amigos también resalta su inexperiencia en encabezar un reclamo así como lo vertiginoso de los acontecimientos. Se muestra un trabajo intenso, cierta improvisación y, sobre todo, el uso imaginativo de elementos variados para organizar una movilización eficaz. Contrariamente a lo que uno podría pensar, la ignorancia no desacredita su posición sino que es un modo de legitimarla. Como insinúan al referir al armado del petitorio, los reclamos profesionalizados aparecen asociados al distanciamiento entre organizadores y asistentes (excluidos de la toma de decisiones).

Si bien los carteles y el discurso del padre de Nicolás refieren al reclamo de justicia, el petitorio se centra en la demanda securitaria. En ello, se mueve ambiguamente entre una crítica de las instituciones estatales de seguridad (y su connivencia con el delito) y el pedido de más presencia policial (garitas, patrullaje, gendarmería, cámaras etc.)⁷.

A la vez, es llamativo cómo los actores van dando forma a la movilización. En principio, se destaca un rasgo común a los reclamos por seguridad: la importancia de la figura de la víctima (y la cercanía con ella) como eje de las manifestaciones. Este foco coincide con el punto de vista mediático y estatal. A la vez, la proximidad es un criterio importante para movilizar-se, que involucra familiar, amigo, vecino como círculos cada vez más amplios (e inciertos). La proximidad es un modo de legitimación pública del reclamo pero no siempre es acorde con los principios que fundamentan efectivamente la práctica para los actores. Como me decía Rosa, la madre de Nicolás, un año después:

A mi hijo lo mataron el 26 de Abril. La primera marcha fue el 2 de mayo. Eso me asombró muchísimo porque mi hijo no tenía amigos acá. Sí le quedaron amigos de la escuela secundaria. Del barrio tenía conocidos. Se saludaba con todos, obviamente, pero nunca pensé que iba a tener este impacto. Por eso les voy a estar eternamente agradecida, porque nunca pensé que se iba a hacer esta movida. La primera noche fue bastante grande. Se sumaron otros barrios que también tenían problemas de seguridad, de falta de seguridad.

7. A diferencia de lo señalado por Garland, aquí la policía de proximidad convive con la Gendarmería, la cual ha extendido sus tareas de la vigilancia fronteriza al control en "zonas peligrosas" de la ciudad y es más respetada por la población que la policía local.

La centralidad de la figura de la víctima ha sido señalada como una cuestión definitoria del régimen de gubernamentalidad contemporáneo, implicando una redefinición de la ciudadanía, del papel de los medios de comunicación y de los modos estatales y privados de vigilancia y control (Garland, 2005). En Argentina, se ha señalado además una especificidad de dicha figura asociada a los movimientos de derechos humanos (Jelin, 2007) y redefinida a lo largo del tiempo en torno de los reclamos por justicia contra la violencia policial (Pita, 2010), la impunidad (Schillagi, 2012) y la inseguridad (Calzado, 2006; 2015; Galar, 2009).

Como en otras manifestaciones similares, aquí se destacan los elementos que remiten a la víctima: carteles y remeras con su foto pidiendo justicia, encabezamiento de los familiares, minuto de silencio. También aparece la denuncia del lugar como “zona liberada”, recordando una práctica policial asociada a los secuestros durante la última dictadura. Pero este reclamo en La Matanza no sólo remite a dicha tradición. Como mostraré, aquí algunos aspectos del formato evocan los actos políticos populares: si el corte de la ruta tres rememora los reclamos piqueteros, aquí puede verse como una práctica ampliamente utilizada en el distrito que se ha extendido como repertorio modular a diversas protestas a lo largo de los años; junto con ello, los bombos son un elemento significativo que le da un sentido diferencial frente a otras marchas por inseguridad en tanto rompe con el silencio (asociado al respeto a la muerte), apelando a un objeto fuertemente inscripto en la tradición política popular en Argentina. Por último, la elaboración de un logo para la protesta y los usos de Facebook en la convocatoria introducen otras claves de lectura más o menos novedosas: la primera muestra cómo los lenguajes publicitarios no sólo son apropiados para las campañas electorales sino también para las manifestaciones; la segunda, en cambio, da cuenta de los modos actuales en que los lazos políticos se inscriben en la sociabilidad local a partir de su actualización tecnológica.

Para concluir, se resalta la importancia del barrio en la conformación de la acción colectiva. Varios análisis han dado cuenta de las tensiones en torno de la figura de la víctima legítima y de la voz del familiar (Bermúdez, 2013; Calzado, 2006; 2015; Schillagi, 2011). Menos se ha hablado sobre la proximidad como criterio de legitimación y movilización que, partiendo de la categoría de familiar de víctima, se extiende hacia una red social imprecisa que involucra otras figuras tales como amigo, conocido, vecino (y sus límites), en tanto se ha destacado la identificación con la víctima como una cuestión de alcance amplio (bajo el lema, “podría haberle pasado a cualquiera” y la piedad ante el sufrimiento). Si la apelación universalista ha sido un eje de análisis para dar cuenta de la masividad de las movilizaciones “ciudadanas” encabezadas por Blumberg (Calzado, 2006), aquí la localización resulta importante para los actores y coloca al barrio en el centro de la movilización.

Ola de asesinatos

“Cuando llegó la segunda marcha, ya eran tres los muertos... imagínate lo que fue eso”, me dice Diego. Diez días después de la primera movilización, un chapista del barrio fue “ejecutado” durante un robo, “delante de su hijo de 11 años”, informaba *Clarín*. A un mes de la muerte de Nicolás Rodríguez, y a pocas cuadras de su casa, tuvo lugar el intento de robo de una moto y la muerte de Nicolás González, un día antes de su cumpleaños de 25. La protesta fue inmediata: muchos manifestantes cortaron la ruta e incendiaron un patrullero; luego, algunos se dirigieron a la comisaría para pedir justicia. Natalia me cuenta: “Eran pibes, porque Nicolás González era más chico, tenía 24 años. Tenían otra forma de ver las cosas: querían una respuesta ya”. El *Diario Popular* titulaba “furia vecinal por el asesinato de un joven”. En las primeras líneas de la nota, se mencionaba el barrio y se reproducía una frase de un manifestante: “son pibes de 15 años que salen a matar”. La categoría de “pibe” aparecía tanto para nombrar a quienes eran acusados por el crimen como a aquellos que protestaban con “violencia” luego del mismo. Si en ambos casos la juventud operaba para explicar ruptura de normas y violencia cuestionada, su uso no implicaba valoraciones similares: Natalia parecía exculpar-los; la prensa, en cambio, establecía una distancia entre “vecinos” que protestaban por la muerte de un “joven” y “pibes” que delinquían. A través del uso de categorías diferenciales, la prensa establecía una distancia sustantiva entre ambos.

Luego, el *Diario Popular* conectaba el reclamo con otra manifestación por inseguridad en Isidro Casanova, una localidad cercana del distrito, una semana antes. A diferencia de este periódico, *Clarín* omitía el incendio del patrullero (si bien refería a la “furia” de los “vecinos” frente al crimen de un “joven”). El zócalo de *TN* señalaba: “Indignación en San Justo por el crimen de un joven”. Además, agrupaba diferentes casos ocurridos en el distrito (y borraba otros): “En La Matanza ya es el cuarto robo seguido de muerte en 2013”⁸. Según informaba el mismo medio, las autoridades nacionales prometieron el envío de gendarmes. A la vez, mencionaban la próxima manifestación en reclamo de justicia.

Otros análisis ya han resaltado las dificultades de la prensa para reconocer los usos de la violencia como parte de la acción de “vecinos” bajo la hipótesis de que esta categoría era elaborada como figura moral asociada a los valores de la “clase media” (Fava, 2014). Aquí se muestra una diferencia entre encuadres periodísticos: uno, orientado a las clases populares, otorgaba espectacularidad a la violencia vecinal; el otro, dirigido a un público más amplio, sólo aludía a ella en términos ambiguos y le asignaba un espacio marginal entre otras noticias⁹. Más allá de eso, ambos medios establecían distancia a través de las categorías para nominar a los actores de la tra-

8. Al menos se excluía el caso de las mujeres asesinadas a puñaladas en Isidro Casanova, cuyo pariente había sido entrevistado por *TN* durante la primera manifestación. Probablemente esta omisión se debía a las dudas de los periodistas sobre los móviles del mismo, dado el *modus operandi*. En estas exclusiones se ven los límites móviles de lo caratulado como “inseguridad” por los medios.

9. Al analizar los procesos de legitimación de reclamos colectivos a través de la prensa, Mulcahy (1995) distingue las posturas mediáticas de acuerdo a la cercanía relativa respecto de los actores movilizados y del gobierno de turno. En su análisis de la huelga del hambre de un grupo de presos del IRA, se diferencia la postura del periódico local (más sensible al reclamo), la de la prensa británica (alineada con el gobierno de Thatcher) y la del diario extranjero (situado entre ambos extremos). Estos ejes pueden ayudar a comprender la respuesta mediática frente al reclamo en Villa Constructora. Aquí, la cuestión no sólo se conecta con la posición de clase implicada en el reclamo sino también (como mencionaré más adelante) con el conflicto entre la

prensa dominante y el gobierno de turno. Estos aspectos contribuyen a comprender las ambigüedades en torno de la cobertura de este reclamo.

10. El diario local *NCO*, en cambio, mencionaba siete casos, en relación con la presencia de “familiares de víctimas” en la manifestación: a los ya citados aquí se sumaba el de Mario Felippo, un remisero asesinado en Villa Constructora en 2012.

ma y constituían series de casos para fundamentar el hartazgo vecinal. En esa tarea, la serie elaborada por *Clarín-TN* extendía la de Diego en tanto modificaba la escala de análisis: el multimedio refería a La Matanza; Diego, a su barrio.

A los tres días del crimen, la prensa informaba la detención de un “adolescente” acusado de la muerte de Nicolás González, luego de un tiroteo con la policía en Villa Palito, la villa urbanizada lindante con Villa Constructora. Según las autoridades policiales citadas por la agencia de noticias oficial *Télam* (y reproducidas en los diarios locales y en *Clarín*), el mismo equipo especializado en robo de autos, titulado “La Banda de los Mellis” por la prensa, había estado involucrado en tres de los crímenes ocurridos en el distrito. Al comunicar la detención, los periódicos locales también anunciaban la apertura de un nuevo destacamento policial en el límite entre Isidro Casanova y Villa Luzuriaga, realizado en respuesta a la demanda vecinal. El problema de la inseguridad aparecía no sólo como relevante para la prensa sino también como un eje de la agenda estatal.

Según me contó Rosa, a los pocos días los familiares del joven detenido organizaron una marcha por el centro de San Justo, reclamando justicia. Aducían que la policía lo había confundido con su hermano. No encontré referencias a ello en la prensa nacional o local. Si bien los repertorios de protesta se asemejaban, los medios de comunicación operaban selectivamente sobre el universo para visibilizar ciertos reclamos y ocultar otros.

En esa selección, los medios mostraban un sostenido interés por la cuestión de la inseguridad. En la continuidad del tema a lo largo del tiempo, la estrategia mediática no sólo apelaba a la reiteración de casos (como muchos críticos suelen remarcar) sino que combinaba varios enfoques: noticias puntuales, seguimiento de casos individuales, series de casos y notas de color. El 30 de mayo, el *Clarín* zonal realizó una nota breve dedicada a la inseguridad en San Justo. El artículo se centraba en el miedo de los “vecinos”, evocando las dos muertes más recientes: “Este era un barrio tranquilo. Cuando instalaron las villas comenzó la inseguridad”, aseveraba un poblador citado en la nota. El artículo se cerraba con la mención a las marchas cada vez más frecuentes... y la ausencia de respuesta estatal eficaz. Unos días después, el mismo diario titulaba: “Por la ola de asesinatos, marcharon para pedir seguridad”. Si bien resaltaba que el reclamo provenía de diferentes zonas del distrito, también aseveraba que la columna principal había salido de la esquina donde murió Nicolás Rodríguez. Sólo tres casos de asesinato eran mencionados en la nota, los tres ocurridos en Villa Constructora (aunque no se distinguía el barrio de las demás zonas del municipio)¹⁰. A la vez, se citaban las palabras de un manifestante: “El reclamo se hizo sentir en la plaza. No hubo banderas políticas y fue un pedido de seguridad en

paz". Medios y participantes convergían en el intento de distanciar el reclamo de los actos violentos ocurridos unos días antes. Simultáneamente, buscaban alejarlo de la política. De este modo, pretendían legitimar el reclamo.

Al igual que Diego y la prensa, la mamá de Nicolás Rodríguez asocia la sucesión de crímenes con la masividad de las manifestaciones (a la vez que insiste sobre los vínculos personales como criterio relevante en la movilización):

Para el 3 de Junio ya había tres muertos más. Porque a la semana siguiente de Nicolás habían matado a un policía en Villa Luzuriaga, después viene el de [las calles] Zarratea y Balbastro, y el 25 de mayo mataron a Nicolás González. 25 años tenía, él tenía muchos amigos en el barrio, así que se levantó todo el barrio¹¹.

La segunda marcha fue multitudinaria, y de ahí no paró, porque con cada muerte se hizo una marcha. Se hicieron seis marchas porque fueron seis muertes las que pasaron en cincuenta días. La última fue la de Miguel Gialluca, el 17 de Junio del 2013.

Periodistas y habitantes de Villa Constructora conectaban las muertes entre sí y construían series más o menos cambiantes a lo largo del tiempo. La localización de la "ola de asesinatos" variaba según los diferentes actores (y contextos)¹². En la prensa nacional, primero se agruparon todos los casos ocurridos en La Matanza para luego priorizar San Justo, la cabecera distrital. No sólo se trataba de un lugar conocido y reconocido por las mayorías sino que esa atribución también acercaba los hechos a la "clase media". En la prensa local, en cambio, la localización era más específica. Allí Villa Constructora logró protagonismo en la medida en que concentrara una proporción importante de los casos ocurridos en el distrito y fuera reconocido como el punto de partida de las columnas más numerosas en las manifestaciones. Por último, Diego y Rosa priorizaban el barrio como *locus* de su mirada. Diego incluso se quejaba de los llamados telefónicos de habitantes de otros barrios para pedirle ayuda aseverando: "cada uno tiene que ocuparse de lo suyo. Lo mío es mi barrio". Rosa, en cambio, destacaba lo ocurrido en Villa Constructora pero introducía otros casos resonantes a nivel distrital.

Mientras la delimitación espacial considerada relevante variaba según el enunciador (y el contexto), se estabilizaba el caso de Nicolás Rodríguez como primero de una saga que se iría consolidando a lo largo del tiempo, relegando a otros (que antes habían sido usados como eslabones previos). Muchos análisis han destacado la combinación entre características personales y circunstancias de la muerte para construir a una víctima como legítima (Calzado, 2006; Galar, 2009). Tanto por su apariencia física (joven, alto, castaño de ojos claros, musculoso, retratado en un es-

11. El hermano de Nicolás González (si bien no quiso que lo entrevistara) me contó que sus amigos fueron a buscarlo para ir a la movilización. Aunque no creía que sirviera, se sintió obligado a acompañarlos.

12. Esta construcción del fenómeno puede ser relativizada a partir de los datos cuantitativos sobre el distrito. Según un informe del Observatorio de Políticas de Seguridad de la Provincia de Buenos Aires, La Matanza tuvo un pico de 11,1 homicidios dolosos cada 100 mil habitantes en 2009. La tasa se redujo en 2010 para estabilizarse posteriormente. En 2013, estaba en 10 puntos. Sin embargo, el mismo informe asevera que La Matanza, como uno de los distritos más poblados, presenta las tasas de homicidios dolosos más altas de la provincia.

tilo gauchesco) como por su situación de vida (trabajador, padre reciente), la figura de Nicolás Rodríguez era convocante. Si bien algunos periodistas policiales dudaron inicialmente sobre los móviles de su crimen (por las circunstancias: cantidad de balas usadas y ausencia de robo), el fiscal estableció el intento de robo como única hipótesis del caso y no hubo cuestionamientos posteriores. Quizá el trabajo de su entorno luego de la muerte también haya contribuido a su encuadramiento y popularidad. No sólo la columna principal se congregaba en el lugar de su muerte y eran sus familiares quienes encabezaban las movilizaciones sino que su padre era orador y representante del colectivo para la entrega de los petitorios a las autoridades.

El trabajo local se basaba y repercutía sobre el de los medios masivos de comunicación. Como se suele señalar, los medios han jugado un papel central en la configuración del régimen de gubernamentalidad actual constituido en torno de la “cultura del control”, especialmente en términos de la agenda pública y del enmarcamiento de la cuestión (Cavender, 2004). Para ello, se combinan diferentes estrategias. Al analizar la construcción mediática de la inseguridad en Argentina, Kessler (2009) da cuenta de la conformación de dos ejes: por un lado, se procura detectar “olas” delictivas (diferentes modalidades de acción criminal son abordados como una emergencia reciente, previniendo a la audiencia sobre medidas de seguridad acordes a la misma: secuestros *express*, motochorros, secuestros virtuales etc.); por otro, los medios operan a partir de “casos” paradigmáticos (María Soledad, Nair Mostafá, José Luis Cabezas, Axel Blumberg etc.) que generalmente han dado lugar a reclamos colectivos. Aquí es interesante ver cómo se combinan ambas lógicas. Inicialmente, la muerte de Nicolás Rodríguez puede ser vista como caso movilizador. Pero incluso desde la primera noticia al respecto, su caso se encadena con otros. Al principio se observan variaciones en el intento de construir un relato más amplio. Luego se va solidificando una serie específica y se la nombra como “ola” (introduciendo una concepción más amplia de este término que la analizada por Kessler). Dentro de esta construcción, se jerarquizan los casos, resaltando el considerado como primero al tiempo que se realizan manifestaciones colectivas en reclamo de seguridad y justicia. Según Isla y Míguez (2010), el periodismo articula información y espectáculo al construir el relato de la inseguridad: de allí la combinación de casos resonantes y olas delictivas. Mientras un enfoque convoca las emociones de la audiencia, el otro llama al reconocimiento de la cuestión como problema público reclamando una respuesta estatal. Aquí, es posible observar que las herramientas usadas por el periodismo son variadas en la construcción del relato de la inseguridad. En todas ellas, operan diferentes combinaciones de emoción, información, espectáculo y construcción de problema público. Aquí, no sólo se observa el trabajo mediático sino también sus conexiones (y distancias) con el trabajo local en la construcción de la inseguridad como problema público.

Nosotros de Villa Constructora

Desde el barrio, la producción de acciones comunes no fue tarea sencilla. Aún cuando la figura de Nicolás Rodríguez prevalecía, se multiplicaban los actores involucrados en el asunto a medida que el problema se amplificaba con nuevas muertes y movilizaciones. A la vez que el tema comenzó a inquietar a los representantes de varias instituciones barriales (iglesia, Rotary Club, clubes, dirigentes políticos), los familiares de algunas víctimas mostraban cuestionamientos al operar colectivo así como diferentes capacidades de movilización. En la segunda marcha, un grupo salió del lugar donde había muerto Nicolás Rodríguez y otro, del punto donde falleció Nicolás González. Pero ambos convergieron en el trayecto hacia la plaza de San Justo.

Cuando el problema se estableció localmente, el párroco convocó a varias reuniones para organizarse. Algunos grupos comenzaron a disputar el liderazgo de la movilización barrial. Diego y su mujer resaltan el respaldo recibido por parte de los padres de Nicolás Rodríguez cuando las autoridades del Rotary Club quisieron callarlos en una reunión en la parroquia. No sólo en los medios sino también en el barrio los familiares de víctimas eran reconocidos como palabra autorizada en el reclamo. También aquí la figura de Nicolás Rodríguez (cimentada en el trabajo colectivo para sostenerla) era central.

Mientras algunos actores buscaban protagonismo dentro del colectivo, otros, en cambio, pretendían desarticular el reclamo ante lo que aparecía como un desafío para el poder político municipal en año electoral. Natalia y Micaela me cuentan de llamados telefónicos amenazantes, de personas desconocidas que los seguían en las marchas, y del miedo a represalias. Otra vez en la parroquia, Diego recuerda el momento en que le preguntó al “puntero [mediador peronista] más conocido del barrio” si él no vivía ahí que ellos tenían que explicarle qué estaba pasando. El grupo de amigos buscó mantenerse unido rechazando los intentos de “definir-los políticamente”. Cada uno tenía posturas diferentes. Optar por un partido habría llevado a la división, argumentan.

Al mismo tiempo, desde Italia, el muchacho que gestionaba el Facebook barrial, que los ayudaba a diseñar carteles y remeras afines y a difundir las convocatorias, pidió a algunos de ellos que se sumaran a la administración del perfil porque ya contaba con más de mil miembros. El Facebook se iba convirtiendo en una vía de comunicación central entre los habitantes del barrio.

El día de la segunda manifestación, los diarios informaron sobre el asesinato de un remisero (chofer) ocurrido en las cercanías del barrio (la noticia ya había circu-

lado en el Facebook). Tres días después, un nuevo caso llamaba la atención de los medios: la víctima era un policía que vivía en San Justo. Al día siguiente, la prensa informaba la llegada de ciento sesenta gendarmes y diez camionetas para patrullar las “zonas más calientes” del distrito: entre ellas, Villa Constructora. A mediados de junio, otra noticia local se propagó por los medios nacionales: Jorge Aguirre, un herrero del barrio, resultó muerto en un intento de robo. La movilización fue convocada para dos días después. Los límites del barrio (en una definición concordante con la oficial) operaron fuertemente en la consideración de los casos que fundamentaban una nueva movilización.

Si en las protestas anteriores habían marchado hasta la plaza, ahora los manifestantes se concentraron en la rotonda de San Justo (el cruce de dos rutas centrales), cortaron ambas vías y quemaron un cartel con la foto del intendente que decía: “Matanza no es grande. Es grandiosa” sobre el cual colocaron un pasacalles con la consigna de “NO + [mancha roja]”. Según me explica Diego, sabían que allí harían más ruido.

En el Facebook barrial esta protesta derivó en tres grandes ejes de conversación. Primero, se produjo un debate sobre la baja participación. Desde el momento mismo del piquete, dos posteos preguntaban por qué había tan poca gente. Existían disidencias ideológicas con las movilizaciones dentro del barrio: algunos las cuestionaban por “no mantenerse apolíticas”; otros, por demandar mayor policía. Pero ninguno se manifestó ante la pregunta. Entre las respuestas, muchos se excusaban aduciendo un contratiempo. Otros argüían la “violencia” (rotura del cartel, pelea con un policía y pedradas a la comisaría), ya sea para ausentarse o para retirarse apenas iniciada la protesta. Luego, otra intervención preguntaba por la baja participación de comerciantes específicamente. Los comentarios cuestionaban aspectos organizativos: el horario de movilización y, sobre todo, el tiempo y el medio de la convocatoria (Facebook). Por primera vez, Diego contestó:

Tenés mucha razón y comparto tu opinión. Pero parece que si a los vecinos no les avisas puerta x puerta, nunca se enteran de lo q pasa en villa constructora. Esta bien, no hubo mucho tiempo para difundir lo de hoy. Pero en *Clarín* de hoy pagina 56, salio la marcha, Donde se hacia, a que hora y que cortaba la Rotonda!!!

Posteriormente, la charla abordó las escasas repercusiones mediáticas de la movilización. Los comentarios derivaron hacia el humor. Entre varios, comenzaron a formar el futuro gobierno municipal adjudicando cargos a los vecinos más destacados.

Segundo, el cambio en los repertorios de acción colectiva produjo una acalorada discusión entre los miembros del grupo. En varias intervenciones, un perfil insistió en que el “piquete” (corte de ruta inicialmente vinculado a las protestas de organizaciones de desocupados) no servía porque perjudicaba al “trabajador” (al “pobre” o al “ciudadano”) y no al “intendente” (a los “políticos” o a los “ricos”). Hacia el final de la discusión, se autocalificó como anarquista y citó la película *V de Venganza* (McTeigue, 2006) como ejemplo de acciones eficaces. Varios perfiles le respondieron. Resaltaban la importancia de la demanda (por comparación con otras demandas usualmente asociadas a los piquetes), ya por su gravedad o por su alcance (como mal común). También apelaban a la autoridad (y en algunas ocasiones, al insulto) para desacreditar el cuestionamiento: ya fuera por ser joven, por escribir con faltas de ortografía, por no tener ningún familiar muerto o por no pertenecer al barrio¹³. Por último, el cartel roto constituyó la marca más fuerte del reclamo. Al principio, numerosas intervenciones describieron los avatares del mismo (con fotos ilustrativas) a lo largo del tiempo. Si al inicio algunas voces deploraron la violencia, posteriormente el cartel se convirtió en un estandarte. Al día siguiente de la protesta, una cuadrilla municipal repuso el cartel.

Algunos comentaristas en el Facebook bromeaban: “No sabía que los empleados municipales trabajaban...”. A la madrugada alguien volvió a romperlo. En el Facebook, no sólo hubo quienes se adjudicaron el hecho sino también citas a *Fuenteovejuna* (Lope de Vega, 1618). A las semanas, otro posteo celebraba que todos los carteles de la intendencia circundantes estaban rotos. Unos meses más tarde, alguien recordaba con nostalgia estas acciones y señalaba que, junto al cartel del intendente, ahora también había uno con la imagen de la presidenta. Al charlar conmigo un año después, Rosa resalta este mismo hecho pero no para exaltarlo sino para disculpar lo que ahora (ante mí) vuelve a ser violencia (aún cuando justifica el desenfreno por la inmediatez del dolor): “Las marchas fueron pacíficas, pero esos chicos se desbordaron. No se les podía decir nada: ellos estaban ahí cuando mataron al padre”.

Estas acciones mostraban lenguajes de movilización popular en juego en el reclamo securitario e implicaban una distancia respecto del modelo representado por Blumberg. En principio, se apropiaban de un repertorio asociado a los piqueteros, evocando una tradición fuerte en el distrito. Como argumentan Svampa y Pereyra (2003), un corte de la ruta 3 de dieciséis días en el año 2000 fue clave para la consolidación de las organizaciones de desocupados en La Matanza así como para su visibilización pública. Casi quince años después, ese formato se había difundido a otros reclamos pero también aparecía como posible fuente de descrédito. De allí que hubiera disidencias en el colectivo en torno de su uso. A la vez, los manifestantes

13. Mientras los dos primeros criterios eran cuestionados dentro del grupo, los dos últimos eran arteros.

combinaban otros elementos de la protesta popular. Pita (2010) da cuenta de cómo los familiares de víctimas de violencia policial recurren a la broma y al insulto en las manifestaciones como un ritual de degradación de dicha fuerza pública. Farinetti (2000) analiza los sentidos purificadores del fuego en la pueblada de Santiago del Estero en 1993 como respuesta de la población frente a los abusos del poder político. Como en esas situaciones, los habitantes de Villa Constructora también plantearon un desafío a la autoridad, a través de insultos, cargadas, pedradas, quema de símbolos del poder público. En la cita de *Fuenteovejuna*, ellos mismos interpretaban esta singularidad del reclamo colectivo: el pueblo podía matar al emisario del rey y evitar la condena, en un acto de justicia frente a los abusos del poder. Pero aquí se trataba de un terreno disputado en el que emergían temores y diferencias.

El Facebook barrial fue clave en la elaboración de las acciones colectivas. En principio, fue usado para la organización de las mismas, mostrando algunas limitaciones. Pero, además de las cuestiones operativas, el Facebook funcionó como un espacio de construcción del colectivo. El barrio también tomaba forma a través de esta red. Vínculos cara a cara y mediación tecnológica se complementaban. Se establecían exclusiones y jerarquizaciones en el “nosotros” (barrio/afuera, vecinos/comerciantes), se discutían los repertorios de acción válidos (marcha, piquete, sabotaje), se disputaban legitimidades (especialmente en torno de la “violencia”) y se potenciaban los sentimientos colectivos. A la vez, el formato del Facebook (grupo cerrado que habilitaba posteos y comentarios de todos sus miembros) también introducía un tipo de sociabilidad específico, diferente a asambleas y reuniones. Pronto los gestores del grupo cerrado tuvieron que regular estos intercambios (y hacer respetar la normativa, borrando algunas intervenciones), colocándose en el foco de disputas locales. Por último, así como el cartel era un símbolo territorial del antagonismo con el municipio, la presencia mediática era considerada fundamental en el reconocimiento del reclamo.

Todos los canales

Luego del corte de ruta, una conclusión se imponía entre los manifestantes: la protesta fue escasamente cubierta por los medios. La planificación de la siguiente acción colectiva se elaboró sobre ese juicio. Mientras tanto, las autoridades estatales desplegaban diferentes respuestas: al accionar penal y securitario, se sumó la presencia del gobernador en el municipio.

Al día siguiente de la manifestación, una noticia se destacaba en el *Clarín* zonal: Daniel Scioli visitó La Matanza junto con su ministro de seguridad, se entrevistó con el intendente y prometió efectivos policiales, móviles y comisarías. La próxima sec-

cional se localizaría en el límite entre Villa Constructora y Villa Palito. Estos anuncios se realizaban en el contexto de la campaña electoral. En pocos días, se presentarían las candidaturas. En la provincia, se esperaba una ruptura en el oficialismo: un joven intendente de un distrito del norte del conurbano, ex funcionario del gobierno kirchnerista, se presentaría como candidato opositor apoyado por varios intendentes del Gran Buenos Aires. El eje de su campaña era la seguridad. Entre sus candidatos en La Matanza, estaba Saredi, quien apoyara las marchas desde el inicio. A la vez, se especulaba sobre los movimientos de Scioli, heredero potencial pero no querido en la sucesión presidencial. La Matanza era un lugar clave del oficialismo para ganar las elecciones. En ese momento, Scioli se reunió con Espinoza. El primer candidato oficialista a diputado nacional por la provincia sería anunciado por la presidenta. Aunque corrían rumores de que Espinoza había aspirado a dicho puesto (en una carrera hacia la gobernación de Buenos Aires), el nombramiento recayó sobre el intendente de un municipio vecino. Ni Scioli ni Espinoza rompieron con el armado oficialista. Al contrario, Espinoza se presentó como candidato “testimonial” para concejal en su distrito.

Luego de la contundente reelección presidencial en 2011, los comicios legislativos inauguraban la carrera hacia la sucesión. La contienda electoral tenía al conurbano como locus privilegiado, amplificando las disputas internas del PJ gobernante. La inseguridad era el tema clave del candidato opositor. En una agenda gubernamental predominantemente defensiva, el reclamo se tradujo en una variedad de medidas de control policial sobre el territorio que combinaban recursos nacionales y provinciales. Sin embargo, el problema continuaba presente.

Más allá de los anuncios oficiales, la siguiente movilización se fijó para el 25 de junio. Unos días antes, una nueva víctima fatal ocupaba la primera plana de Clarín: Miguel Gialluca, el comerciante que había donado los pasacalles para las manifestaciones. Como cuenta Micaela, “nos pusimos paranoicos”. Las crecientes tensiones fraccionaron al grupo de amigos. Sólo dos parejas continuaron con la organización. Paralelamente, otros actores cobraron centralidad en el reclamo.

En el velatorio, algunos de los presentes acordaron un corte de ruta frente al barrio para la tarde siguiente. Enseguida, el hijo de una de ellas (y hermano de Diego) lo difundió por Facebook. Una vez reunidos en la esquina, los manifestantes decidieron dirigirse a las puertas de un canal de cable cercano para exigir cobertura mediática en las movilizaciones. Sólo hablaron quienes se identificaron como “familiares de víctimas”: el cuñado del herrero; el hermano y los hijos de Miguel; y un hombre que, luego de presentarse como “amigo de la familia de Nicolás González”, aclaró que su sobrina era “el caso de Junín [una ciudad intermedia de la provincia]”. A diferencia

de otras movilizaciones, los familiares de Nicolás Rodríguez estuvieron ausentes. Allí anunciaron fecha y hora de la siguiente “manifestación pacífica” en pedido de seguridad y solicitaron la presencia de “todos los canales”.

También ahora, “familiar de víctima” y “amigo” eran usados para justificar la toma de la palabra en el reclamo. Pero ya no comprendía exclusivamente a quienes se reconocían por vivir cerca sino que la publicitación de las movilizaciones había atraído a personas cuyo involucramiento con la cuestión securitaria se fundamentaba en la condición de “familiar” de otros “casos” resonantes. Así se iban forjando redes entre actores comprometidos. En la carrera de la actualidad, los nuevos casos vigorizaban a los anteriores mientras se nutrían de dichas experiencias.

Una pregunta se abre sobre la relación entre presencia mediática y presencia en las calles, en tanto ambas combinadas hicieron a la publicitación del problema. Esta cuestión ya fue abordada en varias investigaciones. Cuando analiza la movilización colectiva de los habitantes de una ciudad intermedia de Buenos Aires luego de la muerte de un joven a la salida de una discoteca, Galar (2009) resalta el papel de los medios de comunicación locales en el llamado a la acción. Al introducir una secuencia de hechos de violencia previos, los medios construyen un “escenario de inseguridad” y denuncian la inacción oficial. Según la investigación de Calzado, la relación de la prensa con la movilización fue diferente en el caso del secuestro y asesinato de Axel Blumberg.

Los medios más que instalar la noticia, la potencian (...). [El padre de Axel] es el personaje que acompaña a las nuevas víctimas; pasa a ser la víctima que les da voz mediática a aquellos que recién ingresan en los relatos. Pero cuando estos hechos disminuyen y los pedidos se diversifican y multiplican, las noticias periodísticas dejan de acompañar masivamente estos reclamos (Calzado, 2006: 6).

14. Por una lectura de las primeras planas de *Clarín*, se pueden enumerar tres cuestiones claves en la agenda del multimedio: las inundaciones en La Plata en abril, el accidente ferroviario en Castelar en junio (que evocaba la “tragedia de Once” un año antes) y el conflicto judicial (en el marco de las denuncias cruzadas por corrupción y concentración mediática).

A diferencia de los casos antedichos, mi análisis se sitúa en el contexto del enfrentamiento entre *Clarín* y el gobierno kirchnerista, iniciado durante el conflicto agrario en 2008. Si bien la inseguridad era un punto habitual de crítica mediática al gobierno, otras cuestiones ocupaban el centro de la agenda periodística en 2013¹⁴. Por ello, el problema de la inseguridad en Villa Constructora no sólo da cuenta de cómo los medios impactaron sobre la emergencia de la cuestión sino también de cómo los actores movilizados buscaron impactar en los medios. Ver la foto de Nicolás Rodríguez en la tapa de *Clarín* quizá haya potenciado la percepción de que el umbral de tolerancia había sido sobrepasado. Sin embargo, los relatos locales resaltan otros momentos de elaboración compartida del malestar, como el velatorio. La prensa parece haber contribuido a consolidar la sucesión de casos como “ola”. Pero, sobre

todo, los relatos locales destacan su propio trabajo para publicitar mediáticamente el reclamo (incluyendo una perspectiva crítica sobre el accionar mediático). No se trata simplemente de que los medios llamen la atención sobre el problema o potencien el accionar colectivo sino también de que son percibidos por los actores como un recurso clave para exigir una respuesta estatal.

Entonces se armó quilombo

El 25 de junio fue la última gran marcha. Nuevamente, salieron dos grupos desde Villa Constructora. Una vez más, el Facebook (que ya superaba los dos mil miembros) sirvió para organizarse: avisar dónde estampar remeras o conseguir carteles y volantes para repartir, agradecer que una camioneta de publicidad estuviera difundiendo gratis, convocar a una choripaneada para juntar fondos para las víctimas, contactar a familiares de víctimas de otros barrios del distrito, circular un párrafo para colgar en los muros de diferentes programas periodísticos. Algunos comentarios pedían definir referentes porque había información cruzada. También querían hablar con “los chicos que organizan”. Diego, Natalia y Micaela respondieron las consultas, insistiendo con la importancia de mantenerse unidos. Poco antes de la marcha, Diego publicó el mapa del recorrido que realizarían, repitiendo hora y lugar de reunión.

Además de arengar, el Facebook canalizaba dudas, miedos, tristezas y broncas. Un posteo preguntaba por un supuesto grafiti amenazante en un cementerio cercano (lindante con una villa): “Una marcha, un muerto”. En los comentarios, varias personas lo desmintieron. De todos modos, se rumoreaba que los “chorros” iban a las marchas para ficharlos y asesinarlos. El miedo estaba muy presente. Otro posteo arengaba a romper todo para ser escuchados. Pero no recibía la aprobación general: “Es importante controlar nuestra bronca para que a la marcha concorra TODA LA FAMILIA”. Por último, en el Facebook se manifestaba el malestar ante la desigual cobertura mediática de los casos policiales. Recientemente, una adolescente de Capital había sido asesinada. Los medios seguían la investigación policial y especulaban sobre el posible sospechoso: madre, padre, padrastro, portero etc. En Facebook, se criticaban los intereses oscuros de los medios o la desigualdad entre la Capital y el resto del país (o entre “status social”, rememorando el caso de Axel Blumberg) sino que incluso se citaban opiniones autorizadas (de periodistas) para señalar que esperaban “quilombo” para cubrir la marcha. Ante las situaciones previas (y los comentarios), el pronóstico de violencia cobraba vigencia.

Si bien el Facebook los muestra activos, Diego y Natalia aseguran que ellos sólo acompañaron, no convocaron... Porque ya sabían lo que se preparaba. También pre-

vinieron a “su gente”. A diferencia de las marchas anteriores, al llegar a la plaza encontraron la intendencia vallada. *TN* transmitió en vivo el paso de las columnas hasta que, en una esquina, un grupo de manifestantes comenzó a quemar carteles de propaganda oficialista y a lanzar piedras a la comisaría mientras explotaban bombas de estruendo. Como me cuenta Natalia, justo cuando estaban todos los medios, justo entonces se armó quilombo. Algunos asistentes se dispersaron. Como relata la mamá de Nicolás Rodríguez, ella y su marido les quitaron los carteles a los presentes antes de irse, porque no querían que la foto de su hijo estuviera allí. El grupo organizador comandó una retirada colectiva. Al vaciarse la plaza, aquellos que habían apedreado la comisaría se desplazaron a la parte trasera del municipio para dejar su marca también allí. La situación se apaciguó rápidamente sin víctimas. Pero tuvo amplias repercusiones en el Facebook barrial.

Algunas voces atribuían los desmanes a personas ajenas al barrio. Las acusaciones se dirigían principalmente contra el intendente (refiriéndose a la presencia de “infiltrados”). También se lanzaban sospechas contra Villa Palito (algunos atestiguaban situaciones de robo dentro de la marcha como prueba). Otros posteos, en cambio, aseguraban haber reconocido a los agitadores como “vecinos” o “familiares de una de las víctimas”. Allí había divisiones entre quienes justificaban el accionar por el dolor, la impotencia y la desidia oficial, y quienes consideraban que la “violencia” los igualaba con los “delincuentes”: “Quieren seguridad y hacen quilombo???”. Un familiar de víctima recusó el argumento justificatorio y anunció su abandono del colectivo. Muchos se referían al miedo que generaban estos actos entre los asistentes. Otros subrayaban la bronca. También había disidencias en cuanto a la eficacia de la violencia: había servido para llamar la atención, decían unos (recordando la quema del patrullero); pero ahora había provocado que *TN* suspendiera la transmisión en vivo, respondían los otros. Si inicialmente se dudaba de que los atacantes fueran del barrio, más tarde algunas voces intentaron expulsarlos del colectivo. Claramente, ser del barrio no era una categoría fáctica sino moral¹⁵. Ante una exacerbación de las discusiones, algunos buscaban apaciguar los ánimos tratando de mantener al barrio unido para continuar el reclamo.

A inicios de julio, un destacamento policial fue inaugurado en la calle asfaltada que conectaba Villa Constructora y Villa Palito. Las reuniones en la parroquia continuaron, aunque la participación fue disminuyendo. Los reclamos comenzaron a vehicularse a través de reuniones con funcionarios policiales y municipales, donde participaban, entre otros, Diego, Roberto, Natalia y Micaela. Sólo siete meses más tarde, cuando se produjo otra muerte en el barrio, los habitantes volvieron a marchar (demandando el regreso de gendarmería). Mientras tanto, los familiares de víctimas siguieron protestando en reclamo de justicia.

15. Fuera del Facebook, existían también otros puntos de controversia en torno de los límites del colectivo. Clara vive en una manzana del barrio que llaman “villita”. Su hermano está preso. Según me cuenta, cuando iba a las marchas, algunas personas la miraban mal como diciendo “¿qué hacés vos acá si tu hermano es chorro?”.

El cierre de este ciclo de protestas puede verse asociado a la eficacia (relativa) de la respuesta estatal. Tuvo lugar un proceso de institucionalización del reclamo, a partir de la elaboración de dispositivos para minimizar daños y para canalizar el malestar vecinal. Si estas iniciativas no implicaron el fin de la inseguridad, sí parecieron acallar las manifestaciones en tanto y en cuanto no se produjeran nuevas muertes. La muerte era el umbral para actuar, pero las muertes valían diferente. Aunque la cantidad también movilizara, se destacaron tres casos: el de Nicolás Rodríguez, que fue construido como inicio de la serie; el de Nicolás González, que introdujo una presencia disidente en el colectivo; y el de Miguel Gialluca, colaborador en la organización del grupo y último de la ola. En esa valencia diferencial, influyeron las características acordadas de la víctima y el trabajo de mostrarlo de familiares, amigos y prensa. A la vez, las acciones colectivas exhibían diferentes modos de tramitar públicamente el sufrimiento. Tanto los actores locales como los análisis académicos llaman la atención sobre los modos en que la canalización del dolor implica un trabajo difícil sobre sí mismo. Schillagi (2011) muestra cómo las organizaciones de familiares de víctimas trabajan para regular el dolor (contenerlo y mostrarlo). Pita (2010) distingue formas populares de protesta donde el insulto y la broma se constituyen como parte de un ritual específico de degradación moral de la autoridad cuestionada por parte de familiares de víctimas de violencia policial.

Aquí los manifestantes mostraban desacuerdos en su definición de la situación, de lo admisible, de lo recomendable. Si la destrucción de los carteles en la rotonda llamaba a la aprobación (y la burla) general, otras acciones resultaban más controvertidas. Aunque difirieran, las posturas no necesariamente se invalidaban mutuamente. Natalia podía justificar una expresión desmesurada de bronca porque eran “pibes”. Rosa podía referir a la cercanía de la muerte de un ser querido para entender la quema de carteles. Sin embargo, la actuación en la marcha condujo a un fuerte repudio en el Facebook barrial. Si la búsqueda de atención mediática fundamentaba las diferentes posturas en controversia en tanto todos acordaban la centralidad de los medios en la legitimación del reclamo, la respuesta de *TN* durante la protesta era prueba del fracaso de la estrategia “quilombero”. La situación no sólo habla de moralidades diferenciales en juego en el colectivo sino que, a través de sus disonancias, es posible observar la propia inestabilidad del grupo. Si el aplacamiento de las movilizaciones puede verse asociado a la eficacia de la respuesta estatal, también muestra algunos límites del accionar colectivo.

Palabras finales

En este artículo analicé cómo emergió la inseguridad como problema público desde un barrio del conurbano bonaerense. En términos generales, las experiencias de la inseguridad difieren según el origen social y las culturas locales mientras la problematización pública de la misma ha estado asociada a las inquietudes de los varones de clase media y alta (Kessler, 2009). Partiendo de esta distancia entre experiencia y problema público, traté de mostrar el trabajo de los habitantes de un barrio periférico por ser reconocidos dentro del canon (y desafiarlo).

En ese sentido, la historia de Villa Constructora presenta ciertas especificidades respecto del modelo de acción colectiva securitaria más conocido en Argentina, asociado al caso de Axel Blumberg (Calzado, 2015). Tres aspectos de este modelo fueron retomados aquí: la caracterización de la víctima como clave en la legitimación del reclamo, el papel de los medios de comunicación en esta construcción y la figura de los familiares de víctima como centrales en la movilización colectiva. A partir de allí, exploré algunas diferencias. Primero, aquí no sólo se destacó la figura de Nicolás Rodríguez como víctima legítima (joven, lampiño, trabajador, padre reciente) sino que la misma se inscribió en una sucesión de casos, dando forma a una ola delictiva. Esto implicó la pluralización de las voces legítimas.

Segundo, los medios de comunicación tuvieron un papel significativo en la publicación de los reclamos (ya fuera que contribuyeran a alarmar a la población o sólo difundieran una demanda ya constituida localmente) pero, sobre todo, fueron considerados por los propios protagonistas como un recurso clave y se ocuparon activamente de atraer su atención (generaron discusiones sobre cómo hacerlo y se abrieron críticas a las desigualdades en la cobertura).

Tercero, los familiares de víctimas fueron reconocidos como voces legítimas del reclamo. Sin embargo, la multiplicación de casos no sólo implicó jerarquizaciones entre los mismos sino que también abrió paso a disidencias dentro del colectivo. A la vez, la legitimación de las voces del reclamo siguió un criterio de cercanía que excedía la figura del familiar, extendiéndose hacia el amigo, conocido, vecino. Mientras los actores movilizados tomaban al barrio como lugar de su preocupación, los medios de comunicación referían al municipio en general y, especialmente, a su centro. Sea de un modo u otro, y a diferencia de Blumberg, el problema estaba localizado.

Mientras estos elementos remitían a la víctima como forma de construcción del sujeto político, otras características de la movilización se apartaban del régimen de gubernamentalidad elaborado en torno de esta figura (Garland, 2005). Por un lado,

destaqué la apropiación de elementos provenientes de los lenguajes populares de movilización en Argentina. Por otro, introduce el uso del Facebook como una mediación clave en la constitución del colectivo en términos barriales.

Por último, la respuesta estatal frente al reclamo combinó diferentes artefactos de control policial de la población. Entre ellos, el destacamento resulta significativo en tanto coincide con el fin de las manifestaciones. Su localización en el límite entre Villa Constructora y Villa Palito parece una respuesta al acercamiento implicado en la urbanización. Mientras otras agencias estatales operan igualando, la policía restituye las jerarquías controlando los movimientos de las poblaciones.

Bibliografía citada

BERMÚDEZ, N. Moralidades de la inseguridad. In: BERMÚDEZ, N.; PREVITALI, M. E. *“Merodear la ciudad”. Miradas antropológicas sobre espacio urbano e inseguridad en Córdoba*. Córdoba: Facultad de Filosofía y Humanidades, 2013.

CALZADO, M. *Inseguros. El rol de los medios y la respuesta política frente a la violencia*. Buenos Aires: Aguilar, 2015.

———. Elementos para el análisis del tratamiento mediático del caso Blumberg. Documento de Trabajo 5, 2006.

CARMAN, M. Cercanías espaciales y distancias morales en el Gran Buenos Aires. In: KESSLER, G. (Comp.) *El Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Unipe; Edhasa, 2015.

CAVENDER, G. Media and crime policy: a reconsideration of David Garland’s the culture of control. *Punishment & Society*, v. 6, n. 3 p. 335-348, 2004.

FARINETTI, M. Violencia y risa contra la política en el Santiagueño: indagación sobre el significado de una rebelión popular. *Apuntes de Investigación del Cecyp* n. 6, 2000.

FAVA, R. La clase media, entre la historia y la cultura. Representaciones sobre los “vecinos” en el conflicto con los “ocupantes” del Parque Indoamericano”. In: CRAVINO, C. (Comp.) *Derecho a la ciudad y conflictos urbanos. La ocupación del Parque Indoamericano*. Los Polvorines: UNGS, 2014.

FOCÁS, B. Inseguridad: en busca del rol de los medios de comunicación. *La Trama de la Comunicación*, v. 17, p. 163-174, 2013.

GALAR, S. Seguridad ciudadana, movilización colectiva y percepción del delito. El rol de los medios de comunicación locales en la construcción de una marcha de silencio en una ciudad del interior de la provincia de Buenos Aires. *Question*, v. 1, n. 23, 2009.

GARLAND, D. *La cultura del control. Delito y orden social en la modernidad tardía*. Barcelona: Gedisa, 2005.

HOPE, T.; SPARKS, R. Introduction. In HOPE, T.; SPARKS, R. *Crime, risk and insecurity. Law and order in everyday life and political discourse*. New York: Routledge, 2000.

ISLA, A.; MÍGUEZ, D. *Entre la inseguridad y el temor: Instantáneas de la sociedad actual*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

JELIN, E. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. *Cadernos Pagu*, v. 29, p. 37-60, 2007.

KESSLER, G. *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

KRAUSE, K. Supporting the iron fist: Crime news, public opinion, and authoritarian crime control in Guatemala. *Latin American Politics and Society*, v. 56, n. 1, p. 98-119, 2014.

MARTÍNEZ, F. Ciudadanía episódica y exclusión. Análisis del caso Blumberg. *Tropos y Topos*, v. 1, n. 3, Córdoba, 2005.

MOLINA DERTEANO, P.; DÁVOLOS, P.; DIÚ, G. Los fenómenos demográficos y las desigualdades territoriales. *Debate Público*, v. 4 n. 8, p. 39-49, 2014.

MULCAHY, A. Claimsmaking and the construction of legitimacy: Press coverage of the 1981 Northern Irish hunger strike. *Social Problems*, v. 42, n. 4, p. 449-467, 1995.

MURILLO, Susana. *Colonizar el dolor. La interpelación ideológica del Banco Mundial en América Latina. El caso argentino desde Blumberg a Cromañón*. Buenos Aires: Clacso, 2008.

OBSERVATORIO DE POLÍTICAS DE SEGURIDAD DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES. *Violencias y delitos en la provincia de Buenos Aires 2009-2012: un análisis a partir de la estadística oficial*. La Plata: UNLP, 2014.

PITA, M. V. *Formas de morir y formas de vivir: el activismo contra la violencia policial*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2010.

ROCCA RIVAROLA, D. La Matanza, avatares de la continuidad asegurada. Peronismo, partidos opositores y organizaciones piqueteras. In: CHERESKY, I. (Comp.). *La política después de los partidos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

RODRÍGUEZ ALZUETA, E. *Temor y control. La gestión de la inseguridad como forma de gobierno*. Buenos Aires: Futuro Anterior, 2014.

SCHILLAGI, C. La muerte como recurso político. Respuestas institucionales en torno al asesinato de José Luis Cabezas en 1997. *Jornadas de Sociología UNGS*, 2012.

———. Sufrimiento y lazo social. Algunas reflexiones sobre la naturaleza ambivalente del dolor. Práctica de oficio. *Investigación y Reflexión en Ciencias Sociales*, v. 7, p. 1-8, 2011.

SVAMPA, M.; PEREYRA, S. *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

WACQUANT, L. *Castigar a los pobres. El gobierno neoliberal de la inseguridad social*. Barcelona: Gedisa, 2010.

Fuentes citadas

DIARIO CLARÍN, 27.04.13, 30.04.13, 12.05.13, 26.05.13, 28.05.13, 04.06.13, 07.06.13, 14.06.13, 19.06.13, 18.08.13.

DIARIO PERFIL, 27.04.13.

DIARIO POPULAR, 27.04.13, 26.05.13, 05.07.13.

DIARIO NCO, 02.05.13, 07.05.13, 29.05.13, 06.06.13.

PERIÓDICO UNO, 13.06.13, 24.06.13, 01.07.13.

PORTAL TN, 27.05.13.

Suplemento Clarín zonal, 01.05.13, 03.05.13, 28.05.13, 30.05.13, 04.06.13, 07.06.13, 14.06.13, 15.06.13, 17.06.13, 18.06.13, 19.06.13, 20.06.13.

www.villaconstructora.com.ar (consultado en Mayo 2015).



Desistência do crime

Recebido: 14.09.17
Aprovado: 07.03.18

Marcos Rolim*

* Marcos Rolim é doutor e mestre em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Presidente do Instituto Cidade Segura e membro do Conselho Administrativo do Centro Internacional para Promoção dos Direitos Humanos. Autor, entre outros, de *A síndrome da Rainha Vermelha, policiamento e segurança pública no século XXI* (Zahar, 2006) e *A formação de jovens violentos, estudo para a etiologia da violência extrema* (Appris, 2016). <marcos@rolim.com.br>.

Resumo: O texto explora o conceito da desistência criminal, cada vez mais empregado na literatura criminológica contemporânea, a discutir o tema da estabilidade e da mudança comportamental a partir de novas bases teóricas. O trabalho discute as contribuições de diferentes teorias criminológicas e oferece uma síntese sobre as principais evidências encontradas em estudos longitudinais, destacando a relevância do fator etário para a desistência considerada na hipótese da “reforma de maturação”. A partir da “perspectiva do curso de vida” (Sampson & Laub, 1995), são indicados os chamados “pontos de virada” representados por eventos especiais correlacionados à desistência como o casamento, o nascimento do primeiro filho, a conquista de um emprego formal, entre outros. Com base na experiência internacional, sustenta-se que o fenômeno da desistência pode ser amplamente estimulado com políticas públicas e programas específicos, o que tenderia a produzir impactos positivos quanto à segurança pública. Em sua parte final, esse desafio é situado na realidade brasileira, com a sugestão de caminhos para a prevenção terciária, particularmente no que tange à integração comunitária dos egressos do sistema prisional.

Palavras chave: Desistência criminal. Reforma de maturação. Pontos de virada. Prevenção terciária. Apoio aos egressos.

Desistance from crime

Abstract: The text explores the concept of desistance from crime, which has been increasingly used in contemporary criminological literature, debating the subject of stability and behavioural change from new theoretical principles. The work discusses the contributions of different criminological theories and offers an overview on the main evidence found in longitudinal studies, highlighting the relevance of the age factor for the desistance considered by the “maturational reform” hypothesis. The “life-course perspective” (Sampson & Laub, 1995) indicates the so-called “turning points”, represented by special events correlated to desistance, such as marriage, birth of the first child, first formal job experience, amongst others. The international experience sustains that the phenomenon of desistance can be broadly stimulated through public policy and specific programs, which would most likely achieve positive results as to the overall safety of the population. In its final part, this challenge is applied to the Brazilian context, and paths to tertiary prevention, specifically regarding the community integration of former inmates, are suggested.

Key words: Desistance from crime. Maturational reform. Turning points. Tertiary prevention. Former inmate support.

Introdução

No que diz respeito ao crime e à violência, as ciências sociais – particularmente a criminologia – têm procurado compreender o que poderia explicar o envolvimento com o ato disruptivo e quais as diferenças entre aqueles que se dedicam ao crime e os que observam as normas legais. Contemporaneamente, pouca importância tem sido dispensada pelos pesquisadores às diferenças entre aqueles que cometem crimes persistentemente ao longo de suas vidas e aqueles que se afastam das dinâmicas ilegais e se dispõem a um recomeço. O fenômeno, indicado na literatura com o conceito de “desistência”, diz respeito à grande maioria dos casos de envolvimento de jovens com o crime e merece atenção especial.

Neste artigo, trataremos da desistência criminal como “um processo de abstenção do crime entre aqueles previamente engajados em um padrão criminal sustentável” (Maruna, 2001). A expressão “processo” deve ser destacada por lidarmos com dinâmica própria, em regra sem “ponto de corte” demarcado por decisão soberana em favor da desistência. Trabalhos como o de Farral e Calverley (2006) sustentam que pessoas dispostas a não mais reincidir em atividades criminais se envolvem, ainda, em algumas práticas ilícitas até que a decisão se viabilize. Haveria, assim, “falsas paradas” ou “recomeços”, o que os autores designam com a expressão “recaídas” (*relapses*). As teorias mais recentes sobre a desistência sublinham que o processo envolve transformação cognitiva e mudança de identidade em que os indivíduos passam a se conceber como cidadãos comuns.

Maruna (2001) constatou que os desistentes costumam ter uma “narrativa pessoal de redenção” com elementos constantes. O primeiro deles é a noção do “eu verdadeiro”, construção pela qual tudo aquilo que ocorreu antes e que vinculava o sujeito ao crime passam a ser vistos com dizendo respeito a um “outro eu”, um eu distorcido que não era, essencialmente, o narrador. O segundo elemento é a identificação de “algo mau externo” responsável pelo comportamento condenável como, por exemplo, uma droga ilegal ou o álcool. O terceiro tema constante na narrativa tem a ver com a ação daqueles que acreditaram no sujeito e que o ajudaram de alguma forma. Essas pessoas, decisivas no “ponto de virada”, são comumente descritas como aquelas que viram no narrador o seu “eu verdadeiro”, percebendo, portanto, o seu valor. O quarto elemento é a ideia do sofrimento redentor. Ela aparece quando o sujeito afirma que aprendeu muito com a dor passada e que todo o processo o tornou mais forte, sem o que seria impossível chegar ao ponto em que chegou. Por fim, o quinto elemento é a projeção do narrador para o futuro, normalmente concebido como a dimensão em que ele irá realizar algo importante para melhorar a vida dos demais, promover o bem-estar ou refor-

mar as instituições. Para Stone (2015), desistentes que elaboram uma história de redenção têm mais chances de resistir aos danos da estigmatização.

Tradicionalmente, as posições mais comuns diante do desafio da redução das taxas criminais e da violência estão representadas pelos caminhos da repressão e da prevenção ou, pelo menos, por ênfases distintas nos papéis a serem cumpridos, respectivamente, pelo direito penal e por políticas com foco em fatores de risco¹. Esta dinâmica especial de polarização tem, entre outros resultados danosos, dificultado que se considere o tema da desistência criminal e que se reconheça sua importância como fenômeno social. Trata-se de circunstância grave que explica porque, a rigor, não possuímos políticas de prevenção terciária² no Brasil e porque, para além dos textos legais e das promessas de ressocialização, poder público e sociedade se somam para tornar a vida dos desistentes um inferno.

Apresentaremos algumas das evidências significativas a respeito da desistência criminal, sintetizando as abordagens criminológicas a respeito do tema, com destaque para a “perspectiva de curso de vida” (*life-course perspective*) sustentada por Sampson e Laub (1995). Ao final, sugerimos caminhos a serem considerados pelos gestores em segurança pública no Brasil, para uma política pública mais eficiente quanto à prevenção, capaz de produzir resultados positivos em curto prazo.

A extensão do fenômeno criminal

Quando nos referimos ao fenômeno criminal, é comum imaginar que as condutas disruptivas sejam caracteristicamente aquelas experimentadas por um determinado grupo de pessoas. No linguajar comum e estereotipado, se assume que atos criminais são aqueles praticados por “bandidos”. Os que são reconhecidos como cumpridores de seus deveres, as chamadas “pessoas de bem”, não cometeriam crimes. A moldura é comum, mas diz respeito mais propriamente às histórias infantis, povoadas por vilões e super-heróis. No mundo real, as fronteiras entre a observação da lei e sua violação são muito menos marcadas. Em determinados momentos, ao longo das nossas vidas, pode-se mesmo afirmar que elas são bastante ambíguas.

Sabemos disso graças aos “estudos de autorrelato” (*self-report studies*) que permitem que entrevistados respondam a questionários sob total anonimato. Tal metodologia, que começou a ser empregada em meados do século passado, tem sido substancialmente desenvolvida, alcançando um patamar de sofisticação, validação e confiança notáveis (Thornberry & Krohn, 2000)³. Tais trabalhos trouxeram à tona uma extensão do fenômeno criminal até então insuspeita. Em estudo clássico, Far-

1. No caso brasileiro, o contraponto às posições mais conservadoras não tem sido oferecido pela ideia de prevenção com foco em fatores de risco para o crime e a violência, mas pela noção genérica de “políticas sociais”, o que fecha o círculo de simplificações e equívocos que vicia o debate sobre segurança pública no país.

2. Em criminologia, entende-se por “prevenção primária” o tipo de política de prevenção de caráter universal. A prevenção secundária é aquela necessária para a abordagem de grupos de pessoas em situação de risco, tanto para o envolvimento com o crime quanto para a vitimização. Considera-se como prevenção terciária as iniciativas delineadas para sujeitos que se envolveram com o crime.

3. Passou-se, por exemplo, a medir mais adequadamente a frequência e a variedade de delitos cometidos. Para se evitar a interpretação errônea do próprio autor sobre a dimensão do ato ilegal praticado, os modernos estudos de autorrelato têm apresentado questões que se sucedem às respostas afirmativas para um conjunto de delitos envolvendo,

por exemplo, uma avaliação sobre os valores dos bens subtraídos para os casos de furto ou roubo, a extensão dos danos causados às vítimas para os casos de agressão, e assim sucessivamente.

4. Lambert Adolphe Jacques Quetelet (1796-1874) foi um astrônomo, matemático, estatístico e sociólogo belga, fundador do Observatório de Bruxelas.

rington (1989), por exemplo, encontrou 96% de respostas afirmativas para “pelo menos um crime em minha vida”, em amostra de pessoas de até 32 anos.

Sabe-se que o fenômeno criminal se concentra nos períodos da adolescência e dos primeiros anos de vida adulta. Como regra, os jovens se envolvem em atos delituosos de menor gravidade. Thornberry e Krohn (2000) concluíram que inexistente correlação estatisticamente significativa entre os relatos positivos para o crime feitos pelos jovens e sua origem social, revelando que adolescentes e jovens adultos de classe média tinham tantas probabilidades de se envolver em crimes quanto adolescentes e jovens adultos de famílias pobres. A conclusão é contraintuitiva e oferece um radical contraste com os registros criminais e com os perfis dos adolescentes e jovens adultos processados judicialmente; o que sugere que a distância entre os dados colhidos em pesquisas e o perfil social dos jovens condenados estaria revelando não um “retrato do crime”, mas um retrato a respeito do trabalho dos órgãos de persecução, sobre seus filtros e prioridades.

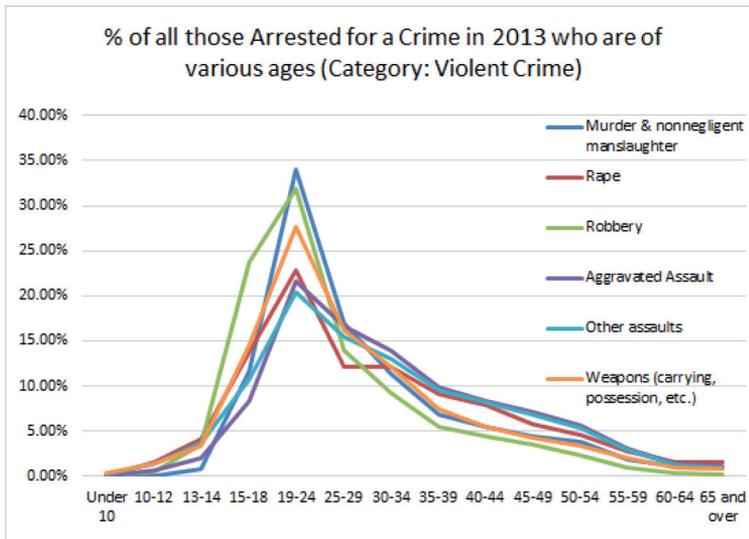
A reforma de maturação

O primeiro estudo a constatar a concentração de atos delituosos na adolescência e nos primeiros anos de vida adulta foi desenvolvido por Quetelet⁴. Ao observar as taxas criminais na Inglaterra e na França entre 1826 e 1829, percebeu que havia uma “idade de pico” entre os jovens (Beirne, 1987). De lá para cá, os levantamentos disponíveis sugerem uma constante no fenômeno. Este ponto mais destacado nas faixas etárias no qual onde se concentrariam os delitos, estaria em torno dos 21 anos para os homens e 16 anos para as mulheres (Graham & Bowling, 1995). Por razões que importa analisar, a grande maioria destes jovens que cometem atos disruptivos deixa de se envolver em práticas do tipo, enquadrando seu comportamento nas expectativas sociais de respeito e observação às normas legais (Hirshi & Gottfredson, 1983). Uma pequena parcela deles permanece cometendo crimes, afirmando esta conduta como um estilo de vida e constituindo o que identificamos como “carreiras criminais” (Piquero *et alii*, 2007).

A Figura 1 mostra a tendência de distribuição etária para os crimes violentos nos Estados Unidos, em 2013. As linhas permitem visualizar o “pico” etário, entre 19 e 24 anos, para aqueles que foram presos acusados da prática de homicídios dolosos, estupro, roubos, lesões corporais, outros tipos de agressões e porte ou posse ilegal de armas de fogo.

O trabalho de Sheldon e Eleanor Glueck, *Unraveling juvenile delinquency (Desvendando a delinquência juvenil)*, publicado em 1950 – um dos mais amplos e

FIGURA 1
TIPOS DE CRIMES VIOLENTOS E IDADE



Fonte: US Department of Justice, Federal Bureau of Investigations (FBI), Uniform Crime Reports. Table 38: Arrests by age – 2013.

Disponível em: <<http://wpsites.maine.edu/criminology/lecture-4-general-characteristics-of-crime-and-criminals/>>.

ambiciosos estudos etiológicos sobre o crime já realizados –, havia tratado do tema da concentração dos atos infracionais entre adolescentes e jovens adultos e a posterior desistência com a chamada “hipótese da maturação”. Para eles, duas dinâmicas estariam presentes: de um lado, o processo de aprendizagem e socialização que permite a introjeção de normas e valores morais; de outro, o processo orgânico de maturação cerebral. Por esta abordagem, a criminalidade tenderia a diminuir após os 25 anos de idade, independentemente de qualquer intervenção, sendo o envelhecimento o único fator significativo no processo reformador.

A intuição dos Gluecks é hoje amparada pelas evidências dos estudos mais recentes sobre o funcionamento cerebral. De fato, o cérebro passa por um processo de maturação, cujo estágio final está no lóbulo frontal onde se verificam mais mudanças durante a adolescência do que em qualquer outro período (Sowell *et alii*, 1999). Segundo os conhecimentos da neurociência, as funções executivas mais desenvolvidas do cérebro – como o planejamento, a memória verbal e o controle dos impulsos – estão situadas nos lobos frontais, exatamente as áreas que são as últimas do processo de maturação cerebral e que só estarão “prontas” por volta da metade da terceira década de vida, ou seja, entre os 20 e os 30 anos (Johnson *et alii*, 2009).

Desistência, neutralização e autocontrole

A desistência agrega dificuldades para a criminologia já que não constitui evento que possa ser observado – pelo menos não enquanto ocorrência criminal. Trata-se, antes, da ausência de eventos, do processo pelo qual alguém se afasta de certas práticas e decide construir outros caminhos, o que coloca desafios também para uma definição consensual⁵.

5. Um dos aspectos não equacionados diz respeito aos critérios necessários para caracterizar a desistência criminal (registros policiais ou estudos de autorrelato, por exemplo) e o tempo considerado razoável para se concluir que alguém se afastou, de fato, do envolvimento com o crime.

Sykes e Matza (1957) sustentaram que os jovens envolvidos com o crime seguem sendo influenciados pelos valores do respeito às leis, mas conseguem “desativá-los” – temporariamente –, como inaplicáveis ou desimportantes, usando técnicas de neutralização moral. Estas técnicas oferecem uma espécie de racionalização pela qual o ato desviante é integrado em uma moldura que o legitima por outros valores. Dessa forma, o autor do delito pode conviver com o fato de ter desrespeitado a norma, sem sentir-se culpado por isso e sem remorsos pelos danos produzidos às vítimas⁶.

6. Em razão deste resultado, a teoria da neutralização tem oferecido um importante ponto de apoio para a abordagem de superação de conflitos conhecida como “justiça restaurativa”. O encontro com as vítimas, dentro de um modelo de justiça restaurativa, tornaria muito mais difícil manter construções ficcionais do tipo, permitindo com que os autores de atos delituosos enfrentem a realidade dos danos causados às pessoas

A teoria de Sykes e Matza, inserida na tradição sociológica do interacionismo simbólico, recusa a noção segundo a qual haveria uma “subcultura delincente” estruturada em torno de valores independentes da cultura dominante. As pessoas envolvidas em comportamentos delituosos compartilham valores tradicionais da sociedade e apreciam os objetivos de vida dos cidadãos cumpridores dos seus deveres. Elas intuiriam, entretanto, que seus pares desaprovam comportamentos em conformidade com as normas tradicionais – como a dedicação ao trabalho e ao estudo, por exemplo –, razão pela qual não expressariam os valores correspondentes.

Para Sykes e Matza, racionalizações do tipo estariam na origem do comportamento delituoso. Não seriam, enfim, apenas justificativas *a posteriori*. O problema aqui parece ser o não reconhecimento de que o comportamento humano nem sempre é racionalmente motivado. Aliás, uma visão de conjunto sobre a ação humana encontrará dificuldades em compreendê-la como consequência de escolhas racionais. Muitos são os estudos que demonstram a opção preferencial das pessoas por alternativas motivadas pelo preconceito ou por mecanismos que operam inconscientemente (Mlodinow, 2012; Ariely, 2010; Brafman & Brafman, 2009). Justificativas racionais para a ação, por isso mesmo, costumam ser oferecidas *post factum*, o que, talvez, indique que hábitos e estruturas regulem mais frequentemente a ação do que a razão e que o inconsciente – como propõe a psicanálise –, seja uma espécie de “governo obscuro abaixo do trono polido da investidura do ego” (Hollis, 2010: 30).

O tema da mudança de comportamento – tanto o fenômeno da desistência quanto o do envolvimento posterior com o crime – é muito importante também em termos de políticas públicas. Uma abordagem como a de Gottfredson e Hirschi (1990), por exemplo, construída a partir do argumento central de que as pessoas se afastam do crime à medida que consolidam mecanismos de autocontrole já na infância, atribuirá, por consequência, grande importância às relações entre pais e filhos. A explicação, todavia, pressupõe a estabilidade como consequência lógica (quem desenvolve autocontrole se afasta do crime, os que não desenvolvem tendem a se envolver com ele). O argumento, assim, não explica a mudança de comportamento, o que exige dados longitudinais, razão pela qual, aliás, Farrington (1986) e Blumstein *et alii* (1988) são críticos de Hirschi e Gottfredson. Por isso, Sampson e Laub (1995) consideram que não é possível explicar os padrões criminais na vida adulta apenas a partir da formação dos adolescentes e que a ausência de dados desde uma perspectiva histórica, longitudinal, inviabiliza a definição de políticas criminais eficientes.

Perspectiva do curso de vida

O estágio atual das pesquisas etiológicas sobre crime e violência não permite identificar com precisão as conexões entre as variáveis macroestruturais (classe social, etnia, mobilidade) e microestruturais (interação entre pais e filhos, disciplina) com o controle social informal. Isto exigiria uma nova teoria criminológica que, para Sampson e Laub, deve incorporar os seguintes elementos:

1. Família e escola são instâncias de mediação através das quais o contexto social modula comportamentos. Ambas as instituições são, por isso, fundamentais para se compreender a transgressão na infância e na adolescência.
2. Os comportamentos antissociais desenvolvidos precocemente na infância tendem a se manter na adolescência e na vida adulta em domínios variados.
3. Vínculos fortes no mundo adulto – como o casamento, nascimento dos filhos e emprego estável – explicam mudanças de conduta e o fenômeno mais amplo da desistência do crime.

Com estes pontos, teríamos uma teoria criminal com a perspectiva do curso de vida, capaz de dar conta não apenas da continuidade dos comportamentos disruptivos, mas também da mudança. As diferenças individuais – quanto ao autocontrole e

quanto ao vínculo criado desde muito cedo entre as crianças e seus pais – seguem sendo importantes nesta perspectiva, mas há fatores supervenientes no mundo adulto que não podem ser subestimados.

Para além da teoria da reforma de maturação, temos a contribuição de Farrington (1992) sobre o controle social informal – ou “teoria do vínculo social” (*social bond theory*) –, que destaca a importância dos vínculos familiares, educacionais e de emprego entre os jovens adultos como variáveis que poderiam explicar melhor as mudanças de comportamento e, especialmente, a desistência criminal. Jovens com estes vínculos fragilizados manifestam pouca aderência às normas também porque teriam menos a perder. Matza (1964) foi um dos primeiros autores a enfatizar esses temas e o conjunto de evidências atualmente disponível parece afastar qualquer dúvida sobre sua importância. As correlações entre desistência criminal e emprego são muito fortes, tal como a escolaridade, o casamento e a paternidade/maternidade. Sampson e Laub (1995) concluíram que algumas instituições-chave para o controle social na transição para o mundo adulto – como emprego, serviço militar e casamento – são capazes de modificar caminhos. Vínculos sociais fortes podem explicar a desistência do crime entre adultos, apesar do histórico de persistente comportamento delituoso.

Sobre os vínculos propiciados por uma relação estável no mercado de trabalho, sabe-se que jovens entre 17 e 25 anos com empregos de baixa estabilidade apresentam quatro vezes mais chances de serem presos, oito vezes mais chances de terem comportamentos desviantes e seis vezes mais chances de abusar do consumo de bebidas alcoólicas do que jovens entre 25 e 32 anos, quando comparados com jovens da mesma idade que possuem empregos estáveis (Sampson & Laub, 1995: 179). Empregos não são a resposta à criminalidade, o que se torna evidente se tivermos em conta as elevadas taxas de corrupção e de crimes praticados por altos executivos privados e por destacados membros do Estado em todo o mundo. Devem, entretanto, ser parte central de qualquer estratégia voltada à recuperação de pessoas com histórico criminal e cumprem um papel decisivo no processo de desistência, especialmente para os indivíduos com mais de 26 anos (Uggen, 2000)⁷.

Sobre a paternidade/maternidade, alguns estudos sustentam que ela contribui para a desistência criminal, porque permite um aumento do controle social informal (já que as expectativas de familiares e amigos se alteram), porque altera as atividades de rotina e permite uma mudança de identidade e de papéis sociais. Ter uma criança também implica, normalmente, o redirecionamento dos investimentos para a conformidade, “porque algo mais está em jogo”. Para Maruna *et alii* (2003), a família e os laços mais íntimos de afeto podem oferecer às pessoas uma

7. Uggen (2000) sustenta que os resultados de sua pesquisa sugerem que os mecanismos mais eficazes de desistência entre adolescentes e jovens adultos devem ser de natureza distinta das oportunidades de emprego. Já uma modesta chance de trabalho alguns anos depois poderá fazer toda a diferença. Em estudo realizado com adolescentes em Santiago, no Chile, Mettifogo *et alii* (2015) encontraram que a família, os amigos e o trabalho foram os temas de maior relevância na narrativa dos jovens dispostos à desistência.

noção de sentido e uma direção até então inexistentes. Graham e Bowling (1995) encontraram, em amostra britânica, efeitos mais pronunciados de desistência nas mães quando comparados com os pais. Kreager *et alii* (2010 apud Monsbakken *et alii*, 2013) encontraram, em mães de um bairro pobre em Denver, no Colorado, Estados Unidos, que a maternidade – e não o casamento – era o primeiro “ponto de virada” (*turning points*) na trajetória delinquente das mulheres. Estudo de Monsbakken *et alii* (2013), na Noruega, com cruzamentos de dados sobre mais de 200 mil pessoas, homens e mulheres, que tiveram seu primeiro filho entre 1997 e 2001, sustenta que paternidade e maternidade podem ser definidores para a desistência criminal, mas apenas para homens e mulheres solteiros⁸. Shannon e Abrams (2007 apud Helyar-Cardwell, 2012) constataram que a experiência da paternidade produz um impacto positivo quanto à desistência. Sabe-se que presos que são pais e que mantêm laços fortes com seus familiares apresentam chances menores de reincidência (Niven & Stewart, 2005 apud Helyar-Cardwell, 2012). LeBel *et alii* (2008 apud Helyar-Cardwell, 2012), em estudo com 130 presos por crimes patrimoniais, encontraram que aqueles que se identificavam como “pais de família” (*familyman*) tiveram taxas menores de reincidência em comparação com os que não se identificavam assim.

Para Carlsson (2012), não seriam os pontos de virada em si a causa da desistência criminal e sim a forma como estas mudanças operam. Determinada qualidade das relações estabelecidas no emprego, na relação conjugal ou nos programas educacionais faria toda a diferença, o que torna o tema ainda mais complexo. No mais, persistem dúvidas a respeito de se as correlações encontradas não seriam espúrias, vez que pessoas decididas a cometer crimes não procuram empregos, nem oportunidades educacionais ou casamentos (Gottfredson & Hirschi, 1990). O que muitos estudos deixam evidente é que o processo de desistência criminal não é, como regra, decorrência exclusiva da agência individual, emergindo no espaço compreendido entre o indivíduo e a comunidade (Farral *et alii*, 2010; Vaughan, 2007; Maruna, 2001).

A maior parte das evidências a favor da estabilidade comportamental (criminal ou de conformidade com as normas) vem de estudos feitos por psicólogos e por cientistas sociais que pesquisam o comportamento antissocial genericamente. Nesses trabalhos, os conceitos legais de crime podem ou não estar presentes. Assim, por exemplo, Huesmann *et alii* (1984) constataram que a agressividade precoce em crianças é fator preditivo para agressividade e conduta criminal na idade adulta. Muitos outros estudos repetem o mesmo tipo de conclusão de modo que é possível se falar na formação de um consenso em torno da ideia de que crianças que apresentam altas taxas de comportamento antissocial possuem mais chances de

8. Eles constaram que, durante a gravidez, as ocorrências criminais com as mulheres caíram abruptamente em níveis próximos de zero, o que ocorreu igualmente nos três “recortes” de casais examinados: casados, coabitando e separados. A queda tão brusca implicava em retomada da curva criminal após o nascimento, mas em níveis mais baixos do que antes da gravidez. Na média, então, uma parcela das mães retornava às atividades delituosas, enquanto outra desistia dela, mas a desistência só foi significativa para as mães solteiras. No que se refere aos pais, também se verificou a queda na curva criminal anterior ao nascimento, mas sem os movimentos bruscos de queda e retomada. A desistência criminal em um prazo mais longo também foi significativa para os pais solteiros. Com relação aos pais casados ou que coabitavam, os dados sugerem que a desistência está associada a uma decisão anterior à gestação das esposas/companheiras, possivelmente vinculada a um maior compromisso com elas.

serem adultos com comportamento antissocial quando comparadas com as demais crianças (Loeber, 1982).

Os Gluecks também haviam identificado a estabilidade em *Unraveling juvenile delinquency*, sendo que a maioria dos jovens do grupo de controle (não envolvidos com práticas delituosas) permaneceu basicamente nos limites da legalidade, enquanto os demais seguiram envolvidos com o crime entre os 18 e os 25 anos. O que fez com que Robins (1978, apud Sampson & Laub, 1995) tenha sumarizado os resultados dos estudos com quatro grupos de jovens do sexo masculino afirmando que o “comportamento antissocial adulto virtualmente requer comportamento antissocial na infância”. Sampson & Laub (1995) chamam a atenção, entretanto, para o seguinte paradoxo: apesar de os estudos revelarem que comportamento antissocial na infância é o melhor preditor para comportamentos antissociais na vida adulta, as crianças com comportamentos antissociais não se tornam, em sua maioria, adultos antissociais. Em verdade, olhar as carreiras criminais retrospectivamente faz com que se ressalte a estabilidade, mas, se olhamos prospectivamente as condutas de crianças disruptivas, veremos um cenário onde a mudança é muito mais saliente; o que é válido também para adolescentes envolvidos com o crime. Os autores entendem que baixo autocontrole é um dos elementos na configuração causal que pode conduzir alguém à prática do delito e que uma teoria criminal deve trabalhar tanto com a estabilidade quanto com a mudança das condutas. A teoria que eles sustentam enfatiza a importância dos vínculos sociais informais com a sociedade em todas as idades ao longo do curso da vida. Os efeitos do controle informal na infância, na adolescência e no mundo adulto são o centro do modelo teórico que eles apresentam.

Nós diferenciamos o curso de vida dos indivíduos na base da idade e argumentamos que as importantes instituições de controle formal e informal variam muito ao longo da vida das pessoas. Por exemplo: na infância e na adolescência, as instituições mais importantes de controle social são claramente a família, a escola, o grupo de amigos e as instâncias da justiça juvenil. Na fase de jovens adultos, as instituições de educação superior ou de treinamento vocacional, o trabalho e o casamento começam a ser salientes. O sistema de justiça juvenil é substituído pelo sistema de justiça para adultos. Finalmente, na metade da vida adulta, as instituições dominantes de controle social são o trabalho, o casamento, a paternidade, os investimentos na comunidade e o sistema de justiça criminal (Sampson & Laub 1995: 17-18).

Parte-se aqui da teoria do controle social de Dürkheim: o crime e as práticas desviantes surgem quando os vínculos dos indivíduos com a sociedade são quebrados

ou fragilizados. Mudanças que fortaleçam os vínculos do indivíduo com a sociedade diminuem o crime e a violência; inversamente, mudanças que enfraqueçam estes vínculos estimulam o crime. Os laços oferecidos pelos empregos e pela família são os inibidores-chave para o crime e o desvio entre adultos.

Os dados do estudo dos Gluecks mostram que os jovens envolvidos com a delinquência (registrada e reportada) apresentam uma tendência muito maior a não concluir os seus estudos; o mesmo é válido para as crianças de temperamento irritadiço e agressivo. Jovens envolvidos com delinquência apresentam pelo menos três chances mais de terem um histórico de instabilidade nos empregos quando chegarem à vida adulta; da mesma forma, comportamentos antissociais na infância estão relacionados à dependência econômica no mundo adulto. Jovens do sexo masculino envolvidos com delinquência, por fim, apresentam entre três e cinco vezes mais chances de se separarem ou de se divorciarem de suas parceiras.

O que não se pode esquecer é que as conexões entre o comportamento antissocial conhecido na infância e os resultados problemáticos na vida adulta podem ser explicadas, pelo menos em parte, pelas desvantagens estruturais e pela redução de oportunidades experimentadas por jovens institucionalizados e estigmatizados. O estigma de uma condenação pode mesmo estender-se para além de uma geração, explicando os efeitos da prisão dos pais sobre o comportamento delituoso dos filhos, independentemente das características familiares e de eventual precoce propensão ao crime (Hagan & Palloni, 1990 apud Sampson & Laub, 1995). Por isso, para alguns autores, a continuidade observada pelos estudos pode ser, em parte, ilusória (Farrington, 1986: 373). De outra parte, a estabilidade no emprego é bem mais difícil de ser alcançada por aqueles que vivenciaram a experiência juvenil ou adulta de encarceramento, o que reforça a importância do estigma como fator criminogênico.

Política pública e desistência

O fenômeno da desistência criminal precisa ser considerado no processo de delineamento de políticas criminais no Brasil. Observe-se, inicialmente, a idade de “pico” referida para as práticas criminais. O fato da idade referida situar-se, para os jovens do sexo masculino, nos primeiros anos da vida adulta parece já desnudar o mito de que a redução da idade penal possa produzir desencorajamento. Fosse assim, a tendência de queda nas práticas delituosas ocorreria quando da idade penal fixada e não alguns anos depois. A curva de crimes violentos em relação à idade mostrada na Figura 1 evidencia muito bem que aquelas práticas criminais aumentam nos Estados Unidos até os 24 anos. Assim, o fato de ser legalmente possível conduzir adolescentes acusados pela prática de delitos a cortes de adultos

– e todo o rigor das penas introduzidas sob políticas criminais “duras” (*tough on crime*) – não produziu, nos Estados Unidos, qualquer sinal de redução nas práticas violentas até a “idade de maturação”. O mesmo fenômeno se repete, com pequenas variações, em muitos outros países (Van Mastrigt & Farrington, 2009).

Entre os adolescentes e jovens adultos já envolvidos com o crime no Brasil há disposições muito variadas. Alguns não concebem a possibilidade de um recomeço, porque imaginam que não saberiam fazer outra coisa ou porque pressentem que seriam incapazes de se afastar do crime sem serem mortos. Nestes casos, a chance de sobrevivência os vincula ao grupo criminal. Para além das dinâmicas violentas em que se envolveram, entretanto, parte expressiva destes jovens deseja sinceramente uma nova vida. Segundo Rolim (2016), o objetivo do recomeço está presente nos internos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), do Rio Grande do Sul (antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor – Febem). Na amostra, os planos de recomeço apareceram fortemente vinculados às expectativas das companheiras e dos familiares. Os vínculos amorosos, no caso, parecem exigir uma mudança de atitude, mais do que um balanço racional a respeito do tipo de vida no mundo do crime. No centro do projeto, são nítidos os objetivos de “constituir família” e ter uma vida como as pessoas “normais”, conforme pode se ver nos extratos a seguir.

Jovem 1 – Foi quando eu conheci minha mulher. Eu tava no crime, mas ela não. Ela é da Igreja. E aí nós nos conhecemos, aí eu comecei a me afastar um pouco e ficar mais com a família dela que era tudo gente de bem. Daí ela engravidou. Mas eu tava foragido e minha vida tava de cabeça prá baixo, uma coisa de louco. Daí ela pediu para que eu escolhesse entre ela e nosso filho ou o crime e a cadeia. Daí eu falei que escolhia ela e falei pro meu patrão o que tava acontecendo – “Ó, tô saindo, não te devo nada, tu não me deve nada, tamo zerado.” Aí eu saí do crime. Fui trabalhar com um amigo meu de padaria. Até que a polícia me capturou dentro da padaria; aí eu to aqui.

Jovem 2 – Bah, na real eu tive muito desgosto que eu não queria ter passado. Sofri bastante, não adquiri nada. A coisa mais valiosa é a liberdade e, quando eu sair daqui, vou apreciar a liberdade. Não digo que eu vou conseguir um serviço de cara, eu vou me matricular e vou arrumar algum serviço. Eu sei que posso ganhar dinheiro com venda, sem roubar de ninguém. Posso guardar algum dinheiro, minha mãe quer ajudar, me dar uma moto, para trabalhar de moto. Se tiver no meu pensamento essa vontade de mudança, vou conseguir [...]. Quando eu cáí preso eu passei a dar valor para minha família, porque meus amigos lá fora não teve um para se preocupar comigo, só a família da gente. Então, isso é

um sentimento que eu aprendi. No caso, mesmo um matador tem sentimento. Na real eu só dei desgosto para minha família [...]. Foi na Febem que eu comecei a prestar atenção na religião e comecei a ler a *Bíblia*. No começo eu não entendia nada, mas aí tinha um obreiro da Igreja que me explicava a palavra de Deus. Foi quando eu comecei a ficar sereno. Por isso eu quero assumir meu filho quando sair daqui.

Jovem 3 – Sim, eu tenho uma namorada que vem me ver e ela conversa muito comigo e quer que eu mude. Ela fez 19 anos recém e falou que não quer ter filho comigo e tudo se for para seguir me visitando em cadeia. Que ela me visita aqui e teve que se humilhar prá isso, porque o pai dela não queria que ela me visse, mas a guria gosta de mim e veio igual e a intenção dela é que eu mude. Minha mãe também. Tem serviço no interior prá mim, no comércio e entrega de pizza, todo o ano. Agora vai da minha vontade, mas aqui eu não posso ficar. Não posso voltar lá prá vila caso que aí eles me matam. Só em outra cidade pra eu recomeçar (Rolim: 199-201).

Outro tema a ser enfrentado no Brasil com urgência diz respeito às dinâmicas criminosas que acompanham encarceramento em massa, o que tem sido reforçado pela superlotação que promove o alojamento coletivo em galerias de detentos separados não pela gravidade de seus crimes, mas pelo pertencimento a facções criminais. Por esse caminho, o Estado se transformou em um dos mais eficientes organizadores do crime e as possibilidades da desistência criminal são desestimuladas. Notadamente, a experiência de privação de liberdade no Brasil não diz respeito à alfabetização, ao estudo ou à formação profissionalizante. Sobre essa condenação extrajudicial, se sobrepõe uma segunda dinâmica de natureza excludente: o estigma social sobre os egressos do sistema penitenciário. Ao contrário do que imagina o senso comum, muitos são os egressos que, uma vez em liberdade, buscam insistentemente o trabalho. São os que resistiram ao processo de organização criminal ou que desistiram dele. A grande maioria dos empregadores, entretanto, ao saberem que o pretendente possui antecedentes (não necessariamente condenação criminal), recusará qualquer oportunidade de emprego. Pesquisa realizada no Paraná por Wauters (2003) encontrou que, para 70% dos egressos do sistema prisional, o preconceito é o principal motivo de não conseguirem trabalho. Assim, a pena já cumprida se revela perpétua e os egressos são como que empurrados em direção a estratégias ilegais de sobrevivência. Por conta do preconceito disseminado, a corrente criminógena se robustece e a violência é retroalimentada.

O processo de exclusão social produzido pelo estigma contra os egressos ainda não foi suficientemente estudado no Brasil. Não há, no mais, preocupação significativa com o tema no âmbito do poder público. Falamos, entretanto, de um dos proces-

tos mais destacados da criminogênese moderna que poderia ser estancado com políticas de apoio aos egressos e de estreitamento das possibilidades estigmatizadoras. Observe-se, a propósito, a solução encontrada pela Holanda quanto às informações sobre antecedentes e condenações judiciais (Boone, 2011). Naquele país, quando alguém se inscreve para uma vaga no mercado, os empregadores podem solicitar a um serviço governamental se há óbice para que aquela pessoa seja contratada. O serviço não informará se o pretendente tem antecedentes, nem mencionará eventuais processos. Entretanto, se ele tiver sido condenado por maus tratos a uma criança, por exemplo, e desejar um emprego onde lidará diretamente com crianças, o serviço informará que, para aquela função, há óbice. Essa não seria a informação caso a vaga fosse de outra natureza. Assim, a legislação holandesa encontrou uma forma simples de preservar, ao mesmo tempo, os direitos da sociedade e do egresso.

O Brasil se ressentido de políticas de prevenção efetivas e, a rigor, desconsidera as iniciativas exequíveis de prevenção terciária. Esta lacuna ocupa um espaço ainda mais proeminente entre nós, considerando-se a produção em escala industrial de egressos do sistema prisional e a radicalidade dos preconceitos que eles enfrentam.

Políticas efetivas de segurança pública podem e devem estimular a desistência criminal valendo-se, articuladamente, da estrutura do Estado e da sociedade civil. Com base na experiência internacional, sabemos que programas direcionados à reinserção de egressos podem cumprir papel destacado na desistência (Farrall, 2002 apud Maruna, 2010). No Brasil, são raros os estudos sobre reincidência e o tema da desistência não tem sido objeto de análise. Trabalho de Julião (2010) no Rio de Janeiro, encontrou que o estudo no cárcere reduz as possibilidades de reincidência em 39%, enquanto a experiência de trabalho prisional diminui as chances de novo envolvimento com o crime em 48%. Os dados são expressivos, ainda mais se considerarmos a ausência de uma política nacional de trabalho e educação prisional e as condições precaríssimas com que contam os poucos projetos na área. Estudo de Cordeiro *et alii* (2014) identificou na qualidade da relação familiar, na autoestima, na aceitação social e nas oportunidades de emprego os fatores que mais impactam positivamente para a ressocialização de ex-detentos do Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara (Cope), em Santa Catarina. O estudo realçou também as possibilidades virtuosas do trabalho prisional, assinalando o quanto a experiência tem surpreendido positivamente a Intelbras, empresa que montou uma unidade produtiva no complexo. Segundo seus gestores, os presos são mais produtivos que os funcionários regulares da empresa e desenvolvem técnicas inovadoras que aumentam a eficiência dos processos laborais.

As pesquisas com desistentes têm mostrado que o processo costuma ser fortemente impactado por alguém ou por algumas pessoas que acreditaram na possibilidade deste resultado (Rex, 1999 apud Maruna, 2010). O trabalho de assistência social tende a ser especialmente importante nesses programas pela necessidade de auxílio prático nos momentos mais difíceis. Para além das responsabilidades públicas, os estudos revelam que as comunidades podem construir possibilidades virtuosas, produzindo mais desistentes na exata medida em que dão mostras de uma disposição de acolhimento. Para tanto, programas comunitários de integração de egressos, com a participação de voluntários, grupos religiosos, ativistas sociais e empreendedores deveriam ser estimulados (Lebel *et alii*, 2008 apud Maruna, 2010). Pesquisa de Fox (2015), que avaliou o impacto do programa comunitário de integração de egressos identificado pela sigla CoSA (*Circles of Support and Accountability*)⁹, no estado de Vermont, Estados Unidos, demonstrou que a integração comunitária pode ser precursora de um processo exitoso de desistência, ao invés de um resultado da desistência. Primeiro, porque o acolhimento dos egressos em uma comunidade serve para modelar a perspectiva de uma vida normal; segundo, porque as reuniões e o envolvimento comunitário permitem que as normas sejam compartilhadas e, por fim, porque a integração promove a desrotulação, prevenindo desvios secundários. Para a autora, trata-se de reconhecer, desde um ponto de vista ético e também pragmático, que uma sociedade capaz de punir deve ser também capaz de encerrar a punição.

As dinâmicas de etiquetamento, em contraposição, se reproduzem sistemicamente e são agenciadas, de início, por muitos policiais, agentes penitenciários e outros funcionários públicos vinculados ao sistema de justiça criminal, um fenômeno que é particularmente sensível no Brasil. Para tais agentes, a ocorrência do crime conforma o espaço onde se deslocam os “vagabundos”. Os autores seriam, assim, um tipo especial de pessoas (ou quase-pessoas), uma gente que não valeria qualquer esforço e para quem, aliás, a simples consideração aparece como um deboche. Nesta moldura ideológica, a natureza dos autores faria com que seu comportamento fosse imutável. Noções do tipo, que se reproduzem como subcultura entre os agentes encarregados de cumprir a lei, trabalham concretamente como “profecias que se autocumprem”¹⁰, estreitando ainda mais as possibilidades da desistência criminal.

9. O programa foi concebido e aplicado originalmente no Canadá a partir de uma abordagem que se vale dos princípios da justiça restaurativa e que conta com a colaboração de voluntários que auxiliam os egressos considerados de alto risco e os integram à comunidade com sucesso.

10. A expressão *self-fulfilling prophecies* foi proposta, em 1949, por Robert K. Merton, em *Social theory and social structure*.

Referências

ARIELY, Dan. *Positivamente irracional: os benefícios inesperados de desafiar a lógica em todos os aspectos de nossas vidas*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2010.

BEIRNE, Piers. Adolphe Quetelet and the origins of positivist criminology. *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 5, p. 1140-1169, 1987.

BLUMENSTEIN, Alfred; COHEN, Jacqueline, FARRINGTON, David P. Criminal career research: its value for criminology. *Criminology*, v. 26, p. 1-35, 1988.

BOONE, Miranda. Judicial rehabilitation in the Netherlands: balancing between safety and privacy. *European Journal of Probation*, v. 3, n. 1, p. 63-78, University of Bucharest, 2011.

BRAFMAN, Ori; BRAFMAN, Rom. *A força do absurdo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

CARLSSON, Christoffer. Using “turning points” to understand processes of change in offending. Notes from a swedish study on life courses and crime. *British Journal of Criminology*, v. 52, p. 1-16, 2012.

CORDEIRO, Laurentino André; COELHO, Kellen da Silva; KANITZ, Amarildo F.; SILVA GONÇALVES, Helen. Os reflexos da capacitação fora das grades: a ressocialização dos ex-detentos do complexo penitenciário de São Pedro de Alcântara (SC/Brasil) Reice. *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, v. 12, n. 2, p. 139-162, 2014.

FARRALL, S.; CALVERLEY, A. *Understanding desistance from crime: Theoretical directions in resettlement and rehabilitation*. Maidenhead (UK): Open University Press, 2006.

FARRALL, S., BOTTOMS, A.; SHAPLAND, J. *Social structures and desistance from crime*. *European Journal of Criminology*, v. 7, p. 546-569, 2010.

FARRINGTON, D. P. Explaining the beginning, progress, and ending of antisocial behaviour from Birth to adulthood. In: MCCORD, J. (Ed.). *Facts, frameworks, and forecasts: advances in criminological theory*. v. 3. New Brunswick (NJ): Transaction Publishers, 1992.

———. Self-reported and official offending from adolescence to adulthood, In: KLEIN, M. W. (Ed.). *Cross-national research in self-reported crime and delinquency*. Dordrecht (NL): Kluwer, 1989.

———. Age and crime. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Eds). *Crime and justice*. v. 7, p. 189-250. Chicago (IL): University Press, 1986.

FOX, Kathryn J. Theorizing community integration as desistance-promotion. *Criminal Justice and Behavior*, v. 42, n. 1, p. 82-94, 2015.

GOTTFREDSON, Michael; HIRSCHI, Travis. *A general theory of crime*. Stanford (CA): Stanford University Press, 1990.

GRAHAM, J.; BOWLING, B. *Young people and crime*. London: Home Office, 1995.

HELYAR-CARDWELL, Vicki. Fathers for good? Exploring the impact of becoming a father on young offenders' desistance from crime. *Safer Communities*, v. 11, n. 4, p. 169-178, 2012.

HIRSHI, Travis; GOTTFREDSON, Michael. Age and the explanation of crime. *American Journal of Sociology*, v. 89, p. 552-584, 1983.

HOLLIS, James, *A sombra interior: porque pessoas boas fazem coisas ruins?* São Paulo: Novo Século, 2010.

HUESMANN, L. R.; ERON, L. D.; LEFKOWITZ, M. M.; WALDER L. O. The stability of aggression over time and generations. *Developmental Psychology*, v. 20, p. 1120-1134, 1984.

JOHNSON, S. B. *et alii*. Adolescent maturity and the brain: the promise and pitfalls of neuroscience. Research in adolescent health policy. *Journal of Adolescent Health*, v. 45, n. 3, p. 216-221, 2009.

JULIÃO, Elinaldo Fernandes. O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Educ.* v. 15, n. 45, 2010.

LOEBER, Rolf. The stability of antisocial child behavior: a review. *Child Development*, v. 53, p. 1431-1446, 1982.

MARUNA, Shadd. *Making good: how ex-convicts reform and rebuild their lives*. Washington (DC): APA Books, 2001.

MARUNA, Shadd; LEBEL, T. P.; LANIER, C. *Understanding desistance from crime*. London: Rehabilitation Services Group; National Offender Management Service; Ministry of Justice (UK), 2010.

———. Generativity behind bars: some “redemptive truth” about prison society. In: ST. AUBIN, E. de; MCADAMS, D.; KIM T. (Eds.). *The generative society: caring for future generations*, p. 131-151. Washington (DC): American Psychological Association, 2003.

MATZA, D. *Delinquency and drift*. New York: John Wiley and Sons, 1964.

METTIFOGO, Decio; ARÉVOLO, Camila; GOMÉS, Francisca; MONTEDÓNICO, Sofia; SILVA, Luis. Factores transicionales y narrativas de cambio en jóvenes infractores de ley: análisis de las narrativas de jóvenes condenados por la Ley de Responsabilidad Penal Adolescente. *Psicoperspectivas*, v. 14, n. 1, Valparaíso (CL), 2015.

MLODINOW, Leonard. *Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MONSBAKKEN, Christian Weisæth; LYGSTAD, Torkild Hovde; SKARDHAMAR, Torbjørn. Crime and the transition to parenthood: the role of sex and relationship context. *British Journal of Criminology*, v. 53, p. 129-148, 2012.

PIQUERO, A. R.; FARRINGTON, D. P.; BLUMSTEIN, A. *Key issues in criminal career research. New analyses of the Cambridge Study in delinquent development*. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 2007.

ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema*. Curitiba (PR): Appris, 2016.

SAMPSON, Robert J.; LAUB, John H. *Crime in the making: pathways and turning points through life*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1995.

SOWELL, Elizabeth *et alii*. In vivo evidence for post-adolescent brain maturation in frontal and striatal regions. *Nature Neuroscience*, v. 10, 1999.

STONE, Rebecca. Desistance and identity repair: redemption narrative as resistance to stigma. *British Journal of Criminology*, v. 56, n. 5, p. 956-975, 2015.

SYKES, G. M.; MATZA, D. Techniques of neutralization: a theory of delinquency. *American Sociological Review*, v. 22, n. 1, p. 664-670, 1957.

THORNBERRY, Terence P.; KROHN, Marvin D. The self-report method for measuring delinquency and crime. In: *Measurement and analysis of crime and justice*. Washington (DC): U.S. Department of Justice Office of Justice Programs Washington (DC), 2000.

UGGEN, Christopher. Work as a turning point in the life course of criminals: a duration model of age, employment, and recidivism. *American Sociological Review*, v. 65, n. 4, p. 529-546, 2000.

VAN MASTRIGT, S. B.; FARRINGTON, D. P. Co-offending, age, gender and crime type: implications for criminal justice policy. *British Journal of Criminology*, v. 49, p. 552-573, 2009.

VAUGHAN, Barry, The internal narrative of desistance. *British Journal of Criminology*, v. 47, p. 390-404, 2007.

WAUTERS, E. *A reinserção social pelo trabalho*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003.



Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016

Recebido: 16.06.17

Aprovado: 26.01.18

Antonio Teixeira de Barros*

* Antonio Teixeira de Barros é doutor em sociologia, docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor), Brasília, Distrito Federal, Brasil. Orcid nº 0000-0002-3061-8202. <antonibarros@gmail.com>.

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar o comportamento político dos eleitores jovens perante o pleito municipal de 2016 no Brasil, com base em questionário aplicado a 1.221 sujeitos, após o segundo turno das eleições. O questionário contempla aspectos como: (a) o que motiva/desmotiva os jovens a votar para prefeito e vereador; (b) quais as qualidades dos candidatos que são mais valorizadas por eles; (c) por que votam em branco ou nulo; (d) o comportamento deles durante a campanha eleitoral; (e) os temas de maior interesse durante o debate eleitoral; (f) as fontes de informação política mais usadas pelos informantes. Entre os resultados, destaca-se um paradoxo: os jovens manifestam insatisfação com a política e por isso votam em branco ou nulo como protesto, porém, os dados revelam motivações que se situam na esfera tradicional, como o voto em candidatos provenientes de famílias que já atuam na política local.

Palavras-chave: Sociologia política. Juventude e política. Jovens eleitores. Eleições municipais.

Youth and local political power: the perception and the discourse of young people about the Brazilian municipal elections of 2016

Abstract: The article aims to analyze the political behavior of young voters before the municipal election of 2016 in Brazil, based on a questionnaire applied with 1,221 subjects, after the second round of elections. The questionnaire includes aspects such as: (a) what motivates / discourages young people to vote for mayor and councilor; (b) what are the qualities of the candidates who are most valued by them; (c) why they vote blank or void; (d) their behavior during the election campaign; (e) the topics of greatest interest during the electoral debate; (f) the sources of political information most frequently used by informants. Among the results, a paradox stands out: young people express dissatisfaction with politics and therefore vote blank or blank as a protest, but the data reveal motivations that are in the traditional sphere, such as voting in candidates from families who already in local politics.

Keywords: Political sociology. Youth and politics. Young voters. Municipal elections.

Introdução

A partir de uma abordagem sociológica, o artigo tem como objetivo avaliar o comportamento político dos jovens perante as eleições municipais de 2016, considerando que se trata do espaço da cidade onde o jovem eleitor reside e tece suas relações sociais cotidianas. Existiriam diferenças expressivas ao se tratar da relação da juventude com a política nacional e com a política na escala local? Os estudos sobre juventude e política apontam uma preferência dos jovens por seu contexto político imediato, marcado pela constituição de suas relações sociais, da construção de seus interesses e suas preferências, com as mediações das relações de reciprocidade e proximidade física e simbólica (Augusto, 2005; Augusto, 2008; Teixeira Coelho, 1997).

Ao considerar que as eleições municipais têm como foco a escolha de vereadores e prefeitos – atores por excelência da representação política local –, é oportuno, pois, avaliar o comportamento político dos jovens em pleitos municipais. Trata-se, portanto, dos agentes diretos da gestão das cidades, com sua agenda urbana que inclui o debate, a formulação, a execução e a fiscalização das políticas públicas urbanas. Estudos da ciência política mostram que a vivência democrática tem como base o âmbito local, no qual o cidadão tem suas experiências mais concretas. É na escala local que os eleitores estabelecem contatos mais próximos e diretos com as instituições políticas e seus representantes (Baquero & Cremonese, 2009). As cidades e seus bairros constituem o espaço das dinâmicas locais de cidadania e de construção de identidades. Segundo essa ótica, o espaço urbano passa a ser concebido como estruturador da cultura, de suas dinâmicas e seus conflitos, incluindo os jovens. Trata-se de uma visão ancorada na representação da cidade como território político (Acselrad, 2011), espaço de uso coletivo, de habitação, de trânsitos e de tensões entre habitantes, lideranças políticas e outros atores locais. Por essas razões, quando se trata de estudos sobre a juventude, as relações políticas tecidas no âmbito local constituem “campo privilegiado de análise, porque nele as relações entre sociedade civil e Estado aparecem de forma mais clara” (Spósito, Silva & Souza 2006: 239).

Como afirma Dowbor (2017: 16), “a questão do local está rapidamente emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da nossa organização social”. Isso porque o local passou a ser tratado como *região de planejamento* (Vainer, 2002),

compreendido não como um recorte territorial localizado e localizável, mas como um espaço com história e memória próprias, com identidades e práticas políticas determinadas, ou seja, socialmente construído (Silva, 2008: 69).

Tal recorte, contudo,

implica uma pluralidade de poderes que se digladiam ou se associam (depende do objetivo e do momento) como os do Estado, das elites, dos micropoderes, do poder simbólico, do poder de influência etc. (Silva, 2008: 69).

O autor ressalva ainda que, para entender o local e as relações de poder nele existentes, “não basta identificá-lo ao poder político. É preciso conceituá-lo como o poder exercido econômica, social, cultural e simbolicamente” (Silva, 2008: 70). Em outras palavras, o poder local refere-se

ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto (Fischer, 1992: 106).

No Brasil, o tema do poder local foi incorporado à agenda política, após a redemocratização,

impulsionado pelos novos atores sociais e políticos que emergiram no período, articulado aos temas da democracia, da descentralização e da participação popular (Costa, 1996: 114).

Como explica o autor, a transição democrática contribuiu para uma redefinição do estatuto das estruturas de poder local no imaginário político brasileiro. Se antes o poder local era associado a

relações coronelísticas de poder no âmbito dos pequenos e médios municípios e de relações clientelísticas e populistas nas médias e grandes cidades, [com a redemocratização,] as estruturas de poder local passaram a espaço de possibilidades de experimentos democráticos inovadores e do exercício da cidadania ativa (Costa, 1996: 113).

Nesse contexto, o poder municipal tornou-se campo privilegiado de análise porque nele

as relações entre sociedade civil e Estado, para a conformação de uma esfera pública democrática, aparecem de forma mais clara e oferecem focos importantes para a realização de pesquisas (Spósi-to, Silva & Souza, 2006: 238).

Os dados foram coletados por meio de questionário eletrônico, aplicado com 1.221 jovens de 16 a 29 anos, após o segundo turno das eleições municipais. O

período de coleta de dados durou 20 dias, de 5 a 25 de novembro do mesmo ano, por meio de questionário com perguntas fechadas e abertas, com opções excludentes e não excludentes. Aplicado no formato do Google Forms, o questionário foi divulgado nas cinco regiões geográficas do Brasil, com o auxílio de professores, pesquisadores, coletivos de jovens, escolas públicas, privadas e universidades na disseminação do *link* para acesso ao questionário. A divulgação se deu principalmente pelas redes sociais on-line, como Facebook e WhatsApp, as mais usadas pelo público jovem.

Os *surveys* eletrônicos ou *websurveys* constituem uma emergente modalidade de pesquisa, cuja amostragem é definida como sendo do tipo *bola de neve* (Dewes, 2013). A denominação se deve à difusão dos questionários pelas redes de contato dos respondentes, sendo que cada um repassa para seus amigos virtuais, e assim sucessivamente. Embora haja limitações, trata-se de um instrumento importante para o acesso a pessoas distantes, como no caso da pesquisa em questão, cujos informantes estão dispersos em todo o país (Manfreda & Vehovar, 2002). No caso dos jovens, os *websurveys* se tornam um importante canal para acesso a esse público, devido à sua propensão ao maior uso de redes sociais digitais. Os jovens são considerados nativos digitais ou *net generation*, ou seja, já nasceram e foram socializados com o uso cotidiano das tecnologias digitais (Tapscott, 2008).

Antes da análise dos dados, o texto apresenta uma revisão bibliográfica sobre comportamento político e estudos que relacionam política e juventude.

Comportamento político

Entende-se por comportamento político o modo como o cidadão se posiciona perante o mundo político, incluindo suas motivações, percepções e atitudes (Borba, 2005; Baquero & Cremonese, 2009; Sandoval, 1997). O tema já foi devidamente discutido, com revisões de literatura amplamente conhecidas¹. Esses estudos destacam entre as principais correntes explicativas a perspectiva sociológica, a psicológica e a teoria da escolha racional. A primeira aborda as condições sociais da decisão do voto e o contexto no qual as preferências se formam, além da conjuntura socioeconômica e a cultura política; a segunda busca apreender o comportamento político a partir das motivações, percepções e atitudes dos indivíduos em relação ao mundo político; a terceira considera a decisão do voto

como produto de uma ação racional individual orientada por cálculos de interesse, que levam o eleitor a se comportar em relação ao voto como um consumidor no mercado (Borba, 2005: 157).

1. Para um panorama bibliográfico sobre o tema, consultar Castro (1992; 1997), Carreirão (2000), Radmann (2001), Borba (2005), Baquero (1997), Figueiredo (1991), Telles & Dias (2010).

Por comportamento eleitoral entende-se “o processo de formação e de expressão das preferências individuais em ordem às alternativas políticas sujeitas à crítica do voto” (Fisichiella, 1992: 189). A literatura registra duas possibilidades de estudar o comportamento eleitoral: de forma agregada e individual. A primeira refere-se ao comportamento de determinados grupos, como moradores de um bairro ou os operários de uma certa região, por exemplo. A segunda diz respeito ao indivíduo separadamente. Trata-se, neste caso, de reconhecer a percepção subjetiva como elemento constitutivo do comportamento eleitoral (Fisichiella, 1992). As pesquisas consideram ainda duas formas de se observar e estudar o comportamento eleitoral: a expressão do voto e a abstenção eleitoral. Afinal, “a abstenção exprime uma determinada opção política e uma orientação de consciente hostilidade contra o regime vigente” (Fisichiella, 1992: 192). A abstenção, como resultado da apatia política, no caso dos jovens, “não é tanto desinteresse, mas recusa”. Em outras palavras,

desertando das urnas, exprimem o sentimento de vacuidade e de inutilidade da própria participação: vote ou não [...] o sistema continuará a funcionar da mesma maneira (Fisichiella, 1992: 192).

A literatura internacional sobre comportamento político registra que a faixa etária é uma variável de grande relevância quando se trata de interesse por política e formas de participação, com base no argumento de os recursos materiais se acumularem no decorrer do tempo. Assim, o jovem se interessaria menos por política, mas, conforme adquire maiores níveis educacionais, amplia o seu interesse quando adulto e se desinteressa na terceira idade devido à perda de seus vínculos sociais. Trata-se do que Milbrath e Goel (1977) denominam o “efeito curvilíneo” entre interesse por política e idade.

O componente geracional, portanto, revela-se uma variável relevante no contexto recente. Por outro lado, cabe considerar a necessidade de estudos empíricos que confirmem a tendência apontada no cenário brasileiro, uma vez que dados coletados a partir dos levantamentos do *Latinobarômetro* mostrarem que ainda temos percentuais e padrões “muito semelhantes entre os estratos etários” (Ribeiro, 2012: 30)², diferentemente do que mostram estudos empíricos estrangeiros. Tal constatação leva ao questionamento acerca da emergência de uma cidadania mais crítica e contestatória entre os jovens brasileiros:

Apesar de pesquisadores apresentarem evidências consistentes sobre uma mudança geracional no padrão de participação em algumas democracias consolidadas, esse não é um fenômeno verificável entre o público brasileiro. [...] não foram encontradas

2. Uma das razões dessa semelhança certamente está na obrigatoriedade do voto a partir dos 18 anos, o que não ocorre em todos os países mencionados pelo autor.

diferenças importantes, o que nos leva à conclusão de que não podemos falar de uma juventude mais crítica em relação às formas convencionais de envolvimento ou mais engajada em modalidades ligadas ao protesto político (Ribeiro, 2012: 33).

Outra observação relevante sob a ótica geracional é o potencial de novidade e de criatividade que é inerente aos jovens, uma vez que eles “se constituem enquanto novidade histórica” em relação às demais gerações e

às tradições culturais que se pretendem hegemônicas, pois enquanto nova geração a juventude está fora da lógica estruturante do mundo já instituído (Zitkoski & Hammes, 2014: 136).

Além disso, como enfatiza Mische (1997), cada vez mais os jovens se alinham a projetos que valorizam o protagonismo de suas identidades. Em razão disso, rejeitam modelos cristalizados e tentam construir novas convergências e novos padrões de comportamento.

Nessa perspectiva, conforme argumenta a autora citada, é necessário considerar os contextos relacionais vinculados ao campo experiencial dos “mundos juvenis” historicamente situados. Outro aspecto relevante é a análise do papel dos grupos organizados, que funcionam de forma ambígua e contraditória, ora como obstáculo, ora como “pontes articuladoras” para a construção de novos projetos de participação política das juventudes (Mische, 1997: 145), com foco na experiência do presente.

Castro e Mattos (2009) avaliam que o comportamento político da juventude se caracteriza pela oscilação entre o idealismo e o pragmatismo ou pela combinação de ambos. O idealismo se expressa “pelo desejo de mudar o mundo, a cidade, ou a escola, e de criar uma sociedade solidária” (Castro & Mattos, 2009: 809). No caso do pragmatismo, explicam as autoras, a identificação com o campo da política “ancora-se na possibilidade de agir no presente”, ou seja,

a sensação de ser útil e de poder ser um agente transformador da sociedade relaciona-se com as possibilidades de ação que os jovens vislumbram nos movimentos políticos organizados (Castro & Mattos, 2009: 808).

Seja pelo idealismo, seja pelo pragmatismo, o foco do discurso dos jovens seria a ação política. Na visão das pesquisadoras:

Ressaltamos que para os jovens a ação assume uma dimensão supervalorizada, já que é ela, justamente, que lhes confere expres-

são singular como sujeitos no mundo comum. Agir significa não apenas fazer, mas também ser. Assim, a ação política é vista pelos jovens como uma via para se sentirem “reais” [...], como uma forma de contrariarem o sentimento recorrente de que as suas vidas carecem de consistência, uma vez que tudo nelas remete ou para o passado, quando eram ainda crianças, ou para um futuro incerto, para um tempo em que se tornarão adultos (Castro & Mattos, 2009: 812).

As visões sobre política que servem de substrato para o engajamento juvenil impulsionadas pelo idealismo, conforme registra Castro (2008), são marcadas pela convergência na defesa de causas comuns, independentemente da orientação ideológico-partidária. Essa convergência é expressa, por exemplo, no combate à corrupção, à redução das desigualdades sociais e na reivindicação de melhores serviços públicos, especialmente educação e saúde. Isso significa que a militância juvenil nos partidos políticos e nos movimentos estudantis é pautada por uma visão crítica da sociedade e pela participação entendida como forma de promover uma ampla transformação social (Castro, 2008: 257).

Segundo Florentino (2008), um aspecto importante nesse debate é o enfoque geracional, com duas visões em disputa.

[A primeira], geralmente mais tradicional, da juventude como responsável pela reprodução da herança cultural de uma sociedade, e aí a preocupação com suas posturas de cunho político, para que ocorram dentro de um padrão esperado. [A segunda apresenta a juventude como] a energia revitalizante de uma sociedade, [...] tem a responsabilidade não de reproduzir, mas de questionar e transformar algumas condições sociais de seu grupo (Florentino, 2008: 209).

Juventude e política

Estudos sobre os padrões de engajamento político da juventude revelam duas grandes tendências. A primeira consiste no baixo engajamento institucional e a segunda na afinidade dos jovens com novas e emergentes formas de participação política (Boghossian & Minayo, 2009). Em relação a essa constatação, Augusto (2008: 164) complementa que os jovens tendem a olhar a política como “o que acontece no parlamento” e não tanto como “algo que afeta minha vida”. Segundo o autor, uma das chaves analíticas para a compreensão da escassa relação dos jovens com a política institucional e seu fraco envolvimento nos sistemas democráticos formais está nas rígidas estruturas estatais. Para o autor, não se trata de apatia, mas de

um modo próprio de a juventude se relacionar com os processos democráticos. Desse diagnóstico é que resultariam as crescentes incoerências entre os modelos institucionalizados de ação política e as práticas sociais, revelando que o poder que as instituições dispõem para dar sentido às biografias individuais está em declínio. Para o autor,

a proposta é que o aparente alheamento dos jovens relativamente à política “do palácio” reflete, não um apoliticismo, mas um desencantamento/desconfiança relativamente aos mecanismos formais ou convencionais de integração política, que poderá resultar numa desinstitucionalização da ação política juvenil (Augusto, 2008: 161).

Nesse processo, segundo o autor, é necessária a ressalva de que os jovens têm se afastado da política institucionalizada, mas não da democracia. Para os jovens, a democracia surge associada a um desejo de liberdade e autonomia. Por outro lado, o autor salienta que a democracia está mais estreitamente vinculada ao plano existencial dos jovens e não ao plano político. Assim, é necessário

não confundir desinteresse pela política com desinteresse pelos mecanismos formais e institucionais da política, em particular os partidos e as elites que as lideram (Augusto, 2008: 164).

A particularidade no modo juvenil de interpretar e encarar a participação é um dos fatores que explicam a suspeita deles em relação à política institucionalizada, com opiniões desfavoráveis e marcadas pela desconfiança. Além disso, as disputas, os debates e conflitos característicos da esfera partidária, por exemplo, são vistos como impedimentos para o engajamento e a participação no plano institucional, pois implica negociações e acordos suspeitos. Tais arranjos são considerados instrumentos para a máquina partidária, algo que se distancia do ideal da transformação sociopolítica almejada. Por essa razão, os jovens preferem

uma via direta de ação e de participação na sociedade, em que podem constatar, por eles mesmos, os efeitos do que fazem, sem intermediações (Castro, 2008: 263).

Os estudos sobre política e juventude registram um refluxo nas formas convencionais de participação política entre os jovens e um crescimento na adesão às modalidades de mobilização caracterizadas pela contestação, pelo protesto e ativismo (Ribeiro, 2012). As práticas políticas estabelecidas são nitidamente rechaçadas pelos movimentos protagonizados por jovens, levando-os a negar que fazem política,

mesmo quando existem características tipicamente políticas, como mostra o levantamento coordenado por Mayorga, Castro e Prado (2012). Isso implica a adesão a um enquadramento interpretativo de rejeição à política partidária e às lógicas dominantes nas eleições e no cotidiano das câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

O reflexo direto disso é a baixa confiança nas instituições legislativas, com registro de 4,4 numa escala de zero a 10 (Baptista *et alii*, 2013: 129). O que explica tal desempenho em termos de confiança no Poder Legislativo (em todos os níveis), segundo os autores citados, é a recorrente associação entre política e corrupção, o que reforça o pessimismo e a descrença da juventude (Telles & Dias, 2010). Esses estudos sugerem que

não são os jovens que desconhecem a relevância da política, mas antes a forma predominante de se fazer política no país não os reconhece como interlocutores, gerando em muitos deles indiferença ou aversão (Abramo & Venturi, 2000: 5).

Segundo Pierre Bourdieu, a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável e que o fato de

falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e se relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (Bourdieu, 1983: 112)³.

O fato é que a complexidade envolvida na definição da categoria juventude inclui pelo menos três aspectos cruciais, conforme Marialice Forachi (1965: 302). O primeiro refere-se ao reconhecimento de que “se trata de uma fase da vida”; o segundo incorpora “a constatação de sua existência como força social renovadora”; e o terceiro é calcado na percepção de que a juventude “vai muito além de uma etapa cronológica, para constituir um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal”.

O conceito de geração é central na sociologia da juventude, desde os estudos pioneiros de Karl Mannheim (1968), entendido como além da faixa etária, ou seja, no sentido de compartilhamento de determinadas experiências de vida, de construção de referências socioculturais, algo próximo do sentido filosófico de “espírito do tempo” (Enne, 2011). Cabe ressaltar que o argumento de Mannheim – de a simples coexistência no mundo, no sentido cronológico – não pode ser considerado fator decisivo para assegurar que um grupo faça parte da mesma geração. Além disso, o

3. Acerca dessa discussão, cabe ressaltar o registro de Pereira (2007: 3), acerca da antropologia das idades, segundo a qual “a idade é considerada, junto com o sexo, um princípio de organização social universal”.

autor argumenta que, politicamente, “a juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém, é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade” (Mannheim, 1968: 73).

O autor chama atenção para a multiplicidade de fatores que condicionam as experiências sociais dos jovens, como é próprio da vida social. No contexto atual, é necessário considerar, por exemplo,

a classe social de sua família, se sua moradia é em área rural ou urbana, se pertence ou não a grupos étnicos marginalizados, seu gênero, opção religiosa, dentre tantos outros recortes possíveis (Florentino, 2009: 217).

Em outras palavras, embora a juventude seja representada sociologicamente como “uma categoria relacional que posiciona os indivíduos como pertencente a uma dada faixa etária” (Gohn, 2013: 205), o que as pesquisas recentes mostram é que existem várias juventudes. Cada vez mais os jovens passam a ser caracterizados como um grupo social plural e emergente (Malfitano, 2011)⁴, com diferentes formas de engajamento, participação e opinião, variados repertórios de ação coletiva e múltiplas agendas (Dayrell; Moreira & Stengel, 2011), o que requer olhares menos simplificadores. Isso dificulta a identificação de um padrão de engajamento, de julgamento e de participação, além de apontar para a dificuldade de se registrar tendências uniformes e estanques de opinião (Ribeiro, Lanes & Carrano, 2006).

4. Ao mesmo tempo em que impera essa visão plural da juventude, a autora alerta: “observa-se uma uniformização da ideia de juventude, considerando-a indistintamente como um grupo único, para o qual se lança o olhar como ‘problema político’ necessitando de intervenção e de controle” (Malfitano, 2011: 525).

Análise dos dados

TABELA 1
PERFIL DOS RESPONDENTES

1	Sexo	N	%
	Feminino	619	50,70
	Masculino	602	49,30
2	Escolaridade		
	Ensino médio completo	321	26,29
	Ensino médio incompleto	271	22,19
	Curso superior incompleto	191	15,64
	Curso superior completo	159	13,02
	Ensino fundamental completo	136	11,14
	Pós-graduação incompleta	112	9,17
	Pós-graduação completa	31	2,54

O perfil dos respondentes mostra equilíbrio entre homens e mulheres, com 50,70% do sexo feminino e 49,30% do sexo masculino, como se observa na Tabela 1. Quanto à escolaridade, predominam os que estão no ensino médio (completo e incompleto somam 48,48%), seguido do curso superior (completo e incompleto somam 28,66%). Em relação à cor, predominam os pardos e brancos, com 40,36% e 28,34%, respectivamente. Os três níveis de faixa etária estão bem representados, cada um com aproximadamente

um terço da amostra. As principais religiões estão representadas, mas os não religiosos predominam (32,51%).

Quanto à região geográfica, prevalecem os residentes no Sudeste (33,33%), Nordeste (28,01%) e Sul (21,46%), exatamente as mais populosas do Brasil. Os residentes em regiões metropolitanas e capitais estão em maioria, com 40,70% e 33,82%), respectivamente. Quanto à renda familiar, os segmentos mais expressivos encontram-se na escala de dois a sete salários mínimos (72,26%). Os jovens filiados a partidos políticos são minoria (6,39%), mas há um expressivo número de simpatizantes de partidos (51,35%). Entre os filiados, a maior quantidade mencionou o PT (35,90%), o PV (23,08%) e o PSOL (15,36), considerados partidos de esquerda. No espectro da direita aparece o PSDB, com 10,26% (Tabela 2). Os dados confirmam duas tendências identificadas em pesquisas recentes sobre a preferência dos jovens em relação aos partidos políticos. A primeira diz respeito à maior afinidade com os partidos de esquerda e a segunda refere-se ao crescimento do PSDB em segmentos juvenis das classes médias (Hori, 2016; Galhardi, 2015).

Apesar da crise de reputação do PT, devido às denúncias e prisões de expoentes da legenda desde o escândalo do mensalão, o Partido dos Trabalhadores ainda mantém uma militância jovem expressiva, apesar de começar a perder a simpatia de alguns segmentos juvenis para o PSDB. Conforme revela Galhar-

3 Cor / Etnia			
	Pardo	493	40,36
	Branco	346	28,34
	Asiático	129	10,57
	Negro	127	10,40
	Indígena	118	9,66
	Não informado	8	0,66
4 Faixa etária			
	20 a 24 anos	398	35,50
	25 a 29 anos	381	33,99
	16 a 19 anos	342	30,51
	Religião		
	Não sou religioso	397	32,51
	Católico	249	20,39
	Evangélico	242	19,82
	Espírita	129	10,57
	Religiões orientais	118	9,66
	Religiões de matriz africana	72	5,90
	Outras	14	1,15
5 Região			
	Sudeste	407	33,33
	Nordeste	342	28,01
	Sul	262	21,46
	Centro-Oeste	107	8,76
	Norte	103	8,44
6 Local de residência			
	Região metropolitana	497	40,70
	Capital	413	33,82
	Cidade do interior	231	18,92
	Povoado	80	6,55
7 Renda familiar			
	Dois a quatro salários mínimos	431	38,45
	Cinco a sete salários mínimos	379	33,81
	Oito a dez salários mínimos	128	11,42
	Acima de dez salários mínimos	92	8,21
	Até um salário mínimo	79	7,05
	Não informado	12	1,07
8 Filiação partidária			
	Simpatizante mas não filiado	627	51,35
	Não filiado	516	42,26
	Filiado	78	6,39
Total		1.221	

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 2
PARTIDOS POLÍTICOS
DOS RESPONDENTES FILIADOS

Partidos	N	%
PT	28	35,90
PV	18	23,08
Psol	12	15,38
PSDB	8	10,26
PCdoB	6	7,69
Rede	6	7,69
Total	78	100,00

Fonte: Elaboração própria.

di (2015), pela primeira vez, o PT foi ultrapassado pelo PSDB, em 2015. A pesquisa do autor mostra que 6% preferem os tucanos e 5% os petistas. Em 2014, os petistas contavam com 15% de simpatia dos jovens, enquanto os tucanos 5%. Apesar disso, a preferência dos jovens pelos partidos de esquerda se mantém porque a maioria “confia ser mais viável sanear a esquerda do que entregar o poder à direita” (Hori, 2016).

TABELA 3
VOCÊ VOTOU NAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016?

	N	%
Votei para os dois cargos	311	25,47
Votei apenas para prefeito	134	10,97
Votei apenas para vereador	107	8,76
Votei em branco para vereador	123	10,07
Votei em branco para prefeito	92	7,53
Votei em branco para ambos	97	7,94
Votei nulo para vereador	88	7,21
Votei nulo para prefeito	70	5,73
Votei nulo para ambos	45	3,69
Não votei	133	10,89
Justifiquei a ausência	21	1,72
Total	1.221	100,00

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 3 mostra que 25,47% dos jovens votaram para os dois cargos (prefeito e vereador). Os que não votaram somam 10,89% e os que justificaram a ausência são 1,73%. Há uma variedade de outras alternativas, as quais são explicadas pelos próprios jovens, por meio de seus relatos no questionário. Em suma, apenas 25,47% declaram o voto pleno, sem nenhum tipo de abstenção (nos dois cargos, já que se trata de um pleito municipal em que ambos os cargos são relevantes). Somadas as alternativas de votos válidos chegamos ao total de 45,20%. O ato de não votar é aparentemente muito baixo (apenas 12,61% somando abstenção com justificativa de ausência). Entretanto, considerando os votos brancos e nulos, o percentual de votos não aproveitados é muito elevado, chegando a 42,17%. Somados com a abstenção e a justificativa de ausência temos um percentual de 54,80%.

Convém aqui mencionar que as abstenções, votos brancos e nulos superaram o número de votos obtidos por candidatos eleitos em 22 cidades, sendo dez capitais, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Aracaju, Campo Grande, Cuiabá, Belém e Porto Velho (Esposito & Lourenço, 2016). O total de abstenções, brancos e nulos no primeiro turno foi de 30,76% e ainda maior no segundo turno: 34,73% (TSE, 2016). Esses dados chamam a atenção para a tendência de redução da participação eleitoral, até mesmo nos países em que o voto é obri-

gatório, como no Brasil, fruto da desconfiança política, especialmente no caso da juventude (Costa, 2016).

Antes de prosseguir, cabe esclarecer que o questionário aplicado continha questões fechadas e abertas, com o propósito de oferecer oportunidade aos jovens de se expressarem sobre as questões a eles postas e não simplesmente marcarem as opções que resultariam na quantificação das respostas sob a forma de tabelas e gráficos. Houve elevado interesse dos jovens em escrever, com mais de 40% na forma de respostas abertas. Em razão disso e pela impossibilidade de utilizar todos os depoimentos no corpo do texto, optamos pela sistematização das respostas subjetivas segundo a técnica da análise de conteúdo (Bardin, 2009). Essa técnica consiste em agrupar visões similares sobre um mesmo assunto em argumentos-chave, por afinidade ou similaridade semântica, mesmo quando expressos em outras palavras.

Ainda sobre os dados do Tabela 3, o voto em branco para ambos os cargos (10,90%) foi explicado pelos jovens, em 78% dos casos, como “falta de opção”, ou seja, nenhum dos candidatos agradou aos jovens eleitores. “Para mim, todos eram iguais, então, diante da falta de boas alternativas, preferi votar em branco”, relatou um dos respondentes. Essa mesma justificativa se repetiu dezenas de vezes, embora escrito com palavras diferentes. Outros explicaram que faltava maturidade para escolher, em menor proporção (cerca de 8%). “Votar é algo sério demais, então eu preferi votar em branco porque ainda não me sinto pronto para tomar uma decisão dessas”. Essa é foi a justificativa mais citada⁵.

O voto nulo, na maioria dos casos, foi considerado pelos respondentes como “voto de protesto”, com mais de 90% das menções nos comentários escritos no questionário. Um enunciado que expressa essa visão dos jovens é o seguinte:

Já que o voto é obrigatório, eu compareço, mas muito de contravontade (sic). Por isso, anulo o voto, pois a política é uma vergonha, um caso perdido.

Os que não votaram também apresentaram um discurso similar, alegando motivos de ordem ética e moral:

Não quero compactuar com essa bandalheira, por isso nem sequer fui votar. É mais fácil depois ir no TRE e pagar a multa. Não quero perder meu tempo com uma eleição em que só tem candidato desqualificado e partidos comprometidos com a corrupção e a desonestidade.

5. A maioria (cerca de 85%) apontou apenas um argumento, mas houve registros de casos com mais de uma justificativa.

TABELA 4
O QUE TEVE MAIS PESO NA SUA ESCOLHA PARA VEREADOR?

Fatores	N	%
Candidato sem envolvimento em denúncias judiciais	342	28,01
A personalidade e o caráter do candidato	201	16,46
Os apoiadores locais do candidato	164	13,43
A família do candidato e seus parentes que já estão na política	146	11,96
Candidato filho ou parente de políticos famosos da sua região	97	7,94
Candidato vinculado a sindicatos e movimentos sociais	72	5,90
O histórico político do candidato	71	5,81
As propostas escritas do candidato	52	4,26
O partido do candidato	44	3,60
Candidato religioso (católico ou evangélico)	22	1,80
O fato de o(a) candidato(a) ser jovem	8	0,66
Outros fatores	2	0,16
Total	1.221	100,00

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 5
O QUE TEVE MAIS PESO NA SUA ESCOLHA PARA PREFEITO?

Fatores	N	%
Candidato sem envolvimento em denúncias judiciais	326	26,70
A personalidade e o caráter do candidato	187	15,32
Os apoiadores locais do candidato	141	11,55
A família do candidato e seus parentes que já estão na política	129	10,57
Candidato filho ou parente de políticos famosos da sua região	111	9,09
Candidato vinculado a sindicatos e movimentos sociais	109	8,93
O histórico político do candidato	102	8,35
As propostas escritas do candidato	59	4,83
O partido do candidato	21	1,72
Candidato religioso (católico ou evangélico)	20	1,64
O fato de o(a) candidato(a) ser jovem	12	0,98
Outros fatores	4	0,33
Total	1221	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Entre os motivos que levaram alguns a votarem somente para um cargo (prefeito ou vereador) estão razões subjetivas, como “consideração pelo candidato” e “respeito pela família do candidato”: “Eu só votei porque conheço o candidato há muito tempo, tenho respeito e consideração por ele e a família dele”. Outro escreveu que “votei porque, nesse mar de lama, o candidato é uma exceção, pois sempre foi honesto e trabalhador, sem envolvimento na corrupção”.

Ao serem indagados sobre o que teve mais peso em suas escolhas eleitorais, as razões são similares, tanto na eleição para o cargo de prefeito como de vereador, conforme mostram as Tabelas 4 e 5. Em ambos os casos se destacam os candidatos sem envolvimento em denúncias judiciais (26,70% e 25,06%). A personalidade e o caráter do candidato vêm na sequência (15,32% e 12,86%). Os apoiadores locais aparecem em terceiro lugar (11,55% e 12,20%). Nas respostas abertas, os jovens justificaram essa escolha, como sendo

muito importante saber quem está ao lado do candidato, quem lhe dá apoio político, pois sabemos que um vereador ou um prefeito sem apoio de políticos importantes em Brasília ou nos escalões políticos mais elevados não terá como executar seus projetos políticos. A política tem como base as coligações e os acordos, o município não é uma ilha separada dos escalões superiores da política.

A família do candidato também é um fator relevante para justificar a escolha dos jovens (10,73% e 10,57 %). Esse dado mostra que os jovens preferem votar em candidatos que fazem parte de uma família de políticos:

Prefiro votar em alguém de uma família que já tem tradição na política, pois passa mais confiança, ao contrário de um candidato aventureiro que a gente não sabe de onde veio.

Outro respondente escreveu: “Política é tradição e o nome da família é importante, pois ele não vai querer fazer algo errado para comprometer a família dele toda”. Esses dados e os depoimentos, de certa forma, contrariam a literatura que ressalta a associação da juventude com a renovação política, com a transformação social e termos similares.

Em relação à expressiva valorização dos jovens aos apoiadores locais dos candidatos, cabe destacar que as redes políticas locais, tecidas e construídas com base no capital social, nas relações de reciprocidades, favores e campos de ajuda não passam despercebidas pelos jovens eleitores (Barreira & Barreira, 2012: 307). Segundo os autores, isso significa que as percepções de eleitores no âmbito de pleitos locais “contemplam sentidos de pertencimento, reconhecimento e avaliações morais que emergem em uma situação de concorrência dos candidatos”. Na mesma linha de raciocínio,

[...] trata-se de registrar a existência de uma economia simbólica formada de práticas e percepções que influenciam a adesão a candidatos, construída mais no campo das dádivas que no âmbito do direito. A troca de dádiva e seus limites, os sentidos de pertenci-

mento e reconhecimento e a lógica paradoxal do interesse *versus* desinteresse fornecem embasamentos teóricos relevantes para explicar a busca de adesão de candidaturas, os sentidos de representação política e as transações estabelecidas em torno do voto (Barreira & Barreira, 2012: 307).

Essas redes se fortalecem ainda mais durante as campanhas eleitorais, pois “parentes e padrinhos fortes garantem mais recursos para a campanha de candidatos” (Salvador, 2016). Em suma, além do capital das relações políticas familiares se constituir em uma das principais de formas de ampliação do capital político e eleitoral no Brasil (Miguel, 2003), as redes simbólicas resultantes do capital de reputação dos apoiadores locais são percebidas pelos eleitores jovens como fator que aumenta as credenciais políticas e morais dos candidatos que contam com esses suportes políticos. A pesquisa com os jovens mostra o quanto ainda existem razões motivadas pela gramática da política local (Martins, 2003; Barreira, 1996; Nunes, 1997; Bursztyn & Chacon, 2013). Esses autores ressaltam a força das redes locais de poder na conformação de práticas de mandonismo e de autoridade calcada em valores tradicionais, os quais, conforme os dados expostos acima, ainda exercem influência na juventude.

O vínculo dos candidatos com os sindicatos e os movimentos sociais é pouco valorizado pelos jovens eleitores, tanto no caso do voto para prefeito (8,93%) como para vereador (9,66%). O argumento principal, segundo um dos informantes, é que

os candidatos ligados a sindicatos e movimentos de bairros são importantes para resolver questões de pequeno porte, como agentes para a negociação com os prefeitos e vereadores, mas não para ocuparem cargos mais altos. Eles não têm apoio dos grandes partidos e de políticos importantes. Além disso, eles são conhecidos só pelos grupos que representam ou os bairros onde moram, sem cacife político para representar uma cidade inteira.

É notório que, na maioria dos casos, os candidatos vinculados aos movimentos sociais e aos sindicatos locais têm como agenda política questões como as lutas das minorias pela moradia, pela saúde, educação e pelo emprego. São, na maioria dos casos, demandas segmentadas, sem a chancela dos grandes partidos e dos cacifes políticos regionais ou locais. Trata-se da pequena política, nos termos de Gramsci (2000), ou seja, aqueles movimentos populares que, apesar de localmente relevantes, nem sempre conseguem o reconhecimento da grande política, aquela já institucionalizada pelo Estado. Essa provavelmente é uma das explicações para o baixo reconhecimento desse tipo de política na percepção dos jovens eleitores que manifestaram as opiniões acima relatadas.

Fatores como o histórico político do candidato, as propostas escritas e o próprio partido exercem pouco peso no julgamento dos jovens. São, para eles, aspectos pouco determinantes na escolha do voto. Em relação ao histórico, é emblemático o seguinte relato:

O candidato pode ter sido um bom vereador mas não ter condições para ser prefeito, pois vereador pode se ocupar de um tema único, como meio ambiente, por exemplo, enquanto o prefeito precisa ter competência para cuidar da cidade inteira.

Quanto às propostas escritas dos candidatos, os respondentes acham pouco relevantes, “pois o que está no papel geralmente é esquecido depois da eleição, sendo difícil confiar em propostas bonitas que a gente não sabe no que vão dar”. Acerca do partido, a visão dos jovens é que “os políticos trocam de partido sempre que interessa e continuam a agir do mesmo jeito no partido novo, o que mostra que o partido não importa nem pra ele mesmo”. O fato de o candidato ser religioso ou jovem também significa pouco para os respondentes. Em oposição à suposta expectativa de que um candidato jovem pudesse entusiasmar o eleitorado juvenil, um dos relatos registra que “política requer experiência, tanto experiência de vida, como traquejo para lidar com os políticos veteranos e nem sempre um candidato jovem pode exercer bem o cargo”.

Esses dados e esse tipo de opinião contrariam o resultado de levantamento realizado em 2012 pelo *DataFolha*, segundo o qual “jovens preferem políticos mais novos ou estreantes” (Bächtold, 2012). A mesma pesquisa afirma que “Freixo, Chalita, Manuela D’Ávila e Ratinho Júnior levam vantagem nessa faixa etária”. Talvez o resultado da pesquisa citada se justifique porque se trata de políticos jovens muito conhecidos da população, com ampla visibilidade na mídia e com carreiras bem-sucedidas. Além disso não há nenhum “estreante” entre os nomes mencionados. Todos os citados já exerceram mandatos de vereador, deputado estadual e até mesmo de deputado federal. Portanto, o levantamento do *DataFolha* é questionável nesse aspecto.

Os dados relativos às Tabelas 4 e 5 chamam atenção ainda para duas questões. A primeira refere-se a uma certa tendência de personalização da política, com o foco no candidato em si e não no partido. Trata-se de algo já registrado na literatura, a exemplo de Bernard Manin (1995), que ressalta o poder da imagem pessoal dos candidatos, fruto da força simbólica do *marketing* eleitoral e da própria midiaticização da política. Como consequência disso, o histórico do partido, suas bandeiras e até mesmo o programa do candidato perderam força diante da personalização

das campanhas. Se o programa do partido e do candidato costumavam servir de parâmetro e referência em termos de prestação de contas, com a personalização, o voto passa ser motivado principalmente pela confiança pessoal na figura do candidato.

A segunda questão refere-se ao peso moral do voto em face das conjunturas críticas marcadas pelos escândalos de corrupção política. Aqui é oportuno registrar alguns estudos sobre o tema. Ao analisar o impacto de escândalos de corrupção no voto, Rennó (2007) ressalta que se trata de uma variável tão relevante quanto a situação da economia. Portanto,

avaliar o impacto da corrupção ao lado de outras explicações sobre o voto promove uma visão mais clara sobre quais critérios de análise retrospectiva os eleitores empregam em sua escolha eleitoral (Rennó, 2007: 263).

Na mesma linha de raciocínio, Baptista (2013) complementa que o eleitor

pode punir o candidato ou o partido em função dos escândalos de corrupção, no entanto, não se deve atribuir esse aspecto como causa única da decisão do eleitor (Baptista, 2013: 24).

Speck (2013: 151) argumenta ainda que a corrupção é uma variável ambígua na conformação da moral do voto, “dependendo do contexto político e histórico”, ou seja, há um relativismo moral nas moralidades do voto, vinculada a um relativismo cultural no âmbito da cultura política. Isso significa que a moral da política “é cambiante e submetida às relações de poder, de disputa e de luta. Ela não é um código moral, universalizável, fixo, essencializado” (Vilela, 2010: 163).

Em relação às qualidades pessoais dos candidatos, a honestidade é mais importante do que a competência, o que soa contraditório em relação aos depoimentos mencionados acima, que primam pela tradição e pela experiência. Essa perspectiva é reforçada com a baixa preferência pelo item “capacidade de cumprir as promessas de campanha”. O item sobre a capacidade de

TABELA 6
QUAIS AS QUALIDADES PESSOAIS DOS
CANDIDATOS QUE VOCÊ MAIS LEVOU EM CONTA?

Qualidades	N	%
Honestidade	421	50,42
Competência política	228	27,31
Capacidade de ajudar os pobres	129	15,45
Capacidade de cumprir as promessas de campanha	57	6,83
Outras	0	0,00
Total*	835	100,00

* Os informantes podiam marcar mais de uma alternativa do questionário.
Fonte: Elaboração própria.

que a competência, o que soa contraditório em relação aos depoimentos mencionados acima, que primam pela tradição e pela experiência. Essa perspectiva é reforçada com a baixa preferência pelo item “capacidade de cumprir as promessas de campanha”. O item sobre a capacidade de

ajudar os pobres tinha como propósito avaliar se os jovens valorizavam práticas políticas assistencialistas. As respostas contrariam essa suposição, como se pode observar na Tabela 6.

Quanto à honestidade e à capacidade de cumprir promessas de campanha, pesquisa realizada com estudantes do ensino médio por Martins (2012) revela resultados similares: 36,33% consideram mais importante a honestidade e 27,66% a capacidade de executar o que foi prometido durante a campanha eleitoral. Segundo o autor, essas preferências expressam

forte tendência da visão dos estudantes para duas temáticas centrais na atualidade política brasileira, a corrupção (pelo contraponto à qualidade de honestidade) e a discrepância entre o *marketing* eleitoral (promessas de campanha) e a efetiva gestão dos serviços públicos durante os mandatos (Martins, 2012: 46).

O desinteresse pela campanha eleitoral chega a 70,62%, como mostra a Tabela 7. “A campanha é uma chatice, um blá-blá insuportável”, relata um dos jovens. Outro complementa que “durante a campanha, os candidatos ficam brigando entre si o tempo todo, trocando acusações, o que é muito desagradável”. Além disso, “não tenho tempo nem paciência para esse teatro da campanha, é repugnante ver os candidatos se atacarem”. Entre a minoria que acompanhou, a preferência é pelas redes sociais (16,36%), pois “tem mais a ver comigo, eu posso escolher o que eu quero ver, além disso, prefiro ver os vídeos, textos e memes compartilhados pelos meus amigos”. Os debates na TV despertam interesse de apenas 7,93% desse segmento que acompanha as campanhas eleitorais. “Os debates são chatos e encenados, um teatro sem graça”, revelou um dos respondentes. Outro comentou que

TABELA 7
VOCÊ ACOMPANHOU A PROPAGANDA ELEITORAL?

Respostas	N	%
Acompanhei pelas redes sociais	167	16,36
Não acompanhei	721	70,62
Acompanhei pelos debates na TV	81	7,93
Analisei as propostas do candidato para a cidade	25	2,45
Acompanhei pelo rádio e a TV durante o horário eleitoral gratuito	13	1,27
Acompanhei pela internet – portais dos partidos e dos candidatos	12	1,18
Acompanhei por outros meios	2	0,20
Total	1.021	100,00

Fonte: Elaboração própria.

a mídia transforma o debate em *show* e os mediadores querem aparecer mais do que os candidatos, impondo regras sem sentido e fazendo perguntas que estimulam o confronto pessoal entre os candidatos e não o debate de ideias de fato.

Mais uma vez as propostas escritas dos candidatos não despertam o interesse dos jovens, pois “não são confiáveis”, na visão deles. “Prometer é fácil, basta contratar uma equipe competente para fazer um brilhante plano de governo, mas realizar o prometido é outra estória”, expressou-se outro informante.

TABELA 8
VOCÊ ACHA A ATUAÇÃO
DO PREFEITO E DOS VEREADORES
DA SUA CIDADE AFETA A SUA VIDA?

Respostas	N	%
Afeta diretamente	572	46,85
Afeta em termos	319	26,13
Afeta muito pouco	212	17,36
Não afeta em nada	91	7,45
Não sei avaliar	27	2,21
Total	1.221	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Mesmo sem entusiasmo pelas campanhas e sem confiança nas propostas dos candidatos, 46,85% dos jovens consideram que a atuação do prefeito e dos vereadores afeta a vida deles, como mostra a Tabela 8. Poucos são os que acham que não afeta em nada. Em suas próprias palavras, “afeta muito porque tudo depende de política, desde a coleta de lixo à limpeza das praças públicas”. Outro informante escreveu que

mesmo não gostando de política e sabendo da corrupção que é, não tem como negar que são os vereadores e o prefeito que tomam as decisões mais importantes, como aumentar impostos e escolher de que forma o dinheiro público será aplicado.

O que se deduz é que a percepção do eleitorado jovem tende mais para uma visão negativa de como a atuação de prefeitos e vereadores afeta a vida dos cidadãos, como na menção ao aumento de impostos. Há ainda uma conotação autoritária dessas decisões, pois os jovens entendem que “eles tomam as decisões sozinhos”. Esses dois fatores certamente são cruciais para o afastamento dos jovens da política partidária, já que, na percepção deles a política é feita de modo autoritário, cujas decisões acarretam ônus para o cidadão.

Em relação aos temas que os jovens consideram mais importantes, mesmo com pouco entusiasmo pela campanha eleitoral, destaca-se em primeiro lugar o combate à corrupção política (21,30%), como mostra a Tabela 9. “A corrupção está destruindo a nossa esperança”, justificou um dos respondentes. Educação, saúde, segurança pública e mobilidade urbana aparecem na sequência, mostrando a sintonia dos jovens com os problemas brasileiros atuais, em todas as grandes e médias cida-

des. “Todos os serviços públicos são uma calamidade, seja a educação, a saúde ou os transportes públicos”, escreveu um dos informantes. Os dados mostram uma preocupação maior com os temas que integram os chamados “valores materialistas”, em contraposição aos valores pós-materialistas, como meio ambiente, direitos humanos, cultura, lazer, esportes, equidade de gêneros e combate ao racismo (Ribeiro, 2008; Ribeiro, 2010; Pereira, Torres & Barros, 2004).

Os estudos que aplicam a teoria do desenvolvimento humano de Inglehart e Welzel (2009) em países latino-americanos mostram que os problemas materiais e econômicos são mais relevantes para a população, uma vez que se trata de uma agenda de questões ainda não resolvidas. Assim, os valores pós-materialistas seriam mais expressivos nas democracias consolidadas. Certamente essa é uma explicação plausível para a baixa menção dos jovens a temas como combate ao racismo, equidade de gêneros, artes e cultura, esporte e lazer, meio ambiente.

Isso não significa que essa agenda pós-materialista não seja relevante para a juventude brasileira, até porque se trata de uma geração socializada com essa discussão, seja no espaço midiático, seja no ambiente escolar/universitário. Entretanto, a questão solicitava que os jovens mencionassem os temas prioritários na agenda política local durante a

TABELA 9
QUAIS OS TEMAS QUE VOCÊ CONSIDEROU
MAIS IMPORTANTES NO DEBATE
DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL?

Temas	N	%
Combate à corrupção	756	21,30
Educação	543	15,30
Saúde	521	14,68
Segurança Pública	519	14,62
Mobilidade Urbana	421	11,86
Direitos Humanos	213	6,00
Trabalho e Emprego	211	5,95
Meio Ambiente	124	3,49
Esportes e Lazer	78	2,20
Artes e Cultura	77	2,17
Igualdade entre homens e mulheres	54	1,52
Combate ao racismo	32	0,90
Total	3.549	100,00

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 10
QUAIS FORAM AS SUAS PRINCIPAIS
FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE
OS CANDIDATOS DE SUA ESCOLHA?

Fontes	N	%
Família	721	34,40
Colegas da escola e da universidade	319	15,22
Amigos	311	14,84
Redes sociais	173	8,25
Portais de notícias	172	8,21
Televisão	76	3,63
Jornais e revistas	72	3,44
Coletivos e movimentos de jovens	70	3,34
ONGs	68	3,24
Igrejas	63	3,01
Sindicatos	21	1,00
Cooperativas	18	0,86
Partidos políticos	12	0,57
Total	2.096	100,00

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 11
NO ÂMBITO DE SUAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS MAIS PRÓXIMAS,
QUAIS AS PESSOAS QUE EXERCERAM MAIOR INFLUÊNCIA NA SUA DECISÃO DE VOTO?

Influências	N	%
Meus pais e familiares	496	31,98
Líderes estudantis e integrantes do grêmio estudantil ou centro acadêmico	323	20,83
Dirigentes de Ongs e movimentos sociais	197	12,70
Vizinhos e amigos	189	12,19
Meus professores	98	6,32
O pastor ou o padre da minha igreja	89	5,74
Líderes comunitários	78	5,03
Líderes sindicais	78	5,03
Outros	3	0,19
Total*	1.551	100,00

* Os informantes podiam marcar mais de uma alternativa do questionário.
Fonte: Elaboração própria.

campanha eleitoral. Nesse contexto, educação, saúde e mobilidade urbana certamente são mais urgentes.

As Tabelas 10 e 11 revelam a força dos suportes sociais de proximidade na formação e socialização política dos jovens, tanto em termos de fontes de informação como de influência no voto. Os vínculos familiares exercem uma relevância expressiva em ambos os casos. A família é considerada uma fonte de informação confiável sobre os candidatos (34,40%), da mesma forma que exerce peso efetivo na decisão de voto dos jovens (31,98%).

Os colegas da escola/universidade e os amigos também são relevantes nos dois casos.

Mais do que acreditar na TV ou na internet eu procuro conversar com os meus familiares, amigos e colegas da universidade. O que eles dizem sobre os candidatos e suas propostas, pra mim é mais importante do que o noticiário,

escreveu um dos respondentes. Os líderes estudantis e dirigentes de ONGs também são considerados relevantes para a formação da opinião dos jovens sobre os candidatos.

O noticiário político exerce pouco peso na opinião dos jovens, especialmente no caso das mídias convencionais. As redes sociais dominam as preferências dos respondentes, embora o percentual seja baixo (8,25%). Instituições como coletivos e movimentos de jovens, ONGs, igrejas, sindicatos, cooperativas e partidos políticos servem de referência política para pequenos segmentos de jovens, com percen-

tuais de variam de 3,34% a 0,86. É sintomática a baixa expressividade dos partidos (0,57%). Figuras como professores, pastor/padre, líderes comunitários e sindicais também exercem influência no voto dos jovens, como mostra a Tabela 11.

A respeito do papel político da família, os jovens destacaram que “a família é o nosso apoio maior, é a nossa bússola e nossa referência moral”. Outro relato destaca que

eu discuto todas as minhas decisões com os meus pais e na política não é diferente, pois meus pais têm uma visão mais ampla dos fatos, mais experiência, pois já votaram em várias eleições, enquanto eu vou votar pela primeira vez.

Até mesmo o noticiário político é discutido com os familiares por um segmento expressivo dos jovens:

A televisão e as redes sociais transformam a política em um espetáculo, eu sinto a necessidade de ouvir meus familiares, de discutir com eles aquilo que aparece na mídia, pois eu sei que a mídia não é neutra.

Os dados acima mencionados e os depoimentos estão em sintonia com estudos sociológicos que ressaltam a importância da família para a juventude da América Latina. Segundo Bernardo Kliksberg (2006) “a família continua a ser a unidade essencial para os jovens”. Complementa o autor,

várias pesquisas recentes corroboraram seu peso fundamental na afetividade, na saúde psíquica, no equilíbrio emocional, na maturidade, na inteligência emocional, na capacidade de aprendizagem e em outras áreas-chave (Kliksberg, 2006: 918).

[Essas mesmas pesquisas] indicam terminantemente o grande valor que os jovens dão ao núcleo familiar. Apesar da desconfiança de várias instituições da sociedade, a família permaneceu como seu reduto afetivo, o lugar onde podem expressar-se plenamente, dar voz a suas confidências e encontrar guias e orientação (Kliksberg, 2006: 918-919).

A mesma visão é compartilhada por Rosângela Barbiani (2007):

A família [...], quando citada nos textos, comparece como lócus do encontro das condições materiais e simbólicas de coexistência dos jovens. É a categoria que medeia o trânsito do privado-público-privado, sendo permeável tanto as convocatórias locais quanto as globais. É a família [...] o âmbito onde todos estão incluídos, onde

se define o lugar real e imaginário de cada categoria de atores no entorno do parentesco. A família, no sentido amplo, como grupo parental, é, quiçá, a principal instituição na qual se define e se representa a condição de ser jovem, o cenário no qual se articulam todas as variáveis que a definem (Barbiani, 2007: 146).

Quanto aos líderes estudantis e os colegas da escola/universidade, os jovens chamam a atenção para a importância da experiência daqueles que já estão engajados no movimento estudantil há algum tempo e ao conhecimento dos veteranos sobre política, conforme o relato de um dos informantes:

Eu admiro os caras que se dedicam a uma causa, acreditam naquilo e lutam pelos direitos dos demais estudantes. Eles já sabem muito sobre o funcionamento do movimento estudantil e da política de modo geral. São experientes e isso é muito importante. Por isso eu valorizo a opinião de quem já está na estrada e já tem uma caminhada, um aprendizado.

Outro jovem relata que a convivência na universidade

me fez aprender mais sobre política do que em sala de aula, pois os professores só estão preocupados em ministrar seu conteúdo e fazer as provas, enquanto há colegas que militam em partidos políticos e em movimentos sociais, com muito conhecimento vindo da base, do chão da experiência cotidiana. Por isso eu gosto de conversar com eles, para aprender com a experiência deles.

O movimento estudantil é considerado na literatura como uma “ponte” para a militância política ou mesmo para despertar os estudantes para uma postura mais crítica em relação à política institucionalizada (Barros & Martins, 2016). Rosana Nazzari (2005) ressalta que o engajamento de um jovem se reverte tanto em aprendizado político para si próprio como também no estabelecimento de redes de engajamento, uma vez que um estudante atrai outros coetâneos para o movimento. Carmen Leccardi (2005) e Monica Franch (2011) associam a participação estudantil ao campo experiencial do “presente estendido”⁶, ou seja, ao espaço temporal de construções estratégicas de reprodução material e simbólica “em consonância com visões mais presenteístas da vida social” (Franch, 2011: 10).

Trata-se, nas palavras da autora, de uma projeção biográfica de orientação presenteísta, ou seja, um modo de vida projetado a curto prazo, “numa série de presentes sucessivos” (Franch, 2011: 12). Afinal, os jovens vivem sob a pressão do curto prazo. Segundo Luís Antonio Groppo (2004: 17), é inerente à condição juvenil essa relação com o tempo, uma vez que se trata de uma *relação experimental* com valores e

6. Conceito formulado por Helga Nowotny (1992) para se referir à progressiva desvalorização social do futuro em detrimento da crescente valorização do agora, entendido como um presente prolongado, ou um futuro que se realiza nos limites desse presente ampliado, como o lugar da realização dos desejos e das esperanças.

estruturas sociais do presente ou *atuação de ensaio*, nos termos de Maria Helena Augusto (2005). Assim, a condição juvenil, como relação experimental com o presente, tende a fazer com que as juventudes valorizem mais as vivências do imediato e a espontaneidade.

Os dados e os depoimentos chamam a atenção para a importância da socialização política, pois é disso que os jovens falam nos relatos acima. É por meio da socialização que os indivíduos assimilam, aderem ou rejeitam determinados valores, conceitos e preconceitos. A socialização política refere-se ao

conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições (Oppo, 2000: 1202).

Estão incluídos nesse processo tendências cognitivas e expressivas, emoções, atitudes e comportamentos dos indivíduos perante objetos da política.

A adolescência e a juventude são consideradas cruciais na socialização política, pois trata-se do período mais relevante em termos de formação de valores. Robert Dahl é um dos expoentes na defesa da relevância da infância e da adolescência como fase basilar da socialização política. A aquisição de valores e crenças relacionados ao mundo social e à esfera da política ocorre com maior densidade nas primeiras décadas de vida, fase em que as figuras tutelares e os sistemas de transmissão de valores são mais efetivos, devido à maior receptividade dos indivíduos. Na vida adulta, os indivíduos tendem a buscar maior autonomia de pensamento e passam a recorrer às disposições e repertórios já acumulados (Dahl, 1997). A ênfase dos estudos sobre socialização política nos adolescentes e jovens se justifica ainda pela premissa de que as atitudes e os valores políticos que se desenvolvem nessa fase da vida exercem “papel significativo nas fundações psicológicas de valores políticos numa sociedade” (Baquero, 1997: 3).

Devido à relevância da adolescência e da juventude, a força da socialização política entre jovens recai principalmente em três agentes de socialização: a família, a escola e os grupos de pares. A família⁷

tem sido considerada desde sempre a instituição mais influente na formação da imagem que os indivíduos têm da sociedade e do seu modo de pôr-se em relação às instituições políticas. Sendo através da família que o indivíduo recebe a sua primeira e muitas vezes decisiva posição social, e sendo sob o signo de um forte envolvimento emotivo de elevado valor socializante que se de-

7. A respeito do papel da família na socialização política, é oportuno considerar a crítica de Richard Merelman (1980: 468). Para o autor, é questionável pensar numa contribuição da família para a democracia, visto que se trata de uma instituição que, embora relevante para a socialização em sentido amplo, apresenta uma estrutura interna de poder muito específica, sem analogias diretas com as instituições políticas. Enquanto a família “é uma produtora permanente de conexões emocionais”, as instituições democráticas situam-se no campo das barganhas racionais dos jogos de poder. Essa crítica é relativizada por Jackson Aquino (2004: 195), para quem “o ambiente emotivo terno no interior da família é fundamental para um saudável desenvolvimento moral da criança, e o desenvolvimento moral, por sua vez, é fundamental para a capacidade de participar de debates nos quais o objetivo é menos vencer do que chegar a um compromisso. Um adulto moralmente sofisticado tem boas chances de ser um bom cidadão para a democracia”.

envolve a interação com os membros do núcleo familiar, notadamente com os pais, julga-se que a influência familiar é também muito intensa quanto às orientações políticas fundamentais (...) As pesquisas tem encontrado correlações significativas entre as atitudes políticas dos pais e dos filhos, especialmente no que se refere à fidelidade ideológica partidária, à confiança ou ao cinismo político, à tendência à participação ou à apatia política” (Oppo, 2000: 1204).

A escola também é considerada uma agência de socialização política de grande importância para a formação da orientação política dos indivíduos.

A extensão da escolarização à quase totalidade da população dos países econômica e socialmente mais avançados, o ingresso na escola em idade cada vez mais precoce e a permanência nela cada vez mais longa fazem com que alguns pensem que a influência política da escola pode ser de igual importância, se não maior, que a família (Oppo, 2000: 1204).

Quanto aos grupos de pares ou grupos de coetâneos, os efeitos na socialização política são expressivos porque os adolescentes e jovens passam muito tempo juntos, com a “turma” ou sua “galera”. Em alguns casos, as conversas são mais francas e intensas do que com os familiares. Eles compartilham não apenas ideias, mas estilos de comportamento e regimes de vida típicos dessa fase etária (Castro & Matos, 2009).

O grau de insatisfação dos jovens com a situação política de sua cidade é expressivo, como mostra a Tabela 12. Apenas 6,39% se declaram satisfeitos. A insatisfação é fruto do desencanto com a política partidária e a democracia representativa, como já ficou evidenciado em outros tópicos. Os depoimentos reforçam essa visão.

TABELA 12
EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO POLÍTICA
DE SUA CIDADE, FINALIZADAS AS ELEIÇÕES,
COMO VOCÊ SE CONSIDERA?

Respostas	N	%
Nada satisfeito	522	42,75
Pouco satisfeito	478	39,15
Satisfeito	78	6,39
Indiferente	56	4,59
Não sei avaliar	55	4,50
Completamente satisfeito	32	2,62
Total	1221	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Eu não tenho motivos para estar satisfeito, pois entra eleição e sai eleição e a cidade continua de mal a pior, não vejo nenhuma melhoria apesar da enxurrada de promessas durante a campanha eleitoral,

escreveu um dos jovens. Outro complementou:

Cada eleição é uma decepção. Ideias e projetos para transformar a cidade não faltam, mas acaba o mandato dos prefeitos e vereadores e nada é feito.

Registramos mais um argumento que segue esse mesmo raciocínio:

Os políticos da minha cidade são ótimos no gogó, fazem discursos que são uma beleza, mas na prática não fazem nada para cuidar efetivamente dos problemas da cidade. A gente só lembra que tem políticos nessa cidade quando é época de campanha eleitoral. Fora disso, eles somem e não prestam contas a ninguém do que fazem ou deixam de fazer. O sumiço deve ser vergonha do povo, já que não têm nada de bom para mostrar aos eleitores.

Assim como a satisfação, o nível de confiança também é baixo nos novos prefeitos e vereadores eleitos em 2016, como mostram as Tabelas 13 e 14. As razões da desconfiança estão diretamente relacionadas com a insatisfação. Aliás os estudos sobre juventude e política sempre mostram que a insatisfação e a desconfiança são marcas constantes da percepção juvenil. No entanto, a maioria desses estudos trata da política nacional, em seu sentido amplo. Aqui o propósito foi avaliar se no âmbito local, devido à proximidade física entre os eleitores jovens e os políticos, haveria algum diferencial. Talvez não seja algo numericamente tão superior ao plano nacional, mas há um dado que pode ser uma particularidade: cerca de 20% se declarou com alguma confiança tanto no prefeito eleito como nos vereadores. Ao se somarem os que se declaram com alguma confiança e os que se dizem muito confiantes, esse número se aproxima de 25% em ambos os casos, ou seja quase um quarto dos jovens eleitores, apesar da insatisfação, manifestou confiança com os novos eleitos para administrar a cidade em que vivem.

TABELA 13
QUAL O SEU NÍVEL DE CONFIANÇA
NO PREFEITO ELEITO?

Respostas	N	%
Estou com pouca confiança	498	40,79
Estou sem nenhuma confiança	378	30,96
Estou com alguma confiança	256	20,97
Estou muito confiante	69	5,65
Não sei avaliar	20	1,64
Total	1221	100,00

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 14
QUAL O SEU NÍVEL DE CONFIANÇA
NOS VEREADORES ELEITOS?

Respostas	N	%
Estou com pouca confiança	474	38,82
Estou sem nenhuma confiança	431	35,30
Estou com alguma confiança	247	20,23
Estou muito confiante	49	4,01
Não sei avaliar	20	1,64
TOTAL	1221	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Vários autores (Porto, 1996; Boschi, 2004; Stoker, 2006; Dalton, 2007; Moisés, 2009) enfatizam a crise de descrédito por que passam as instituições políticas contemporâneas. Essa desconfiança nos políticos, o ceticismo em relação a instituições democráticas e a desilusão com o processo democrático chegam a ser apontadas por Dalton (2007) e Stoker (2006) como o grande desafio das democracias contem-

8. Para um panorama desses estudos, ver Power & Jaminson (2005); Lopes (2004); Ribeiro (2011); dentre outros.

porâneas, já que é comum a todas as democracias industriais avançadas. A desconfiança é apontada em vários estudos da ciência política⁸ como efeito da percepção da corrupção e ênfase da mídia em informações sobre condutas inadequadas de parlamentares e figuras da vida pública (Power & Jaminson, 2005). O desenvolvimento de uma cidadania cada vez mais crítica e vigilante também é indicado como um dos fatores do aumento da desconfiança (Ribeiro, 2011).

Em relação à juventude, levantamentos mostram até 82% de desinteresse dos jovens pela política em suas modalidades institucionalizadas (Baptista *et alii*, 2013). Isso se deve principalmente à recorrente associação entre política e corrupção, o que reforça o pessimismo e a descrença da juventude:

Descrentes da política, desconfiados das instituições representativas, suspeitosos em relação à organização do processo eleitoral e com poucas expectativas de serem ouvidos pelas lideranças, os jovens acabam por participar pouco da vida política. [...] Apenas 18,8% deles participam de organizações como partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais, associações de bairro, religiosas ou estudantis. [...] O ingresso em partidos políticos (1,4%) ou mesmo em associações estudantis (2,6%) é praticamente nulo (Telles & Dias, 2010: 97).

Segundo Luís Flávio Gomes (2015),

a política [para o jovem] se transformou em algo asqueroso. Dela, ele [em geral] quer distância. A decepção da juventude é inconteste. [...] Grande parcela da juventude continua de costas para a política (Gomes, 2015).

Pesquisa realizada pelo coletivo *Box 1824* (2016) mostra que 87% dos jovens brasileiros estão insatisfeitos com a política, 81% considera que o sistema político não é confiável. Embora essas pesquisas não façam distinção entre a política nacional e a política regional/local, os indícios são de que os níveis de desconfiança parecem similares nos dois planos. Entretanto, ainda faltam estudos empíricos para aprofundar possíveis especificidades no que se refere à confiança ou desconfiança dos jovens em relação ao poder local das cidades nas quais eles residem.

Conclusões

O objetivo do estudo foi a avaliação do comportamento político dos jovens perante as eleições municipais de 2016. Nesse sentido, o percentual de abstinência foi de apenas 10% e 35,30% dos jovens votaram para os dois cargos. Os votos brancos

(20,63%) e nulos (20,23%) somam 40,86%, mas apresentam justificativas diferentes. Os brancos foram basicamente “por falta de opção”, ou seja, os candidatos não agradavam aos jovens. Os nulos, por sua vez, foram motivados por protesto e contestação, isto é, como expressão de insatisfação com os candidatos que estavam na disputa eleitoral. Somados os que votaram para os dois cargos e os que votaram em branco e nulo temos 74,16%, o que indica que não houve apatia dos jovens nas eleições municipais de 2016. Afinal, as justificativas apresentadas para votar em branco e nulo também são formas ativas de se posicionar politicamente.

A honestidade é a característica mais importante que um político deve ter na opinião dos jovens. Por essa razão, um dos motivadores para a escolha tanto do candidato a vereador como a prefeito foi o fato de o candidato não estar envolvido em denúncias judiciais. Esse tipo de percepção também revela uma postura ativa dos jovens em relação à política municipal. Talvez por isso os jovens sejam considerados afastados da política atualmente, visto que nos últimos anos as denúncias de corrupção contra os partidos e os políticos eleitos são muito expressivas. Talvez por essa razão a honestidade tenha sido apontada pelos jovens como mais relevante do que a competência política.

O elevado envolvimento de políticos com situações consideradas suspeitas do ponto de vista ético pode ser também uma das explicações para o baixo interesse dos jovens pela campanha eleitoral por seus meios institucionais, como o horário eleitoral gratuito no rádio e na TV e os debates televisionados entre os candidatos. Cerca de 70% dos jovens declararam não ter acompanhado a propaganda eleitoral e apenas 7,93% assistiram aos debates transmitidos. Entretanto, os jovens mostraram interesse em discutir política preferencialmente com seus familiares, amigos da escola/universidade e também pelas redes sociais, devido à presença de amigos nessas ferramentas digitais. Isso mostra a importância que os jovens atribuem às relações interpessoais, à confiança nos familiares e amigos. As respostas dos jovens chamam a atenção para a força que ainda exercem como agentes de socialização política a família, a escola/universidade e os grupos de pares. Os líderes estudantis, os dirigentes de ONGs e movimentos sociais também exercem influência expressiva na decisão de voto dos jovens.

Os dados revelam ainda um perfil conservador dos jovens quando se trata de política, com a valorização da tradição na política local. Isso aparece, por exemplo, no elevado percentual de respostas que valoriza a família dos candidatos, ou seja, quando o candidato é oriundo de uma família que já atua na política local há muito tempo. Os jovens pesquisados também consideram importante o apoio de partidos e políticos reconhecidos na região. Dessa forma, os respondentes não consideram importante o

lançamento de candidaturas independentes ou a entrada de jovens na disputa política local. Os depoimentos chamam a atenção para elementos como a experiência, os vínculos com políticos dos “escalões superiores” e a proximidade dos candidatos com os políticos tradicionais. Um candidato jovem, para representar os próprios jovens, não parece ser uma reivindicação dos eleitores que responderam ao questionário. Eles valorizam mais a experiência política e a representação de ideias.

Outro dado relevante é que os jovens estão preocupados com uma agenda política considerada materialista, conforme vimos no tópico sobre a análise dos dados. Os temas da chamada agenda pós-materialista apresentam percentuais pouco expressivos. Isso certamente porque a maioria das cidades brasileiras ainda enfrenta dificuldades para resolver problemas materiais básicos como saúde, educação, transportes públicos, coleta e tratamento do lixo, desemprego e outros problemas similares.

A política partidária não se mostra atraente para os jovens, mesmo quando se trata da cidade onde eles vivem. Os depoimentos mencionados ao longo do texto mostram uma série de razões pelas quais a política partidária não é atrativa para eles. Os jovens são críticos e reativos em relação à política partidária. Como vimos, quando os candidatos não lhes agradam, preferem votar em branco. Como estão insatisfeitos com a política local preferem votar nulo, como forma de protesto, ou seja, como reação a uma situação que não condiz com suas expectativas. Por outro lado, observa-se um paradoxo: os jovens manifestam insatisfação e por isso votam como protesto, porém, a pesquisa mostra que há registro de razões de escolha do voto que se situam na esfera tradicional, a exemplo do voto em candidatos provenientes de famílias que já atuam na política local.

Referências

ABRAMO, H.; VENTURI, G. Juventude, política e cultura. *Teoria e Debate*, n. 45, p. 1-4, 2000.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 1, n. 1, p. 79-90, 2011.

AQUINO, Jackson Alves. Socialização e política. *Sociedade e Cultura*, v. 7, n. 2, p. 191-205, 2004.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*, v. 17, n. 2, p.11-33, 2005.

AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 81, p. 155-177, 2008.

BÄCHTOLD, Felipe. Jovens preferem políticos mais novos ou estreados. *Folha online*, 30 Set. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/69232-jovens-preferem-politicos-mais-novos-ou-estreados.shtml>>. Consultado em: 11 Nov. 2016.

BAPTISTA, Érica Anita. Internet e escândalos políticos: a corrupção e as eleições municipais de 2012. *Anais do V Congresso da Compolítica*. Curitiba, 8 a 10 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT04-Internet-e-politica-EricaAnitaBaptista.pdf>>. Acesso em: 29 Jan. 18.

BAPTISTA, Érica Anita *et alii*. Jovens eleitores e novas tecnologias: percepções da política e participação. *Revista do Legislativo*, v. 5, n. 1, p. 124-132, Belo Horizonte, 2013.

BAQUERO, Marcello. *Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

———. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. *Cadernos de Ciência Política*, v. 1, n. 8, p. 23-37, 1997.

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. *Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 2009.

BARBIANI, Rosângela. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. *Textos & Contextos*, v. 6, n. 1, p. 138-153, 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARREIRA, César. Os pactos na cena política cearense: passado e presente. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 40, p. 31-49, 1996.

BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys Alencar F. Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral. *Horizontes Antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 307-335, 2012.

BARROS, Antonio Teixeira de; MARTINS, Lúcio Meireles. Juventude e comunicação política: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. Ixvii Congresso de Ciência da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2016, Goiânia. *Anais... Goiânia: PUC*, 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2016/resumos/R51-0281-1.pdf>>. Acesso em: 13 Nov. 2016.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 411-423, 2009.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 147-168, 2005.

BOSCHI, R. Instituições políticas, reformas estruturais e cidadania: dilemas da democracia no Brasil. *Anais do Seminário Internacional sobre Democracia na América Latina*. Santiago (CL), 2004.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*, p. 112-121. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOX 1824. *O sonho brasileiro da política*. 20-16. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/cmayumi/sonho-brasileiro-da-politica-verso-completa>>. Consultado em: 30 Set. 2016.

BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely Salgueiro. Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido Nordeste. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 2, p. 30-61, 2013.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho”, 2000.

CASTRO, Lucia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008.

CASTRO, M. M. O comportamento eleitoral no Brasil: diagnóstico e interpretações. *Revista Teoria & Sociedade*, n. 1, p. 126-168, 1997.

———. Sujeito e estruturas do comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, p. 7-19, 1992.

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009.

CASTRO, Lucia Rabello; MATTOS, Amana Rocha. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. *Análise Social*, v. 44, n. 193, p. 793-823, 2009.

COSTA, Andressa Liegi Vieira. Desconfiança e desinteresse político no sul do Brasil: percepções da juventude em relação à política. *Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política*, Porto Alegre, 9-11 de setembro de 2015.

COSTA, Homero de Oliveira. Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos. *Cronos*, v. 11, n. 1, p. 274, 2016.

COSTA, João Bosco Araújo. A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, p. 103-118, 1996.

COLEN, M. C. L. As covariantes da confiança política na América Latina. *Opinião Pública*, v. 16, n. 1, p. 1-27, 2010.

DALTON, R. J. *Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies*. New York: Oxford University Press, 2007.

DAHL, Robert A. *Development and democratic culture. Consolidating the Third Wave Democracies*. Baltimore (MD): Johns Hopkins, 1997.

DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. *Juventude contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2011.

DEWES, João Osvaldo. *Amostragem em bola de neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Matemática; Departamento de Estatística; Curso de Pós-Graduação em Estatística, 2013.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

DURÁN, Paulo Renato Flores. *Juventude, cidadania crítica e confiança política*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ENNE, Ana Lucia. Juventude como espírito do tempo, faixa etária e estilo de vida: processos constitutivos de uma categoria-chave da modernidade. *Comunicação Mídia e Consumo*, v. 7, n. 20, p. 13-35, 2011.

ESPOSITO, Ivan; LOURENÇO, Iolando. Brancos, nulos e abstenções superam votos de eleitos no Rio, BH e Porto Alegre. *Carta Capital Online*, 31 Out. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/brancos-nulos-e-abstencoes-superam-votos-de-eleitos-no-rio-bh-e-porto-alegre>>. Consultado em: 26 Jan. 2018.

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. São Paulo: Sumaré 1991.

FLORENTINO, Renata. Democracia liberal: uma novidade já desbotada entre jovens. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 205-235, 2008.

FISCHIELLA, Domenico. Comportamento eleitoral. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de política*, p.189-192. Brasília: Editora UnB, 1992.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública*, v. 4, p. 105-113, 1992.

FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FRANCH, Monica. Como será o Amanhã? Juventude, exclusão social e construção simbólica do futuro no Grande Recife. *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des)igualdades*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.

GALHARDI, Raul. Por que os jovens estão se afastando do PT? *Revista Fórum*, n. 7, Jun. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaFórum.com.br/2015/06/07/porque-os-jovens-estao-se-afastando-do-pt/>>. Consultado em: 05 Out. 2016.

GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 2, p. 205-221, Jul./Dez. 2013.

GOMES, Luiz Flávio. Juventude decepcionada: Brasil é dos políticos velhos (e velhas). *JusBrasil*, 28 Jun. 2015. Disponível em: <<http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/203494959/juventude-decepcionada-brasil-e-dos-politicos-velhos-e-velhas>>. Consultado em: 30 Set. 16.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*, v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004.

HORI, Jorge. Por que muitos jovens ainda apoiam o PT? “Esquerdas e direitas ladras”. *Jornal da Cidade online*, 29 Mar. 2016. Disponível em: <<http://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/2403/por-que-muitos-jovens-ainda-apoiam-o-pt-e39esquerdas-e-direitas-ladrases39#>>>. Consultado em: 05 Out. 2016.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2009.

KLIKSBERG, Bernardo. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 5, p. 909-942, 2006.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro. *Tempo Social*, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2006.

———. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2005.

LOPES, D. M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opinião Pública*, v. 10, n. 1, p. 162-187, 2004,

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a seqüência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

MAYORGA, C.; CASTRO, L. R.; PRADO, M. A. M. *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2012.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. *Etnográfica*, v. 15, n. 3, p. 523-542, Lisboa, 2011.

MANFREDA, Katija, Losar; VEHOVAR, Vasja. Internet Survey. In: LEEUW, Edith Desirée; HOX, J. J.; DILLMAN, Don A. (Eds). *International handbook of survey methodology*, p. 264-283. London: Taylor & Francis, 2008.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (Org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

———. O problema da juventude na sociedade moderna. In: MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Juventude*, I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARTINS, Lúcio Meireles. *Educomunicação para a democracia: o programa Plenarinho e o nível de letramento político infanto-juvenil*. Monografia – Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor). Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

———. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MERELMAN, Richard M. The family and political socialization: toward a theory of exchange. *The Journal of Politics*, n. 42, p. 461-486, 1980.

- MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Nacional brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 115-134, 2003.
- MILBRATH, Lester W.; GOEL, M. L. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally College Pub. Co., 1977.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n. 6, p. 134-150, Set./Dez. 1997.
- MOISÉS, J. A. *Democracia e desconfiança de instituições democráticas*. Edição do autor, 2009.
- NAZZARI, Rosana Katia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. *Educação Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 145-154, 2005.
- NOWOTNY, Helga. Time and social theory: towards a social theory of time. *Time & Society*, v. 1, p. 421-54, 1992.
- NUNES, Edson Oliveira. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- OPPO, A. Socialização política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de política*, p. 1202-1206. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas ciências sociais. *Ponto Urbe*, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1203>>. Consultado em: 21 Mar. 2015
- PEREIRA, Cícero; TORRES, Ana Raquel Rosas; BARROS, Thaís S. Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 20, n. 1, p. 01-10, 2004.
- PORTO, M. A crise de confiança política e suas instituições: os mídias e a legitimidade da democracia. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.
- POWER, T. J.; JAMINSON, G. D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 64-93, Mar. 2005.
- RADMANN, E. R. O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

RENNÓ, Lucio R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 260-282, 2007.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação política e juventude: mudanças no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política. *Em Debate*, v. 4, n. 8, p. 26-34, Belo Horizonte, Nov. 2012.

———. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 167-182, 2011.

———. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. *Debates*, v. 2, n. 2, p. 103-133, 2008.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opinião Pública*, v.16, n. 1, p.28-64, 2010.

RIBEIRO, Eliane; LANES, Patrícia; CARRANO, Paulo. *Diversidade de perfis caracteriza as juventudes brasileiras*. Rio de Janeiro: Ibase, 2006. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ibasenet_dv30_indicadores.pdf>. Acesso em: 30 Jun. 2014.

RIBEIRO, Guilherme Wagner. *Informação, aprendizagem e inovação nas Câmaras Municipais de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2010.

SALVADOR, João Pedro Pitombo de. Parentes e padrinhos fortes garantem mais recursos para a campanha de candidatos. *Folhaonline*, 21 Set. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/09/1815293-parentes-e-padrinhos-fortes-garantem-mais-recursos-para-a-campanha-de-candidatos.html>>. Consultado em: 05 Nov. 2016.

SANDOVAL, Salvador A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In CAMINO, L.; LHULLIER, L.; SANDOVAL, S. (Orgs.). *Estudos sobre comportamento político*, p. 13-24. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

SILVA, Márcia. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. *Sociedade & Natureza*, v. 20, n. 2, p. 69-78, 2008.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 148-169, 2003.

SPÓSITO, Marília Pontes; SILVA, Hamilton Harley de Carvalho; SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 238-257, 2006.

STOKER, G. *Why politics matters: making democracy work*. Basingstoke (UK): Palgrave Macmillan, 2006.

TAPSCOTT, Don. *Grown up digital: how the netgeneration is changing your world*. New York: McGraw-Hill, 2008.

TEIXEIRA COELHO, José. Cultura e cultura política dos jovens. *Revista USP*, n. 32, p. 156-165, 1997.

TELLES, Helcimara de S. e DIAS, Mariana. Condutas políticas, valores e voto dos eleitores jovens de Belo Horizonte. *Revista do Legislativo*. n. 43, p. 82-102, Belo Horizonte, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Estatísticas eleitorais*. Brasília: TSE, 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Consultado em: 19 Nov. 2018.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. *Cadernos IPPUR*, v. 15, n. 2, p. 13-32, Rio de Janeiro, 2002.

VILLELA, Jorge Mattar. Moral da política e antropologia das relações de poder no sertão de Pernambuco. *Lua Nova*, n. 79, p. 163-199, 2010.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

ZITKOSKI, Jaime José; HAMMES, Lúcio Jorge. Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política. *Debates*, v. 8. n. 2, p. 119-139, Maio/Ago. 2014.



Análise socioambiental: Zona de Educação para Ecodesenvolvimento e Experiência Cooperativa de Mondragón

Recebido: 07.12.17
Aprovado: 15.05.18

Liliane Cristine Schlemer Alcântara*
Carlos Alberto Cioce Sampaio**
Leire Uriarte Zabala***

* Liliane Cristine Schlemer Alcântara é pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Doutora em desenvolvimento regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) com *sandwich* no Instituto de Estudos Cooperativos (Lanki) da Mondragón Unibertsitatea (MU/Espanha). Professora do Departamento de Desenvolvimento Rural (DDR) do Centro de Ciências Agrárias (CCA/UFScar) da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo (SP), Brasil. <lilianecsa@yahoo.com.br>.

Carlos Alberto Cioce Sampaio é doutor em engenharia de produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com *sandwich* em economia social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris, França. Pós-Doutor em ciências ambientais pela Washington

Resumo: Este artigo tem como objetivo avaliar os avanços e os limites de duas experiências conduzidas recentemente em dois diferentes territórios sobre os principais aspectos envolvidos na internalização da questão socioambiental. O estudo foi desenvolvido na Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE) do Rio Sagrado, Morretes (PR), Brasil, com um recorte temporal de 2006 a 2012; e a Experiência Cooperativa de Mondragón (ECM), Espanha (País Vasco), com recorte temporal compreendendo o período de 2007 a 2015. A metodologia enquadra-se como pesquisa aplicada de ênfase qualitativa; pesquisa participante e abordagem exploratório-descritiva e avaliativa com interpretação e análise de dados a partir do método de pesquisa qualitativa do discurso do sujeito coletivo (DSC). Os resultados demonstram que ambas trabalham a gestão socioambiental e socioeconômica com base do processo didático-pedagógico e da práxis educativa: a comunidade de aprendizagem do Rio Sagrado com uma ênfase pedagógica pautada no processo de ensino-aprendizagem; a comunidade de prática do cooperativismo com destaque ao recurso pedagógico da instrumentalização. Concluiu-se que, a seu modo, despontam como alternativas à lógica capitalista hegemônica, trabalhando preventivamente na transformação da comunidade local como protagonista de seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Ecodesenvolvimento. Cooperativismo. Crise socioambiental. Desenvolvimento territorial sustentável. Interdisciplinaridade.

Socio-environmental analysis: ecodevelopment education zone and Mondragon Cooperative experience

Abstract: This article aims to evaluate the progress and limits of two experiments conducted recently in two different areas on the main aspects involved in the internalization of the environmental issue. They use two case studies: Ecodevelopment Education Zone (ZEE) of the Watershed Rio Sagrado, Morretes (PR); and Mondragon Cooperative Experience (ECM), Basque Country (Spain). The methodology fits as qualitative emphasis applied research; participant research and exploratory, descriptive and evaluative approach with interpretation and data analysis from the qualitative research method of the Collective Subject Discourse (DSC). The results demonstrate that the two experiences work on socio-environmental and socioeconomic management based on the

State University, USA, em cooperativismo corporativo pela Mondragón Unibertsitatea (MU/Espanha), e em ecossoecionomia pela Universidad Austral de Chile. Professor e pesquisador do Centro de Pesquisa da Universidade Positivo (CPUP/PR), Curitiba, Paraná (PR), Brasil. <carlos.cioce@gmail.com>.

*** Leire Uriarte Zabala é mestre em estudos especializados em cooperação para o desenvolvimento pela Univerité Libre de Bruxelles (ULB) e doutora pela Mondragón Unibertsitatea (MU/Espanha). Pesquisadora da Lanki e professora da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação (Huhezi/MU), Instituto de Estudios Cooperativos Lanki/Huhezi. Mondragon Unibertsitatea, Espanha. <luriarte@mondragon.edu>.

didactic-pedagogical process and the educational praxis: the learning community of the Rio Sagrado with a pedagogical emphasis based on the teaching-learning process; The community of cooperative practice with emphasis on the pedagogical resource of instrumentalization. It was concluded that in their own way, they emerge as alternatives to the hegemonic capitalist logic, working preventively in transforming the local community as protagonists of its development.

Keywords: Eco-development. Cooperativism. Socio-environmental crisis. Sustainable territorial development. Interdisciplinarity.

Introdução

O presente trabalho tem como pressuposto o enfoque de educação para o ecodesenvolvimento e educação cooperativa na implementação de estratégias dependerem da capacidade de promover a experimentação com novos sistemas de planejamento e gestão integrada e participativa, bem como condicionada a uma reforma profunda nas práticas educativas convencionais.

Educar sob a perspectiva de um pensamento complexo requer mudanças de modelos mentais dos educadores, partindo da premissa de que os docentes devam indagar, buscar, junto com os educandos, construir relações, histórias e ampliar diferentes contextos. “Trata-se de repensar a escola e de ampliar os espaços educativos que promovam novos saberes e novas práticas sociais” (Tiriba, 2007: 95).

Neste contexto, educar é uma trajetória pedagógica cujo resultado esperado é a emancipação do sujeito (Freire, 1997). Assim, para aprender social e ambientalmente, bem como desenvolver a capacidade de reflexão e mobilização dos atores rumo ao desenvolvimento territorial, faz-se necessário desenvolver competências. Em resumo, além de dispor de saberes – conhecimentos –, um ator deve poder fazer – competências – e também se lançar na ação – competências efetivamente mobilizadas para a ação territorial.

No intuito de subsidiar as adaptações necessárias ao enfoque socioeconômico, pretende-se avaliar os avanços e limites de duas experiências conduzidas recentemente, em dois diferentes territórios, sobre os principais aspectos envolvidos na internalização da questão socioambiental.

Selecionaram-se dois estudos de casos para este estudo: a Zona de Educação para Ecodesenvolvimento (ZEE) da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR), no contexto da pedagogia de projetos quanto à temática socioambiental, com um recorte temporal da análise no período de 2006 a 2012; e a Experiência Cooperativa de Mondragón (ECM), País Vasco (Espanha), no âmbito da pedagogia de prática

social, constituindo-se em arranjo institucional, com recorte temporal compreendendo o período de 2007 a 2015, ambos os espaços de experimentação prática e pedagógica¹.

O artigo está organizado em seis sessões, incluindo esta Introdução. Na sequência, apresenta-se um breve histórico do desenvolvimento territorial sustentável. Parte-se para o ecodesenvolvimento, a educação para o ecodesenvolvimento, seus aspectos teóricos e históricos. Aborda-se o cooperativismo, a educação cooperativa e sua contribuição para a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento. Em seguida, trata-se da metodologia, da caracterização e da análise dos resultados de desenvolvimento socioambiental do Rio Sagrado e do arranjo socioeconômico de Mondragón, em duas seções, e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

Desenvolvimento territorial sustentável: rumo a educação socioambiental

Integrar um pensamento policêntrico e sistêmico à perspectiva ética planetária tornou-se um grande desafio. Mesmo porque os efeitos de uma cultura eurocêntrica e capitalista resultaram em uma crise socioambiental e econômica global sem precedentes. Para Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2012),

[...] politicamente, a crise é agravada pela ineficiência das instituições políticas representativas contra a ação das elites financeiras do poder, pela crescente internacionalização das decisões políticas e da alta falta de controle que a cidadania tem em burocracias públicas. Contribuem também a configuração de um universo desprovido de uma política com fundamento ético, da automação do controle da vida social, da corrida armamentista e da falta de uma cultura democrática enraizada nas sociedades latino-americanas. Socialmente, a crescente fragmentação das identidades culturais, a falta de integração e comunicação entre os movimentos sociais, o aumento da exclusão social e política e o empobrecimento das massas, têm gerado conflitos incontroláveis dentro das sociedades, impossibilitando as respostas construtivas a tais conflitos. Economicamente, o sistema de dominação sofre mudanças profundas, que afetam substancialmente a globalização da economia, o aumento do capital financeiro com o seu enorme poder concentrador, a crise do Estado de bem-estar social, o crescente envolvimento do complexo militar na vida econômica do país e os múltiplos efeitos de sucessivas ondas de padrões tecnológicos de produção e consumo (Max-Neef, Elizalde & Hopenhayn, 2012: 24).

1. Esta pesquisa é resultado da tese de doutorado intitulada *Projetos de desenvolvimento: processos de ensino-aprendizagem ou processos de instrumentalização?* (Alcântara, 2015), dando origem ao projeto de pesquisa: “Como desenvolver competências por meio da construção de projetos locais?”, do Edital Chamada MCTI/CNPq/MEC/Capes n.º 43/2013, do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU/PUC) em colaboração com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Furb).

Ao mesmo tempo, teve como alicerce o projeto de estágio de doutorado no exterior, processo BEX 0381/14-4 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no Instituto de Estudios Cooperativos de Mondragón Unibertsitatea (Lanki/Huhezi), com o tema “Educação cooperativa para o desenvolvimento territorial sustentável: uma análise de processos pedagógicos de ensino-aprendizagem na construção de projetos de ação territorial”, desenvolvido de setembro de 2014 a março de 2015.

Diante desta crise, o conceito de desenvolvimento passou a ser designado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desta forma, deixando de significar meramente crescimento econômico para também incluir melhoria do padrão de vida da população (Sandroni, 2004: 83).

Neste contexto, o enfoque do desenvolvimento sustentável teve início com a emergência da problemática socioambiental, nas décadas de 1960 e 1970. Em 1972, Maurice Strong utilizou pela primeira vez o termo ecodesenvolvimento representando uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico (Sachs, 1993). Dessa maneira, sem pretender se tornar uma alternativa ideológica para o crescimento, o conceito se ampliou, visando atender às necessidades de superação da miséria, da contaminação ambiental e do caráter perverso do crescimento econômico.

O conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no *Relatório Brundtland*, em 1987, desempenhou papel pedagógico fundamental do ponto de vista socioambiental, além de centrar sua atenção na relação do homem com a natureza, preconizando a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais (Fernandez, 2011). As principais dimensões tratadas deste conceito foram ambiental, social, econômica e político-institucional a abordarem, respectivamente, sustentabilidade, equidade, competitividade e governabilidade.

Segundo o capítulo 35 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad) uma das bases para a ação exigida do desenvolvimento sustentável foi

[...] assumir perspectivas de longo prazo, integrar os efeitos locais e regionais das mudanças mundiais no processo de desenvolvimento e utilizar os melhores conhecimentos científicos e tradicionais disponíveis (Cnumad, 1992: 2).

Para Gustavo Esteva (2000), a crise socioambiental evidencia a insustentabilidade ecológica e social da racionalidade econômica.

Daí o propósito de internalizar as externalidades socioambientais do sistema econômico ou de submeter o processo econômico às leis ecossistêmicas nas quais se inscrevem (Esteva, 2000: 226).

O desafio é compatibilizar as políticas econômica e ambiental e desencadear um processo no sentido de um desenvolvimento territorial sustentável, relacionado às

atividades humanas conduzidas em um dado espaço, caracterizando um desenvolvimento endógeno, integrado, comunitário e sustentável.

Nessa perspectiva, se constata a importância da educação relativa à problemática socioambiental, a mais apropriada no sentido complexo-sistêmico-dialético. A intenção básica é dotar indivíduos, grupos sociais e comunidades da capacidade de perceber, compreender e lidar – de forma lúcida, teoricamente bem informada, eticamente refletida e politicamente responsável – com os condicionantes estruturais da crise socioambiental.

Para Carlos Rodrigues Brandão (1995: 26), a educação se constitui em “um meio de produção de poder da sociedade civil e, através dele, um caminho de conquista de participação ativa e consciente” dos rumos da sociedade. Neste sentido, pressupõe-se que a educação para o ecodesenvolvimento e a educação cooperativa oferece um recurso pedagógico importante para o desenvolvimento territorial sustentável. Para Paulo Vieira (2002),

[...] a elucidação da complexidade envolvida na história ecológica da humanidade, a reflexão crítica permanente sobre os fundamentos da cosmovisão² mecanicista-productivista e dos reflexos nas nossas maneiras de viver, e a defesa (não dogmática) dos ideais regulativos de reverência pela vida e de ecocidadania planetária constituem as dimensões essenciais desse novo paradigma educacional (Vieira, 2002: 7).

De um lado, a concepção de educação para o ecodesenvolvimento integra e transcende os conhecimentos educacionais tradicionais. De outro, a educação cooperativa requer um amplo trabalho não só de educação sociopolítica, mas também ambiental. De acordo com Bruno Jean (2010),

[...] para mostrar as vantagens recíprocas de um enfoque cooperativo capaz de favorecer aquilo que poderia se tornar um grande projeto de sociedade, ou seja, o desenvolvimento territorial solidário (Jean, 2010: 60).

Educação para o ecodesenvolvimento: gênese do conceito

O conceito de ecodesenvolvimento se apresenta em dois momentos: no primeiro, trata-se de um novo *estilo* de desenvolvimento aplicável a projetos localizados em áreas rurais e urbanas orientado prioritariamente pela busca da satisfação de necessidades básicas e pela promoção da autoconfiança ou autonomia ou autode-

2. A cosmovisão é um dos prolongamentos da moderna astrofísica. Coloca-se a questão das origens do universo e o futuro. Petraglia (2008) e Morin consideram esta uma oportunidade de fazer com que uma criança compreenda que tudo de que o universo é constituído formou-se desde os primeiros segundos de sua criação; que suas partículas, que seus átomos também são muito antigos, que o carbono de que ele é feito provem de sóis anteriores... Nós somos totalmente filhos deste universo, mesmo sendo singulares.

terminação (*self-reliance*) das populações envolvidas no processo; no segundo, o conceito designa também um enfoque participativo de planejamento e gestão de estratégias plurais de intervenção, adaptadas a contextos socioambientais específicos (Vieira, 2002). O conceito de ecodesenvolvimento foi assim enunciado:

Um processo criativo de transformação do meio, com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconside-
rado dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades reais de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. Promover o ecodesenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e os recursos potenciais para receber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica (Sachs, 2007: 58).

Fikret Berkes *et alii* (2001) e Paulo Vieira (1999) apontam para a importância da valorização do conhecimento dos membros da comunidade no processo de cogestão adaptativa de recursos comuns; afirmam que esse reconhecimento da cultura local se dá a partir de uma pedagogia social de corte sistêmico, o qual possibilita que uma comunidade perceba a dinâmica coevolutiva que se mantém com o meio ambiente biofísico e a importância dessa inter-relação para a recriação da vida comunitária. Esse enfoque incentiva o empoderamento das comunidades locais e a participação das instituições na gestão dos recursos naturais, visando novas estratégias de desenvolvimento local, considerando a problemática socioambiental.

Neste sentido, Paulo Freire percebe a educação como comunicação, diálogo, encontro de pessoas que procuram a razão de ser dos acontecimentos, pois, para ele,

a educação é diálogo ou não é educação (Freire, 1971: 109). [...] O educador não é aquele que somente ensina, mas aquele que, durante a ação educativa, é também educado pelo diálogo com o educando (Freire, 2009: 68).

Para o autor, o ser humano é um projeto inacabado:

[...] a educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo encha de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencio-

nada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (Freire, 2009: 38).

A educação para o ecodesenvolvimento se configura como alternativa de educação voltada para o desenvolvimento local. Trata-se, na verdade, de uma revisão nos paradigmas educacionais vigentes, nas estratégias e situações concretas de ensino-aprendizagem a partir do pensamento complexo-sistêmico (Nascimento & Pereira, 2003).

Neste contexto, é necessário desenvolver atitudes de respeito com a natureza, ressaltando os sentidos de autonomia, resultando em um estilo solidário, como sugere a autopoiese, traduzido como o “centro da dinâmica constitutiva dos seres vivos” (Maturana & Varela, 1980: 87). Neste sentido, uma das propostas pedagógicas centrada na educação como um processo de aquisição e prática da autonomia por meio das reações construídas pelos indivíduos são as Zonas de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEEs).

[...] Espaços em que se privilegia o conhecimento, a compreensão, a proposição e o agir sobre o território de maneira que se conservem modos de vida tradicionais e se preserve a biodiversidade (Sampaio *et alii*, 2016: 149).

Deste modo, as Zonas de Educação para o Ecodesenvolvimento privilegiam ações de caráter interdisciplinar, em um esforço que percorre desde o diálogo entre diversas disciplinas pertinentes às demandas levantadas pelos territórios até a hibridização da sabedoria popular com conhecimentos científicos úteis ao território onde a ZEE se instala (Raynaut, 2011).

A importância de um processo educativo-participativo recai no fato de dialogar com moradores, comunidade escolar, funcionários, pais, professores, alunos, no sentido de desenvolver um processo de participação com o objetivo de identificar projetos locais por meio da comunidade de aprendizagem. A comunidade de aprendizagem é uma estratégia pedagógica que tem por objetivo estabelecer novas relações com o meio ambiente, desenvolver um projeto concreto em torno de um aspecto de um problema socioambiental. Esta estratégia pode ser pensada como processo de educação a partir do cotidiano, inspirado no esforço de educação para o ecodesenvolvimento, na identificação de problemas e proposição de soluções, estimulando competências e autonomia (Sauvé, 2001: 32).

Entre as potencialidades da educação para o ecodesenvolvimento estão:

- i.* estímulo a uma nova visão de mundo que permite compreender como os sistemas estão imbricados entre si;
- ii.* estímulo a uma nova visão de educação em que o desenvolvimento humano seja percebido contextualmente e se realize integralmente;
- iii.* possibilidade de socialização entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional sem hierarquização e através do diálogo de saberes; e,
- iv.* abertura para a unidiversidade humana a partir do convívio coletivo, numa esfera de comunidade de aprendizagem (Morin, 2003).

Desenvolve-se, assim, o sentimento de filiação com o ambiente de vida e o sentimento de responsabilidade, resultando num enriquecimento mútuo, onde é estimulada a criatividade, contribuindo para melhorar as relações com o meio ambiente para propiciar o desenvolvimento do pensamento crítico e a questão dos valores, que levam a descobrir e a diagnosticar as situações-problema.

Assim, importa introduzir critérios ecológicos e um quadro interdisciplinar alinhado com um enfoque sistêmico e global das realidades para identificar projetos locais, que promovam um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto (Morin, 1999). O cerne das estratégias de ecodesenvolvimento é estar, em última instância, baseado em experimentações locais que traduzem objetivos globais. Ressalta-se que para esse enfoque, a educação é uma premissa, ou seja, não poderá existir ecodesenvolvimento sem educação para o ecodesenvolvimento (Sachs, 1980; 2007; Vieira, 1999).

Presume-se que a educação para o ecodesenvolvimento deva tratar a conservação da biodiversidade; a autorrealização individual e comunitária, em consonância com a educação para a cidadania, por meio de processos educativo-participativos, promoveriam o desenvolvimento em todas as suas dimensões e fundamentalmente como qualidade de vida (Sachs, 1980). Desse modo, diretrizes pedagógicas são dadas, sobretudo pelos preceitos da educação popular de Paulo Freire, que tem na pedagogia a possibilidade de libertação dos indivíduos, a partir de um processo que não se encerra em salas de aula e menos ainda com excesso de informações depositadas sobre aprendizes.

Educação cooperativa: gênese do conceito

O cooperativismo é considerado como um dos principais instrumentos para a promoção de desenvolvimento econômico e social ao gerar e distribuir renda, e promover o capital social nas comunidades que o praticam (Bialoskorski Neto, 2002). Segundo Nora Amodeo (2013) uma gestão social cooperativista constitui-se em,

[...] um campo complexo e multidimensional de conhecimentos, métodos e práticas, que têm como objetivo o desenvolvimento do relacionamento dos cooperados com a cooperativa, do sentimento de pertencimento, da identidade, da fidelidade e da confiança entre os associados e sua cooperativa, mediante a participação, a capacitação, a comunicação e o fluxo de informações entre todos os membros da organização, elementos todos que contribuirão para um democrático e economicamente eficiente exercício do poder na cooperativa (Amodeo, 2013: 2).

Neste contexto situa-se a educação cooperativa, vista como componente pedagógico da gestão social, sendo considerada essencial para o modelo de gestão cooperativista. Afinal, uma boa administração cooperativa se atinge pelo caminho da educação e da formação. Para José Carlos Libâneo (1998),

o pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa (Libâneo, 1998: 22).

A educação cooperativa serve como estratégia que impulsiona o desenvolvimento. Ao elevar a si mesmo como promotor da proposta cooperativista no intuito de defender e promover o desenvolvimento como estratégia de ensino, deve-se pensar em um modelo que permita manter uma organização para os seres humanos.

A educação cooperativa no desenvolvimento de competências atende às propostas de desenvolvimento territorial, materializadas em programas e projetos que passam a ganhar significado no momento de sua implementação. Ao mesmo tempo, volta-se

ao desenvolvimento da pessoa humana, plenamente consciente do seu papel na cooperativa e conseqüentemente na sociedade, uma pessoa solidária e altruísta, comprometida por laços de reconhecimento com sua comunidade (Schneider, Hendges, & Silva, 2010: 17).

O que se procura por meio da educação cooperativa é uma educação integral à classe trabalhadora e que propicie a emancipação humana; ao invés de uma formação instrumental e de interesses para atender às demandas do mercado de trabalho. José Valadares (2005) define educação cooperativa como

[...] um processo e um método para formular e executar políticas de educação e comunicação cujas características se referem a aspectos essenciais à prática da cooperação: a gestão democrática. Compreende o processo propriamente dito de preparação e adoção de planos e estratégias por decisões das bases cooperativistas e dos dirigentes e sua execução por parte do órgão responsável pela administração do serviço educacional e pelo esquema de organização comunitária adotada pela cooperativa (Valadares, 2005: 33).

Deste modo, educar para o trabalho significa que o aluno deva trabalhar intelectualmente pelo manejo prático das coisas, construindo uma realidade interna subjetiva, que se traduz, por sua vez, em determinado resultado que, no caso, é o aprendizado, foco de interesse na atividade laboral educativa, o que caracteriza a comunidade de prática. Para Jean Lave e Etienne Wenger (1991) uma comunidade de prática,

[...] é uma condição intrínseca para a existência de conhecimento, não apenas porque ela providencia um suporte interpretativo necessário para dar sentido à sua herança. A participação na prática cultural na qual qualquer conhecimento ocorre é um princípio epistemológico de aprendizagem. A estrutura social de sua prática, suas relações de poder, e suas condições para legitimação definem possibilidades para a aprendizagem (Lave & Wenger, 1991: 98).

José Schneider (2003) afirma que, para determinar se um sistema é educativo ou não, é preciso verificar se ele proporciona, sob que aspecto e em que medida, o desenvolvimento das capacidades e das personalidades dos indivíduos atendidos por esse mesmo sistema. Então, a cooperativa em si é um espaço ideal para a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades, os quais devem levar à geração de propostas inovadoras em termos de gestão, cooperação e desenvolvimento da comunidade.

A educação deve fortalecer a ideia e a realidade de que a cooperativa é um ator social capaz de gerar resultados positivos e eficientes para o bem comum e o desenvolvimento territorial. A perspectiva de educação mais se aproxima da cooperativa em sua dimensão de “associação de pessoas”, enquanto a capacitação, em suas diversas acepções, mais se aproxima da cooperativa em sua dimensão “empresa”, como explicam José Schneider, Margor Hendges e Antônio César Silva (2010):

A educação abarca a formação sobre a visão do mundo, da vida e da economia própria do cooperativismo, compreende a formação de valores, dos princípios essenciais, das normas e sua aplicação concreta dentro das circunstâncias econômicas, sociais, políticas, culturais de todo o país e de cada região. A formação e a capacitação atuam de forma técnica nos métodos e nos procedimentos relacionados com a gestão eficiente da empresa cooperativa, como instrumento do cooperativismo (Schnneider, Hengdes & Silva, 2010: 31).

A educação e a cooperativa estão vinculadas, como o trabalho ao homem, que se autorrealiza individual e coletivamente. “A educação é o fundamento da base e do espírito cooperativo; a própria cooperativa pode ser considerada como uma escola” (Azurmendi, 1992: 244). A educação é entendida como prática cooperativa prévia à promoção cooperativa propriamente dita.

Neste sentido, a educação cooperativa pode ser entendida como educação social, que deve levar os indivíduos e os grupos a repensarem e reformarem os seus próprios conhecimentos e suas experiências confrontando o conteúdo recebido com o que já detém. O objetivo desta educação é formar transformadores do mundo, preparando homens responsáveis e constantes, aptos a construir um mundo mais justo, novo e solidário, cultivando a inteligência e o espírito associativo.

Ao mesmo tempo, leva-se em conta que a educação cooperativa é considerada um dos principais instrumentos para o desenvolvimento econômico e social, com o objetivo de gerar renda e promover o capital social nas comunidades.

O processo de formação engloba tanto o desenvolvimento pessoal como o desempenho profissional das pessoas envolvidas. Do mesmo modo, os cooperados devem reconhecer na educação e na formação cooperativista uma oportunidade para desenvolver competências, conhecimentos, ferramentas e habilidades que permitem melhores resultados para a sua base social.

Desta forma, um modelo de ensino-aprendizagem deveria ter a consciência de que sua função é prestar serviços e o resultado final deve ser o bem-estar dos indivíduos e da melhoria contínua da qualidade de vida. Para isso, a educação cooperativa deve gerar processos de formação consistente, a fim de desenvolver estratégias de ação que visem gerar retornos econômicos e retornos sociais em equilíbrio contínuo. O desafio é como pensar a educação em longo prazo em sua dimensão pedagógica para a contribuição na construção e desenvolvimento de competências, conhecimentos, habilidades, saberes e fazeres para as práticas socioambientais na perspectiva interdisciplinar.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido na Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento do Rio Sagrado, Morretes (PR), Brasil, com um recorte temporal de análise do período de 2006 a 2012; e a Experiência Cooperativa de Mondragón (ECM), Espanha (País Vasco), com recorte temporal compreendendo o período de 2007 a 2015 (Alcântara, 2015).

Apesar do desafio do estudo realizado em diferentes territórios, percebeu-se potencialidades importantes entre ambos que validaram este estudo: apresentam aproximações envolvidas na questão socioambiental; resultam em alternativas de desenvolvimento regional; e são espaços de experimentação prática e pedagógica.

A metodologia utilizada para este estudo teve uma abordagem interdisciplinar e o processo de aprendizagem uma concepção epistemológica, sistêmica-práxis-humanista (Bertalanffy, 1975). Com base em sua natureza e abordagem a pesquisa foi aplicada qualitativa; do ponto de vista dos procedimentos técnicos tratou-se de estudo de caso, utilizando de observação participante e na análise de dados da pesquisa exploratório-descritiva e avaliativa com interpretação e análise de dados a partir do método de pesquisa qualitativa do discurso do sujeito coletivo (DSC) , como apresentado na Tabela 1.

As informações coletadas na pesquisa partiram de dois momentos: dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante e dados secundários em fontes e bibliografias sobre o tema. As entrevistas na Zona de Educação

TABELA 1
PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Etapas	Procedimentos de pesquisa	Técnicas de pesquisa	Quanto ao delineamento (instrumentos de coleta)
Primeira etapa	Referencial teórico	Aplicada qualitativa Exploratória	Pesquisa bibliográfica Análise documental
Segunda etapa	Caracterizar os aspectos pedagógicos, (socioambientais e socioeconômicos) dos projetos de desenvolvimento: ambiental e democrático	Aplicada qualitativa Estudo de caso Exploratório-descritiva	Pesquisa bibliográfica Análise documental Entrevistas não diretivas Observação participante
Terceira etapa	Caracterizar e analisar as competências que levam ao processo de formação-educação interdisciplinar/transdisciplinar voltada ao desenvolvimento	Estudo de caso Exploratório-descritiva	Entrevistas não diretivas Observação participante Análise das entrevistas por meio do discurso do sujeito coletivo (DSC)
Quarta etapa	Considerações e conclusões a partir dos resultados alcançados	Avaliativa	Considerações finais

Fonte: elaborado pelos autores.

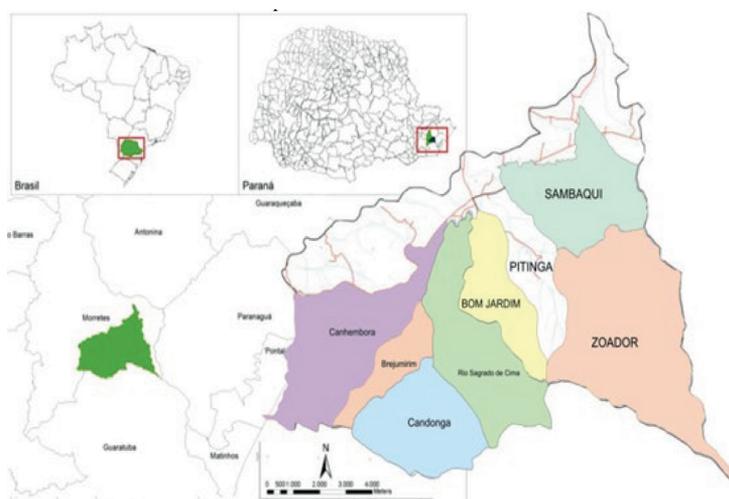
para o Ecodesenvolvimento levaram em conta o seguinte público-alvo: gestores do projeto, alunos, professores, a comunidade e os pais de alunos. Na Experiência Cooperativa de Mondragón, a pesquisa teve como público-alvo: professores, alunos, pesquisadores, presidentes de cooperativa, ex-cooperados e a comunidade não cooperativista. Foram entrevistados 40 representantes dos grupos de atores-chave, levando-se em conta o conceito sistêmico de ecodesenvolvimento e do cooperativismo conforme as categorias sociais envolvidas.

Contextualização das experiências

Desenvolvimento socioambiental: ecodesenvolvimento

A Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE) foi criada em 2006 e está localizada na Microbacia Hidrográfica de Rio Sagrado, no litoral sul do Paraná (Figura 1), cujo território pertence à Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba, faz parte da Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica (ReBIO), sendo esta uma das áreas da floresta Atlântica contínuas mais preservadas do Brasil (Mansur, 2013). Esta característica do território foi capaz de criar uma identidade local valorizando sua cultura, seus atrativos naturais, históricos e econômicos. Esta estratégia pode ser identificada na questão dos recursos naturais, na valorização do território e na preservação da mata e dos rios pela comunidade.

FIGURA 1
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SAGRADO,
MORRETES (PR) E MAPA DE COMUNIDADES DA MICROBACIA



Fonte: Adaptado de Feuser (2010); Braghirolli (2010); Mansur *et alii* (2011)

A comunidade do Rio Sagrado é composta por pequenas propriedades rurais com agricultura de subsistência (Feuser & Braghirolli, 2010). Entretanto, a ausência de perspectivas econômicas contribuiu para o fortalecimento do êxodo rural, sobretudo entre os jovens, em busca de trabalho nas grandes cidades. Segundo os agricultores, esta realidade mudou com a perspectiva da chegada do turismo comunitário, fortalecida com a possibilidade das vivências comunitárias, feiras de trocas, advinda do projeto intervência universitária, intitulado Programa de Honra de Estudos e Práticas de Ecosocioeconomia.

O Programa de Honra obteve financiamento do Edital 23/2008 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) conjuntamente com o Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agronegócio)/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), edital este encampado pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). O Programa de Honra teve uma duração de dois anos e os planos de ensino tinham uma orientação interdisciplinar, visto que os conteúdos partiam de problemas identificados no território pelos moradores de Rio Sagrado. O objetivo foi articular ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar rumo à transdisciplinaridade, integrando membros comunitários, acadêmicos da iniciação científica, estudantes do Programa de Pós-Graduação.

O projeto, eminentemente interdisciplinar, deu origem a subprojetos que se complementaram entre si, voltados a atender a demanda da comunidade:

A base epistemológica claramente definida, necessária à prática interdisciplinar foi a conservação de modos de vida tradicionais e a preservação da biodiversidade dos territórios que compõem a Microbacia do Rio Sagrado (Grimm *et alii*, 2015: 133).

Neste sentido, o turismo comunitário surge como um projeto de desenvolvimento, a partir do fortalecimento da identidade comunitária, por meio de geração de trabalho e renda associada às tecnologias apropriadas do território. A demanda de projetos desenvolvidos no período de 2006 a 2012 atenderam as dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento preconizadas por Sachs (1993): social, econômica, ecológica, espacial e cultural, buscando soluções específicas dos problemas particulares daquela comunidade, levando em conta os dados ecológicos e culturais. Houve também, por meio dos projetos, a valorização dos recursos específicos da região, valorização do homem local e da cultura; redução dos impactos ambientais e principalmente educação preparatória rumo à educação para o ecodesenvolvimento.

Percebe-se que apesar da exuberância ambiental da comunidade da ZEE do Rio Sagrado, representada pelas paisagens: abundância dos recursos hídricos, da Mata Atlântica e ocorrência de um relevo que alterna áreas dos vales dos rios, morros e montanhas, existem alguns pontos de fragilidade ambiental na comunidade (Alcântara *et alii*, 2015).

Conclui-se que o desenvolvimento chegou ao Rio Sagrado, não em termos econômicos, mas fundamentalmente como um avanço da tomada de consciência e solidariedade que contrasta com a destruição ambiental e desigualdade social. Não se pode negar que este enfoque demanda novos projetos, bem como a continuidade de formação e educação para o ecodesenvolvimento, que respondam às mudanças profundas que ocorrem simultaneamente no campo econômico, político e social.

Encontrou-se na comunidade pesquisada uma realidade na qual a maioria dos membros comunitários dispõe de terras, sistemas de produção alimentar e recursos que lhes permitem cobrir suas necessidades básicas sem ter que recorrer ao mercado. Assim, pode-se distinguir entre o conceito de uma vida simples e pouco agressiva com a natureza: a agricultura de subsistência a que muitos estão sujeitos, restringe a sua participação nos mercados locais, em contrapartida, garante-lhes uma vida simples, pouco agressiva com a natureza, ar puro e silêncio nas estimativas que procuram “medir” a qualidade de vida.

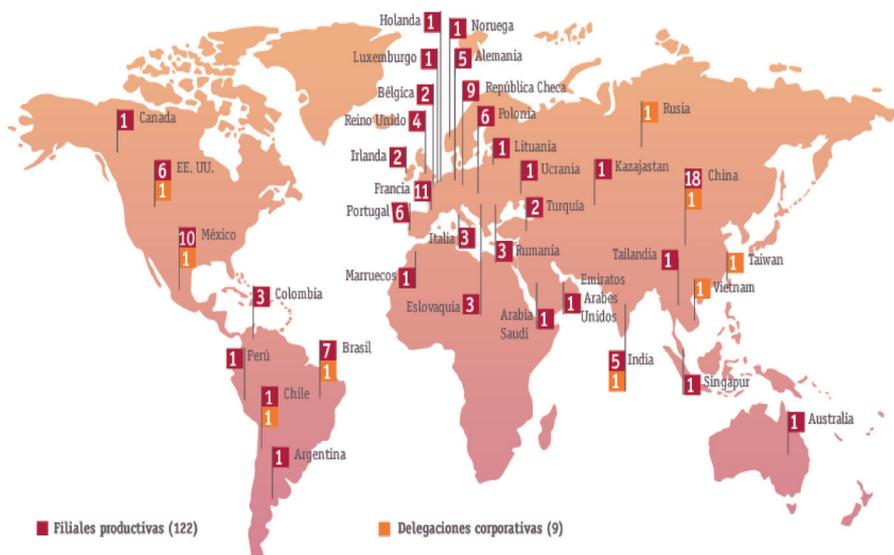
Desenvolvimento de arranjo institucional: cooperativismo

O Cooperativismo de Mondragón nasceu no século XX, nos anos do pós-guerra civil, mais precisamente em 1956, e seus fundamentos seguiam os princípios de seu fundador Arizmendiarieta, que desencadeou uma ação coletiva transformadora, cultural e identitária no momento em que o mundo de pertencimento e sentido havia sido destroçado (Azurmendi, 1992).

Em dezembro de 1991, aprovou-se, durante o Terceiro Congresso Cooperativo, um novo projeto organizacional e o Grupo Cooperativo Mondragón passou a se chamar Mondragón Corporación Cooperativa (MCC). Este novo projeto organizacional buscou a máxima eficiência empresarial setorial, reagrupamento das cooperativas com relações de produto-mercado mais homogêneas e unidade de direção estratégica. Este novo esquema organizacional contempla hoje a existência de quatro grupos: industrial (com doze divisões), financeiro, educação e distribuição² (Figura 2).

2. Dados disponíveis em: <www.mondragon-cooperativa.com>.

FIGURA 2
PRESENÇA PRODUTIVA E COMERCIAL DO MCC



Fonte: Disponível em: <<http://www.mondragon-corporation.com/>>.

O conflito entre capital e trabalho constituiu a contradição fundamental da sociedade industrial do século passado. A esse conflito se tentou dar uma resposta pela ação cooperativa inspirada no pensamento autogestionário. A origem do cooperativismo é que imprime o caráter do seu modelo participativo (Alcântara, Sampaio & Uriarte, 2016).

O cooperativismo de Mondragón fundamenta-se em dez princípios,

que constituem a sua base de funcionamento e, ao mesmo tempo, se materializam numa prática, ou numa ascese, que é síntese de uma ética, a ética católica de Arizmendiarieta (Sampaio *et alii*, 2012: 154).

Estes princípios são: livre adesão, organização democrática, soberania do trabalho, instrumentalização e subordinação do capital, gestão participativa, solidariedade distributiva, cooperação, transformação social, universalidade e educação. Para Arizmendiarieta (1984), a educação devia ser o início de tudo. Embora fosse uma premissa, nem sempre foi considerada na prática cooperativista.

Portanto, quando se considera a educação como o primeiro e o principal princípio, trata-se de uma educação que se desloque da racionalidade antropocêntrica, como a que fundamentou priori-

tariamente a prática do cooperativismo de Mondragón, para uma racionalidade socioambiental na qual haja a compreensão de que os sistemas são integrados, premissa a partir da qual os processos decisórios devem ser norteados (Sampaio *et alii*, 2012: 163).

Em 2005, realizou-se uma reflexão sobre o sentido da Experiência Cooperativa de Mondragón e pensou-se em novos processos de inovação e desenvolvimento de uma estratégia de educação cooperativa. Esta estratégia foi instrumentalizada depois do *Proceso de reflexión sobre la evolución del sentido de la experiencia cooperativa de Mondragón*.

A estratégia de recuperação e revitalização cooperativa veio com os esforços simultâneos do Departamento de Gestão Social do Grupo Cooperativo da Mondragón Unibertsitatea (MU), por meio do Instituto de Estudios Cooperativos (Lanki). Para seu desenvolvimento, formou-se um grupo de trabalho misto, composto por membros da Comissão Permanente do Grupo Mondragón e investigadores de Lanki, que se encarregaram do seguimento das sessões, da sistematização da informação, da análise dos resultados e da elaboração do diagnóstico final (Udaondo, Azkarraga & Iñurrategi, 2012: 2).

Para Arizmendiarieta (1984), as principais razões do debate sobre estes temas se entende como: participação democrática a caracterizar essencialmente a dimensão interna das cooperativas; compromisso e responsabilidade social; meta de transformação social; e educação como instrumento e fundamento do movimento cooperativista. Neste contexto, buscou-se um processo educativo que desse a direção, o rumo e o sentido para a mudança e transformação social. Deste modo, o Cooperativismo de Mondragón, em parceria com o Instituto de Estudios Cooperativos de Mondragón Unibertsitatea (Lanki/Huhezi), Bagara Herrigintzan, S. Coop. e a Fundação Munduki-de trabalham em conjunto com projetos de transformação social.

Um formato de educação cooperativa desenvolvido por Lanki e o cooperativismo pelo Centro de Desarrollo Directivo y Cooperativo de Mondragón (Otalora) que prevê uma educação cooperativa em três formatos: cursos de oito horas, cursos de formação de dois a três dias para órgãos sociais e diretivos e cursos de Pós-graduação com duração de 250 horas. Na parceria com “Bagara Herrigintzan, S. Coop” procura-se desenvolver projetos de educação e competências voltadas a transformação social. Seus princípios se voltam na busca de novos modos de produção e consumo consciente, valoração do homem e da comunidade, agricultura baseada em métodos biologicamente mais saudáveis, novas formas de administração e de propriedade comum, dentre outros.

As ações realizadas até o presente momento acontecem de duas formas: em primeiro nível na valorização das entidades educativas, língua euskera e cultura Vasca; em segundo nível se valorizam e se promovem diversas obras sociais e de assistência, meio ambiente, atividades culturais e esportivas e apoio a países em desenvolvimento com a Fundação Mundukide.

Para os atores sociais, o cooperativismo de Mondragón concebe-se como promotor de um desenvolvimento comunitário com chave autogestionária e também um polo ativo de criação de emprego e riqueza, onde a educação tem uma função social, um dever que vai mais além da escola e um âmbito que deve ser dividido com outros agentes sociais. A educação cooperativa vem se empreendendo por meio de propostas que ofereçam significado para as cooperativas. O modelo de educação cooperativo contém quatro elementos e tem como objetivo impulsionar uma nova etapa da formação para a educação cooperativa, além de sistematizar, atualizar e fazer uma permanente formação cooperativa.

1. Fase de Planejamento:

1. definição de objetivos de médio e curto prazo;
2. valoração dos recursos necessários (financeiros, pessoas etc.); e
3. tempo das ações.

2. Fase de desenvolvimento:

1. Programa A: órgãos sociais;
2. Programa B: quadros executivos, novas incorporações e restante de sócios; e
3. Curso avançado: responsáveis de formação cooperativa e membros de órgãos-líderes sociais.

3. Fase de evolução:

1. evolução do processo de implantação; e
2. evolução da qualidade das ações educativas realizadas.

4. Fase de reflexão-investigação e ajustes:

1. reflexão e investigação para desenvolver novos materiais formativos e novas metodologias; e
2. reflexão sobre a evolução do próprio modelo.

Entretanto, na visão dos entrevistados falta uma definição clara do objetivo social e empresarial; ao mesmo tempo há dificuldade de planejar o projeto social cooperativo e o espírito participativo mais consciente. Para Ortega e Uriarte (2015)

[...] o desenvolvimento de uma cultura e uma identidade de acordo com as bases e demandas do paradigma cooperativo parece um dos desafios imediatos que enfrentam as cooperativas (Ortega & Uriarte, 2015: 28).

Neste contexto, o cooperativismo carece de uma formação que estimule as capacidades e competências dos indivíduos para a resiliência, capacitando-os para que possam se antecipar à crise social, econômica e ecológica, sem perder sua identidade, o que pressupõe flexibilidade adaptativa. Bem como, conciliar a capacidade de imaginar novas formas de relação com a natureza e a comunidade, partindo do pressuposto de que os seres humanos, em qualquer cultura, têm que produzir uma relação harmônica com o ambiente como condição para um desenvolvimento de sua própria natureza.

Análise de resultados

A análise se deu à luz das informações coletadas na pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante com os atores-chave das duas experiências e análise de dados a partir do método de pesquisa qualitativa do discurso do sujeito coletivo (DSC).

Zona de educação para o ecodesenvolvimento

O diagnóstico da situação atual de desenvolvimento na comunidade analisada demonstra que se necessita de maior integração entre os atores (redes de transporte insuficientes, mercados locais sem comunicação entre si, pouca participação social). Frente a este quadro percebe-se a necessidade de continuidade de um desenvolvimento integrado para o estudo da realidade e para a continuidade de projetos de ação e educação para o ecodesenvolvimento.

Olha, é bem desunido, é bem desunido, você acha assim, chama o povo é complicado, assim, pra participa... No caso, reunião por causa da água, essas coisa, assim, é difícil. Isso que o cara que trabalha aqui na água, ele vai de casa em casa, assim, então ele é bem comunicativo nesse ponto. E mesmo assim, o povo não se interessa de participa, né? (DSC 1).

O enfoque do conhecimento tácito dos especialistas e os saberes da comunidade presentes na cultura local a partir da observação e da prática de vida partem da

própria experiência. Neste sentido, as equipes interdisciplinares deveriam buscar interpretações multicausais para os problemas ou situações que se pretendem tratar, levando em conta a interdependência dos sistemas como um conceito chave para a integração e a complexidade dos mesmos.

No projeto de desenvolvimento realizado no território, destacaram-se processos de ensino-aprendizagem, por meio da pedagogia de projetos, utilizando-se da instrumentalização como apoio metodológico. Apesar de ter atendido seus propósitos, como o turismo comunitário por meio das vivências, feiras de troca e o fortalecimento das associações (Associação Comunitária Candonga e Amorisa), não teve continuidade por parte da comunidade e algumas atividades se encerraram. Ou seja, alguns princípios foram assimilados, entretanto, a precariedade e a fragilidade do capital social resultaram na desmobilização da comunidade.

Quando eu comecei aqui, tinha gente que perguntava o que era a associação, eles não sabiam o que era a associação, e moravam aqui... Essa associação já existia há dez anos, eles não sabiam o que que era, nem o que era a cozinha comunitária, pessoas que moram do ladinho aqui, dois quilômetros, não sabiam por que ela existia. Sabia que tinha um prédio aqui, mas nem pra que existia (DSC 2).

A associação necessita ser fortalecida e vista por parte dos associados como um “porto seguro” que contribui com o desenvolvimento regional para fortalecer a imagem da ZEE como uma região de preservação ambiental de um futuro onde prevalecerá uma forma de desenvolvimento que privilegie dois aspectos: a qualidade de vida de seus habitantes e a melhoria de todos aqueles que a visitam.

Frente a grave crise ecológica e social que a humanidade enfrenta, importa construir um modelo de desenvolvimento menos antropocêntrico que não dilapide o ecossistema e planeje estilos de vida fundamentados em um tipo de consumo mais responsável.

Nós tomamo água do rio aí. Não temo outra água, só do rio. Então continua, que nem nós cuidamo, tipo, a gente cuida bastante pras outras pessoas que vêm de fora não destruir, continua sempre, é lixo, a gente vive brigando, assim, falando, brigando não, falando né? (DSC 3).

A Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento de Rio Sagrado, como espaço de estudo, pesquisa e práticas com perspectiva interdisciplinar rumo à transdisciplinaridade possui potencialidades como: conservação de modos de vida tradicionais e biodiversidade.

Daí o que a gente sentiu assim: é que muitas coisas assim veio, mas daí parou, não deu continuidade, sabe, daí a gente vê assim muita coisa veio, teve tanta participação, tanta coisa e paro! Não teve continuidade, não foi dado continuidade nas coisa pra prosseguir né?” (DSC 4).

Entretanto, como se percebe o protagonismo dos sujeitos e o agir local sobre o território demonstrou ser insuficiente para a continuidade dos projetos.

Experiência cooperativa de Mondragón

A ordem social das sociedades industriais modernas cresceu sob a luz de uma nova ideia: produtividade. Nesta realidade, natureza e sociedade humana sempre viveram sob a égide da questão temporal, onde natureza e recursos se renovam em períodos lentos, não acompanhando o ritmo acelerado dos sistemas produtivos. Não foi diferente no cooperativismo de Mondragón.

Na sociedade há cada vez mais o individualismo [...] valores mais coletivos tem cada vez menos força. Valores mais individualistas são mais fortes, estes são cada vez mais fortes. E nas cooperativas também, estes valores ficam a desejar. Preocupam-se mais com o negócio, a rentabilidade... O projeto social perde força, essa leitura nas Cooperativas de Mondragón não é mais a mesma (DSC 1).

O cooperativismo carece de uma formação que estimule as capacidades e competências dos indivíduos para a resiliência, capacitando-os para que possam se antecipar à crise social, econômica e ecológica, sem perder sua identidade, o que pressupõe flexibilidade adaptativa. Bem como, conciliar a capacidade de imaginar novas formas de relação com a natureza e a comunidade, partindo do pressuposto de que os seres humanos, em qualquer cultura, têm que ter uma relação harmônica com o ambiente como condição para um desenvolvimento da sua própria natureza.

Um dos grandes problemas encontrados nas cooperativas foi a própria conscientização dos trabalhadores em relação à importância de sua participação social. Ao considerar que os valores da sociedade capitalista atual – onde cada vez mais o Ter é mais importante que o Ser – reflete-se nos grupos na dificuldade do ser cooperativo, na questão da solidariedade.

Foi feito um diagnóstico em todo grupo Mondragón e as conclusões foram diversas. Porém, sobretudo eram três: a educação, a participação e a transformação social... uma parte é que não estava sendo feita uma transmissão cooperativa entre as diferentes cooperativas, pelo menos estrutural, e que agora as novas tives-

sem os mesmos valores que tinham os que fundaram o cooperativismo. Desde aí, se viu que havia uma carência (DSC 2).

Neste sentido, há um esforço participativo do cooperativismo de Mondragón por meio da educação, em aproximar a gestão cooperativa dos cooperados, o que pressupõe um desenvolvimento humano rumo à sustentabilidade ecológica, social e econômica.

Temos que iniciar esta reflexão. Então se conclui que a formação da educação nas cooperativas, há muita formação técnica. Aqui nestes anos, muita formação técnica, porém o cooperativismo falta! Formação humana falta! Cooperativo humano. É uma reflexão (DSC 3).

O objetivo está em criar um espaço de transparência dos processos como garantia de eficiência e eficácia no cumprimento dos objetivos comuns rumo ao bem-estar no contexto da vida cooperativista. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade para a aprendizagem coletiva e um reforço aos valores e atitudes democráticas. Percebeu-se que a dimensão educativa da experiência não se desenvolveu totalmente, ainda que a dimensão técnico-empresarial tenha tido um crescimento exponencial.

Há que se trabalhar tudo. Este é um enfoque que queremos plantar aqui. Aqui entra a sustentabilidade ecológica, que é importante. Aqui a sustentabilidade ecológica teria que ser importante, está relacionado. Teremos algo bonito que será traçado aqui. Não há como fazer educação sem isto. Se a comunidade está mal, se não cuidar isto, não vão conseguir... Entendemos que faltam no momento estratégias de educação. Vivemos numa sociedade individualista, consumista. Há que se dar importância também a esta dimensão, é importante (DSC 4).

Ao mesmo tempo, a educação das novas gerações do entorno cooperativo, incluindo aqueles educados dentro da experiência, esbarra na falta de capacidade de dar razão ao fazer cooperativo com mais espírito crítico. Outro aspecto identificado foi o caráter mais racional-instrumental da educação que, entretanto, procura avançar por meio da valoração substantiva e da interdisciplinaridade nos processos de ensino-aprendizagem, enfatizando relações interpessoais, cultura e liderança nos cursos de formação.

Entretanto, infere-se que o eixo educativo é transversal a toda comunidade e percebe-se que há um esforço coletivo na prática de transformação social e desenvolvimento comunitário, canalizando a educação cooperativa como vetor procurando revitalizar a própria identidade cooperativa.

Considerações finais

Diante do objetivo de avaliar os avanços e limites de duas experiências conduzidas recentemente, em dois diferentes territórios, sobre os principais aspectos envolvidos na internalização da questão socioambiental, concluiu-se que ambas a seu modo apresentam formas alternativas de educação em desenvolvimento regional, trabalhando preventivamente na transformação da comunidade local como protagonista de seu desenvolvimento.

Percebeu-se que as duas experiências, no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável, apresentam aproximações importantes no que tange ao aspecto de arranjo institucional, caracterizando-se como tal. Com base no levantamento tanto teórico como Ortega e Uriarte (2015 empírico realizado, pode-se concluir que as duas dinâmicas socioprodutivas abordadas apresentam similitudes e algumas diferenças. A primeira busca soluções no âmbito ambiental e social; enquanto a segunda, nas suas variáveis, no âmbito econômico e social. De qualquer forma, as propostas não se excluem, mas se complementam.

Igualmente, ambas possuem uma compreensão sistêmica da realidade, requerendo, entretanto, maior articulação da práxis. Neste sentido, o desafio teórico e operacional é fazer com que as propostas deem continuidade aos processos de formação e educação, seja ela formal ou informal, tendo como prioridade o desenvolvimento de uma visão sistêmica, inter e transdisciplinar, demonstrando inter-relação dos processos socioeconômicos e socioambientais, frente aos desafios colocados pelo mundo globalizado.

Apesar dos percalços que precedem o desenvolvimento de competências, vislumbra-se a educação para o ecodesenvolvimento e a cooperativa, fatores de expressão e realização dos princípios ambientais e de transformação social rumo ao desenvolvimento territorial sustentável.

Inicialmente, pode-se inferir que os princípios do ecodesenvolvimento foram assimilados pela comunidade do Rio Sagrado, não necessitando de um processo formal de educação para ter compreensão que a promoção do desenvolvimento requer participação, comprometimento, cooperação e solidariedade. Ou seja, as necessidades humanas e o bem-estar são conceitos vivenciados no dia a dia, na convivência.

Entretanto, necessita-se de mecanismos para criar um contexto social e familiar que assegure a permanência das pessoas da comunidade no seu território, favorecendo o estabelecimento de um modelo produtivo que, além de ecologicamente susten-

tável, seja economicamente viável e culturalmente aceitável. Neste caso específico, necessita-se fortalecer o item de eficiência econômica. Ao mesmo tempo, carecem de maior empoderamento, emancipação, autonomia autogestionária e lideranças capazes de dar continuidade aos processos que levam ao desenvolvimento territorial sustentável.

Uma segunda inferência, é que a experiência de cooperativismo de Mondragón, ainda que seja uma referência na perspectiva da socioeconomia, não contém elementos substantivos para ser caso emblemático em ecossocioeconomia. Apesar dos esforços visíveis da corporação cooperativa por meio da educação transformadora, não apresenta avanços enquanto concepção sustentável de vanguarda.

Dentro desta perspectiva, percebe-se que a comunidade de aprendizagem do Rio Sagrado passou a dispor de um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos socioambientais que lhes permitiu analisar e relativizar os efeitos negativos antrópicos ao meio ambiente, utilizando-se do processo de ensino-aprendizagem como recurso pedagógico e da instrumentalização como apoio metodológico. De outro lado, a comunidade de prática do cooperativismo procurou fortalecer o aspecto relacionado à transformação social, primando por projetos de revitalização social da comunidade e do entorno, utilizando-se como recurso pedagógico a instrumentalização, caminhando gradativamente rumo ao processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, a prática interdisciplinar e/ou multidisciplinar foi essencial para a análise de problemas complexos, como os sociais e ambientais, porque permitiu a comunicação de saberes e a cooperação articulada entre os diversos atores, levando em conta as diferentes perspectivas para a interpretação e/ou soluções das questões teóricas e práticas.

Ao mesmo tempo, necessita-se pensar soluções em nível macro e micro, preservando os princípios e valores, pilares das diferentes propostas, incluindo a gestão democrática e autogestionária, na busca de um modelo alternativo de desenvolvimento, justo, solidário e democrático, que privilegie acima de tudo, uma sustentabilidade ecológica, social e econômica.

As lições que auferimos nesta pesquisa sobre o enfoque do ecodesenvolvimento e do cooperativismo não são somente sobre gestão socioambiental e/ou socioeconômica, mas sobre as possibilidades de se construir uma nova sociedade que compreenda a verdadeira noção de sustentabilidade.

Referências

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer. *Projetos de desenvolvimento: processos de ensino-aprendizagem ou processos de instrumentalização?* Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; PELLIN, Valdinho.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes. Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento: aproximação da Universidade com a Comunidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 33, 2015. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/35943>>. Acesso em: 24 Maio 2018.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; URIARTE, Leire Zabala. Desenvolvimento de competências: uma concepção da pedagogia de projetos e da pedagogia de prática social. In: SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALVES, Alan Ripoll; ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer (Orgs.). *Novos talentos: processos de educação para o ecodesenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra Editora, 2016.

AMODEO, Nora Beatriz Presno. *Educação e comunicação cooperativista: reflexões sobre educação e comunicação cooperativista*. Viçosa, MG: [s.n.], 2013.

ARIZMENDIARRIETA, José María. *La empresa para el hombre*. Mondragón: Caja Laboral Popular, 1984.

AZURMENDI, Joxe. *El hombre cooperativo: pensamiento de Arizmendiarrieta*. Mondragón: Caja Laboral popular; Lan Kide Aurrezkia, 1992.

BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria geral dos sistemas*. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975.

BERKES, Fikret; MAHON, Robin; MCCONNEY, Patrick; POLLNAC, Richard; POMEROY, Robert. *Managing small-scale fisheries fikret berkes: alternative directions and methods*. Ottawa (CA): International Development Research Centre, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. In: BRAGA, M. J.; REIS, B. S. (Orgs.). *Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias*, p. 77-97. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa: 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular*. São Paulo: Cortez, 1995.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). *Agenda 21*. 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 25 Maio 2018.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis(RJ): Vozes, 2000.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 23, p. 109-120, Jan./Jun. 2011.

FEUSER, Shimene; BRAGHIROLI, G. Análise dos fatores físico-naturais da comunidade de Rio Sagrado de Cima, Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado. *Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão – Mipe*. Blumenau: Furb, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 48. reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

———. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

———. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GRIMM, Isabel Jurema; DIAS, Adriana; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES, Valdir. Interdisciplinaridade e práticas no ecodesenvolvimento: análise da microbacia do Rio Sagrado, Morretes, PR. *Ambiente e Sociedade [on-line]*, v. 18, n. 1, p. 115-134, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n1/pt_1414-753X-asoc-18-01-00115.pdf>. Acesso em: 01 Abr. 2018.

JEAN, Bruno. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F. et alii. *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: Aped/Secco, 2010.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge (UK); New York: Cambridge University Press, 1991.

LEFÈVRE Fernando; LEFÈVRE Ana Maria Cavalcanti. *Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social*. Brasília; LiberLivro, 2005.

LIBÂNIO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1998.

MANSUR, Cristiane de Moraes Silva; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ZUÑIGA, Christian Henriquez; PASCO, Adriana Dias; AUMOND, José Juarez. Diagnóstico e construção de indicadores socioambientais participativos: experiências de um programa de extensão. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 30, Dez. 2013.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. *Autopoiesis and cognition: the organization of the living*. Boston: Reidel, 1980.

MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martin. *Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores*. Blumenau: Edifurb, 2012.

MORATO, Adelvânio Francisco; COSTA, Alisson. Avaliação e estratégia na formação educacional cooperativista. In: MACÊDO, K. B.; XIMENES, J. A. A. (Orgs.). *Cooperativismo na era da globalização*. Goiânia: UCG/Terra, 2001.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

———. *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*. Paris: Unesco, 1999.

NASCIMENTO, Carolina Cavalcanti; PEREIRA, Maiara Leonel. *Educação para o ecodesenvolvimento: narrativa preliminar de um processo em construção*. 2003. Disponível em: <www.nmd.ufsc.br>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

ORTEGA, I. S.; URIARTE L. Z. Retos y dilemas del Cooperativismo de Mondragón tras la crisis de Fagor Electrodomésticos. *Cuadernos de Lanki*, n. 10, 2015.

PETRAGLIA, Izabel. *Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber*, 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR, A.; SILVA NETO, A. J. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri (SP): Manole, 2011.

SACHS, Ignacy. Ambiente e estilos de desenvolvimento. In: SACHS, I.; VIEIRA, P. F. (Orgs.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*, p. 54-76. São Paulo: Cortez, 2007.

———. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1993.

———. *Stratégies de l'écodéveloppement*. "Collection Développement et Civilisations". Paris: Les Éditions Ouvrières, 1980.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ARAUJO, Jussara R.; HENRÍQUEZ Zuniga, Christian ; PASCO, Adriana Dias. Educación para el ecodesarrollo: micro-cuenca del Río Sagrado. In: SOUZA, Cristiane Mansur de; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALVES, Alan Ripoll; ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer (Orgs.). *Novos talentos: processos de educação para o ecodesenvolvimento*, v. 1, p. 147-164. Blumenau: Nova Letra, 2016.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES, Valdir; ETXAGIBEL, Joseba Azkarraga; ALTUNA, Larraitz Gabilondo. Revisitando a experiência de cooperativismo de Mondragón a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 25, p. 153-165, Jan./Jun. 2012.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

SAUVÉ, Lucie. *L'éducation relative à l'environnement*. Québec: HMH, 2001.

SCHNEIDER, José Odelso. (Org.). *Educação cooperativa e suas práticas*. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso; HENDGES, Margot; SILVA, Antônio César Machado da. *Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho*. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2010.

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. *Cadernos Cedes*, v. 27, n. 71, Jan./Abr. 2007.

UDAONDO, Ainara; AZKARRAGA, Joseba; IÑURRATEGI, Iñigo. Proceso de reflexión cooperativo en las cooperativas de Mondragón. *Comunicación en XIV Jornadas Nacionales de Investigadores en Economía Social*. El año internacional de las Cooperativas: desafíos y propuestas de la economía social en un mundo en transformación, Ciriec, Donostia, 2012.

VALADARES, José Horta. Profissionalização da gestão cooperativista: modismo ou necessidade? *Revista Universo*, Ano 3, n. 16, 2005.

VIEIRA, Paulo Freire. Repensando a educação para o ecodesenvolvimento. In: Tecnologia e cidadania. *Anais do VIII Encontro Nacional de Ensino Agrícola*. Camboriú (SC), Out. 2002.

———. Repensando a educação para o ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P. F.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). *Ecologia humana, ética e educação. A mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre; Florianópolis: Pallotti; Aped, 1999.



Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização

Recebido: 01.12.17

Aprovado: 14.06.18

Eduardo Georjão Fernandes*
Alex Niche Teixeira**

* Eduardo Georjão Fernandes é doutorando em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, mestre em sociologia e graduado em ciências jurídicas e sociais pela mesma universidade e graduado em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. <eduardo.fernandes@gmail.com>.

** Alex Niche Teixeira é diretor da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, pesquisador associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Violência, Democracia e Segurança Cidadã (CNPq) e do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS/CNPq). É graduado em ciências sociais

Resumo: O estudo aborda a temática dos enquadramentos midiáticos da ação coletiva. Especificamente, trata-se de um estudo metodológico, guiado pelo seguinte questionamento: como desenvolver um modelo analítico que garanta precisão conceitual e rigor metodológico para o estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização? Para tanto, o trabalho discute o conceito de enquadramento midiático e, em seguida, apresenta a construção empírica de um modelo analítico, com base na cobertura de jornais de Porto Alegre (RS) sobre o ciclo de protestos de 2013 na cidade. Por fim, são demonstrados os avanços teórico-metodológicos resultantes da utilização do modelo desenvolvido.

Palavras-chave: Enquadramentos midiáticos. Ação coletiva. Metodologia. Modelo analítico. Ciclo de protestos de 2013.

An analytical model for studying media framing of mobilization processes

Abstract: The study addresses the issue of media's frameworks of collective action. Specifically, it is a methodological study, guided by the following question: How to develop an analytical model that ensures conceptual accuracy and methodological rigor to the study of media framing of mobilization processes? Therefore, the paper discusses the concept of media framework and presents the empirical construction of an analytical model based on the coverage of newspapers from Porto Alegre, Brazil about the 2013 protest cycles in the city. Finally, the study demonstrates the theoretical and methodological advances resulting from the use of the developed model.

Keywords: Media frameworks. Collective action. Methodology. Analytical model. 2013 protests cycle.

Introdução

Os estudos sobre movimentos sociais têm incorporado o conceito de *frames* (enquadramentos interpretativos), de Erving Goffman (2012), para a operacionalização de pesquisas sobre as interpretações atribuídas a processos de mobilização. Em âmbito internacional, diversos autores têm se vincula-

(1998), mestre (2003) e doutor (2009) em sociologia pela mesma Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. <alexnt.ufrgs@gmail.com>.

do a essa perspectiva teórica (Benford, 1997; Snow & Benford, 1988; 1992; Koenig, 2004; 2006).

Ao se considerar que o ato de atribuição de sentido às ações de movimentos sociais é levado a cabo por diversos atores (sejam os próprios ativistas, sejam as autoridades políticas ou os veículos midiáticos), constituiu-se um campo específico, dedicado ao estudo dos enquadramentos midiáticos aos processos de mobilização. As propostas de Gitlin (1980) e de Entman e Rojechi (1993) são paradigmáticas de tal perspectiva.

No entanto, o desenvolvimento dessa abordagem no Brasil perpassa alguns desafios: embora haja um debate internacional profícuo sobre o conceito de *frames*, essa abordagem tem sido praticamente ignorada pelas pesquisas brasileiras em movimentos sociais (Silva, Cotanda & Pereira, 2013); o estudo de enquadramentos midiáticos à ação coletiva exige a interlocução entre o campo da ação coletiva e os estudos em comunicação; mesmo em âmbito internacional, a literatura aponta a falta de precisão do termo *frame* e a ausência de sistematização para a operacionalização do conceito (Entman, 1994; Benford, 1997; Scheufele, 1999).

Tendo em vista as configurações explicitadas, o presente estudo busca enfrentar esses desafios, respondendo ao seguinte questionamento: como desenvolver um modelo analítico que confira precisão conceitual e rigor metodológico para o estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização?

Para enfrentar essa questão, o presente trabalho foi subdividido em três seções. Na primeira, resgata-se o conceito de *frame* em Goffman e se demonstra como o conceito tem sido incorporado aos campos dos movimentos sociais e da comunicação. Na segunda seção, apresenta-se, a partir de um objeto empírico específico – a cobertura de jornais ao ciclo de protestos de 2013 em Porto Alegre (RS) –, o percurso metodológico que culminou na construção de um modelo analítico para o estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização. Por fim, na conclusão, são explicitados os avanços teórico-metodológicos resultantes da utilização do referido modelo.

O conceito de enquadramento interpretativo e sua incorporação ao estudo da ação coletiva

Enquadramentos interpretativos da ação coletiva

O primeiro autor a tratar sociologicamente a noção de enquadramento interpretativo foi Erving Goffman, em *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise* (2012). Embora, nesse livro, Goffman não tenha abordado especificamente o tema de movimentos sociais, o conceito de “enquadramento” – ou “emolduramento” – tem sido utilizado no estudo dos modos por meio dos quais se interpreta a ação coletiva (Silva, Cotanda & Pereira, 2013: 5).

Na obra, o interesse de Goffman (2012) consiste em entender, epistemologicamente, de que modo as pessoas definem as situações como reais. Para tanto, o autor lança mão do conceito de quadro (*frame*), inicialmente criado por Bateson (1972). “Enquadrar” significa “conceder atenção” ao que está dentro de um quadro, de modo que, diante da multiplicidade de aspectos que poderiam ser apreendidos da realidade, apenas alguns deles sejam capturados e organizem o mundo dos atores sociais (Goffman, 2012).

Com base no conceito de *frame*, teóricos dos movimentos sociais formularam a ideia de “molduras interpretativas da ação coletiva” (Miac) (Gamson *et alii*, 1992). A partir de então, diversos autores têm se vinculado a essa perspectiva teórica (Benford, 1997; Snow & Benford, 1988; 1992; Koenig, 2004; 2006). Assim Snow e Benford definem conceitualmente as “molduras interpretativas da ação coletiva”:

Esquema interpretativo que simplifica e condensa o “mundo lá fora”, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado (Snow & Benford, 1992: 137).

Quanto ao papel de veículos midiáticos na construção de molduras interpretativas da ação coletiva, parte-se da noção de que “os meios de comunicação estão longe de ser espectadores neutros ao enquadrar os fatos dos movimentos” (Tarrow, 2009: 151). Em contraposição às abordagens que tomam como referência a “objetividade” (Porto, 2002), como se o conteúdo midiático fosse um “espelho” da realidade, assume-se a perspectiva da “construção social da notícia” e se considera que as notícias são resultado de disputas em torno de um amplo conjunto de interesses sociais (Fernandes, 2016b).

Revisões de literatura nas pesquisas em comunicação indicam, assim como no caso das pesquisas sobre movimentos sociais, a falta de precisão do termo “enquadramento” e a ausência de teorias sistematizadas para operacionalização desse conceito (Entman, 1994; Benford, 1997; Scheufele, 1999). É de Todd Gitlin (1980) a primeira sistematização mais precisa do conceito de enquadramento aplicado aos estudos de mídia:

Enquadramentos da mídia são *padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira* (Gitlin, 1980: 7, grifos nossos).

Um ponto importante na definição de Gitlin é a compreensão de que os meios de comunicação operam na utilização de recursos (seleção, ênfase, exclusão etc.) para organizar o mundo e produzir interpretações específicas sobre os acontecimentos (Porto, 2002). Os modos e a intensidade de utilização desses recursos conformam os padrões interpretativos dos veículos midiáticos. O estudo de Gitlin (1980) é precursor da emergência de um campo de pesquisas que se centra na relação entre mídia e movimentos sociais (Ryan, 1991; Entman & Rojecki, 1993; McAdam, McCarthy & Zald, 1996; Wolfsfeld, 1997). Dentre tais estudos, destaca-se a tradição liderada por Gamson *et alii* (1992), com a abordagem da mídia como ator inserido na “construção social da realidade”.

Enquanto o conceito de “enquadramento” de Gitlin focaliza os procedimentos utilizados pelas mídias para a construção de interpretações sobre a ação coletiva (ênfase na forma), Gamson *et alii* (1992), por meio da noção de “pacotes interpretativos”, abordam o conteúdo das interpretações midiáticas, considerando-se que esses “pacotes” são formados por esquemas interpretativos. A partir desses elementos, Entman (1994) formula um conceito de “enquadramento” que busca tratar, concomitantemente, questões de forma e de conteúdo:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. *Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito* (Entman, 1994: 294, grifos nossos).

*Enquadrando os elementos da ação coletiva:
sujeitos, verbos e objetos*

A literatura de movimentos sociais indica pelo menos três elementos considerados relevantes no processo de enquadramento a ações de movimentos sociais. O primeiro é a *identidade*. Os atores imersos no conflito (integrantes de movimentos sociais, autoridades estatais e a própria mídia) necessitam criar, a respeito dos fatos, versões que favoreçam seus interesses (Ruggiero, 2005: 289). A partir das diferentes molduras interpretativas formuladas pelos atores do conflito, são explicitados antagonismos e fronteiras identitárias entre “nós” e “eles”. Ao definir problemas, identificar protagonistas e antagonistas, apontar linhas particulares de ação, os atores em disputa buscam mobilizar o suporte necessário para justificar seus atos. Por meio dessa construção interpretativa da realidade, intenta-se adquirir consistência explicativa e poder emocional na luta pela delimitação de identidades coletivas em confronto (Della Porta, 2008). A identidade dos(as) manifestantes, dimensão consolidada na literatura como fator explicativo das dinâmicas de movimentos sociais (Melucci, 1995) é, assim, ao mesmo tempo constitutiva dos processos de mobilização e estratégica, por ser utilizada como fator de mobilização (ou de arrefecimento) dos episódios de contestação (Demetriou, 2007).

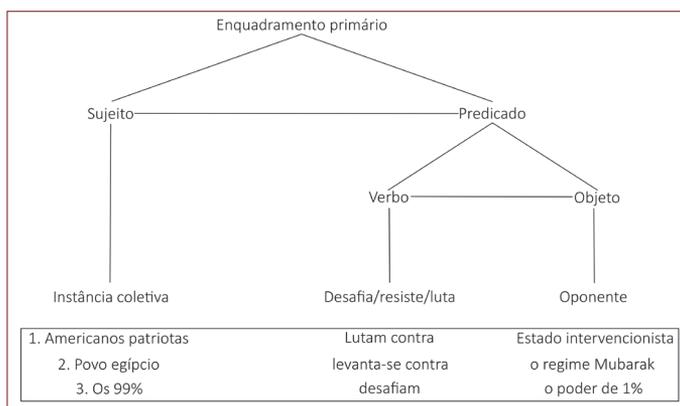
Como segundo elemento relevante, a bibliografia aponta para a noção de *injustiça*. Os atores envolvidos em processos de mobilização necessitam justificar a necessidade da ação coletiva preferencialmente a outras formas de resolução de conflitos. Assim, o apoio público aos atos está atrelado à construção de um sentimento de injustiça, à desumanização/neutralização dos adversários e à descrença na eficácia de outros meios de resolução do conflito, como o diálogo (López & Sabucedo, 2007).

Soma-se, ainda, o elemento da *interação*, dos meios utilizados para a concretização da ação coletiva. Nesse sentido, é relevante o conceito de repertório, sendo este entendido como formas historicamente consolidadas de concretização da ação coletiva (passeatas, ocupações, reuniões com autoridades políticas) (Tilly, 1978).

Uma interessante sistematização do processo de enquadramento desses elementos é apresentada no estudo realizado por Johnston e Alimi (2012). Ao utilizarem como base o conceito de “esquemas primários” (*primary frameworks*) para a compreensão de confrontos políticos, entendem os autores serem os *primary frameworks* apreendidos a partir de três componentes discursivos: o “sujeito” (identidade coletiva), o “verbo” (o que o sujeito faz – interações) e o “objeto” (a quem ou a que se refere a ação do sujeito – injustiça). A construção discursiva do conflito dá-se em um

contexto de relação entre determinado “sujeito” e um “objeto”, sendo estes ligados por um “verbo”:

FIGURA 1
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DE *PRIMARY FRAMEWORK*



Fonte: Johnston; Alimi (2012).

Por fim, como resultado dessa construção discursiva, são produzidos os enquadramentos interpretativos da ação coletiva. Tais enquadramentos são mobilizados pelas mídias de forma a favorecerem – ou desfavorecerem – a ação dos movimentos sociais. É importante, assim, o conceito de “legitimidade”, entendido como o grau em que os veículos midiáticos, com seus enquadramentos, apoiam ou rejeitam as reivindicações dos movimentos sociais (Koopmans & Olzak, 2004).

O ciclo de protestos de 2013 e a construção de um modelo analítico

Durante o ano de 2013, especialmente durante o mês de junho, as ruas do Brasil foram tomadas por uma série de protestos ocorridos em diferentes cidades do país. Aquele período tem sido, desde então, objeto central de diversos estudos dedicados à análise dos processos envolvidos na produção, no desenvolvimento e nas consequências daquelas mobilizações. Dentre os livros (Cattani, 2014; Maricato *et alii*, 2013), os artigos (Alonso & Mische, 2016; Dowbor & Szwako, 2013; Ortellado, 2013; Singer, 2013), as teses e dissertações (Fernandes, 2016a; Silva, 2014b; Silva, 2016), identifica-se a constituição de uma vasta literatura sobre as denominadas “Jornadas de Junho”, abrangendo-se uma considerável variedade de temáticas.

Um primeiro segmento dessa literatura dedica-se a interpretar o que aqueles eventos significaram para os processos políticos no Brasil de forma mais ampla. Em ou-

tros termos, tais estudos buscam responder à complexa questão: o que foi, afinal, junho de 2013? As provisórias respostas já produzidas são conflitantes e tendem a enfatizar papéis de atores específicos. Alonso e Mische (2016), por exemplo, identificam como central, em 2013, a emergência de três distintos repertórios (socialista, autonomista e patriótico), cindindo os atores presentes às ruas; Singer (2013) entende 2013 como expressão, a um só tempo, de uma classe média inconformada e de um “novo proletariado” emergente; Ortellado (2013) dá centralidade à atuação da esquerda autonomista.

A discussão na literatura reflete a polissemia de 2013, e o enfrentamento dessa interpretação mais ampla não é o objeto do presente estudo, considerando-se, ademais, que as especificidades locais dos protestos em diferentes cidades não permite uma interpretação unívoca. Ainda assim, é possível dizer que se formou um consenso em torno da interpretação de que, embora as passeatas de 2013 tenham sido disparadas pelo aumento no valor do transporte público e inicialmente organizadas por coletivos específicos (Movimento Passe Livre, em São Paulo; Bloco de Lutas pelo Transporte Público, em Porto Alegre; entre outros), o período de ampliação dos protestos caracterizou-se pela multiplicação de atores e reivindicações. Enquanto as pautas passaram a abranger temas múltiplos e muitas vezes sequer conectados entre si – como os gastos com a Copa do Mundo 2014, a PEC 37, a corrupção da esfera política e a repressão policial – as ruas também foram tomadas por uma multiplicidade de atores não vinculados aos grupos que iniciaram os protestos. Essas características, em conjunto, conformam o que Tarrow (2009) denomina “ciclo de protestos”:

[...] uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social, com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos da ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades (Tarrow, 2009: 182).

Exatamente pela surpresa e diversidade que configuraram os protestos de 2013, no curso do ciclo uma miríade de interpretações a respeito “do que estava acontecendo ali” (Goffman, 2012: 30) também foi produzida, caracterizando-se uma disputa interpretativa a respeito do fenômeno. Assim, uma das principais discussões emergentes do ciclo de protestos de 2013 foi a relação entre mídia e ativismo. Por um lado, presenciou-se, em 2013, a intensa utilização de novas tecnologias de informação na cobertura dos protestos (Fontanetto & Cavalcanti, 2016), na difusão das mensagens dos manifestantes e na própria constituição das estruturas de mo-

bilização (Silva, 2014a; 2014b). Por outro lado, os veículos de mídia corporativa não perderam relevância, constituíram-se como atores centrais na produção de interpretações sobre o ciclo de protestos (Araújo, Alves Filho & Nunes, 2014; Fernandes, 2016a; Lima, 2013; Moraes, 2015), disseminando conteúdo por meio de mídias sociais (Bittencourt, 2013).

Essa literatura, formada principalmente por estudos situados no campo da comunicação, tem apontado na direção de que, nacionalmente, houve uma mudança interpretativa nos veículos de mídia corporativa durante o mês de junho (Araújo & Alves Filho; Cammaerts & Jiménez-Martínez, 2014; Araújo, Alves F.^a & Nunes, 2014; Fernandes, 2016a; Moraes, 2015). Os enquadramentos iniciais das mídias corporativas tenderam a condenar as manifestações como um todo, enfatizando as táticas violentas adotadas por manifestantes. Com a entrada de novos atores nas ruas e a multiplicação da pauta dos protestos, porém, os estudos identificam no mês de junho uma mudança interpretativa direcionada ao apoio aos manifestantes, embora mantendo-se o tom condenatório a manifestantes considerados “vândalos” (Fernandes, 2016a; Fontanetto & Cavalcanti, 2016; Mendonça & Daemon, 2014; Moraes, 2015; Silva & Fernandes, 2017).

Por outro turno, quanto às interpretações produzidas pelas mídias alternativas, a literatura identifica que a disseminação de interpretações em mídias “não tradicionais” (a maioria desses estudos trata da cobertura da “Mídia Ninja”¹) possibilitou a emergência de “outras vozes”, destacando-se elementos pouco salientes em veículos corporativos, como a violência policial aos manifestantes (Fernandes, 2016a; Fontanetto & Cavalcanti, 2016; Silva, 2014b). As mídias alternativas, em suma, optariam por “evidenciar aquilo que a mídia tradicional não mostra” (Fontanetto & Cavalcanti, 2016: 360).

É no debate sobre as disputas interpretativas a respeito dos protestos de 2013 que o presente trabalho se insere. O foco consiste na apresentação de um modelo analítico que dê conta de identificar e descrever detalhadamente a multiplicidade e a complexidade de enquadramentos produzidos durante o ciclo.

O modelo analítico

Como já demonstrado, embora a noção de enquadramento interpretativo seja frequentemente utilizada em estudos sobre a ação de movimentos sociais (Koenig, 2004), bem como em pesquisas sobre comunicação e mídia (Porto, 2002), não há uma metodologia consolidada para se operar tal conceito (Benford, 1997). Tal circunstância, ainda que gere, como potência, um espaço aberto para experimenta-

1. *Mídia Ninja* é definida, em seu site, como “uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir das novas tecnologias e de uma lógica colaborativa de trabalho”. Disponível em: <<http://midianinja.org/quem-somos/>>. Acesso em: 07 Jun. 2018.

ções de desenhos metodológicos, ocasiona algumas dificuldades. Ao mesmo tempo em que se observa a dificuldade de formalização de instrumentos de identificação e de mensuração dos enquadramentos, muitos estudos não explicitam o trajeto percorrido para a detecção desses recortes interpretativos da realidade (Koenig, 2004).

Dados tais desafios, para que se confira rigor metodológico aos estudos de enquadramentos interpretativos, fez-se necessário dar visibilidade (Spink & Lima, 2013) aos procedimentos adotados na construção da análise. A explicitação dos modelos de identificação e de análise dos enquadramentos utilizados pelo(a) pesquisador(a) permite que o(a) leitor(a) possa compreender os procedimentos metodológicos que culminaram nas conclusões do estudo. Assim, a ausência de uma sistematização prévia é resolvida por meio da demonstração do modo como o(a) pesquisador(a), no seu estudo específico, construiu metodologicamente tal operacionalização (Koenig, 2004).

Nesta seção, busca-se apresentar o percurso metodológico adotado para a formulação de um modelo analítico de estudo de enquadramentos a ações de movimentos sociais. Especificamente, demonstra-se como se pesquisou a cobertura de determinados jornais de Porto Alegre (RS) ao ciclo de protestos deflagrado na cidade em 2013, objeto empírico estudado por um dos autores em sua dissertação de mestrado.

A análise de dados foi subdividida em distintos momentos. Primeiramente, sistematizou-se o banco de dados, por meio da quantificação do material documental. Posteriormente, foi realizada a análise do conteúdo de notícias específicas, relativas à cobertura de eventos de protesto ocorridos no curso do ciclo de protestos de 2013.

A quantificação do banco de dados teve por objetivo organizar o material documental que compôs o *corpus* do trabalho tendo em vista que, ao total, foram selecionadas 542 publicações relativas às coberturas dos jornais *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21* ao ciclo de protestos de 2013. Além do aspecto de sistematização, esse procedimento permitiu a verificação analítica das tendências da cobertura de cada um dos jornais. Para embasamento teórico a esta etapa do trabalho, adotou-se como referência o estudo *Vozes silenciadas: mídia e protestos. A cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo* (Intervozes, 2014)².

Posteriormente, delimitou-se, dentre as publicações que compuseram o *corpus* da pesquisa, material jornalístico para a realização de análise de conteúdo. Essa espécie de análise pode ser caracterizada como um conjunto de técnicas voltado para a

2. *Zero Hora* é considerado o maior jornal do Rio Grande do Sul, devido à sua estrutura e longevidade. O jornal é predominantemente dirigido para as classes A e B de Porto Alegre e das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul. *Diário Gaúcho* é considerado um jornal popular, voltado para as classes B, C e D de Porto Alegre e das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul. *Sul21* é um veículo midiático “de esquerda” e que se utiliza apenas da Internet para a disseminação de notícias.

sistematização e para a descrição objetiva do conteúdo de mensagens – sejam estas verbais ou não verbais (Bardin, 2010).

Ao se considerar que a pesquisa teve como objetivo a identificação de enquadramentos interpretativos formulados ao longo do ano de 2013, foi delimitada, como objeto de análise, a cobertura midiática a eventos específicos de protesto ocorridos durante esse período. Como critério de seleção, definiu-se serem abrangidos eventos que se situassem temporalmente em diferentes meses do ano, abarcando o período “pré-junho”, os acontecimentos de junho e as coberturas posteriores a este mês. Buscou-se ainda selecionar protestos que agrupassem uma multiplicidade considerável de características (atores envolvidos, pautas demandadas, repertórios utilizados, interação entre manifestantes e aparato policial etc.). Esses critérios tiveram como objetivo permitir ao pesquisador identificar diferentes enquadramentos produzidos por cada um dos veículos, bem como verificar eventuais alterações de enquadramentos operadas ao longo do ano. Segue a Tabela 1 com os eventos escolhidos:

TABELA 1
EVENTOS DE PROTESTO SELECIONADOS
PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISE QUALITATIVA

Eventos de protesto selecionados para análise de conteúdo		
Período	“Pré-junho”	Protesto do dia 27 de março
		Protesto do dia 04 de abril
	Junho	Protesto do dia 13 de junho
		Protesto do dia 20 de junho
	“Pós-junho”	Retrospectiva

Fonte: autoria própria.

Como já referido, a seleção dos eventos de protesto analisados na dissertação de mestrado de um dos autores (Fernandes, 2016a) justificou-se pelo objetivo de serem abrangidos eventos referentes a cada um dos três períodos (anterior, durante e posterior), capturando-se eventuais multiplicidades e transformações de enquadramentos nesses diferentes períodos. No presente texto de caráter metodológico, porém, o escopo não é apresentar a análise de todos os referidos eventos de protesto, mas sim demonstrar, a partir da aplicação do modelo de análise a um evento específico, a operacionalização do modelo.

O material selecionado para o estudo foi composto por diferentes formatos jornalísticos: artigos, cartas do editor, colunas, editoriais, notas, notícias. Tendo em vista

que a análise qualitativa se centrou nos enquadramentos das mobilizações, foram selecionadas, dentre as publicações referentes aos eventos da Tabela 1, apenas notícias, sendo excluídos outros formatos jornalísticos. Dentre as notícias, foram selecionadas aquelas cuja temática foi a realização do protesto, com a descrição das interações ocorridas nas manifestações e do percurso dos eventos, desde a concentração de ativistas até o desfecho da mobilização. Já as retrospectivas selecionadas consistiram nos textos produzidos pelos jornais ao final do ano, para descrever o ciclo de protestos de 2013.

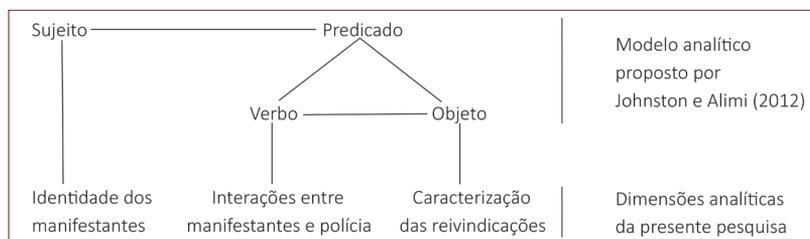
Para a análise do material, utilizou-se como suporte o programa informacional de auxílio à análise qualitativa de dados NVivo 10. Este programa permite que, a partir do material empírico estudado, seja realizado um processo de codificação que “implica a criação de códigos, ou categorias, nas quais são armazenados índices de referência (indexadores) às porções do material empírico utilizado na análise” (Teixeira, 2009: 28-29). As categorias, por sua vez, são termos – ou expressões – que condensam uma “significação central do conceito que se quer apreender” (Teixeira, 2009: 29). Ou seja, diante da multiplicidade das informações que compõem o conjunto dos dados da pesquisa, a codificação busca ordenar, organizar, sistematizar essas informações a partir de unidades de sentido – as categorias. Esse procedimento realiza a transição entre o concreto e o abstrato, entre elementos empíricos e sistemas conceituais.

É possível que se analise o material a partir de uma lista pré-definida de categorias, ou que as categorias sejam criadas à medida que é consultada a base de dados (Richards, 1999; Teixeira & Becker, 2001). Neste estudo, optou-se pela segunda alternativa: as notícias selecionadas foram lidas, e a partir dessa leitura foram definidos nós (categorias de análise), para sistematização do conteúdo e determinação das dimensões de análise. Foram objeto de apreciação tanto os elementos verbais – texto – quanto os não verbais – imagens.

A partir da recorrência das temáticas encontradas no conteúdo das notícias, as categorias apreendidas empiricamente foram agrupadas em três amplas dimensões analíticas: identidade dos(as) manifestantes; caracterização da(s) reivindicação(ões); interações entre manifestantes e policiais. Verificou-se que essas dimensões, articuladas, corresponderiam ao modelo proposto por Johnston e Alimi (2012), da maneira representada pela Figura 2.

As dimensões estudadas (identidade dos manifestantes; caracterização da(s) reivindicação(ões); interações entre manifestantes e policiais) foram inter-relacionadas e transpostas para a representação esquemática. Especificamente, trata-se das

FIGURA 2
 REPRESENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO
 DO MODELO ANALÍTICO DA PESQUISA



interações “entre manifestantes e policiais”, pois a descrição dessas situações de confronto é o conteúdo central da dimensão “interação” nas notícias analisadas; porém, são igualmente identificados repertórios de ação que não envolvem uma relação direta entre ativistas e forças policiais. O modelo analítico é, portanto, também aplicável para processos de mobilização nos quais a ação policial não é um elemento analítico relevante.

Como se verifica na Figura 2, as três dimensões foram articuladas de modo similar ao modelo proposto por Johnston e Alimi (2012), sendo a “identidade” correspondente ao “sujeito”, as “interações” correspondentes ao “verbo” e as “reivindicações” correspondentes ao “objeto”. O ganho analítico dessa articulação consiste na demonstração de que, no conteúdo das notícias, as três dimensões são construídas de forma relacional, e não como elementos isolados.

*Aplicação do modelo analítico:
 o protesto de 27 de março de 2013*

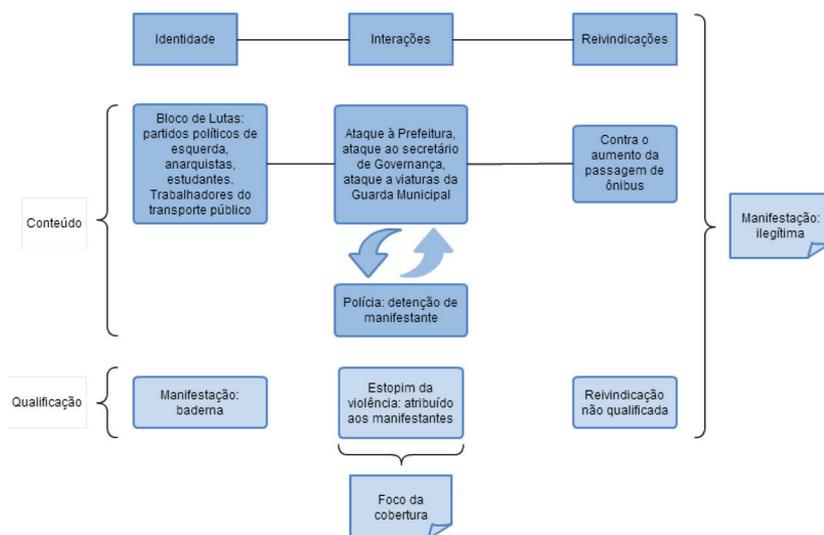
Uma vez formulado o modelo analítico da pesquisa, ao final da análise de conteúdo da cobertura dos dias de protesto foram construídos diagramas para sistematização das informações contidas nas notícias. Nos esquemas, foram identificados, em relação a cada jornal, o “conteúdo” atribuído a cada dimensão, bem como a “qualificação” (síntese interpretativa) desse conteúdo. A qualificação é um resumo do enquadramento interpretativo. Por fim, verificou-se se as coberturas, a partir das informações contidas nas notícias, classificaram as manifestações como legítimas ou ilegítimas (Koopmans & Olzak, 2004).

Para o presente texto, opta-se pela apresentação, de modo exemplificativo, da aplicação do modelo analítico à cobertura do protesto de 27 de março de 2013 pelos três jornais. Como já referido, a escolha de um evento específico neste texto busca

atribuir centralidade a descrever a aplicação do modelo, dado que o caráter deste trabalho é metodológico. A escolha pelo protesto de 27 de março como exemplo de análise justifica-se pelo fato de o evento situar-se em um momento inicial (pré-junho) de disputa interpretativa, um período pouco estudado na literatura nacional, dado que esta tende a concentrar-se nos eventos de junho. Supõe-se que a configuração de enquadramentos específicos no referido momento indica, mesmo antes de junho, padrões de cobertura distintos entre a mídia corporativa (*Zero Hora* e *Diário Gaúcho*) e a mídia alternativa (*Sul21*).

a. *Zero Hora*

FIGURA 3
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA COBERTURA
DE *ZERO HORA* AO PROTESTO DE 27 DE MARÇO



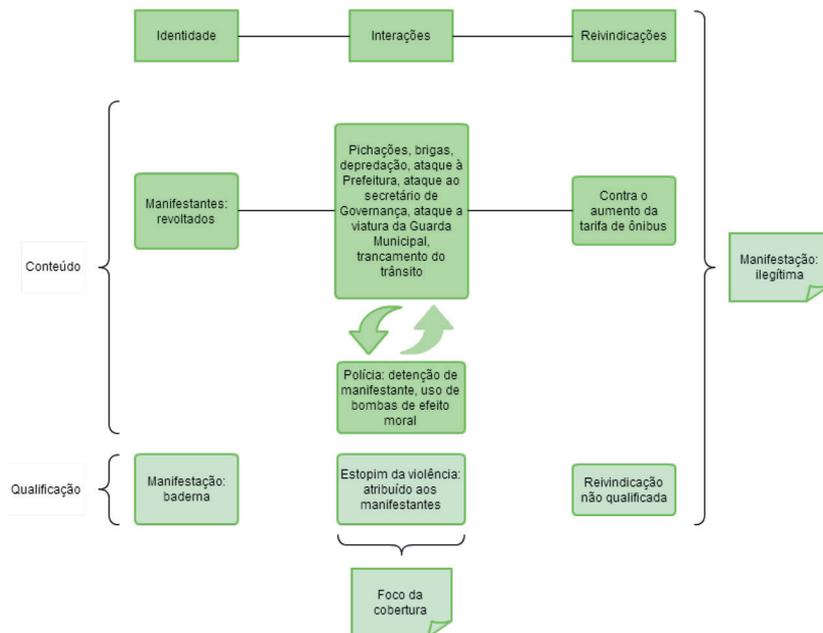
Na notícia de *Zero Hora*, predomina uma interpretação negativa à ação dos(as) manifestantes. Essa constatação resta evidenciada pela análise de que, para qualificação do evento, são utilizados os termos e expressões “manifestação”, “protesto”, “baderna”, “confusão”, “explosão de fúria”, “animais querendo guerra”. É possível verificar que os(as) ativistas são posicionados como sujeitos ativos na produção de atos de “deprecação”. Nesse sentido, são os(as) manifestantes identificados(as) como atores que portam a característica da “desordem” (“baderna”) e que dão início às interações conflitivas.

Os agentes policiais, por sua vez, não são construídos enquanto sujeitos ativos do acontecimento, não sendo detalhada a única ação policial narrada na notícia (detenção de uma manifestante). O procedimento de atribuir aos(as) manifestantes a posição de sujeitos ativos da interação conflitiva é ainda associado à identidade coletiva de grupos e partidos “de esquerda”, de modo que, além de produzir uma interpretação pejorativa ao protesto, a notícia relaciona os atores a um determinado posicionamento no espectro político.

Por outro turno, as reivindicações dos(as) manifestantes não são contextualizadas (ausência de qualificação), sendo tal questão preterida em relação à identificação de quem eram os(as) ativistas e à descrição dos atos de “depredação”. Portanto, a cobertura de *Zero Hora* ao protesto do dia 27 de março segue um esquema interpretativo “criminalizante” (Ramos & Paiva, 2007), com a atribuição de características de “perigo” e de “risco à ordem” à manifestação, sendo esta tomada como ilegítima (Koopmans & Olzak, 2004).

b. *Diário Gaúcho*

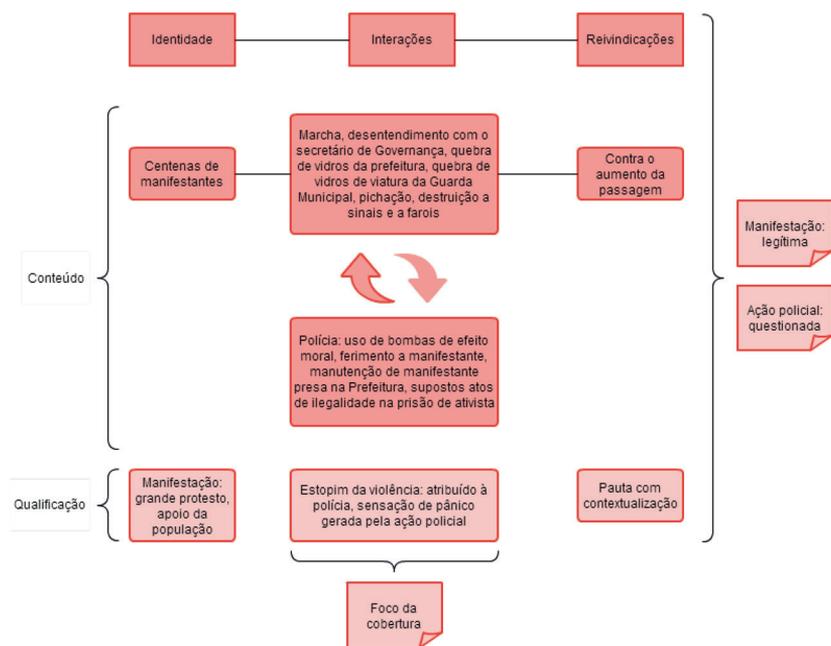
FIGURA 4
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA COBERTURA
DO DIÁRIO GAÚCHO AO PROTESTO DE 27 DE MARÇO



Na cobertura do *Diário Gaúcho*, assim como ocorre na notícia de *Zero Hora*, os(as) manifestantes são identificados(as) como os sujeitos que teriam, ativamente, produzido atos “contrários à ordem”. Também em consonância com a cobertura de *Zero Hora*, a manifestação é caracterizada a partir do termo “baderna”, recaindo a ênfase da cobertura sobre os atos de conflito ocorridos ao longo do protesto (com foco no “extraordinário” e nos aspectos conflitivos), em detrimento da descrição do processo de mobilização dos(as) ativistas e da descrição da pauta da luta pelo transporte público. Ademais, o jornal não descreve quem seriam os(as) manifestantes e os(as) caracteriza como “revoltados”. A polícia, por sua vez, é situada em uma posição passiva, sendo sua ação descrita como reação às prévias “agressões” perpetradas pelos(as) manifestantes. Portanto, a cobertura do *Diário Gaúcho* ao protesto do dia 27 de março igualmente segue um esquema interpretativo “criminalizante” (Ramos & Paiva, 2007) da mobilização, sendo esta tomada como ilegítima (Koopmans & Olzak, 2004).

c. Sul21

FIGURA 5
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA COBERTURA
DO SUL21 AO PROTESTO DE 27 DE MARÇO



No caso do *Sul21*, tanto a polícia como os(as) manifestantes ocupam, de forma dinâmica, posição de sujeitos ora produtores, ora receptores de agressões. Tanto atos de repressão policial (uso de bombas de gás lacrimogêneo, detenção), quanto atos de danos a patrimônios, por parte de manifestantes, são citados. No entanto, a notícia enfatiza o ponto de vista dos(as) manifestantes, com o questionamento aos procedimentos adotados pelas autoridades policiais, sendo estas reconhecidas como atores disparadores do confronto (pelo uso de bombas de gás lacrimogêneo) e como responsáveis pela prisão da manifestante (prisão esta que, pela forma como teria sido conduzida, é descrita enquanto causa para insatisfação de ativistas). Ademais, a demanda da mobilização é contextualizada e considerada legítima (Koopmans & Olzak, 2004).

d. Comparando os enquadramentos

A aplicação do modelo analítico aqui proposto permite a identificação dos desdobramentos políticos causados pelas diferenças gerais entre as coberturas das mídias corporativas e alternativas durante os eventos de protesto. No caso estudado, os enquadramentos do *Sul21*, os quais tendem a ser favoráveis ao evento de protesto, apresentam-se como contrapontos à mídia corporativa, representada por *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* e por uma cobertura tendencialmente condenatória ao evento.

Para além dessa diferença em termos gerais, já apontada na literatura nacional sobre os protestos de 2013 (Fontanetto & Cavalcanti, 2016; Silva, 2014b), é possível identificar *como* essa disputa é discursivamente construída. A investigação das dimensões específicas dos enquadramentos demonstra a relevância das posições nas quais os jornais situam os atores da interação. Se, por um lado, *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* tendem a identificar os manifestantes como produtores ativos de táticas violentas, *Sul21* enfatiza o papel ativo dos manifestantes na produção de reivindicações contra injustiças sociais. Da mesma forma, enquanto uma polícia reativa e responsável pelo cumprimento formal da lei é representada na mídia corporativa de *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*, *Sul21* enquadra a polícia como instituição ativa na produção de confrontos, questionando-se os procedimentos repressivos adotados.

Ademais, o elemento da qualificação de manifestantes e do evento constitui indicativo central para descrição de enquadramentos no modelo analítico proposto. Termos como “baderna” e “confusão”, presentes na cobertura da mídia corporativa, demonstram uma tendência avessa a situações de perturbação da ordem. Esse tipo de qualificador, por outro turno, não se faz presente na narrativa no *Sul21*.

Em suma, pode-se identificar que já estava em curso, mesmo em momento anterior a junho de 2013, uma disputa interpretativa que se tornaria mais complexa nos meses seguintes. Uma das consequências políticas dessa disputa é a intensa crítica de parte dos ativistas à cobertura da mídia corporativa ao início do ciclo de protestos, de modo que a própria mídia se transfigurou em um dos objetos de reivindicação no mês de junho (Fernandes, 2016a; Lima, 2013).

Tal circunstância impôs desafios aos meios de comunicação na cobertura dos eventos, o que desencadeou processos de readequação e de transformações de enquadramentos no curso do ciclo de protestos (Araújo, Alves Filho & Nunes, 2014; Cammaerts & Jiménez-Martínez, 2014; Fernandes, 2016a; Moraes, 2015). A configuração de relações complexas, por vezes conflitivas e por vezes complementares, entre mídias corporativas e alternativas reitera a necessidade de desenvolvimento de instrumentos metodológicos aptos à explicação das dinâmicas midiáticas em um contexto de disseminação de novas tecnologias de informação e comunicação.

Conclusão

Conclusivamente, como contribuições teórico-metodológicas do estudo, podem ser apontadas vantagens na aplicação do modelo analítico apresentado:

- a. demonstração dos procedimentos adotados pelos meios de comunicação para construção do conteúdo da notícia;
- b. explicitação e comparação dos posicionamentos adotados por diferentes veículos midiáticos/por determinado veículo em diferentes momentos temporais, em relação à (i)legitimidade dos processos de mobilização;
- c. construção de tipologias sobre modelos recorrentes de cobertura midiática à ação coletiva.

Quanto à primeira vantagem, a estrutura proposta por Johnston e Alimi (2012) para o estudo de confrontos políticos foi parcialmente incorporada a este trabalho. À estrutura semântica “sujeito – verbo – objeto”, proposta pelos autores, corresponderam as seguintes dimensões, analisadas neste estudo: “identidade dos(as) manifestantes (sujeito); interações entre manifestantes e policiais (verbo); caracterização da(s) reivindicação(ões) (objeto)”. No entanto, o estudo de Johnston e Alimi (2012), por não ter como objeto especificamente os enquadramentos midiáticos, atém-se ao conteúdo expresso por essa estrutura. Por esse motivo, entendeu-se relevante *adicionar a esse modelo os procedimentos midiáticos formais, adotados*

para a construção do conteúdo (seleção, ênfase, exclusão etc.), conforme a noção de enquadramento de Gitlin (1980).

Sobre a segunda vantagem apontada, é possível, a partir do exemplo do protesto de 27 de março de 2013, detectar que os conteúdos dos jornais diferem em relação aos enquadramentos produzidos. Enquanto *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* constroem uma interpretação que caracteriza a ação dos manifestantes como ilegítima, *Sul21* salienta o questionamento à ação policial e interpreta como legítimo o protesto. Essas diferenças de enquadramento explicitam distintos posicionamentos assumidos pelos jornais nas disputas políticas em torno dos sentidos dos protestos. A variação pode ocorrer não apenas entre diferentes veículos, como em um mesmo veículo em diferentes momentos, caracterizando-se, neste último caso, mudanças de enquadramento. Esse resultado reafirma a noção de que os meios de comunicação não são atores neutros nos conflitos políticos, mas sim atores inseridos nas disputas de sentido da ação coletiva.

Por fim, a adoção do modelo apresentado permite que sejam identificados enquadramentos recorrentes aos eventos analisados, de modo a serem construídas tipologias que sintetizem tais enquadramentos. A construção de tipologias permite a identificação de modelos específicos de cobertura midiática (para além da descrição da cobertura a eventos isolados) e a análise dos mecanismos que explicam como os meios de comunicação consolidam ou transformam suas interpretações na relação com movimentos sociais.

Em suma, a delimitação do conceito de enquadramento interpretativo, a construção de um modelo analítico e a apresentação das vantagens de utilização desse modelo constituem, em conjunto, a resposta ao objetivo traçado no início deste trabalho. Espera-se que o modelo desenvolvido seja utilizado em novos estudos e tenha suas limitações testadas em prol da constituição de metodologias rigorosas e precisas nos estudos em mídias e movimentos sociais.

Referências

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2016.

ARAÚJO, Leonardo Vasconcelos de; ALVES FILHO, Mário Elder de Sousa; NUNES, Márcia Vidal. Mídia, Movimento Passe Livre e cidadania: a cobertura do estado de São Paulo durante as manifestações de junho de 2013. *Revista Eletrônica do Programa do Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, n. 5, p. 1-18, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind. Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

BENFORD, Robert. An insider's critique of the social movement framing perspective. *Sociological Inquiry*, v. 67, p. 409-430, 1997.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. Sobre espalhamento e convergência no âmbito dos movimentos sociais: relações entre mídias de massa e mídias sociais. *Revista Eletrônica do Programa do Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, n. 3, p. 480-499, 2013.

CAMMAERTS, Bart; JIMÉNEZ-MARTÍNEZ, César. The mediation of the Brazilian V-for-Vinegar protests: from vilification to legitimation and back? *Liinc em Revista*, v. 10, n. 1, p. 44-68, 2014.

CATANI, Antonio David (Org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

DELLA PORTA, Donatella. Research on social movements and political violence. *Qualitative Sociology*, v. 31, p. 221-230, 2008.

DELLA PORTA, Donatella; HAUPT, Heinz-Gerard. Patterns of radicalization in political activism. *Social Science History*, v. 36, n. 3, p. 311-320, 2012.

DEMETRIOU, Chares. Political violence and legitimation: the episode of colonial Cyprus. *Qualitative Sociology*, v. 30, p. 171-193, 1997.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável Público: Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Revista Novos Estudos*, v. 97, p. 43-55, 2013.

ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm". In: LEVY, Mark; GUREVITCH, Michael. *Defining media studies*. New York: Oxford University Press, 1994.

ENTMAN, Robert; ROJECKI, Andrew. Freezing out the public: elite and media framing of the U.S. anti-nuclear movement. *Political Communication*, v. 10, n. 2, p. 155-173, 1993.

FERNANDES, Eduardo Georjão. *Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016a.

———. Contradições da prática jornalística: entre a (persistente) ideia de “objetividade” e a “construção social da notícia”. *Revista Contraponto*, v. 3, n. 1, p. 135-150, 2016b.

FONTANETTO, Renata Maria Borges; CAVALCANTI, Cecília Carrossini Bezerra. A cidade em narrativas: jornalismo tradicional e cidadão durante as “Jornadas de Junho” de 2013 no Brasil. *Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 131, p. 349-362, 2016.

GAMSON, William *et alii*. Media images and the social construction of reality. *Annual Review of Sociology*, v. 18, p. 373-393, 1992.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, n.1, p. 1-37, 1989.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching*. Berkeley (CA): University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Ervin. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012 [1974].

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Vozes silenciadas: mídia e protestos. A cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo*. São Paulo: Intervozes, 2014.

JAMES, William. *Principles of psychology*, v. 2. New York: Dover Publications, 1950.

JOHNSTON, Hank; ALIMI, Eitan. Primary frameworks, keying and the dynamics of contentious politics: the islamization of the Chechen and Palestinian national movements. *Political Studies*, v. 60, p. 603-620, 2012.

KOENIG, Thomas. *Compounding mixed-methods problems in frame analysis through comparative research*, 2006. Disponível em: <<http://qrj.sagepub.com/content/6/1/61>>. Acesso em: 30 Jul. 2014.

———. Reframing frame analysis: systematizing the empirical identification of frames using qualitative data analysis software. In: *ASA Annual Meeting*, San Francisco (CA), 2004.

KOOPMANS, Rudd; OLZAK, Susan. Discursive opportunities and the evolution of right-wing violence in Germany. *American Journal of Sociology*, v. 110, n. 1, p. 198-230, 2004.

LIMA, Venício Artur de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia *et alii*. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LÓPEZ, Wilson; SABUCEDO, José Manuel. Culture of peace and mass media. *European Psychologist*, v. 12, n. 2, p. 147-155, 2007.

MARICATO, Ermínia *et alii*. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCADAM, Doug; MCCARTHY, John; ZALD, Mayer (Eds.). *Comparative perspectives on social movements*. New York: Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, Kleber; DAEMON, Flora. Os “outros” da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 11, n. 30, p. 37-55, 2014.

MORAES, Érika de. Brasil “redemocratizado”: um gigante que acordou? A discursividade midiática sobre os protestos de junho de 2013. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, v. 6, n. 6, p. 131-151, 2015.

MELUCCI, Alberto. The process of collective identity. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (Eds.). *Social movements and culture: social movements, protest, and contention*. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 1995.

ORTELLADO, Pablo. Reflexões sobre o Movimento Passe Livre e outros “novos movimentos sociais”. *Mediações*, v. 18, n. 2, p. 110-117, 2013.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. *Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs*. Caxambu (MG), Anpocs, 2002.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: Luperj, 2007.

RICHARDS, Lyn. *Using NVivo in Qualitative Research*. Melbourne: Qualitative Solutions and Research Pty Ltd., 1999.

RUGGIERO, Vincenzo. Brigate Rosse: political violence, criminology and social movement theory. *Crime, Law and Social Change*, v. 43, p. 289-307, 2005.

RYAN, Charolotte. *Prime time activism*. Boston (MA): South End Press, 1991.

SCHEUFELE, Dietram. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, v. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.

SILVA, Camila Farias da. *Inovação nos repertórios de contestação: o confronto em torno do transporte público em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Marcelo Kunrath. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?, in: CATTANI, Antonio David (Org.). *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014a.

———. *Manifestações no Brasil: estruturação da esfera pública, rede social e participação popular na Internet*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Jornalismo) – Universidade de Coimbra, Portugal, 2014b.

SILVA, Camila Farias da; FERNANDES, Eduardo Georjão. Ciclo de protestos de 2013: construção midiática das performances de contestação. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, n. 2, p. 202-215, 2017.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Erving Goffman e a Ação Coletiva: contribuições do conceito de “molduras interpretativas” para o estudo dos movimentos sociais. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*. Salvador: SBS, 2013.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013 – classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, n. 97, p. 23-40, 2013.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg (Orgs.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven (CT): Yale University Press, 1992.

———. Ideology, frame resonance and participant mobilization. *International Social Movements Research*, n. 1, p. 197-218, 1988.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e Visibilidade. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

———. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Alex Niche. *A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TEIXEIRA, Alex Niche; BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. *Sociologias*, Ano 3, n. 5, p. 94-114, 2001.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Reading (MA): Addison-Wesley, 1978.

TUCHMAN, Gaye. *Making news*. New York: The Free Press, 1978.

WOLFSFELD, Gadi. *Media and political conflict*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1997.



Ensaio

Ler, escrever e publicar no mundo das ciências sociais

Recebido: 28.06.17
Aprovado: 19.12.17

Eloísa Martín*

* Eloísa Martín é professora associada do Departamento de Sociologia da United Arab Emirates University, United Arab Emirates. Orcid n. 0000-0003-4737-6032. <eloisamartin@uaeu.ac.ae>.

Resumo: O artigo apresenta as principais transformações da escrita acadêmica e das dinâmicas de publicação nas revistas científicas da atualidade. Revela alguns dos erros mais comuns no processo de redação, submissão e revisão, bem como oferece algumas soluções possíveis para encarar o processo de escrita, especialmente as primeiras ferramentas para a elaboração de um artigo acadêmico em ciências sociais. A partir de revisão bibliográfica e minha prática como professora de escrita acadêmica, ofereço algumas alternativas e sugestões para superar o medo da “folha em branco”, organizar o tempo e entender o processo de escrita como uma atividade dialógica e coletiva, que requer tanto da leitura como de múltiplas reescritas.

Palavras-chave: Escrita acadêmica. Publicação acadêmica. Revistas científicas. Habilidades acadêmicas. Ensino da escrita

Read, write, and publish in social sciences

Abstract: This article presents the main transformations of academic writing and the current dynamics of publication in scientific journals. It reveals some of the most common errors in the writing, submission, and review process, and offers some possible solutions to deal with the writing process, especially the first tools for writing an academic article in Social Sciences. Departing from a bibliographical review and my practice as a professor of academic writing, I offer some alternatives and suggestions to overcome the fear of the "blank page", time administration, and understanding the writing process as a dialogic and collective activity, which requires both the reading as multiple rewriting.

Keywords: Academic writing. Academic publication. Academic journals. Academic skills. Teaching writing.

Introdução

Escrever não é uma atividade natural e não é fácil. Não é fácil nem espontâneo para aqueles que fazem da escrita um afazer cotidiano (jornalistas, escritores) nem para os que têm na escrita uma de suas principais atividades, como os profissionais das ciências sociais e das humanidades. Para quem escreve eventualmente – pois sua profissão é de outra índole –, a escrita pode parecer uma missão impossível. Curiosamente, para quem está em processo formativo – seja na graduação ou na pós-graduação – a escrita chega a ser entendida

1. Refiro-me, aqui, a disciplinas obrigatórias oferecidas tanto na graduação como na pós-graduação nas universidades do Canadá e dos Estados Unidos, e aos laboratórios e retiros de escrita oferecidos a doutorandos e professores, organizados em universidades do Norte Global, que procuram não apenas ensinar a escrever, mas facilitam a experiência de escrita e o tempo necessário para tanto. Nas universidades brasileiras, alguns departamentos oferecem eventualmente minicursos e disciplinas optativas de escrita acadêmica, mas não há, até o momento, um treinamento contínuo de escrita, como parte da formação em ciências sociais.

como um dom, isto é, uma habilidade natural ou inata que pode ser exercida espontaneamente, e que algumas pessoas possuem e outras, simplesmente, não. A diferença da maioria das universidades anglofalantes¹ – de onde, ademais, se toma o exemplo do que “deve ser” um bom cientista, em termos de número e qualidade das publicações – nas universidades brasileiras, a escrita acadêmica não é uma disciplina obrigatória na grade, e são poucas as instituições que, mesmo nas humanidades, eventualmente oferecem cursos para ensinar a escrever. No entanto, nas mais diferentes atividades, mesmo aquelas profissionalizantes com ímpeto de intervenção ou as artísticas, escrever e publicar em periódicos científicos virou uma exigência cada vez recorrente.

Se a escrita é uma atividade complexa para qualquer pesquisador, para os pesquisadores iniciantes se torna inabordável. Parece haver um oceano intransponível até a publicação do primeiro artigo, por não saber como dar a primeira braçada para chegar lá. E para aqueles corajosos que se lançam na aventura sem saber muito bem o que fazer, geralmente o resultado é o morrer na praia da rejeição. A isso se soma a (falsa) ideia de que a escrita é um processo meramente individual, idiossincrático e de meditação íntima de quem escreve. Pelo contrário, mesmo precisando de momentos de isolamento e de reflexão individual, a escrita e a publicação precisam ser compreendidos como um processo não linear mas sistemático, coletivo e, em algum sentido, polifônico. As publicações não podem ser pensadas como o mero desovar dos resultados de pesquisa num veículo para sua disseminação, e muito menos como um simples índice da “produtividade” individual, mas como o resultado complexo de várias etapas e tomadas de decisão que envolvem esforços individuais e trabalho coletivo. Nesse sentido, e para além da coletividade evidente nos casos de coautoria ou pesquisa em equipe tal como mostrado no trabalho clássico de Knorr Cetina (2005), um trabalho publicado em uma revista acadêmica prestigiosa, necessariamente passou pela maioria (se não por todas) das seguintes etapas: comentários e críticas das versões preliminares, pareceres dos avaliadores e do editor da revista à qual foi submetida, revisão e resubmissão para a mesma ou para outra revista acadêmica e, eventualmente, tradução e correção de provas. Tudo isso antes de entrar, oficialmente, no diálogo acadêmico da publicação.

O principal problema, no contexto da academia brasileira, radica na carência de treinamento específico na universidade (cursos, disciplinas e laboratórios oferecidos desde o início da graduação), na escassez de textos específicos em português (os poucos manuais sobre o assunto estão orientados por uma ideia de ciência e de comunicação científica originada nas áreas “duras” e pouco têm a ver com os processos epistêmicos e comunicativos das ciências sociais e das humanidades), e na combinação entre a falta de tempo e o grande número de alunos nas disciplinas

regulares, o que impede aos professores o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais artesanais, ensinando o “ofício do sociólogo” – como diriam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1988) – no dia a dia da sala de aula.

Este breve artigo não tem a pretensão de resolver todas essas questões, mas indicar os primeiros passos na escrita científica: como escrever a primeira linha de um rascunho que, eventualmente, muitos meses depois, será a matéria-prima para escrever um artigo. Nos cursos de escrita acadêmica que tenho ministrado nos últimos dez anos, a maior dificuldade manifestada pelos alunos – da graduação até o doutorado – tem sido, precisamente, a enorme dificuldade para começar, para vencer a página (ou a tela) em branco. Mesmo os manuais que oferecem receitas (aparentemente) simples para escrever um artigo (Belcher 2009; 2010; Bursztyn *et alii*, 2010; Johnson & Mullen, 2007; Becker & Denicolo, 2012; Wallace & Wray 2016, só para mencionar alguns) omitem os momentos prévios à preparação de um artigo, que nunca começa da página em branco, mas de rascunhos, relatórios de pesquisa, ou *papers* apresentados em conferências. Os alunos identificavam um *gap* – lido sempre como dificuldade individual – entre as próprias ideias e o passo a passo proposto por esses trabalhos, que dão por suposto que o artigo está, de alguma maneira, ora pronto na cabeça do autor, ora em versões preliminares já escritas. Mas, de fato, esse *gap* entre a “folha em branco” e o artigo publicado em uma revista científica envolve várias escritas prévias, numerosas discussões, releituras e revisões que, comumente, não são abordadas pelos manuais de escrita.

Nesse artigo, então, ofereço algumas alternativas e sugestões para superar esse *gap* de maneira consistente, bem como as primeiras ferramentas para a elaboração de um artigo acadêmico em ciências sociais. Antes de iniciar o planejamento para desenvolver o artigo, bem antes de preencher as lacunas de um artigo no formato *Introduction – Method – Results – and – Discussion* (IMRaD), antes de listar argumentos e montar a estrutura do texto, tem algum caminho pela frente. Esse trabalho oferece, então, pistas para percorrer esse caminho e alguns marcos para não se perder no percurso até publicação.

Para escrever,
comece lendo

Isso pode parecer contraproducente: afinal, você precisa mesmo escrever e cada minuto perdido longe do teclado o afasta da publicação de suas ideias e dos resultados de sua pesquisa. Ainda, se você está naquele momento em que realmente precisa e deve publicar algum trabalho logo, para se candidatar a uma pós-graduação, a uma bolsa ou a um emprego, “perder tempo” é a última coisa que você quer. A pressão

pela publicação se torna ainda mais dramática quando consideramos que cada vez mais cedo se exige dos estudantes contar com publicações, sem necessariamente oferecer os recursos para que elas sejam factíveis e de uma qualidade aceitável.

Para pesquisadores iniciantes e sêniores, hoje em dia, publicar é o principal índice de “produtividade” intelectual, de avaliação de metas e de prestígio acadêmico (ver Vanderstraeten, 2010; Strathern 1997; 2000; Hanafi, 2011; Martín 2016b). Para colaborar nesse processo de formar pesquisadores produtivos, dúzias de páginas de manuais de escrita e *posts* na internet afirmam que é indispensável escrever todos os dias, ensinam como fazê-lo e orientam sobre como administrar o tempo para sermos mais produtivos: Wendy Belcher (2009), por exemplo, propõe um período de 12 semanas para produzir um artigo e Joan Bolker (1998) aposta que apenas 15 minutos a cada dia farão com que você finalize sua tese de doutorado a tempo.

No entanto, é necessário lembrar que a publicação acadêmica não é – e não deveria ser – apenas a “desova” de resultados de pesquisa para engordar o Currículo Lattes. Idealmente, enquanto cientistas, escrevemos e publicamos para fazer parte de uma “conversa em andamento” com outros pesquisadores (Grauerholz, 1999: 312). Essa conversa está registrada nas publicações prévias e a única maneira de entrar no diálogo é conhecer o estado da arte do assunto no qual você quer intervir. A revisão bibliográfica exigida para qualquer texto acadêmico (desde o TCC até à tese de doutorado, passando pelas apresentações em congressos, artigos e até resenhas de livros) é uma exigência indispensável para que todos os envolvidos “falem a mesma língua”, isto é, compartilhem uma base comum de entendimento. Não apenas porque – como aponta Becker (1986) – ninguém vai se interessar nos resultados de sua pesquisa se você não propuser algum tipo de relação com o que os outros têm feito e divulgado, mas porque é justamente a partir do conhecimento do que os outros fizeram que é possível realizar uma pesquisa (e portanto, escrever um artigo) original e relevante, isto é, que dialogue, colabore e faça um aporte ao processo mais amplo de fazer ciência. Voltaremos sobre esse assunto na sequência.

A leitura não se limita apenas a estar atualizado sobre o debate do próprio campo de pesquisa. Se o objetivo é publicar, e de acordo com a afirmação de Cassani (2011: 63ss), para escrever não basta apenas ler, é indispensável ler como escritor, de maneira de entender as características próprias do código – que inclui as regras ortográficas, as convenções gramaticais, a estrutura e o registro de cada tipo textual. Falar a mesma língua, aqui, inclui o estilo e a retórica, pois mesmo dentro da escrita científica existem modos (e modas!) específicos para se comunicar em

cada espaço específico: a escrita é diferente para um pôster, um *paper*, um artigo, um capítulo de livro, ou um texto monográfico. Em termos mais específicos e visando à escrita de um artigo acadêmico, ler é fundamental por três motivos principais:

1. para estar atualizado em termos da literatura recente sobre o tema de pesquisa abordado, de maneira que a contribuição seja original e relevante;
2. para aprender o estilo específico da publicação científica; e
3. para conhecer as revistas onde, eventualmente, o trabalho será publicado: seus objetivos, o estilo peculiar, suas normas de publicação, o tipo de artigo que publicam em geral e nas diversas subseções.

Como cientistas sociais, lemos mais – muito mais – do que escrevemos. E mesmo nunca tendo escrito um artigo antes, o cientista iniciante possui alguns conhecimentos implícitos sobre o que é a boa escrita. É só pensar no que se tem lido, tanto por trabalho como por lazer, e identificar as características daquilo que se achou prazeroso e útil ler. Em geral, uma escrita fluida, clara, organizada, com uma ideia bem desenvolvida e bem estruturada (com começo, meio e fim), sem redundâncias nem linguagem escura é sempre parte de uma boa experiência de leitura. Curiosamente, para o senso comum – incluindo o senso comum “acadêmico” – pareceria que um texto obscuro, complicado, difícil de ler é “melhor”, pois não seria acessível para qualquer leitor leigo. No entanto, não é um uso excessivo do jargão, o uso pobre da gramática ou as construções retóricas mirabolantes o que diferencia o leitor leigo do iniciado, mas o conhecimento dos conceitos e das teorias que embasam a ideia que está sendo desenvolvida no texto.

Eis o primeiro grande mito da escrita acadêmica que precisa ser desmascarado: “um texto difícil de ler é um texto sofisticado”. Um texto teórico ou conceitualmente sofisticado desafia nossos pressupostos, nos faz pensar, gera incomodidade e, em alguns casos, até revolta. Mas a dificuldade não está – e não deve estar – na escrita, mas nas ideias: afinal, o conhecimento científico se constrói por adição e, em alguns casos, por contradição com os conhecimentos anteriores. A peculiaridade da escrita científica ou acadêmica radica, assim, em estar baseada em uma pesquisa prévia, portanto o autor parte do pressuposto de que seus leitores, colegas cientistas, conhecem a maioria das premissas teóricas, lógicas e metodológicas que embasam o argumento, isto é, uma linguagem e um entendimento comum que não é partilhado pelos leigos. Portanto, um texto se torna difícil de ler porque está mal escrito e não por ser sofisticado. Apenas está mal escrito.

A escrita científica, quiçá mais do que qualquer outra, é fundamentalmente comunicação: trata-se de passar as ideias para outrem, de fundamentar as afirmações realizadas no texto, teórica ou empiricamente, de maneira de mostrar aos leitores a solidez do argumento. Se a ideia não é corretamente comunicada, se for comunicada de maneira pobre e parcial, ela não será compreendida no seu potencial e, geralmente, será desestimada, pois ninguém tem paciência para desentranhar a ideia que o próprio autor não soube desenvolver com clareza.

A estrutura de um artigo – como a de um conto (ver Cortázar, 2013: 29-32) – é intencional, fechada, e requer, por motivos técnicos (o limite de palavras e o estilo comunicativo, basicamente) ser bem pensada. O autor de um bom artigo, como o de um bom conto, irá apresentando os personagens, as ações, os desfechos sempre aos poucos, mas em momentos bem pensados. Algumas informações que são lógicas ou cronologicamente anteriores, sem as quais os elementos que virão depois não poderão ser compreendidos, serão apresentadas primeiro. Mas essa organização acontece durante as várias reescritas, de modo a outorgar uma ordem, uma organização e uma dinâmica internas. Por exemplo: comecei essa seção afirmando que para escrever é fundamental ler e, na continuação, mencionei três motivos que sustentam essa afirmação. Na sequência, aponto conexões entre escrita e leitura, de modo de sensibilizar o leitor para o meu argumento. Assim, ao iniciar a seção, o leitor é informado logo sobre a ideia principal e os argumentos que, subordinados, sustentam essa afirmação. Portanto, para demonstrar meu ponto, organizo lógica e retoricamente meu texto de maneira a sustentar meu argumento, fornecendo recursos teóricos, metodológicos e empíricos para tanto. Alternativamente, poderia ter começado simplesmente afirmando que a escrita não é uma atividade natural, indo seguidamente a dar exemplos para, no meio do texto, “lembrar” a minha ideia principal, que é sublinhar a importância da leitura para a escrita. Ainda que todos os argumentos sejam exatamente os mesmos, a ideia principal “perdida” no meio do texto e os argumentos subsidiários desordenados (ou confundidos com a ideia principal, por exemplo), fariam com que a leitura fosse mais cortada e que, posteriormente, o argumento principal que procurava desenvolver, ficasse encoberto.

Para aprender a escrever, então, comece lendo. E observe, naqueles artigos que você achou mais úteis e mais bem escritos, como foram estruturados. Examine a organização do texto, a divisão em seções e subseções para tentar entender como o autor pensou o fluxo do argumento. Um exercício muito útil para isso é copiar os subtítulos e as principais ideias de cada seção em um papel: isso torna visível tanto a estrutura argumental quanto a elaboração lógica do argumento. Assim, então, ler também é escrever.

Escrever é, sempre, reescrever

A primeira versão de um artigo não é nunca aquilo que será enviado para publicação, muito menos o que será finalmente publicado. O processo de publicação exige várias escritas e edições antes de ser aceitável para submissão e aprovado para publicação. Para o cientista iniciante, sobretudo para aqueles que estão ainda na graduação e acostumados a preparar trabalhos finais de véspera, a disciplina (no sentido do exercício rotineiro, organizado e contínuo) que a escrita requer pode afigurar-se desestimulante, em um primeiro momento: a correção infundável, a revisão contínua, a sensação de que “nunca está bom o suficiente”, a descoberta de que não escrevemos tão bem quanto achávamos. Porém, é apenas na perseverança das múltiplas escritas que as habilidades são aprendidas, treinadas e aperfeiçoadas.

Portanto, pratique o desapego e relacione-se com seu texto como uma obra (praticamente) sempre inacabada, e reescreva-o. Os melhores escritores sempre corrigiram e editaram seus textos, então, por que os seus (e os meus!) trabalhos escritos não precisariam?

A seguir, gostaria de identificar oito diferentes momentos da escrita, que são, na verdade oito momentos de reescrita.

1. Escrita como autorreflexão

É a primeira tentativa de colocar os pensamentos em palavras, objetivar e organizar as observações e as análises da pesquisa que estão “na cabeça”. É uma escrita quase narcisista: apenas para nós mesmos, para registrar as reflexões e, mais importante, para ajudar a pensar. Nesse sentido, e quem já tem experiência de escrita irá reconhecer isso com clareza, algumas ideias só irão aparecer na hora de escrever, no momento exato em que estamos digitando no computador ou rascunhando à mão no nosso bloco de notas. Essas ideias precisarão ser refinadas e sopesadas em função dos resultados de pesquisa, dos diálogos com a literatura prévia e reescritos repetidamente até estarem prontos para serem comunicados e, posteriormente, publicados.

É importante lembrar que nem tudo o que se escreve nessa primeira etapa irá servir para uma publicação. Alguns – muitos, até – dos parágrafos escritos serão muito confusos, redundantes, sem sentido ou estarão completamente equivocados. Mas é indispensável escrever todos eles – sim, até mesmo os trechos incorretos – como parte desse exercício de colocar as reflexões em palavras.

2. Escrita dos resultados da pesquisa

Um artigo acadêmico não é a somatória de ideias soltas, opiniões ou observações impressionistas juntadas em um texto, é o resultado de uma investigação em diálogo com a bibliografia prévia sobre o assunto. A pesquisa sobre a qual vou escrever meu artigo pode ser empírica ou bibliográfica, portanto sempre haverá uma pergunta, um objeto, um universo e uma metodologia que podem ser objetivamente identificáveis pelo leitor.

Neste segundo momento, a escrita é mais objetiva para permitir a organização em grande escala dos resultados da pesquisa em andamento. O formato de relatório permite que um leitor iniciado possa compreender os passos da investigação, as ferramentas utilizadas e entender como se alcançaram os resultados. Nesta etapa não há, necessariamente, uma discussão desses resultados à luz da literatura do tema, ainda que o conteúdo analítico esteja dado pelo recorte e pela seleção dos dados que serão examinados nesse momento.

3. Escrita para comunicação

É o primeiro esforço de contar para alguém os resultados da pesquisa e as reflexões e análises que começamos a construir sobre eles. Nossos primeiros leitores serão nossos professores e nossos colegas mais próximos, aqueles que participam da mesma equipe de pesquisa ou do mesmo grupo de leituras. Um texto preparado para a primeira comunicação surge dos passos anteriores: a escrita como autorreflexão e organização dos dados de pesquisa. No momento de comunicar, é indispensável começar a integrar a bibliografia prévia sobre o assunto que estamos investigando, para – mesmo sem ter uma completa clareza sobre a estrutura do texto – minimamente orientar os nossos leitores sobre o escopo de nosso texto ou, pelo menos, para onde esse esforço não está sendo dirigido. A bibliografia, então, funcionará aqui tanto como mapa, quanto como linguagem comum para que os leitores possam compreender os conceitos que começarão a aparecer no texto. Nessa etapa, é fundamental contar com a leitura crítica dos colegas – dos quais se espera a mais rigorosa e incisiva das críticas. No mundo acadêmico, o melhor amigo não é aquele que elogia o tempo inteiro ou nunca faz uma crítica contundente, mas aquele que é capaz de assinalar tanto os pontos fortes do texto, aí onde você deve investir e sublinhar, quanto de ser feroz em relação aos pontos fracos, assinalando até erros de gramática, se necessário for. O melhor amigo acadêmico é aquele que, ao observar que o texto está confuso, a bibliografia fraca ou a metodologia inconsistente, não deixa você sair com esse material a público sem antes retificar as insuficiências detectadas.

4. Escrita para a primeira publicação

A primeira vez que o texto sai do círculo mais próximo de leitores não precisa ser logo em forma de artigo. De fato, o ideal é que a estreia, a primeira vez que fazemos públicas as nossas ideias, não seja como um manuscrito para revista científica, mas em forma de comunicação ou pôster para um congresso, uma entrada num blog ou um artigo breve para um *newsletter*. Algumas universidades e centros de pesquisa produzem coleções – geralmente on-line – de *working papers* (trabalhos em andamento) tanto para seus estudantes como para os próprios professores, o que é também um excelente veículo para testar as ideias e receber algum feedback.

Nesse momento, para preparar essa primeiríssima publicação, é necessário aprender a recortar. Numa investigação qualquer, o pesquisador vai lidar com diferentes níveis de análise, com diversos desdobramentos possíveis de seu material de pesquisa. E, para elaborar a apresentação ou o pôster, será indispensável restringir o foco a uma única ideia, um único ponto focal que servirá como recorte do argumento para esse texto específico.

Imagine sua pesquisa como um livro com capítulos que precisam ser inteligíveis individualmente. Mesmo tratando-se de um empreendimento mais amplo e abrangente, as ideias precisam ter um espaço específico para serem desenvolvidas adequadamente: o romancista – como o pesquisador – não pode simplesmente lançar tudo de uma só vez, sem ordem ou coerência. O autor apresenta as ideias, os argumentos e os personagens subordinados (mas, ainda assim, fundamentais para contar a história como um todo) de maneira organizada e separadamente. O pesquisador começará escolhendo uma parte da sua pesquisa (um nível de análise, um evento, uma dimensão específica) para desenvolver seu *paper*.

Nesse primeiro momento de fazer-público ainda não é necessário ter todas as questões teóricas ou analíticas resolvidas. Como “trabalho em andamento” ou comunicação em congresso, espera-se – e é desejável – uma contribuição ainda não completamente fechada, e isso é um bom sinal para os leitores ou a audiência, que poderão discutir, contra-argumentar e sugerir modificações ao autor. O leitor ou a audiência no congresso poderá avaliar se os argumentos se sustentam – a partir de referências à bibliografia, aos dados, aos exemplos –, apontar pontos cegos, referências bibliográficas ignoradas que poderiam ampliar ou contestar o argumento, assinalar a necessidade de exemplos ou de novos dados para respaldar as afirmações.

Esse é um excelente momento para receber sugestões e críticas, que serão fundamentais para aprimorar o trabalho nas escritas subsequentes. Se o argumento

2. Um juízo simplório à revisão de pares nas ciências sociais é acreditar que, apenas por não concordar com o denominado “marco teórico”, um parecerista poderia rejeitar um artigo. Ainda que de fato isso às vezes possa acontecer, uma boa revisão de pares observa a relevância, a originalidade e a construção lógica do argumento, validando a partir desses critérios sua pertinência científica. Para uma análise mais compreensiva da revisão de pares em revistas acadêmicas, ver Martín (2016a).

3. Essa seção está baseada no meu artigo (Martín, 2014), ao qual remeto o leitor para maiores detalhes.

estiver logicamente bem construído, se a arquitetura do artigo for consistente, as críticas idealmente não serão uma questão de opinião ou de perspectiva teórica ou metodológica, e não invalidarão meu trabalho². Ao contrário: essas avaliações negativas não devem ser tomadas como motivo de frustração, pois é apenas através delas que podemos corrigir os erros, melhorar os pontos fracos e reforçar os pontos fortes que, talvez, ainda não estejam claramente definidos.

5. Escrita para edição e aprimoramento das ideias

Os *working papers*, as comunicações em congressos ou os posts em blogs certamente receberão comentários dos colegas, dos professores ou ainda do público em geral. Considere as críticas e sugestões, avalie sua pertinência (com a ajuda de seu professor, se tiver dúvidas) e revise seu trabalho. Inclua as sugestões bibliográficas, reescreva os parágrafos que a audiência considerou obscuros, contextualize dados que para você são óbvios, mas não necessariamente para seus leitores. E depois de ter feito isso, deixe descansar uns dias. Pode ter certeza que, reencontrar o texto após um breve tempo (não menos de um dia, não mais de uma semana), você será capaz de reler com novos olhos, encontrar erros que antes não tinha visto, reescrever parágrafos com maior clareza e, ainda, orgulhar-se das frases bem escritas e do progresso de sua pesquisa.

6. Escrita para submissão para uma revista³

Agora que você já tem avançado na sua escrita, melhorado seu texto, recebido feedbacks de colegas e professores, chegou a hora de publicar em uma revista científica. Beneficiado pelas críticas prévias e o trabalho de edição, seu texto tem mais chances de ser bem recebido e publicado. Mas, atenção! Não qualquer texto pode ser publicado em qualquer revista. Não existe algo assim como “um bom artigo” que poderia ser publicado em qualquer lugar. Isso porque um bom artigo não é definido somente por seu conteúdo, mas especificamente por uma escrita adequada ao periódico em questão. Portanto, você precisa produzir um trabalho específico para uma revista específica – e para conhecer as revistas, como explicava acima, é necessário conhecê-las lendo-as!

A escolha da revista pode estar baseada em uma variedade de motivos, que irão da classificação nos índices relevantes para a academia nacional, até sua trajetória num campo de debates específico ou a proximidade do autor com os editores. Mas, para além dessas motivações, a escolha da revista é fundamental pois onde publicar irá definir *o que* publicar e *como* publicar seus resultados de pesquisa. As revistas – mesmo as da mesma área disciplinar – possuem diversos perfis editoriais e es-

tão dirigidas a públicos diferentes, portanto exigirão adequações dos manuscritos destinadas ao amoldamento do texto no perfil do periódico e seja relevante para seus leitores. Nesse sentido, é indispensável entender que as revistas não são um espaço para “desovar artigos”, mas arenas de debate e, como apresentei acima, é indispensável que o manuscrito se adapte a esse espaço comum, a essa linguagem compartilhada, que embasa o diálogo entre autor e leitores.

Um mesmo *working paper* pode ser preparado para diferentes revistas, e isso vai exigir estratégias específicas para as diversas publicações. Na sequência assinalarei as três principais características de uma revista que o jovem investigador deve considerar quando for preparar o seu manuscrito para submissão.

Primeiro, considere a o *eixo geográfico* ou *idiomático* da revista escolhida e decida se ela é uma revista nacional, regional ou internacional. Em alguns casos, o foco geográfico aparece logo no nome da revista, quando se referem explicitamente aos estudos europeus, sul-asiáticos, latino-americanos ou africanos. Mas, em muitos casos, o título da publicação não informa seu campo de interesse ou pode até ser enganoso: quase todos os países possuem uma revista nacional chamada “*Sociologia*”, “*Sociologias*” ou “*Estudos Sociológicos*”, o que poderia fazer você pensar que essas são revistas de temáticas abertas e foco geográfico amplo, quando, na verdade, estão focadas principalmente no desenvolvimento de debates domésticos. O escopo geográfico diz sobre o grau de contextualização que é indispensável imprimir no texto para que seja compreendido pelos leitores: numa revista nacional, alguns assuntos e personagens não precisam ser apresentados, mas o mesmo caso, para uma revista internacional, deverá ser devidamente contextualizado.

Segundo, vá para os *objetivos* e o *escopo* da revista, e descubra que tipo de artigo essa revista está interessada em publicar. Existem revistas generalistas que publicam uma ampla variedade de questões relacionadas a uma disciplina em particular (sociologia, antropologia, ciências políticas) e também há as revistas especializadas, que definem seu conteúdo em função de determinadas áreas, subáreas (religião, música, política, estudos rurais), discussões teóricas (revistas de estudos marxistas ou simmelianos) ou contextos geográficos (os chamados estudos de área) e, ainda, algumas podem ser multidisciplinares. Para revistas generalistas, você deve manter seu artigo mais aberto e livre dos jargões que você empregaria em uma revista especializada no seu tema de pesquisa. Para revistas mais específicas, você pode considerar como parte do acervo comum os jargões e os debates próprios do campo.

Por último, mas não menos importante: *o formato do artigo*. Podemos encontrar dois principais estilos em revistas acadêmicas. O estilo IMRaD é o mais ensina-

4. Vários autores têm descrito o modelo IMRaD e como “preencher” cada uma das seções. Ver, por exemplo, Slafer (2009), Bursztyjn, Drummond e Nascimento (2010), Hartleyk (2012), Branson (2004), dentre muitos outros.

do em livros sobre redação científica e tem se tornado o modelo hegemônico de publicação científica, pelo menos a partir dos anos 1970 (Solaci & Pereira, 2004). Considerado o único formato possível para as ciências “duras”, é adotado crescentemente nas publicações das ciências sociais em inglês, especialmente nos Estados Unidos. Os artigos IMRaD são estruturados em “Introdução”, “Métodos”, “Resultados” e “Discussão”⁴. A grande vantagem desse modelo, é que facilita tanto a leitura de resultados de pesquisa – conforme aponta Hartleyk (2012) –, quanto argumentos que não precisam de uma construção retórica mais complexa para fazerem sentido. Assim, em lugar de precisar seguir linearmente a totalidade dos conteúdos do texto, os leitores podem ir diretamente nas seções específicas que fornecerão as informações que estão procurando. A estrutura fixa e de conteúdos preestabelecidos em cada uma das seções facilita tanto a escrita como a leitura e posterior citação do artigo.

No entanto, nas ciências sociais, muitas vezes esse modelo resulta demasiadamente esquemático e limitador. Pesquisas de cunho qualitativo ou de revisão bibliográfica nem sempre se adaptam a esse modelo, pois precisam de uma estrutura mais flexível para desenvolver os argumentos. Temos então o modelo narrativo, que resulta mais adequado para análises qualitativas e para o desenvolvimento de discussões teóricas e conceituais. O estilo narrativo estruturado em três partes principais – “Introdução”, “Corpo do texto” e “Conclusão” – permite que o “Corpo do texto” seja dividido em capítulos ou seções, de maneira a melhor organizar o argumento, além de ajudar ao leitor a acompanhar o fluxo de suas ideias.

7. Escrita nas revisões durante o processo de avaliação

A escrita de um artigo científico não termina quando você o envia para a revista. As revistas científicas decidem o que será ou não publicado com base no parecer duplo cego. Isto é, em geral, pelo menos dois pareceristas (especialistas no assunto do artigo) avaliarão o trabalho e recomendarão ao corpo editorial se o artigo está apto para ser publicado e farão sugestões para o aprimoramento do artigo. O processo é completamente anônimo, para garantir a objetividade e a lisura: nem os pareceristas sabem quem é o autor, nem o autor saberá quem foram seus pareceristas – por isso se denomina “duplo cego”. Em suas avaliações os pareceristas farão diversas recomendações para que autor possa melhorar seu artigo e enviar uma nova versão para o editor. Esse processo pode se repetir várias vezes (em geral duas ou três) até que os pareceristas e o editor estejam contemplados com as demandas de correção do artigo.

8. Escrita após a rejeição

Em determinadas ocasiões, os pareceristas consideram que o artigo não cumpre os requisitos mínimos de publicabilidade ou precisa de mais tempo de trabalho e maturação (ver Martín, 2016a). Nesses casos, os editores costumam rejeitar o artigo. A rejeição de artigo é cada vez mais normal, pois as revistas recebem um número cada vez maior de submissões e os autores têm cada vez menos tempo para se dedicar a preparar um bom texto. Ter um artigo rejeitado nunca é uma experiência agradável, mas é absolutamente normal: quanto mais você submete para publicação, mesmo sendo um pesquisador renomado, estatisticamente falando, mais chances tem de ter um artigo rejeitado. Pesquisas internacionais mostram que quase todos os pesquisadores têm a experiência de trabalho rejeitado alguma vez – entre 85 e 90% de autores proeminentes admitem ter passado pela experiência (Gans & Shepherd, 1994). E provavelmente os 10 a 15% restantes podem não querer admiti-lo, ou não estão enviando suficientes manuscritos para publicação. Acredite: mesmo aqueles grandes nomes mundialmente reconhecidos, já tiveram artigos rejeitados – e não necessariamente no início da carreira.

Pelo menos estatisticamente, se você encaminha um artigo para uma revista internacional de alto perfil (algumas das revistas, mas não todas, indexadas como Qualis A1 estão nesse estrato) você terá uma chance de entre 30% (no melhor dos casos) e 5% (em revistas altamente competitivas, como *Nature* ou *Science*) de ser aprovado. Nas revistas brasileiras, as probabilidades são mais amáveis, mas ainda você vai enfrentar um 20 a 50% de chance de rejeição, dependendo do periódico.

Assim, se a rejeição é a norma, não se trata, a princípio, de um problema pessoal ou idiossincrático.

Ter um artigo rejeitado nunca é uma experiência agradável, mas ademais de normal, não é o fim do caminho. O destino de um artigo rejeitado não precisa ser a lixeira. Em lugar de considerá-la como um fracasso, a rejeição precisa ser entendida como parte desse processo de múltiplas escritas. Uma pesquisa recente mostra que os artigos rejeitados, se apropriadamente revisados e retrabalhados, têm maiores chances de serem publicados em uma segunda ou terceira submissão e, ainda, em uma revista com um índice *de facto* de maior impacto (ver Calcagno *et alii*, 2012).

Os artigos rejeitados, *se melhorados seguindo as orientações dos pareceristas*, têm maiores chances de serem aceitos para publicação no futuro próximo, em revistas ainda mais prestigiosas que aquela que rejeitou a primeira versão. Artigos rejeitados mais de uma vez, *após o trabalho de revisão e edição* podem até ser publicados em

revistas que estão no topo do prestígio científico. Então, mesmo que rejeitado, a escrita do artigo só cessa quando ele for publicado. Mas, atenção! Releia o parágrafo acima e preste atenção às palavras-chave marcadas em itálicas: a (re)escrita contínua é a chave do sucesso. Nunca rerepresente um artigo rejeitado sem revisá-lo, mesmo que seja para uma revista de menor prestígio: o mundo acadêmico é bem pequeno e existem grandes chances de que o mesmo parecerista receba seu artigo novamente. Se ele não foi melhorado, você já pode adivinhar o resultado dessa nova tentativa.

Na hora de revisar o seu artigo, não deixe que os comentários negativos – e em alguns casos, até grosseiros – dos pareceristas o desestimulem. Após o impacto de receber a carta do editor comunicando a rejeição, deixe dormir o texto um ou dois dias, e depois retome a tarefa. Não demore mais do que isso antes de retornar à escrita. Corrija os erros, reorganize o texto, reavalie e considere com atenção aqueles pontos nos quais os pareceristas concordaram, e corrija o texto. Por incrível que pareça, é bem possível que você acabe concordando com os pareceristas na sua versão final. Quando pronto, rerepresente-o.

Não tenho tempo para escrever!

Esse parece ser o maior problema para quem precisa escrever e publicar. De fato, sempre estamos urgidos por outras demandas de nossa profissão. Mesmo para os professores-pesquisadores, sempre há aulas para preparar, bibliografia que revisar, alunos que supervisionar, dúzias de atividades administrativas, viagens e exigências da pesquisa que fazem com que a escrita seja deixada “para outro momento”... que nunca chega. A procrastinação na academia, como mostra Somers (2008), é um fenômeno muito recorrente (chegando a 70% entre os estudantes universitários nos Estados Unidos) e pode ser atribuído a várias causas, mas sempre oferece um mesmo resultado: poucas ou nenhuma publicação para con(s)tar.

Como anunciei no começo deste texto, escrever não é um ato natural e espontâneo. É, ademais, uma atividade que gera muita angústia e frustração: aquelas ideias que, em nossa cabeça, aparecem com uma clareza diáfana, na hora de serem colocadas em palavras, fogem ou já não aparecem tão claras, e nos damos conta que nem estavam tão bem organizadas e que existe uma dúzia de pressupostos que precisamos esclarecer para que nosso argumento faça sentido. Por isso, não escrever é sempre tão tentador. Na dúvida, é sempre melhor ficar com a sensação de termos uma ideia genial na cabeça que tentar comunicá-la e nos darmos conta que nem era tão genial ou – pior ainda! – que para alcançar seu zênite precisa de muito – muito – trabalho.

Ninguém tem tempo para escrever, escrever não é nunca uma urgência e não se resolve rapidamente. Portanto, precisamos criar o tempo para escrever. Mesmo aquelas pessoas muito ocupadas, com demandas de trabalho, afetivas ou domésticas, podem criar o tempo para escrever. Enumero algumas sugestões que poderão ajudar nesse processo.

Organização e planificação é fundamental

Em primeiro lugar, faça um horário de atividades. A depender do tipo de texto que tenha de escrever (um artigo original, uma revisão, uma tese), planifique os próximos dias, semanas ou meses. Inclua e classifique as *atividades indispensáveis* (as aulas, os horários de escritório ou de trabalho normal, mas também o tempo destinado às obrigações familiares e domésticas), as *atividades importantes* (estudar, encontros com a família e os amigos, e todas as atividades regulares que você realiza: religiosas, esportivas, de voluntariado, artísticas) e as *atividades eventuais inadiáveis* (provas, aniversários, prazos que deve cumprir, consultas médicas, viagens marcadas). Você vai completar muitos dos horários nesses dias, mas também vai descobrir que há um número de horários que você habitualmente usa para atividades de diversa índole: de entretenimento, domésticas, de descanso etc., mas, especialmente, muito tempo perdido. Calcule quantas horas de programas de TV você assiste, que nem gosta tanto. Ou o tempo que você investe nas discussões infundáveis no Facebook sobre os assuntos supérfluos e esquecíveis: você lembra a grande discussão que tomou três longos dias mês passado, que fez que ficasse discutindo até às três da manhã com um desconhecido? Ninguém lembra. Os enormes textos no Facebook são efêmeros, os artigos são para sempre.

Perante as múltiplas demandas e distrações, então, é indispensável começar a priorizar. O tempo da escrita é um tempo seu, para o desenvolvimento de suas ideias, para o progresso de sua carreira: é um tempo individual, íntimo, e muito necessário. Então, observe novamente o seu horário de atividades e avalie quando você poderia dedicar seu tempo para a escrita, cortando atividades que não são imprescindíveis e sobretudo aquelas nas quais você nem trabalha nem descansa. No curto prazo, você até pode suspender temporariamente atividades consideradas indispensáveis e importantes – e mesmo algumas inadiáveis, como viajar para o casamento de um primo, quando você perdeu todas as prorrogações para entregar a tese. Mas como escrever vai ser parte da sua vida (se você decidir pela carreira de pesquisador) será preciso conciliar todas as atividades de sua existência e incluir a escrita, dependendo do momento, nas atividades indispensáveis, importantes ou inadiáveis, junto com as demais.

Saiba que a escrita sempre precisa de um tempo de “preaquecimento” antes de começar a fluir e que um par de páginas pode exigir várias horas de trabalho ininterrupto. Encontre faixas entre duas ou três horas, pelo menos duas vezes por semana, e designe esse tempo apenas para escrever. Mas lembre-se:

1. escrever é sempre trabalhoso e cansativo e você irá achar muito mais divertido fazer outras coisas (incluindo aquelas que normalmente você odeia fazer, como organizar gavetas ou ligar para aquela tia distante); e
2. sempre haverá outras demandas, outras vontades e urgências aparecendo; não sucumba às primeiras e, no caso das últimas, se forem realmente imperiosas, suspenda outras atividades para atendê-las, nunca a escrita.

Em um ponto, escrever é como ser maratonista: precisa treinamento e perseverança. Você não vai conseguir correr cinco quilômetros na primeira tentativa, mas vai precisar correr, todos os dias um pouco, para depois conseguir ter fôlego (e vontade!) para corridas de mais longo alcance.

Não desespere, mas não desista.

Organize a escrita

Faça um roteiro dos tópicos a desenvolver e liste tudo o que precisa ser incluído para que os argumentos façam sentido: discussões sobre determinados conceitos, apresentação dos dados (que podem precisar ser retrabalhados), as leituras que foram recomendadas e que precisam ser incluídas, a tradução de determinado parágrafo, o tratamento digital de alguma foto que queira incluir etc. Caso esteja fazendo a lista no seu computador, imprima-a e identifique tarefas com cores ou qualquer sinalização pessoal para marcar a importância da tarefa e coloque num lugar visível. Nesse momento, a visualização é indispensável por dois motivos:

1. para observar e analisar o roteiro, comprovar se as ideias fazem sentido entre si, se os nexos que relacionam umas às outras são logicamente conectados, se tem alguma ideia que parece estar sobrando;
2. ao desgranar o artigo em várias atividades pequenas e limitadas, suas duas horas de trabalho diárias irão ser suficientes para concluir pelo menos uma tarefa, o que dará uma sensação de progresso do trabalho – indispensável para não desistir do esforço.

Estabeleça metas realistas

Começar um artigo hoje e se propor “acabar o artigo até amanhã” não é uma meta e certamente não é realista, enquanto são muitas as atividades que precisamos realizar e, mesmo que tenhamos 24 horas por dia aparentemente “livres” para escrever, sabemos que há outras atividades e distrações na espreita. Para algumas pessoas, serve colocar um limite de palavras a ser completado diariamente. Outros preferem marcar tempos, até utilizando um *timer* (a popular técnica pomodoro). Outros optam pelas listas de tarefas: resolver questões do argumento, organizar os dados ou a bibliografia, que serão riscado à medida que são resolvidos, dando essa importante visão do progresso do trabalho. Outros ainda funcionam com prazos: dois dias para resolver a seção de “Discussão” ou uma tarde pra revisar a “Bibliografia”. Uma combinação das diferentes formas de organizar as tarefas pode resultar, se estamos tratando com um projeto de longo prazo, como a preparação da primeira versão de um artigo ou de uma tese de doutorado.

Faça listas e elabore uma agenda

O melhor da lista é poder observar o avanço de maneira clara e objetiva. O pânico da tela em branco se resolve quando vamos, aos poucos, finalizando as pequenas tarefas que fazem ao texto final. Mas, em geral, autores iniciantes – ou nem tanto – costumam imaginar que o tempo é flexível, sobretudo quando se tem um mês para revisar o artigo ou os próximos dois anos para escrever a tese ou dissertação. Pelo contrário, a escrita requer múltiplas pequenas atividades feitas ao longo desse tempo todo, rotineiramente. Roma não se fez em um dia e, certamente, não é possível acabar um artigo começando na véspera do prazo final.

Na hora de elaborar a lista, o importante não é apenas o registro das tarefas a serem realizadas, mas a planificação. Para algumas pessoas, uma lista de coisas para fazer (*check list*), pode ser suficiente. Para outros, sobretudo se a lista é longa e bem especificada, pode ser simplesmente desestimulante. Agendar as tarefas, nesse caso, é uma boa solução. Belcher (2010) oferece algumas alternativas úteis para organizar o esforço maior de encarar a escrita de um artigo. Mas listar as atividades e separar tempo específico num dia determinado da semana em curso para realizá-las pode ser um bom começo para evitar correrias na semana final. E essas atividades deveriam ser agendadas em função do tempo de que se dispõe para trabalhar: se tenho mais tempo, posso resolver tarefas mais complexas, se tenho menos tempo ou só tenho algumas horas tarde de noite após ter trabalhado o dia todo, as ocuparei para a realização do trabalho “braçal”, como passar o corretor ortográfico ou organizar a lista de referências bibliográficas.

*Tenha leitores voluntários
e seja também um*

Os estudantes de graduação e pós-graduação deveriam começar combinando com a orientadora a planificar a pesquisa e sua escrita, incluindo apresentações em congressos, seminários internos, de versões parciais do trabalho. Mas é importante também conseguir leitores voluntários fora do circuito mais próximo de pesquisa, que podem ser seus colegas ou outros professores. Estabeleça, então, prazos com sua orientadora e com seus leitores voluntários para enviar os trabalhos, de maneira que eles abram espaço em suas agendas para ler e comentar, mas sobretudo, cumpra você mesmo os prazos e envie os textos na data prometida. Mesmo que o leitor voluntário seja seu melhor amigo ou seu colega de turma, o compromisso de ler o seu trabalho deve ser tratado com profissionalismo.

Nesse intercâmbio de dádivas, não fique apenas recebendo-as, mas veja também como devolver o favor, lendo e comentando o trabalho de seus colegas: você irá a aprender muito sobre o processo de escrita – próprio e alheio – revisando e corrigindo os trabalhos dos outros. Como já sabemos, para escrever, é fundamental ler.

Reflexões finais

Este artigo partiu da premissa que a escrita não é um processo simples nem linear e a publicação é um processo sistemático, coletivo e, em algum sentido, polifônico. Sem essa premissa (que supõe um autor que trabalha em diálogo com a comunidade acadêmica em geral e com os colegas da profissão no dia a dia) resulta impossível entender que a escrita não é o fruto do gênio individual inspirado, mas de um longo processo de escrita e reescrita, no qual outras mãos colaboram: pareceristas, editores, membros de comitês editoriais – quando não tradutores, revisores, diagramadores e copidesques.

Possivelmente você começou a ler este texto achando que encontraria uma receita simples para escrever e publicar. E depois de ter lido essas poucas páginas, você pode estar se sentindo um pouco desapontado: afinal, acaba de descobrir que há muito dever de casa a fazer antes de ver suas ideias finalmente publicadas. Se essa é sua sensação, estamos pois no bom caminho, no caminho de um potencial sucesso, como o de ver o seu artigo publicado. É preciso ler, escrever uma, três, dez vezes antes de ver um artigo em letras de forma. É preciso discutir, avaliar, resolver, editar, corrigir e recomeçar mais uma vez. E para tudo isso, é preciso fazer tempo: se organizar, abrir espaço na agenda, priorizar a escrita por sobre outras atividades. Como disse no início, a escrita não é uma atividade natural nem espontânea, nem mesmo

para quem “trabalha de escrever”, então não espere que a inspiração ou o tempo apareça por um passe de mágica. Mas a satisfação de ver sua ideia, aquela que pairava em sua cabeça e que tanto lhe entusiasmava discutir, encontrar finalmente um público mais amplo e ganhar uma vida e um uso autônomo, vale realmente a pena o esforço e o tempo investido.

Referências

BECKER, Howard. *Writing for social scientists: how to start and finish your thesis, book, or article*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

BECKER, Lucinda; DENICOLO, Pam. *Publishing journal articles*. London: Sage, 2012.

BELCHER, Wendy. Como escribir un artículo académico en 12 semanas. *Guía para publicar con éxito*. México: Flacso, 2010.

———. Reflections on ten years of teaching writing for publication to graduate students and junior faculty. *Journal of Scholarly Publishing*, v. 40, n. 2, p. 184-200, 2009.

BOLKER, Joan. *Writing your dissertation in fifteen minutes a day: a guide to starting, revising, and finishing your doctoral thesis*. New York: Owl Books, 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *El oficio de sociólogo*. 11. ed. México: Siglo XXI, 1988.

BRANSON, Richard. Anatomy of a research paper. *Respiratory Care*, v. 49, n. 10, p. 1222-1228, 2004.

BURSZTYN, Marcel; DRUMMOND, José Augusto; PINHEIRO DO NASCIMENTO, Elimar. *Como escrever (e publicar) um trabalho científico. Dicas para pesquisadores e jovens cientistas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CALCAGNO, V.; DEMOINET, E.; GOLLNER, K.; GUIDI, L.; RUTHS, D.; MAZANCOURT, C. Flows of research manuscripts among scientific journals reveal hidden submission patterns. *Science*, n. 338, p. 1065-1069, 2012.

CASSANY, Daniel. *Describir el escribir. Cómo se aprende a escribir*. Buenos Aires: Paidós Comunicación, 2011.

CORTÁZAR, Julio. *Clases de literatura*. Berkeley; Buenos Aires: Alfaguara, 2013 [1980].

GANS, J. S.; SHEPHERD, G. B. How are the mighty fallen: rejected classic articles by leading economists. *Journal of Economic Perspective*, v. 8, n. 1, p. 165-179, 1994.

GRAUERHOLZ, Liz. Creating and teaching writing intensive courses. *Teaching Sociology*, v. 27, p. 310-323, 1999.

HANAFI, Sari. University systems in the Arab East: Publish globally and perish locally vs publish locally and perish globally. *Current Sociology*, v. 59, n. 3, p. 291-309, 2011.

HARTLEYK, James. New ways of making academic articles easier to read. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, v. 12, n. 1, p. 143-160, 2012.

JOHNSON, Brad; MULLEN, Carol. *Write to the top: how to become a prolific academic*. New York: Palgrave, McMillan & Digital Printing, 2007.

KNORR CETINA, Karim. *La fabricación del conocimiento. Un ensayo sobre el carácter constructivista y contextual de la ciencia*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005 [1981].

MARTÍN, Eloísa. How double-blind peer review works and what it takes to be a good referee. *Current Sociology*, v. 64, n. 5, p. 691-698, 2016a.

———. Publicação acadêmica internacional e o lugar do Brasil na sociologia global. In: COSTA PINHEIRO, C.; BUARQUE DE HOLANDA, B.; MAIA, J. (Orgs.). *Ateliê do Pensamento Social Práticas e Textualidades. Pensando a pesquisa e a publicação em ciências sociais*, p. 47-70. Rio de Janeiro: FGV, 2016b.

———. Letters of rejection. *Current Sociology*, v. 63, n. 7, p. 937-942, 2015.

———. How to write a good article. *Current Sociology*, v. 62, n. 7, p. 949-955, 2014.

SLAFER, Gustavo A. ¿Cómo escribir un artículo científico? *Revista de Investigación en Educación*, n. 6, p. 124-132, 2009.

SOLACI, Luciana; PEREIRA, Mauricio. The introduction, methods, results, and discussion (IMRaD) structure: a fifty-year survey. *Journal of Medicine Library Association*, v. 92, n. 3, p. 364-367, 2004.

SOMERS, Patricia. Gênero e outras variáveis que influenciam na procrastinação acadêmica. *Educação*, v. 31, n. 1, p. 54-60, Jan./Abr. 2008.

STRATHERN, Marilyn (Ed.). *Anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. London; New York: Routledge, 2000.

———. “Improving ratings”: audit in the British University system”. *European Review*, v. 5, Issue 3, p. 305- 321, 1997.

VANDERSTRAETEN, Raf. Scientific communication: sociology journals and publication practices. *Sociology*, v. 44, n. 3, p. 559-576, 2010.

WALLACE, Mike; WRAY, Allison. *Critical reading and writing for post graduates*. 3. ed. London: Sage, 2016.

YORE, Larry; HAND, Brian; PRAIN, Vaughan. Scientists as writers. *Science Education*, n. 86, p. 672-692, 2002.



Homenagem

Elbio Neris Gonzales

Sadi Dal Rosso*

* Sadi Dal Rosso é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil.

Bibliografia, história, obra

O professor Elbio Neris Gonzales deixou marca na construção da sociologia brasileira, seja em função de sua atividade como docente de graduação e de pós-graduação, seja como orientador na pós-graduação, seja ainda na produção intelectual sob a forma de tese, artigos, projetos de pesquisa. Dois objetos complementares podem ser destacados da obra sociológica do professor.

Teoria e metodologia

Primeiramente, o professor foi a vida inteira obstinado por questões de teoria e metodologia da pesquisa. O objeto da sociologia não é o objeto empírico, uma vez que o conhecimento se produz na esfera do pensamento e não da matéria. Sua produção científica combatia sistematicamente a compreensão do objeto da sociologia pela via do empírico, tal como elaborado por Augusto Comte e por Francis Bacon nos primórdios da ciência moderna e tal qual se encontra no conhecimento da prática e da empiria contemporâneas. Para esses autores, não existiria conhecimento positivo se não houvesse o reconhecimento de que a sociologia fosse uma ciência semelhante à física que aspiraria a formular leis do conhecimento. Elbio procura manter-se dentro da noção de que o conhecimento se produz pelo pensamento e assim é com o objeto da sociologia. A construção de conceitos é essencialmente obra no terreno da teoria e da abstração, porque é somente desta maneira que o conhecimento pode ser avançado. Entretanto, como bom filósofo que também era, não poderia virar as costas para a materialidade dos objetos. A empiria não é ponto de partida. Nem tampouco seu papel se limita àquilo que os defensores do neopositivismo apontam, qual seja a de instrumento de destruição de teses e argumentos, que representa uma concepção insuficiente para reconhecer o papel do real na produção do conhecimento. O real pensado, o real apropriado pelo pensamento, tal o caminho que apresenta para a pesquisa teórica e empírica. Esta contribuição de Elbio Neris Gonzales pode ser consultada em seu artigo intitulado “O objeto da sociologia”, escrito e publicado em 1986. Assim como no texto sobre “Conceitos” que faz parte da coleção “Iniciação

à Metodologia Científica: textos básicos”, organizados por Elbio Neris Gonzales e Maria Inês Bastos, publicada em 1974.

Além do enfrentamento ao positivismo, ao empirismo e ao neopositivismo na construção do objeto da sociologia, conceitos e teorias, o autor enfrenta outra solução simplista pela qual a sociologia se transformaria numa área de conhecimento subsidiária da psicologia. Tal disputa transparece na forma como é entendida a relação entre o ser e sua consciência. Uma linha de interpretação estabelece que a consciência antecede o ser, posição que leva a construir uma psicologia da sociologia. A segunda interpretação – e que fortalece o campo da sociologia – consiste em entender o ser como antecedendo a sociologia. Esta segunda interpretação representa propriamente o desenvolvimento da sociologia enquanto tal, sem reduzir o papel da consciência nas relações políticas e sociais.

Migração e capitalismo

O estudo das migrações foi outro objeto sociológico que capturou o interesse do professor Elbio. Migrações são objeto de estudo, de teorização e de trabalhos empíricos e ações políticas desde o século XIX. Durante a industrialização inglesa, a migração rural urbana ocupava o interesse dos pesquisadores, conquanto a migração urbana também fosse um mecanismo de redistribuição de força de trabalho, como a migração de irlandeses para a Inglaterra o demonstra. Por outro lado, o século XIX foi forte em migrações internacionais, que responderam pela ocupação das Américas por europeus, tal como os Estados Unidos da América, a Argentina e o Brasil, após o uso de trabalho escravo importado da África e da Ásia e de indígenas submetidos.

Sobre migração, Elbio escreveu sua tese de doutorado com orientação do professor Luiz Pereira, da Universidade de São Paulo, defendida em 1979, e que tem por título *Migração de trabalhadores rurais no Brasil*. Ainda sobre migração rural existe o artigo de 33 páginas escrito pelo professor, intitulado “Trabalho volante na agricultura brasileira”, publicado na “Série Sociológica” do Departamento de Ciências Sociais, em 1975. Na década 1970, acentuava-se o processo conhecido como capitalização do campo, que provocava enormes movimentos no meio rural, brasileiro ao expulsar moradores, parceiros, meeiros, camponeses, colonos para as beiras das estradas e para as cidades. A capitalização do campo se, por um lado, avançava com a mecanização das atividades rurais e, desse modo, reduzia a demanda de mão de obra, por outro, crescia a demanda pela expansão da cana de açúcar, cujo plantio e corte eram feitos à mão bruta, assim como o algodão, o café e os insumos para abastecimentos dos mercados urbanos (frutas, legumes e

verduras), produtos que exigiam mais mão de obra. A capitalização do campo criou o trabalho volante que atendia a demanda de mão de obra em diversos momentos do ano, conforme as atividades a que se destinava. Concebidos desta maneira, como resultado da entrada massiva de capital no agro, os processos migratórios eram entendidos de maneira completamente diferente da interpretação teórica que era oferecida pela teoria da modernização, que interpretava a migração como componente da modernização geral, um processo pelo qual todas as sociedades deveriam realizar. Na teoria da capitalização, a migração é resultado do processo de transformação, coordenado pelo capital.

Menciono separadamente, ainda em relação ao tema da migração, o grande projeto de pesquisa sobre as *Migrações para Brasília*, publicado em 1973 pelo Departamento de Ciências Sociais, coordenado pelo professor Elbio Neris Gonzales e pela professora Maria Inês de Souza Ribeiro Bastos. O projeto era amplo, contou com a participação de profissionais dos campos de sociologia e de economia, além de professores de estatística. Ambicioso, visava estudar a migração para Brasília com dados primários, produzidos por meio de questionários aplicados a uma amostra, de modo a contribuir com o planejamento de políticas públicas. Os autores não utilizaram informações secundárias existentes e disponíveis, tais como aquelas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio dos censos demográficos, em razão dos limites que tais informações carregam, particularmente em relação às perguntas que os questionários formulavam. Talvez o principal problema que o projeto enfrentava consistia na montagem de uma amostra significativa. O desenho deste processo coube a professores do Departamento de Estatística. O processo de levantamento de dados que consistia basicamente na elaboração de um detalhado questionário, na coleta a partir de um modelo amostral seguro e o relatório da pesquisa constituem materiais de primoroso desempenho científico que qualificam o Departamento de Ciências Sociais – que antecede ao atual Departamento de Sociologia da UnB –, no qual o professor Elbio trabalhava, e podem ser vistos ainda hoje como modelos para estudantes e quantos desejam realizar um estudo amostral no Distrito Federal.

Como o professor Elbio Neris Gonzales viveu em uma época de disputa entre os sistemas econômico-político-social capitalista e comunista, entre 1941 e 2017, este fato não deixou de transparecer em suas publicações e em sua obra em geral. Elbio foi um defensor das lutas dos povos latino-americanos, assim como das concepções sobre teoria da dependência. Daí provinha também sua ácida crítica ao imperialismo norte-americano e dos países de centro capitalista em geral.

1. Nada daquilo que está contido neste texto teria sido possível não fosse a parceria com a companheira Sueli Franco Gonzales, professora da UnB e administradora, arquiteta e ativista política que defendeu propostas extremamente arrojadas para a universidade e para a sociedade em geral (a exemplo dos modelos de construção de moradias populares) e o apoio recebido de filho e filhas.

Ativismo, engajamento¹, humor

Nascido em Itaqui, Rio Grande do Sul, em 1932, era professor aposentado do Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

Fez o mestrado em Eugene, Oregon (University of Oregon), Estados Unidos, e doutorado na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do professor Luiz Pereira. Atuou como professor e orientador na graduação e na pós-graduação.

Foi decano de assuntos estudantis durante a gestão que realizou a transição entre o governo da ditadura militar, quando a UnB era presidida por um capitão de mar e guerra, e o período da democracia restaurada, em 1985-1986.

Foi vice-presidente eleito da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), entre 1990-1992, exercendo a presidência por períodos. Presidiu assembleias durante greve e seu nome ficou atrelado a ação jurídica por ganhos devidos pelo governo.

Como um dos mais antigos professores da UnB, participou de grande parte de sua história, incluindo o episódio da renúncia de 200 professores que entregaram o cargo em protesto contra a invasão de forças militares no espaço do conhecimento e por causa da expulsão de uma dezena de professores perpetrada pelo regime militar em 1965. Anos mais tarde retornou à atividade docente na UnB, quando organizou a retomada do curso de ciências sociais a partir de 1969. As ciências sociais existiram durante toda a história da UnB. No início como matérias de suporte para cursos formais de direito, história, arquitetura, urbanismo. E também na formação das ciências sociais como tal, nos ramos de antropologia, política e sociologia. Sabidamente, a UnB foi uma universidade que acolheu, antes do início da ditadura militar, importantes nomes da sociologia da dependência latino-americana nos seus quadros, entre os quais podem ser citados Vânia Bambera, Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank.

Antes de vir para a UnB, atuou na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente no programa de construção das “brizoletas”, como eram chamadas as escolas rurais com duas ou três salas de aula programadas para atender o ensino básico rural. O nome faz referência ao governador Leonel Brizola. Nesta época, Elbio ocupou um cargo na Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul que o colocou frente a frente com falta de material pedagógico nas escolas rurais. Em colaboração com outras duas pedagogas, foi coautor da *Cartilha do guri*, impressa aos milhares e distribuída pelas escolas rurais – há referência a 4000

cartilhas como livro básico de estudo. A excelente tese de doutorado de Chris de Azevedo Ramil (Universidade Federal de Pelotas, 2018) trata desse assunto e apresenta relato detalhado da obra de Elbio Neris Gonzales para o ensino básico rural.

Quem conheceu o professor Elbio em suas relações pessoais com estudantes orientandos ou como estudantes de cursos que eram oferecidos pelo professor na graduação e na pós-graduação reconheceram seu aguçado sentido de crítica e o uso do humor como meio de julgamento, como instrumento para concentrar a atenção, desfazer posições teóricas e políticas a que se opunha ou simplesmente como expressão de alegria.

Resenhas

Archer, Boltanski e Lahire: partindo com a teoria social de Bourdieu

VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (Orgs.). *Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

Vittorio da Gamma Talone*

* Vittorio da Gamma Talone é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj), Rio de Janeiro, Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). <vittorio.talone@gmail.com>.

Na segunda metade do século XX, Pierre Bourdieu despontou na área das ciências sociais como um de seus pensadores mais relevantes a partir de uma extensa obra. Suas pesquisas e conceitos em muito influenciaram uma gama de sociólogos (seja por assumirem a força de seus argumentos, seja pela contraposição às suas proposições), dentre os quais, os três *autores-base* – os pilares a sustentarem as discussões realizadas, como veremos – da presente obra resenhada.

Ao adentrar o livro, deparamo-nos logo com dois textos introdutórios justificando seu ponto de partida “pós-bourdiesiano”. Os organizadores, Frédéric Vandenberghe e Jean-François Véran, em “Novas sociologias: um exercício de teoria comparativa” (Capítulo 1), destacam a hegemonia das ideias de Bourdieu na última década a formatar o campo da sociologia internacional explicitamente entre bourdiesianos e antibourdiesianos. Destes, alguns autores apresentariam as principais “linhas de fuga” a conduzirem aos caminhos possíveis para a realização de diferentes sociologias a partir de distintas contraposições à Bourdieu. Tais autores seriam Bernard Lahire, Margaret Archer e Luc Boltanski, cada qual ganhando, no presente livro, uma parte destinada a um texto de sua própria autoria acrescentado por comentários, críticas e desenvolvimentos subsequentes de Cláudio Marques Martins Nogueira (Lahire), Vandenberghe (Lahire e Archer), Alexandre Werneck (Boltanski), e Véran e Diogo Corrêa (Boltanski).

A intenção é reunir textos de autores formados ou influenciados por Bourdieu e que propõem perspectivas trazendo os *atores* de volta ao centro do palco, contribuindo “para o desenvolvimento de uma sociologia pós-bourdiesiana que não seja antibourdiesiana” (p.21). Archer, Boltanski e Lahire, em suas sociologias (Boltanski & Thévenot, 1991; Lahire, 2002; Archer, 2003), considerariam o campo como espaço de descoberta empírica e de exploração teórica, possibilitando a

invenção de novos conceitos a serem exemplificados na pesquisa. Seus focos *microsociológicos* conduzem a sociologias dispensando o *habitus*: os atores possuiriam reflexividade, disposições plurais – a variar com contextos – ou competências críticas qualificando-os como “indivíduos historicamente situados e atuando em contextos empíricos particulares” (p. 16).

No Capítulo 2, “Os pós-bourdiesianos: retrato de uma família disfuncional”, Vandenberghe propõe como ponto de partida pensar conjuntamente tais autores profundamente influenciados pela *sociologia crítica* de Bourdieu, posteriormente procurando se desvencilhar desta. Pois a mesma seria vista como uma máquina de reprodução na medida em que a *agência* é ausente – “quase não haveria reflexividade no seu sistema” (p. 30). Em semelhança, Lahire, Archer e Boltanski dão ênfase aos atores – suas posições são pluralistas. Avancemos agora nos três pilares a sustentarem a presente obra.

A Parte I, destinada a Bernard Lahire, é denominada “A sociologia em escala individual”, sendo iniciada pelo texto – de autoria do próprio autor – “O homem plural ou a sociologia em escala individual”. Lahire destaca que pesquisadores frequentemente observam os atores atentando apenas para *uma cena*, ou seja, um só contexto, deduzindo deste as disposições, culturas, visões de mundo, como faria Bourdieu, “sem pensar no comportamento dos mesmos atores em outras circunstâncias ou contextos” (p. 39).

Para o autor, o interesse pela constituição social do indivíduo em escala individual forçaria ver heterogeneidade onde se poderia pressupor homogeneidade. Um ator vivenciaria no dia a dia uma pluralidade de contextos sociais não homogêneos e/ou contraditórios, de forma a ser pensado como possuindo *um estoque* de disposições, de hábitos ou de capacidades “não homogêneo, não unificado e com práticas consequentemente heterogêneas (e mesmo contraditórias), que variam segundo o contexto social no qual ele se desenvolverá” (p. 43).

Para Lahire, então, os momentos de vida de um ser humano, onde se constituem seus diferentes hábitos e seus diferentes repertórios, não são todos equivalentes. Assim, o ator tem comportamentos que jamais seriam inteiramente previsíveis: “somos demasiado multissocializados e multideterminados para ser conscientes de nossos determinismos” (p. 45).

Em seguida, Nogueira comenta o raciocínio de Lahire em “Bernard Lahire: contribuições e limites de uma sociologia em escala individual”. O autor destaca como esforço central do sociólogo francês a demonstração que a “realidade individual

não pode ser deduzida diretamente das regularidades estabelecidas a partir de uma escala coletiva de análise” (p. 50), pois o social em escala individual apresentaria uma complexidade muito grande. Lahire chamaria nossa atenção para uma apreensão empiricamente mais detalhada da realidade individual.

Com isso, argumenta Nogueira, o trabalho de Lahire poderia ser entendido enquanto crítica e continuidade da obra de Bourdieu. Pois reconhece o *habitus* e as disposições, mas traz à nossa atenção uma heterogeneidade do passado individual incorporado em detrimento à ideia de *habitus* como originalmente em Bourdieu (2007): um sistema unificado e relativamente coerente de orientação das ações.

No entanto, há limites no pensamento destacado: faltaria ao projeto de Lahire uma teoria “mais consistente sobre o modo como os indivíduos lidam com seu contexto, seja no passado ou no presente, incorporando ou rejeitando, em maior ou menor grau e de maneira consciente ou não, diferentes influências sociais” (p. 51). Sem cuidado com esta questão, destaca Nogueira, o esforço de análise empírica da realidade individual realizado por Lahire correria o risco de produzir explicações *ad hoc*.

Avancemos agora à segunda parte do livro, intitulada “Realismo crítico e reflexividade”, dedicada a colocar em discussão as ideias de Margaret Archer. Esta seção é iniciada como um capítulo da própria autora, “Explicação e compreensão podem ser ligadas numa história única?” Aqui, Archer busca realizar uma reflexão epistemológica sobre a possibilidade de se juntar *explicação* e *compreensão*, nos termos de Max Weber, em uma única perspectiva, buscando resolver o hiato entre estrutura e agência, estabelecendo uma mediação pela *reflexividade*.

Archer introduz um novo refinamento ao especificar justamente como explicação e compreensão podem, de fato, ser relacionadas a partir de sua *abordagem morfogenética*. A autora destaca que um sujeito possui o poder de refletir subjetivamente sobre as próprias circunstâncias e decidir o que fazer com elas ou a respeito delas. Lidar de fato com a subjetividade seria, então, abordar adequadamente a variação nas respostas dos agentes quando estão em uma mesma situação social. Teríamos de saber da deliberação interna dos agentes – a “subjetividade” destes.

Este seria o aspecto mais normalmente ignorado na sociologia e que Archer joga luz: a *reflexividade* por meio da qual deliberamos sobre nós mesmos em relação às nossas circunstâncias sociais. Assim, devemos atentar à *conversação interna* dos indivíduos, pois é ela que medeia a tomada de decisão ativando tanto os poderes estruturais quanto os culturais.

Vandenberghe aproveita este momento da discussão para estabelecer relações e distâncias entre o proposto por Lahire e Archer com o capítulo “A sociologia na escala individual: Margaret Archer e Bernard Lahire” – fechando a Parte II. Para o autor, ambos os sociólogos estão desenvolvendo “um novo tipo de psicologia social” (p. 95), refletindo o interesse em compreender biografias individuais sociologicamente. A unidade de análise de ambos os autores seria a mesma: uma vida. Em suas diferenças, Archer enfatizaria o poder pessoal dos indivíduos (uma voluntarista), enquanto Lahire enfatiza o poder duradouro da socialização (um determinista).

Para verificar como os autores podem se conectar – o maior esforço de Vandenberghe corre neste sentido –, destaca que Archer e Lahire poderiam trabalhar conjuntamente em uma “sociologia reflexiva, contextual e disposicional na escala do indivíduo” (p. 112). Não opondo disposições a conversações, externo ao interno, objetivo ao subjetivo, Vandenberghe sugere situar tais elementos em um *continuum* e os investigar em situações concretas de ação, seja quando a consciência prática sobrepuja a consciência reflexiva ou também no sentido inverso. Com isso, conclui:

Apenas quando situações concretas de ação forem levadas em conta poderemos fazer o que fez Archer pela teoria da estruturacão: indicar quando as disposições têm precedência e a reflexividade é comparativamente fraca ou, ao contrário, quando as disposições estão fora de sincronia e a reflexividade é relativamente forte (p. 119).

Prossigamos agora com a terceira parte do livro, “Sociologia pragmática da justificação”, focando na sociologia de Luc Boltanski primeiramente a partir de seu capítulo “Sociologia crítica ou sociologia da crítica” – tradução (e versão revisada) de um texto da primeira parte de um livro já conhecido de Boltanski (Boltanski & Thévenot, 1991). O autor, juntamente a Laurent Thévenot, desenvolveu um quadro de análise – denominado *Économies de la grandeur* (EG) – que fornece um instrumento para analisar as operações que os atores lançam mão

quando, engajando-se na crítica, devem justificar as críticas que antecipam, mas também quando devem se justificar frente à crítica ou colaborar na busca de um acordo justificado (p. 129).

Ao tomar por objeto o trabalho crítico operado pelos próprios atores, renunciou-se à “intenção crítica da sociologia clássica” (p. 131-132), como presente em Bourdieu. As operações críticas realizadas pelos atores, ausentes na sociologia crítica,

seriam um objeto essencial para a compreensão de nossas sociedades – *sociedades críticas*:

É assim que, no modelo [das EG], em que a antropologia faz da capacidade crítica o critério que permite distinguir as pessoas dos outros seres, nós fundamos a possibilidade da crítica sobre a existência de várias *cités* [*mundos ideais cujos princípios tomaríamos de referência para agir na modernidade*] que permitem o desengajamento da situação presente. É apoiando-se sobre um princípio de justiça de uma outra *cité* que podemos nos subtrair do modelo de justiça do qual dependem a situação na qual estamos engajados (p. 144-145).

Esta linha de pensamento implica o maior acúmulo possível de relatórios produzidos pelos próprios atores. Trata-se de atentar à competência cognitiva destes a pretenderem uma validade universal para sustentarem suas objetividades na crítica, tornando-a aceitável aos outros. Os sociólogos *da crítica*, portanto, renunciam a apresentar suas próprias versões da realidade com a intenção de ter a última palavra, apostando ontologicamente na capacidade moral e crítica dos atores.

Ao pensar a necessidade destacada por Boltanski (e Thévenot) de universalização de nossa postura/argumentação, na vida moderna, para essa ser tida como cabível por terceiros, Alexandre Werneck escreve o capítulo “A força das circunstâncias: sobre a metapragmática das situações”. O autor destaca que, se as pessoas têm capacidade crítica e criticam as qualificações impostas em geral, é porque elas podem não aceitar a própria ideia de universal. O foco de Werneck é pensar as implicações da “impossibilidade do universal” (p. 159) no âmbito da moral: ela se permitiria espaço para o relativismo, ampliando as possibilidades de ação, potencializada pelas circunstâncias.

O ato de dar uma *desculpa*, por exemplo, justamente demonstraria a existência de uma circunstância, imprevista no plano de ação, dotada de uma característica absolutamente especial. Haveria, então, uma possibilidade para além das capacidades crítica e moral – afirmadas na sociologia da crítica –, uma capacidade para se voltar às próprias situações em que nos inserimos: é a capacidade metapragmática. Werneck evidencia uma moral que consegue ser *ad hoc*.

Assim, o autor desenvolve um modelo evidenciando a moral enquanto administração e direcionamento do bem (este como princípio substantivo de ação: o que se busca efetivar numa ação) nas mais diversas situações em que as pessoas podem se criticar – visando justamente esclarecer tal direcionamento –, propondo uma

geometria distinta ao modelo das EG de Boltanski e Thévenot, pensando em “efetivação” (p. 177): aponta-se para o questionamento a respeito da concretização de situações para a geração de consequências. É a radicalização do pragmaticismo.

Ainda refletindo o modelo de Boltanski, no último texto do livro, “A ‘justificação’ como modelo político de regulação: reflexão a partir do contexto brasileiro”, Corrêa e Véran estabelecem um diálogo entre a sociologia da justificação de Boltanski e Thévenot (1991) e o paradigma de DaMatta (1986) da “navegação social brasileira” – navegar seria uma capacidade das pessoas de se conduzirem no mundo, trafegando entre situações rotineiras e de disputa, modelando o comportamento ao registro situacional demandado.

Os autores indicam que o modelo de Boltanski e Thévenot permite deslocar a “matriz damattiana” de suas próprias armadilhas sem desfazer sua base: rompe com a identificação de DaMatta do que seriam traços pré-modernos da estrutura social brasileira. Seus conceitos seriam

a expressão ou realização prática de uma competência social humana geral, [...] a de saber relativizar e ponderar a obrigatoriedade formal da aplicação de uma norma ou regra impessoal (p. 200).

Por outro lado, com DaMatta, submete-se a justificação do modelo das EG à sua própria prova, pensando-a também como modelo político. O “jeitinho” evidenciaria uma possibilidade de acordos, dando-se menos em razão de sua relação com um valor geral a transcender o autointeresse das partes e mais relacionado com as necessidades pragmáticas e contingências da situação.

Assim, os autores deste capítulo buscam “uma densificação política e pragmática [de ambos] modelos destacados” (p. 194). O objetivo final é pensar quais seriam as implicações do modelo ao qual se chegou, construído como tipo ideal, atentando ao Brasil. Com isso, concluem:

A eficácia de um [tal] modelo de regulação política pela sociabilidade ordinária precisaria ainda – mais que nunca – [...] da regra da igualdade como condição prática de uma navegação social fluida (p. 210).

Ao analisar os principais pontos do livro, vemos esta obra figurar como relevante não só àqueles que desejam introduzir-se no debate de teorias pós-bourdiesianas – no sentido de desenvolvidas a partir de questionamentos a conceitos fundamentais de Bourdieu –, como representadas aqui pelas disposições plurais de

Lahire, pelo realismo crítico de Archer e pela sociologia da crítica de Boltanski, mas também a pesquisadoras/es interessados em aprofundar-se nas mesmas, na medida em que se apresentam textos de autoria própria dos pilares destacados (originais ao menos em suas traduções ao português), organizados em diferentes partes do livro, ainda seguidos do esforço de pensamento em termos de aproximações, limites, e possibilidades abertas ou não exploradas destacados por Nogueira, Vandenberghe, Werneck, Corrêa e Véran.

Referências

ARCHER, Margaret. *Structure, agency and internal conversations*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2003.

BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié, 1990.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007 [1979].

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

LAHIRE, Bernard. *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002 [2001].



O desafio da Armada republicana na República Democrática do Congo

TSHIYEMBE, Mwayila. *O desafio da Armada republicana na República Democrática do Congo*. Luanda; Ramada: Edições Mulemba; Edições Pedagogo, 2016.

Ermelinda Liberato*

* Ermelinda Liberato é doutora em estudos africanos no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Professora auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (FCS-UAN), Luanda, Angola. Orcid n. 0000-0002-9857-4269. <ermelinda.liberato@gmail.com>.

De forma organizada e coerente, numa linguagem acessível, que torna a leitura bastante fluída, Mwayila Tshiyembe traz a público mais um trabalho sério e cuidado, resultado das investigações que tem desenvolvido sobre África numa perspetiva macro, e sobre a República Democrática do Congo (RDC) nas suas diferentes dimensões, numa perspetiva meso, tendo como fim único, e numa perspetiva micro, a construção do conhecimento sobre a geopolítica do continente e, sobretudo, das questões congolêsas, o que confirma a sua posição de especialista em geopolítica africana.

Na presente obra, Mwayila Tshiyembe propõe-se assim analisar o desafio da constituição de uma Armada republicana na RDC, um dos pressupostos emanados na sequência do diálogo intercongolês, acordo assinado em Sun City, África do Sul, em 2002, que visava o término do conflito interno, tendo como fim único a reunificação da RDC, a instauração de um governo de transição e a constituição de um Estado democrático e de direito. E é nesta senda que se insere a constituição de uma Armada republicana, cujo principal desafio passa sobretudo em integrar as milícias Armadas de diferentes fações num único exército republicano, que serviria uma república democrática de vários povos e não somente um homem ou determinado grupo étnico.

O autor inicia a obra com uma breve caracterização sobre a atual situação do país, referindo os principais acontecimentos e momentos que o conduziram a essa condição, de país “sem Estado, sem exército e em perpétua transição” (p. 13), recorrendo, sempre que possível, a momentos-chave, quer no período colonial com a criação do Estado Independente do Congo como propriedade privada de Léopold II, quer no período pós-independência, com a tomada do poder por parte de Mobutu Sese Seko, que o transformou depois em República do Zaire, assim como o eterno período de transição que o país tem vivido desde a queda daquele ditador

e os diversos conflitos em que tem mergulhado em virtude da luta pela tomada do poder.

Esse passado de exploração, medo, instabilidade e de conflitos, quer internos quer externos, fez com que, na opinião do autor, o país não conhecesse nem república, nem democracia, sendo por isso um embuste atribuir-lhe estas designações. Condição que tornou igualmente inviável a criação de uma Armada republicana congoleza uma vez que “não pode existir um exército republicano onde não existe nem república, nem democracia” (p. 15). E é em função dessa fragilidade e desse passado conturbado que o autor tenta defender, na presente obra, a necessidade urgente de criação e edificação de uma Armada republicana, assente nos pressupostos de defesa de um Estado republicano a serviço dos vários povos, sem distinção étnica, religiosa e cultural, missão complexa, não só devido ao peso desse mesmo passado histórico e às dificuldades financeiras, mas, sobretudo, aos vazios e lacunas existentes no projeto de Constituição da República, aprovado em 2005, que podem inviabilizar esse processo.

Assim, e de modo a tornar mais coerente a análise dos dados apresentados, o autor divide a obra em duas partes distintas, nomeadamente,

1. não existe uma Armada republicana sem refundação da república, onde o autor explica porque defende uma refundação dos pactos republicano, democrático e constitucional;
2. o campo de fundação de uma Armada republicana, onde o autor apresenta os pressupostos que devem estar na base de fundação da Armada republicana.

No cômputo geral, o autor alerta para a necessidade de revisão e alteração do projeto constitucional, de modo a salvaguardar os interesses do povo congolês evitando, deste modo, o abuso do poder por parte daqueles que estiverem à frente dos desígnios da nação, ou seja, os governantes.

É precisamente a análise do projeto de Constituição da República que serve de ponto de partida para o autor demonstrar a necessidade de reestruturação do mesmo, defendendo para o efeito à:

- a.* refundação do pacto republicano;
- b.* refundação do pacto democrático; e
- c.* refundação do pacto constitucional.

Para Tshiyembe, apesar de o pacto democrático visar à criação de uma “nova ordem política” (p. 19), este assenta num vazio intelectual e político, levando o mesmo a defender a necessidade de se “reinventar a república” (p. 20), assente nos princípios de “unidade na diversidade, igualdade das etnias e dos cidadãos, dupla representatividade das etnias e dos cidadãos, humanismo patriótico enquanto ideologia do Estado” (p. 24), bem como a construção de uma democracia de proximidade, tarefa dificultada dado o poder congolês estar assente na “incompetência e irresponsabilidade” (p. 44), nos “abusos de bens sociais, desvio de dinheiros públicos, corrupção, concussão etc.” (p. 41), ou seja, um Estado predador e neopatrimonialista na sua essência.

Esses constrangimentos têm igualmente reflexos na constituição e funcionamento de uma Armada republicana. Tshiyembe inicia a segunda parte da obra por fazer uma contextualização histórica sobre aquilo que pode ser considerado como a fundação da Armada republicana congoleza, primeiro, com a criação da Força Pública por Leopoldo II da Bélgica, ainda no período colonial, “uma Armada de opressão e de exploração” (p. 53) que visava sobretudo proteger uma economia de exploração, defendendo os interesses do capital colonial. Num segundo momento, já no período pós-colônia, com o marechal Mobutu, que a aprisionou e a controlou em seu benefício, transformando-a num “instrumento pessoal de luta pela conquista do poder de Estado” (p. 55), tendo assente o seu funcionamento, desde o recrutamento ao topo, na base da trapaça, sem qualquer respeito pela ética das Armadas, predominando o clientelismo, o militarismo, a etnicidade, o tráfico de influências, a corrupção, em detrimento do mérito, da antiguidade e da capacitação, decapitando-a e reduzindo-a em cinzas.

Laurent-Désiré Kabila, sucessor de Mobutu, também não foi bem-sucedido nessa empreitada pois caiu no mesmo erro que o seu antecessor ao tentar criar um exército tribal, acabando por ser assassinado por estes mesmos homens. Daí que o autor defenda que se deva refundar a Armada de modo a que ela esteja em conformidade com o novo pacto democrático, ou seja, que sirva os vários povos que habitam no espaço geográfico que constitui a RDC (mais de 200 grupos étnico-linguísticos), e não somente um homem, ou seja, que sirva à república. Para o efeito, o principal desafio consiste assim em “operar uma rutura radical com o modelo do Estado-nação importado do Ocidente e o nacionalismo de pacotilha das Forças Armadas Zairenses” (p. 65).

O autor apresenta ainda quais devem ser as missões (defesa, segurança ou manutenção da ordem enquanto força supletiva da Polícia Nacional), as suas funções (integração numa república multiétnica), doutrina, “lugar de excelência onde reinam a competência, a dedicação e a responsabilidade dos homens e das mulheres” (p. 71), recursos (o Estado, ou seja, os congolezes), política de defesa (prevenção,

proteção do território nacional, projeção das forças) entre outros atributos, da Armada republicana a ser criada, assentes no lealismo, ou seja, leal aos princípios democráticos e aos valores republicanos do país, na neutralidade, sem afiliação e defesa de nenhuma força política, e no dever de reserva, ou seja, serviço público de segurança e de defesa.

O autor faz ainda uma breve referência à geopolítica regional, lembrando os três princípios orientadores da política externa adotados por Mobutu, nomeadamente:

- a. neutralismo político, que se esvaziou em sua substância;
- b. recurso à autenticidade, onde se verificou o “triunfo dos antivalores” (p. 86); e
- c. a vocação africana do Zaire como pilar para a estabilidade da região.

Dada a sua importância geoestratégica e política no continente, a “constituição de uma Armada republicana representa um fator da paz civil e da paz regional, porque reconcilia a RDC com a sua nova geopolítica interna e regional” (p. 87). No entanto, sem que haja “refundação da república, da democracia e do exército” (p. 91) será ilusório pensar numa paz durável neste país, assente na dignidade humana e na defesa dos direitos do homem e do cidadão.

De salientar ainda a atualidade da obra que, publicada em francês em 2005, daí o autor se referir ao longo da mesma por projeto de Constituição da República (aprovada em 2006), os pressupostos analisados e o debate continuarem, mais do que nunca, em cima da mesa, dada a continuidade dos conflitos étnicos que, entre as inúmeras consequências, tem resultado no afluxo elevado de refugiados congolese para os países vizinhos, com destaque para a fronteira leste de Angola.

No cômputo geral, a obra apresenta uma crítica bem fundamentada, daí a sua importância para qualquer ramo do saber. Destinada não só a académicos e especialistas, mas a todos os interessados em questões africanas, a obra tem agora a vantagem de estar disponível em língua portuguesa, tornando-a acessível a um público mais alargado. De louvar a iniciativa da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN) o investimento que tem feito na tradução de obras de referência de autores africanos e africanistas que nos ajudam a compreender e a analisar a atual situação e posição do continente. Esperemos que esta tenha continuidade nos anos que se seguem.



Resumos

A moda nas passagens da angústia: a perversão do desejo no fetichismo da consumação e das gazes

Bruno Ricardo Vasconcelos

Orientador: Prof. Dr. Edson Silva de Farias

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 09.03.2018

Esta pesquisa tem a moda como sua inquietação fundamental, vista através de um fragmento das *Passagens* de Benjamin onde este comenta de forma enigmática a questão. A moda analisada em sua relação com a modernidade e com o capitalismo industrial; com a estrutura das cidades e dos sujeitos que nela se constroem subjetivamente. A moda é tomada nesse trabalho em seu efeito discursivo, ou seja, em sua função significativa para o movimento da criação do valor. O objeto da pesquisa será, pois, recortado em suas diferentes acepções. Primeiro, em seu contexto fundamentalmente moderno, a Paris do século XIX, apropriada pela monomania haussmaniana em reestruturar violentamente toda a malha urbana da cidade, agora feita em aço e vidro, assim como se levantavam as imponentes estruturas do Bon Marché, simulada por Zola em *O Paraíso das damas*. A referência literária será utilizada como ilustração dos movimentos da modernização parisiense, a fim de compreender um capitalismo feito da apropriação e fabricação dos desejos da turba que se move por entre as *passagens*, que sentem a si mesmas em pleno colapso. É, pois, sobre o trânsito, que essa primeira seção será dedicada, sobre uma modernidade que se reencanta oniricamente por via da consumação. A tese se dedica ainda ao componente *misteriosamente* encrustado na moda, que atrai o olhar do consumidor, que o lança num movimento excessivo que, em certos casos, apenas se compraz no consumo. Para tal investigação, recorreremos a uma análise do erótico enquanto elemento relacional face ao interdito e às instituições sociais. Empreendemos uma investigação sobre o desvanecimento da tradição religiosa no Ocidente, substituída por uma forma eminentemente técnica de relação com o mundo, que, porém, dá sinais de que novos espaços de reencantamento, por via da *simulação*, fabricam novos interditos não mais posicionados referencialmente a transcendências, mas estruturados por novas modalidades ritualísticas, numa relação outra com a finitude e a morte. Traço essencial discutido nessa relação en-

tre moda e finitude é a relação do homem moderno com a angústia, aqui tratados como constituintes da vida social. A tese, feita na forma de ensaios, busca ainda estabelecer uma relação discursiva com a sociologia do consumo, já reconhecida pela discussão lógica da distinção, esforçando-se para abrir novos sulcos na análise desse mesmo objeto. Por fim, abre-se uma discussão com autores contemporâneos capazes de articular uma dimensão da angústia que se articula com um certo cinismo social, que chamamos de inabilidade narrativa para forjar novos discursos fundadores. Esse ponto nos é fundamental para a compreensão de como o discurso moda ocupa um espaço central no capitalismo como um retorno do sempre igual, escamoteado como diferença.

Palavras-chave: Moda. Perversão. Fetichismo, Consumo. Angústia.

Dinheiro e poder social: um estudo sobre o Bitcoin

Edemilson Cruz Santana Junior

Orientador: Prof. Dr. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro

Coorientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 20.06.2018

Ao buscar analisar o dinheiro como relação social nas sociedades que têm no capitalismo seu modo de reprodução, organização e gestão da vida socioproductiva, a presente tese aborda os encadeamentos entre dinheiro, Estado e poder social na conjuntura presente. Para tanto, lança mão de um estudo interdisciplinar e multidimensional, tomando como caso ilustrativo os novos fenômenos monetários, como as criptomoedas e, em particular, o Bitcoin. Objetivando superar os problemas e limitações dos paradigmas dominantes nas ciências sociais e econômica sobre o dinheiro, bem como a divisão do trabalho intelectual operante entre esses, questionamo-nos: no contexto do capitalismo neoliberal e financeirizado, de que modo a teoria (marxista) do dinheiro nos ajuda a entender fenômenos monetários como o Bitcoin e, na volta, como a análise de um objeto como o Bitcoin nos permite (re)pensar o que é (teoricamente) entendido por dinheiro? Em meio a este esforço, o estudo procede inicialmente a uma pesquisa teórica, resgatando, para tanto, os debates em torno da natureza do dinheiro, assim como do Estado e da ideologia – a partir dos elos de correspondências entre tais dimensões – nos trabalhos de Karl Marx e de marxistas subsequentes, com especial dedicação às contribuições contemporâneas. Em seguida, parte-se para uma análise abrangente do Bitcoin como artefato técnico e monetário, incluindo sua economia política, antecedentes históricos, ideias-força e condições de possibilidade. Vê-se, assim, que, assentado na utopia tecnocrática de um dinheiro apolítico, o Bitcoin pode ser compreendido como um paradoxal “filho rebelde” do neoliberalismo – o que serve para nos revelar seu conteúdo ideológico. No entanto, é incapaz de se estabelecer enquanto alternativa ao sistema monetário vigente por não cumprir requisitos elementares do dinheiro, menosprezados pela ideologia de matriz liberal que o sustenta. A despeito de sua busca manifesta por uma substituição do dinheiro mundial, por estabilidade monetária contra a suposta “instabilidade” do dinheiro estatal e

pela “despolitização”, descentralização e desconcentração do poder de emissão e gestão monetárias, o que se observa empiricamente é justamente o oposto: baixo volume e alcance de circulação, grande instabilidade frente ao dinheiro estatal e maior concentração relativa de poder político e econômico entre seus usuários. Finalizado o percurso de investigação, o não cumprimento das aspirações neoliberais que constituem o Bitcoin evidenciam que a tentativa, pretendida por seus criadores e entusiastas, de se esvaziar de conteúdo social, i.e., neutralizar, o dinheiro no capitalismo não é factível.

Palavras-chave: Dinheiro. Estado. Neoliberalismo. Bitcoin. Criptomoedas.

Corporificação e visões de mundo da política feminista e de mulheres na contemporaneidade: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012 – 2017)

Ana Paula Antunes Martins

Orientadora: Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 09.03.2018

Diversas e numerosas manifestações públicas de mulheres, nomeadas como marchas, compõem o cenário da política brasileira contemporânea, ensejando reflexões sobre formas de participação social e de afirmação de direitos na atualidade. Esta tese de doutorado busca compreender as formas contemporâneas de produção de sujeitos e demandas a partir de um conjunto de diálogos sobre feminismos contemporâneos, de imagens e de discursos produzidos no contexto das marchas. Por meio do método documentário de interpretação, são analisadas as mais expressivas marchas do período compreendido entre 2012 e 2017. A pesquisa estabelece como objeto as marchas/manifestações/protestos públicos mais numerosos ocorridos na capital do Brasil e protagonizados por mulheres, o que inclui a Marcha das Vadias (Brasília, 2012), a Marcha das Mulheres Negras (Brasília, 2015), a Marcha das Margaridas (Brasília, 2015) e a Greve Internacional de Mulheres 8M (Brasília, 2017). Pretende-se, com isso, compreender as diferentes expressividades da ação política feminista e de mulheres na contemporaneidade a partir dos conceitos de corporificação e visões de mundo, ou seja, pensar as políticas do corpo nos novos movimentos sociais e as demandas resultantes desse processo. Pretende-se, com isso, contribuir para o aprimoramento de metodologias de inteligibilidade das marchas que considerem sua legitimidade no processo de formação de agenda das políticas públicas para as mulheres.

Palavras-chave: Feminismos contemporâneos. Marchas de mulheres. Corporificação. Novos movimentos sociais. Participação social de mulheres.

Uma história de refúgio: narrativas de três irmãs negras do Congo no Distrito Federal

Camila Abreu dos Santos

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 16.04.2018

O objeto dessa dissertação consiste nas narrativas de três irmãs nacionais da República Democrática do Congo, solicitantes de refúgio, negras, de baixa renda e residentes no Distrito Federal. De Kinshasa, capital do Congo, ao Distrito Federal, as irmãs percorreram caminhos e histórias de violência, perseguição política, fuga, cerceamento de direitos humanos e de rupturas condicionadas pelo deslocamento forçado como condição de sobrevivência. Compreender como essas três mulheres interpretam e explicam a experiência do processo migratório constitui o objetivo do presente estudo e, para tanto, foi metodologicamente organizado em duas partes principais. A primeira diz respeito à interpretação que fazem do processo de deslocamento forçado, abordando os momentos antes da fuga; o ato de fugir; e a chegada e a adaptação ao país de acolhida. Os elementos que se destacaram nessa parte foram: *i.* rupturas e transformações; *ii.* traumas, medos e revolta; *iii.* busca por estabilidade e adaptação; e *iv.* expectativas para o futuro. A segunda parte leva em conta as situações vividas em seu processo de interação e integração no Brasil, com base na análise da intersecção das categorias de gênero, raça, classe, *status* migratório (refugiadas) e nacionalidade. Observou-se que tais categorias impactam em termos de desigualdades. Por outro lado, a categoria de nacionalidade foi considerada um elemento que desperta curiosidade e não tratamento desqualificador. Tratou-se de pesquisa com foco na dimensão subjetiva, sem negligenciar o contexto macroestrutural dos processos históricos, econômicos e culturais, o qual permeia e molda os caminhos e as experiências pessoais.

Palavras-Chave: Migração forçada. Congolesas. Narrativa. Trajetória migratória. Interseccionalidade.

Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e as repercussões no sindicalismo

Eryka Danyelle Silva Galindo

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 25.08.2017

A presente dissertação se insere no contexto dos estudos sobre mulheres trabalhadoras rurais e sua participação nos movimentos sociais do campo, especificamente no sindicalismo rural. O seu objetivo é analisar a emergência da participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais no sindicalismo e sua repercussão para a ação sindical, no âmbito da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). Por meio das narrativas biográficas de três mulheres dirigentes sindicais, que no período de 2001 a 2017 desempenharam a função de Secretárias de Jovens Trabalhadoras Rurais desta Confederação, pôde-se compreender os sentidos, possibilidades e conflitos estabelecidos na esfera sindical, a partir da afirmação da categoria mulher jovem trabalhadora rural. Mesmo sendo as intersecções entre gênero, geração e classe estruturantes desta categoria política, outras dimensões vinculadas ao que chamamos de ponto alto da política sindical igualmente se apresentaram como importante componente influenciador das experiências de participação vivenciada por estas mulheres jovens trabalhadoras rurais.

Palavras-chave: Mulheres jovens. Trabalhadoras rurais. Sindicalismo rural. Participação. Narrativas biográficas.

Normas

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Departamento de Sociologia (SOL)

Revista Sociedade & Estado
novo prédio ICS Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
70910-900- Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br [facebook.com/solunb](https://www.facebook.com/solunb)

A *Revista Sociedade & Estado* busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

A *Revista Sociedade & Estado* publica artigos, sempre originais, em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente com estas áreas do conhecimento. A *Revista* aceita submissões em português, espanhol e inglês, que poderão ser publicadas em sua língua original, embora, sempre que possível, traduzidos para o português. Os artigos de autores estrangeiros deverão ser inéditos no Brasil. Publicam-se as seguintes categorias de trabalhos:

1. Estudos teórico-metodológicos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Relatos de pesquisa de cunho empírico já realizadas ou em andamento.
4. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um/a professor/a do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador/a associado/a ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, podendo o mesmo convidar professores/as externos/as ao programa.

5. Resenhas.

II. APRECIÇÃO DOS TRABALHOS

1. A *Revista* publica artigos de doutor(es) e/ou doutora(as) em coautoria com doutorando(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela equipe editorial da *Revista*, que fará uso de, pelo menos, dois especialistas no tema, para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria.

3. Os autores serão notificados sobre a aceitação ou recusa de seus artigos.

4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se mostrarem necessárias serão notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.

5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à apreciação.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação será realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.

2. O artigo será digitado em Word (fonte Times New Roman, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

3. Na primeira página do original serão indicados o título (e eventual subtítulo) do artigo e o nome do/s/a/as autor/es/a/as. Também deverão trazer os dados sobre o/s a/as autor/es/a/as (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos virão acompanhados de um resumo em português, de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também apresentarão cinco palavras-chave em português e inglês (*key-words*), bem como o título em inglês.

5. As notas de natureza substantiva (não bibliográfica), serão reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas.

6. As menções a autores no curso do texto estarão subordinadas à forma autor, data, página (Vovelle, 1987: 56).

7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a três linhas, e em novo parágrafo, com recuo, corpo 10, quando superiores a três linhas. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, com citação da autoria da tradução.

8. As figuras e desenhos serão confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados, com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos serão numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais:

❑ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

❑ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. 13, n. 1, p. 160-187, 1998.

❑ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

❑ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

11. As resenhas terão no máximo oito laudas. São aceitas resenhas de obras publicadas nos últimos cinco anos. As resenhas deverão ter título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.

12. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é exclusiva do autor/a e não expressa a opinião da equipe editorial, do comitê editorial ou do conselho editorial da *Revista*.

